

1

ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Igor Suzano Machado

**POLÍTICA
E SOCIEDADE
NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**

1

ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Igor Suzano Machado

**POLÍTICA
E SOCIEDADE
NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

fapes
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

I São Paulo I 2024 I

 **pimenta
cultural**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P769

Política e Sociedade no Brasil Contemporâneo / Organização
Maro Lara Martins, Igor Suzano Machado. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2024.

Coleção Pensamento Social Brasileiro. Volume 1

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-172-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-7

1. Pensamento Social Brasileiro. 2. História das Ciências
Sociais. 3. Intelectuais. 4. Interpretações do Brasil. 5. Teoria
e Pensamento Político. I. Martins, Maro Lara (Org.).
II. Machado, Igor Suzano (Org.). III. Título.

CDD: 302.072981

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais – Pesquisa

II. Brasil

Simone Sales - Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	adwire - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Elizeth, Futura PT
Revisão	Isabela Marques Lara Martins Eduarda Geovanna Soares Souza
Organizadores	Maro Lara Martins Igor Suzano Machado

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação12

CAPÍTULO 1

Adriana Rachel Soares de Souza

**Avanços e recuos nos programas
de moradia popular nos governos
de Dilma Rousseff a Bolsonaro**13

CAPÍTULO 2

André Luis Silva Eiras

**A circulação do projeto autonomista
na Política Externa Brasileira**.....26

CAPÍTULO 3

André Ricardo Valle Vasco Pereira

Larissa Nuvens Guimarães

Maria Luísa Melo Welerson

**As “fragilidades”
do presidencialismo de coalizão:
questões sobre uma tradição interpretativa acerca
das instituições democráticas no Brasil**.....48

CAPÍTULO 4

Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt

Carla Rosane Bressan

**A concepção da cultura enquanto direito:
reflexões sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)**68

CAPÍTULO 5

Carlos Eduardo da Silva Colins

**A Comissão Nacional da Verdade
e a produção da “verdade” precária
e seletiva do sujeito indígena91**

CAPÍTULO 6

Caroline Bianca Graeff

**PEC 9/2023:
mais uma anistia ao descumprimento
às cotas de gênero na política 112**

CAPÍTULO 7

Daniel Barboza Nascimento

**A mão visível do Liberalismo na educação
e o Darwinismo Social (educacional)
nas reformas empresariais no ES
e na capital capixaba:
novos e velhos cercamentos 130**

CAPÍTULO 8

Elbson Araujo do Carmo

**Segregação urbana:
conflitos sociais, luta de classes
e metropolização planejada dos guetos no Brasil 155**

CAPÍTULO 9

Frederico Salmi

Lorena Fleury

**Infobolhas ontoepistêmicas no Brasil:
plataformas científicas de IA como agentes artificiais climáticos 177**

CAPÍTULO 10

Gabriel Franco Borba

Quando a imprensa ameaça à democracia:

o caso da Jovem Pan durante o governo Bolsonaro..... 191

CAPÍTULO 11

Juca Ribeiro

**Notas sobre interseccionalidade
e reconhecimento:**

possibilidades de um projeto combinado 209

CAPÍTULO 12

Larissa Agostinho Tebinka

A Elite do Senado 228

CAPÍTULO 13

Lázaro Cezar Dias

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Rita Inês Paetzhold Pauli

**A taxonomy of educational guidelines
in the governing plans of candidates to the
Presidency of the Brazilian Republic (2018)**..... 240

CAPÍTULO 14

Leonardo Quintão Fernandes

A defensoria pública como política pública

de combate e erradicação do racismo estrutural..... 259

CAPÍTULO 15

Ricardo e Silva Martins

A bolsonarização da internet no Brasil:

militares e as lives de quinta-feira no YouTube..... 283

CAPÍTULO 16

Steffane Pereira Santos

Aspectos interseccionais do barulho:

o ritmo eletrônico periférico *grime* como produção epistêmica 301

CAPÍTULO 17

Yasmim Karolina da Silva Nantes

Elites políticas em Mato Grosso do Sul:

uma análise do perfil dos prefeitos eleitos das maiores
cidades do estado (2012-2020)..... 320

Sobre os organizadores 349

Sobre os autores e as autoras..... 350

Índice remissivo..... 355

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 18 a 23 de setembro de 2023, o Netsib-Ufes - Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil organizou o 3º Seminário de Pensamento Social Brasileiro - Intelectuais, cultura e democracia. Neste evento foram apresentadas comunicações orais divididas em 18 Grupos de Trabalhos, além das conferências de abertura e encerramento. Os apresentadores de trabalho e conferencistas vieram das mais diversas regiões do país interessados em debater estes temas candentes do pensamento social brasileiro e do contexto social e político em que vivemos. Este livro é fruto dos debates realizados durante o evento, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo. "O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – 466/2023 - P: 2023-2KQQR - através do Edital Fapes nº 04/2023 - organização de eventos técnico-científicos - 2ª chamada.

SUMÁRIO



1

Adriana Rachel Soares de Souza

**AVANÇOS E RECUOS NOS
PROGRAMAS DE MORADIA
POPULAR NOS GOVERNOS
DE DILMA ROUSSEFF
A BOLSONARO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-71

INTRODUÇÃO

Basta ler um pouco para perceber que o tema sobre moradia sempre esteve presente nos debates que buscam soluções habitacionais. Em diversos momentos da história do Brasil, vimos situações que a falta de projeto nas áreas urbanizadas leva ao agravamento da falta de moradia. Após a abolição da escravatura veio o crescimento da favelização. Nas primeiras décadas de 1900 o discurso em defesa da modernização das cidades, expulsou dos grandes centros as populações mais pobres, ocasionando no aumento das ocupações em áreas de risco, da falta de saneamento básico, da construção de moradias insalubres. As constantes desapropriações da classe mais baixa para a abertura de grandes avenidas, túneis e pontes continuam deslocando as classes desprovidas da posse da propriedade privada para áreas cada vez mais afastadas, que sofrem com a falta de transporte, saneamento básico e estruturas habitacionais que atendem as necessidades básicas.

Na lógica de Friedrich Engels, um dos clássicos da sociologia, os problemas da falta de moradia são causados pelos interesses capitalistas. Com base nessa perspectiva, o texto propõe analisar os programas sociais de habitação entre os anos de 2016 a 2022. Período do final do governo de Dilma Rousseff e os governos de Michel Temer ao de Jair Messias Bolsonaro. Apontando como esses programas de habitação desenvolveu o favorecendo a classe alta, principalmente os donos de construtoras, e posteriormente prosseguiu para uma redução do beneficiamento da classe mais pobre, até sua exclusão, promovendo a priorização da classe média, na aquisição da casa própria.

A Leitura da obra de Engels "Sobre a questão da moradia" elucidada como o desenvolvimento do capitalismo agrava problemas sociais à medida que se desenvolve a propriedade privada. Dessa maneira compreendemos a importância de conscientizar a população pela luta por uma solução mais justa, igualitária e democrática dos espaços urbanos na solução do problema da falta de moradia.

APORTE TEÓRICO: PARTE I – FRIEDRICH ENGELS - SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA

A obra de Friedrich Engels, “Sobre a questão da Moradia” surgiu de um artigo escrito em 1872, publicado como livro em 1887. Composto de 3 seções que foram escritas em resposta ao médico Mulberger e ao Dr Emil Sax que retomaram um discurso de Proudhon sobre as questões da moradia. Na seção I - Como Proudhon resolve a questão da moradia; seções II - Como a burguesia resolve a questão da moradia; seções III - Adendo sobre Proudhon e a questão da moradia- que foi uma réplica a Mulberger.

A discussão gira em torno do início da industrialização na Alemanha, que promove a modernização das cidades para dar espaços a mobilidade e escoamento de mercadorias e pessoas, a custo da expulsão da classe pobre trabalhadora que moravam em casebres que foram destruídos para dar espaço às grandes avenidas.

“Por um lado, as massas de trabalhadores rurais são atraídas de repente para as grandes cidades, que se transformam em centros industriais; por outro lado, a configuração arquitetônica dessas cidades mais antigas deixa de satisfazer às condições da nova grande indústria e do trânsito que lhe corresponde; ruas são alargadas e realinhadas, ferrovias instaladas no meio delas. No momento em que os trabalhadores afluem em massa, as moradias dos trabalhadores são derrubadas aos montes. O resultado disso é a repentina escassez de moradia para os trabalhadores e a crise do pequeno comércio e da pequena indústria que dependem deles como clientela” (Engels p. 25).

Segundo Engels, o proudhonismo, que se denominava uma teoria socialista criava soluções para a questão da moradia era possibilitar que os despossuídos, tornassem uma classe possuidora.

Promovendo possibilidades ao trabalhador de comprar sua habitação própria. O discurso burguês do século XIX baseava-se na ciência natural que aponta os bairros onde estão os trabalhadores como focos de epidemias.

“A ciência natural moderna provou que o assim chamado “bairro malsão”, no qual estão confinados os trabalhadores, é o foco de onde se propagam todas as enfermidades contagiosas que de tempos em tempos se abatem sobre nossas cidades. Cólera, tifo e febre tifoide, varíola e outras doenças devastadoras disseminam seus germes no ar empestado e na água contaminada desses bairros de trabalhadores; elas praticamente nunca são erradicadas desses lugares e, sempre que as circunstâncias são favoráveis, evoluem para enfermidades de caráter epidêmico, ocasiões em que ultrapassam os limites de seus focos e penetram nos bairros mais ventilados e saudáveis em que residem os senhores capitalistas” (Engels, p. 63).

No entanto, não era debatido, nem mesmo se pretendia elucidar sobre o que ocasionava o problema da falta de moradia. E a importância de Marx e Engels é o esclarecimento da população sobre a causa do problema. E para ambos o capitalismo e o surgimento da propriedade privada fez surgir os problemas ligados à falta de moradia.

O capitalismo na Alemanha inicia tardiamente, se relacionado a Inglaterra e França, e os debates burgueses para sanar as questões da moradia na Alemanha, leva como base algumas tentativas inglesas. E quem dá início a essa discussão nos principados da futura Alemanha é o Dr. Emil Sax, em defesa do progresso capitalista, busca-se soluções para a moradia que não seja evitar a causadora do problema, a propriedade privada e a exploração da classe proletária. Para o Dr. Sax tornar os despossuídos em possuidores é a solução, ou seja, para Sax a questão da moradia é resolvida tornando a classe proletária em proprietária de seu próprio imóvel.

Engels critica a solução do Dr. Sax dizendo que tornar os despossuídos em classe possuidora não resolve a questão da exploração do proletariado, que apenas tem sua força de trabalho para vender. E reafirmar que o problema da falta de moradia está no capitalismo que desloca os trabalhadores para os centros em busca de trabalho. E à medida que o maquinário se desenvolve, leva ao desemprego da mão de obra. Outro ponto, é que as moradias de aluguel estão em posse de capitalistas que cobram preços altíssimos por imóveis indignos. Engels denuncia que a escassez de moradia é proposital, pois o número menor de moradia disponível para alugar, faz com que os preços se tornem mais altos. Outra questão pensada por Engels é que a posse de propriedade deixaria o trabalhador preso. Dificultando o deslocamento para outras áreas em busca de trabalho.

Para Marx e Engels a única solução para a questão da moradia é a revolução social, pondo fim a ordem capitalista, desmentido o Dr. Sax que diz que o proletário vira capitalista ao adquirir uma casa. O que para Engels é errado, pois o trabalhador só se tornaria um capitalista se recebesse pelo aluguel da propriedade adquirida. Aponta que mesmo que o trabalhador alugasse sua casinha, de acordo com a leis brônzeas (que legalizava uma redução salarial, uma vez que o trabalhador não precisaria mais pagar aluguel). Portanto o valor do salário recebido seria menor, e por fim o trabalhador estaria pagando pelo aluguel de um terceiro. Concluindo que o trabalhador tanto comprando uma casa a prestações nas mãos do capitalista ou já com a casa paga e alugada, no final das contas, o dinheiro sempre retorna ao capitalista que transforma o valor do imóvel em capital para a fábrica. As moradias construídas pelos capitalistas, são usadas para pressionar o trabalhador grevista. Além do mais, as moradias construídas para os trabalhadores são distantes gerando sofrimento e dificuldade da caminhada até o trabalho.

Para Engels, o Dr. Sax não se importa com a questão da moradia, e sim com a rentabilidade dos investimentos de capitalista nas construções de casas para os trabalhadores.

“O senhor Sax sabe muito bem que tanto o começo promissor quanto as florescentes colônias são o mesmo que nada. Em consequência, ele passa a provar para os capitalistas o esplêndido rendimento que poderão extrair da construção de moradias para os trabalhadores. Em outras palavras, procura indicar uma nova maneira de ludibriar os trabalhadores. Em primeiro lugar, ele apresenta como exemplo uma série de cooperativas de construção londrinas que, de natureza em parte filantrópica e em parte especulativa, obtiveram um lucro líquido de 4% a 6% e até mais. O senhor Sax nem precisa se dar o trabalho de nos provar que o capital investido em moradias para trabalhadores é bastante rentável” (Engels, 2015).

Engels diz que o sistema socialista burguês para solucionar a questão da moradia é um fracasso, e a única maneira de solucionar o problema é uma revolução para mudar os moldes capitalistas de produção. E uma solução imediatista até que a revolução aconteça, é a expropriação das casas de luxo para serem usadas como alojamentos para os trabalhadores.

“E, nesse tocante, já vimos que a escassez de moradia pode ser imediatamente amenizada pela expropriação de uma parte das moradias de luxo pertencentes às classes possuidoras e pela transformação da outra parte em alojamento” (Engels, p. 75).

Por fim, Engels finaliza dizendo que os socialistas burgueses do século XIX, aos quais Dr. Emil Sax defende, são irônicos ao dizer que se preocupam em solucionar os problemas de moradia. O que se vê é um Estado que gradualmente se torna burguês, criando leis que defendem a propriedade privada, favorecem sociedades construtoras que visam o lucro ao comprar lotes em lugares afastado de pouca valorização, construir moradias e vender e ou alugar a altos preços.

“A grande maioria dos industriais da área rural faz os trabalhadores trotar várias milhas debaixo de calor, neve e chuva de manhã até a fábrica e de noite de volta para casa.” (Engels, p 80)

ANÁLISE: PARTE II

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009 no governo do petista Luís Inácio Lula da Silva. “ Em sua versão final, o PMCMV contava com as seguintes modalidades: MCMV-Entidades, prevendo subsídios que seriam destinados à produção de moradias por associações e cooperativas; Programa Nacional de Habitação Rural, para construção de casas na área rural, destinadas a pequenos agricultores familiares, cooperativas rurais, reassentamentos rurais etc.; MCMV-sub-50, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes; e o “carro-chefe” do programa, o MCMV-Empresas, que apresentava condições específicas para variadas faixas de renda, com valores distintos para os subsídios, os mecanismos financeiros e os valores das unidades habitacionais a serem produzidas” (Rolnik, 2015).

“Uma das grandes alterações que o PMCMV trouxe em relação aos programas de construção de habitações anteriores foi a inclusão da faixa 1, voltada a famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, que representavam 60% do déficit habitacional brasileiro em 2010” (Guerreiro, 2015).

De acordo com os estudos de Alvarenga & Reschilian (2018) e de Pequeno & Rosa (2016). As construções do PMCMV seguiu os interesses das construtoras dos projetos habitacionais que predominavam a escolha de loteamento em periferias que possuíam um baixo valor econômico, as casas construídas possuíam arquitetura igual à construídas em condomínios fechados com o objetivo de gerar maior lucros as empreiteiras.

De acordo com os estudos de Ronilk (2015), nenhum projeto social habitacional havia atendido tanto a classe mais pobre quanto foi o PMCMV dos governos petistas de Lula e Dilma.

Contudo, após uma crise que assolava a economia brasileira, fruto da dificuldade do governo anterior nas aprovações de projetos no senado brasileiro. Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff, assume como presidente da república logo após o impeachment de Dilma em 31 de agosto de 2016 herdando um total desencontro entre o parlamento brasileiro e os projetos do governo federal que levou a uma crise econômica e de oposição de interesses institucionais. Temer, que era do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), hoje MDB, partido com pouca ideologia política, e bem volátil nos alinhamentos e convicções, compõe seu novo governo, unido aos partidos mais conservadores que dubitavelmente organizaram para derrubar o PT do poder.

Para Pinho (2017, p. 19), o esgotamento da gestão do Governo Dilma ocorreu em 2014-2015, diante de diferentes acontecimentos econômicos, sociais e culturais, e marcou o “[...] esfacelamento da estratégia desenvolvimentista ancorada no crescimento econômico com dinamização do mercado doméstico de consumo de massas e inserção social dos setores populares.” Para o autor, o Governo Dilma adotou uma política econômica de austeridade característica dos anos 1990. O resultado foi o estancamento dos investimentos produtivos a favor da obtenção de superávit primário para pagar juros da dívida pública e favorecer as práticas que rendiam do setor financeiro. “Este contexto sinaliza o resgate do tripé macroeconômico dos anos 1990 (austeridade fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante).” Findava-se, assim, a possibilidade social-democrata a partir do rompimento da coalizão política desenvolvimentista, que possuía as políticas sociais no centro da ação nacional de desenvolvimento. O Estado rendeu-se à política de austeridade fiscal, apontando para a resiliência do neoliberalismo, e isso se concretizou “[...] em cortes de programas sociais estratégicos (Minha Casa, Minha Vida), recessão econômica, agravamento do desemprego, deterioração da renda, retrocesso social da ‘Nova Classe Média’ (Classe C) e falta de recursos nas áreas de saúde e educação públicas.”

Diante da conjuntura política e econômica, Michel Temer direcionou seu governo numa linha neoliberal, diminuindo os gastos do Estado com o discurso de desenvolver a economia. Uma das primeiras providências foi a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº241/2016 que limita o teto de gastos dos governos com programas sociais por 20 anos.

Segundo Maricato (2016) o governo Temer extinguiu o PMCMV-Entidades que era direcionadas às camadas mais pobres da população. E favoreceu as construtoras com projetos arquitetônicos melhores, concentrando a renda nas camadas mais altas e deixando de fora a população mais carente de habitação. A visão e lucro das construtoras privilegiavam terrenos afastados que eram mais baratos, desenvolvendo segregação urbana e intensificando problemas sociais causados pela falta de infraestrutura, saneamento e transporte nas áreas mais distantes.

Rolnik (2017) apontou que o governo Temer alterou os valores de financiamento dos imóveis em R\$ 950 mil para R\$ 1,5 milhão e o teto de renda familiar de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil favorecendo a classe média. A liberação do FGTS (Fundo de Recolhimento Obrigatório para Trabalhadores Formais) para estimular a construção, esvaziou o recurso que o governo possuía para operar empréstimos para obras de saneamento básico a juros baixos. Essas mudanças além de prejudicar a população mais carente de habitação, também promove investimentos de construção habitacional dependente do auxílio do governo.

Percebe se que a redução do texto de gasto com projetos sociais, a extinção da Entidade – MCMV e as alterações realizadas no programa habitacional pelo governo Temer ocasionou segundo (Costa 2018), no aumento do déficit habitacional que excedia 7,5 milhões de moradia nem sequer atingiu a meta do próprio governo na entrega de 35 mil unidades habitacionais.

ANÁLISE: PARTE III - DA EXTINÇÃO DO PMCMV A BASE E ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA CASA VERDE AMARELA (PCVEA) NO GOVERNO BOLSONARO

Com a chegada em 1º de janeiro de 2019, o então presidente eleito democraticamente Jair Messias Bolsonaro sucede Michel Temer na presidência da República.

A contabilizar PMCMV, desde seu início em 2009 até 2016 o PMCMV entregou 3.248.672 moradias, beneficiando 11 milhões de pessoas (Brasil, 2017). Considerado por muitos estudiosos o maior programa habitacional existente, é extinto pela Lei nº 14.118/21 promulgada no governo de Jair Messias Bolsonaro para entrar em vigor o Programa Casa Verde e Amarela (PCVEA). E com um aumento do déficit habitacional que excedia 7,5 milhões de moradia segundo Costa (2018). Neste contexto é posto abaixo PMCMV para entrar em cena o PCVEA.

Embora o PCVEA apareça como um programa habitacional totalmente novo, lançado pelo governo Bolsonaro que surgiu de uma lógica antipetista. O que se tem é apenas a repaginação no nome do programa habitacional, mantendo parte da organização estrutural do praticado no PMCMV. Porém, no governo bolsonarista, a classe mais pobre é totalmente excluída. Embora manteve a classe média, o PCVEA passa subsidiar trabalhadores do FGTS, trabalhadores informais que são mais dependentes de auxílio estatal, perdem o subsídio à moradia e são excluídos do programa (Azevedo, 1988).

“A luta por moradia popular sofreu dois duros golpes na última semana. O primeiro foi o cancelamento de duas portarias que previam a destinação de verbas federais para a construção de 35 mil unidades habitacionais no país todo.

O segundo veio com a Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020, encaminhada pelo governo para o Congresso Nacional. Ela prevê a redução de 41% nas verbas do programa 'Minha Casa, Minha Vida' (MCMV), o que equivale a um corte de R\$ 1,9 bilhão." (GOVERNO, 2019) (Rev. katálysis 2020).

O governo de Jair Bolsonaro além de restringir os mais pobres do programa de habitação, ainda vetou lei do congresso que suspende e proíbe despejos durante a pandemia (Lei 14.216, de 2021). É bom lembrar que em 2017 o Brasil iniciou um drama mundial de pandemia do covid 19, que prejudicou a economia mundial gerando desemprego em todo o mundo. Mesmo com as dificuldades que a população passava para pagar as contas domésticas, Bolsonaro, em benefício da classe mais alta, veta a Lei 14.216, de 2021 em benefício do proprietário com o discurso de desmotivar o uso da má fé do inquilino que alega ter perdido o emprego para deixar de pagar o aluguel. No entanto, o Congresso não aceitou o veto do presidente, e Bolsonaro é obrigado a aprovar Lei 14.216, de 2021.

PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Decorrer do texto é exposto o caso da Alemanha no século XIX, que iniciava a industrialização dos meios de produção. Desapropriou trabalhadores rurais, e os deslocou para áreas urbanizadas em busca de trabalho assalariado. O que ocasionou uma alta da densidade demográfica em pontos que não receberam infraestrutura para atender as necessidades de moradias. Os aglomerados, que dispunham de difícil acesso a polícia e a mobilidade repressora do Estado, eram vistos como lugares que necessitavam de modificação espacial, tanto em questão de policiamento, tanto em questão de salubridade, quanto a necessidade de ampliação dos espaços centrais

para a modernização dos centros urbanos. Dessa maneira a sociedade burguesa precisava de um discurso para jogar abaixo os aglomerados onde os trabalhadores moravam, para dar lugar a construção de vias largas para viabilizar melhor a mobilidade policial repressora, melhorar o escoamento das fábricas, modernizar espaços direcionado a infraestrutura burguesa como melhoria do transporte, saneamento, criação de casa de teatros. Assim, munidos de um discurso sanitaristas, imbuído de sanar os problemas de saúde epidêmicas. Encontraram base e fundamentos para justificar a desapropriação dos trabalhadores urbanos dos grandes centros, para deslocados para áreas mais distantes. Para embasar o feito num ato de assistência social, o Estado articulou leis para que os despejados fossem legalizados. Capitalista, donos dos meios de produção e detentores da propriedade privada, construíram casas em loteamentos afastados das fábricas para trabalhadores comprá-las de maneira a obter altos lucros. A falta de estruturas dos bairros direcionados aos trabalhadores, eram desprovidos de infraestrutura de transporte e saneamento básico.

Todo esse processo de favoritização da classe detentora dos meios de produção, os capitalistas, ainda é posto em prática nos projetos de habitação social promovida com o auxílio do Governo Federal.

Como é posto tanto no PMCMV, apesar de ter sido inicialmente o melhor programa já desenvolvido para amenizar a desigualdade da propriedade privada entre as classes mais pobres e a mais rica, tanto no PCVEA as classes mais favorecidas foi o empresariado donos e construtoras.

Assim como na época que Engels escreveu seus artigos denunciando a falta de preocupação burguesa em solucionar a questão da moradia. Ainda hoje a maneira utilizada para dar soluções à falta de moradia, não tem a ver com a resolução da origem, exploração da classe trabalhadora e a propriedade privada. O que se tem é a permanência dos atores do problema, numa repaginação vestida de neoliberalismo. Permanecendo os mesmos problemas e a permanência da falta de moradia.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Daniela das Neves; RESCHILIAN, Paulo Romano. Financeirização da moradia e segregação socioespacial: Minha Casa, Minha Vida em São José dos Campos, Taubaté e Jacareí/SP. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, p. 473-484, 2018.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Boitempo Editorial, 2015.

EUCLYDES, Fillipe Maciel et al. O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e020, 2022.

FEDERAL, SENADO. Consultoria de orçamentos, fiscalização e controle. **Nota Técnica**, n. 307, p. 2017, 2017

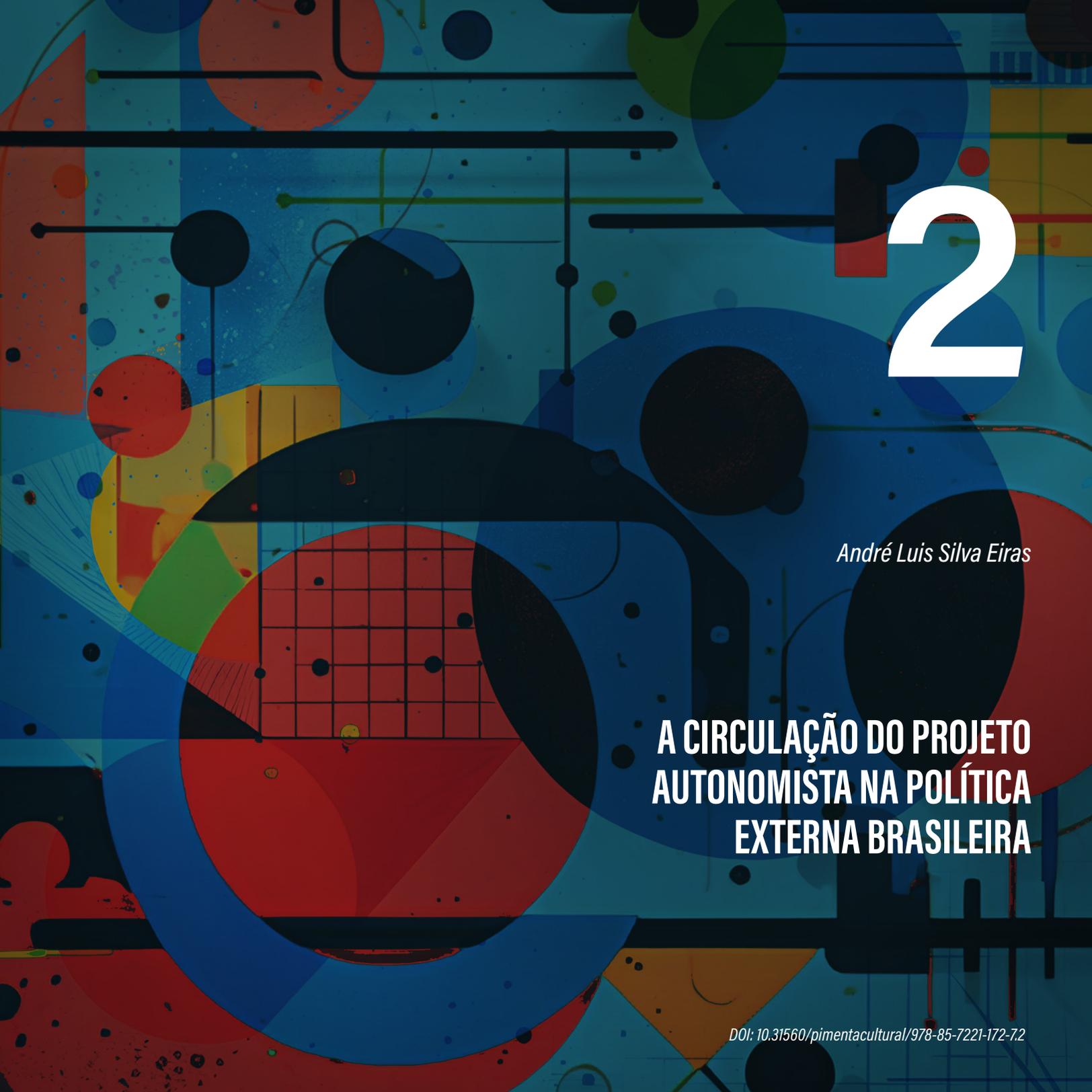
PAOLINELLI, Marina Sanders; GIMENEZ, André Tiné. Limites da locação social no Brasil: o caso de Belo Horizonte. **Cadernos Metrôpole**, v. 25, p. 663-686, 2023.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza-CE: análise dos arranjos institucionais. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, p. 191-216, 2016.

ROLNIK, Raquel; DOS LUGARES, **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2015.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20180023, 2019.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves. Reflexões sobre a política habitacional: estado e conflitos de classes. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 266-275, 2020.



2

André Luis Silva Eiras

A CIRCULAÇÃO DO PROJETO AUTONOMISTA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-7.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-7.2)

INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas debruçam-se na Análise de Política Externa de forma a compreender e formular propostas de estudo que busquem compreender o comportamento brasileiro pela busca por uma autonomia enquanto ideário clássico do Estado. Essa autonomia é vista como um projeto que, por definição tradicional, tem a tônica de buscar a independência nacional não em termos puramente políticos de cunho colonial, mas o de desenvolver o país dentro da chamada “moderna industrialização” baseada no interesse nacional de construção de uma noção de capitalismo blindado de pressões políticas e econômicas do sistema internacional do qual o Brasil é dependente (ALBUQUERQUE, 2000; CERVO, 2008; RAMANZINI JÚNIOR; FARIAS, 2014; SARAIVA, 2015; SPEKTOR, 2014; VIGEVANI; CEPALUNI, 2011; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

De acordo com essa proposta de cunho nacionalista, o Brasil seria prejudicado por estar situado na chamada “periferia” do sistema internacional, em que a globalização capitalista preferenciará um conjunto de países que se encontram no centro deste sistema e, portanto, aptos a controlar seus rumos e definir sua estrutura. Sua lógica intrínseca está baseada no poder político da hierarquia ditada pela distribuição de capital e trabalho. Entretanto, na concepção autonomista esta proposição, embora estabeleça limites às aspirações de cada país, não predetermina o resultado da interação política entre as nações (LIMA, 2000).

A intenção brasileira de construção e implementação da modernização fundada na industrialização e na diminuição de sua dependência de exportação de produtos primários, porém, não buscou transformar a lógica capitalista nem mesmo opor-se a ela, mas sim operá-la de forma a criar condições para seu desenvolvimento nacional. Para tanto, o país deseja estabelecer políticas em que se possa aumentar o espaço de manobra das elites nacionais diante

de um sistema internacional que impõe diversas barreiras políticas e econômicas. Seu objetivo final é o de aumentar o controle nacional sobre o ritmo e a interação interna ao processo da globalização (GUIMARÃES, 1999; JAGUARIBE, 1979; RODRIGUES, 1966).

Para que isso ocorra de maneira satisfatória, é necessário um relativo aumento da capacidade brasileira de barganha, visando uma negociação de menor desigualdade diante das principais economias. Na proposta autonomista brasileira tradicional o país sempre procurou a modernização nacional para não mais estar na condição de dependente das grandes nações do centro do Sistema Internacional.

Grande parte destes estudos sobre a construção ou a definição de autonomia para a política externa nas nações da América Latina deu-se por causa das transformações internas quanto às interações decorrentes do sistema internacional que se consolidou a partir dos anos 1950. Dessas transformações vieram inúmeras visões de mundo e teorias para explicar as mudanças, não apenas econômicas, mas também sociais e políticas as diferentes realidades locais. Teorias como a da Modernização, da Dependência (principalmente para a América Latina a teoria cepalina), o Desenvolvimentismo Periférico são as mais conhecidas nesse debate.

É, no entanto, durante a década de 1970 que o problema da autonomia vem ser desenvolvido de forma mais específica na América do Sul, em especial no Brasil e na Argentina, devido a maior capacidade para manobras diplomáticas, comerciais e culturais em relação aos Estados Unidos. Ambos os países estavam em suas fases desenvolvimentistas do setor doméstico em relação à dependência internacional, com agenda baseada fortemente em um processo de industrialização e substituição de importações. Para que isso ocorresse de forma adequada a seus projetos domésticos, o paradigma da autonomia nacional foi conduzido de forma intensa.

SUMÁRIO

Encontramos em Juan Carlos Puig (1980), na Argentina, e Hélio Jaguaribe (1979) e José Honório Rodrigues (1966) no Brasil os principais indivíduos a construírem o arcabouço teórico inicial que permeia os estudos da área. De forma geral, Puig compreendia que o processo para a autonomia nacional passaria pelo estágio de auto-determinação atingido pelo Estado quando os grupos internos de poder buscariam ocupar espaços ocupados por grupos estrangeiros. Jaguaribe e Rodrigues compartilhavam dessa ideia, porém davam maior enfoque que os países para romper a dependência necessitavam de duas condições: capacidade de exercer coação aos países estrangeiros e possuir autonomia técnico-industrial aliado a uma relação internacional diversificada.

Também se refere a este período os professores Amado Cervo e Sombra Saraiva, quando afirmam que a formação de inteligência brasileira nas relações internacionais daquelas décadas (de 1950 e 1960) não pode ser subestimada como força profunda. O desenvolvimento de um pensamento brasileiro na área é também fator causal do adensamento da política exterior do Brasil e raiz de uma tradição que, em contato posterior com outras fontes, como o pensamento cepalino e com os teóricos da dependência, ampliaram o raio de ações dessas formulações pelo espaço latino-americano (CERVO, 2008; CERVO; BUENO, 2002; SARAIVA, 2014, 2015).

Porém, com as mudanças internacionais que tiveram lugar nas décadas de 1980 e 1990, os anos 2000 trouxeram de volta o debate sobre a autonomia, uma vez que em sua visão "original", de forte ênfase no nacionalismo, não tinha lugar de primazia no novo sistema internacional multipolar e de decisões multilaterais da atualidade. A autonomia deveria ser, de certa forma, voltada para compreensão da capacidade e a disposição dos Estados em tomar decisões independentes dentro de um sistema multilateral, levando a um aumento de estudos baseados em interdependência, cooperação e globalização em detrimento de um nacional-desenvolvimentismo dos anos 1960 e 1970.

Estes diferentes projetos autonomistas foram identificados, estudados e refletidos em nomenclaturas como “autonomia na dependência” (durante o governo Vargas), “política externa independente” (no início dos anos 1960), “pragmatismo responsável” (presente no governo Geisel) “autonomia pela distância” (nos governos Figueiredo e Sarney), “autonomia pela modernização” (governo Collor), “autonomia pela participação/integração” (no governo Fernando Henrique Cardoso) e “autonomia pela diversificação” e “autonomia pela assertividade” (no governo Lula) são utilizadas em trabalhos acadêmicos (SPEKTOR, 2014; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A estratégia autonomista foi desenvolvida, em maior ou menor intensidade, durante 3 grandes fases históricas: período do programa nacional-desenvolvimentista brasileiro, dos anos 1950-1980; a etapa da globalização liberal e do nacional-desenvolvimentismo (1989-1999) e a fase da instabilidade do ordenamento global unipolar e ascensão de um partido de esquerda no governo do Brasil (1999-2010). Ela seria apenas uma expressão da identidade nacional, composta de crenças e valores do que constituem a “civilização brasileira” posto no sistema internacional como forma de obtenção de ganhos. Sua base, ligada tradicionalmente à elite governante, está enraizada no entendimento a respeito da orientação geral da identidade brasileira, e não apenas algo construído dentro do Estado nacional.

A proposta neste texto é o de estabelecer breves ligações de ideias em encontros entre intelectuais e diplomatas. Encontramos na primeira fase interrelação entre o intelectual Hélio Jaguaribe e o diplomata João Augusto de Araújo Castro; na segunda fase entre o intelectual/político Fernando Henrique Cardoso e o diplomata Luis Felipe Lampreia; e na terceira etapa brasileira entre o intelectual Marco Aurelio Garcia e o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães.

O JOGO

A ideia de autonomia envolve uma junção de elementos e capacidades domésticos que fazem com que o Estado possa definir sua política externa frente ao Sistema Internacional sem que sofra “constrangimentos” das potências dominantes ou hegemônicas. É, como diz Vigevani e Cepaluni (2007), um reconhecimento pelas outras nações de uma igualdade jurídica universal. Justamente pelo fato de que o reconhecimento é desejoso por parte dos Estados não dominantes, a questão está em observar quais atores que são capazes de influenciar o sistema de maneira eficiente. Jaguaribe (1979) coloca essa capacidade de influência afirmando que a estrutura internacional é hierárquica, diferentemente da teoria realista que a considera como anárquica.

Essa trajetória de reflexão estratégica brasileira teve grandes adaptações, tendo em vista as mudanças e transformações no Sistema Internacional que marcaram não somente a sociedade brasileira, mas o mundo todo durante a última década do século XX. Podemos, entretanto, identificar em suas origens diplomáticas a base de um programa “nacional-desenvolvimentista” em que se desejava construir barreiras contra o livre-comércio e condicionar o investimento externo ao empresariado nacional, bem como garantir a transferência de tecnologia com outras partes do mundo, como o chamado Terceiro Mundo (CERVO; BUENO, 2002).

Em uma primeira fase a política externa é voltada ao desenvolvimentismo nacional com ênfase no pós-Segunda Guerra, principalmente a partir dos anos 1950, observada nos pensamentos de intelectuais como Hélio Jaguaribe (2013) e José Honório Rodrigues (1966). O ambiente internacional no período, fortemente marcado por um ordenamento centrado nos Estados Unidos e suas alianças, fez com que o Brasil buscasse essa autonomia em face a uma “adoção da luta anticomunista, pelo aparecimento de novos grandes grupos

de interesse de caráter industrial, por altas taxas de crescimento econômico e pela aposta em um modelo de modernização acelerada, mas conservadora” (SPEKTOR, 2014, p. 38).

Na fase de consolidação, esta proposta também conseguiu sobreviver ao colapso do modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo e ao processo de redemocratização, voltando-se então para um modelo mais “neoliberal”, em que a diplomacia passou a servir de “escudo” para proteger as reformas estruturais de estabilização financeira do período. No sistema internacional o país também atuou em plataformas como a não-proliferação nuclear, comércio mais liberal, Direitos Humanos e a proteção ambiental, crescendo assim sua participação externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

No novo processo de busca por autonomia, identificado pela sua forte “participação” no novo sistema internacional, encontra seus limites no início dos anos 2000, em que a expansão das ambições nacionais retomaram uma estratégia mais autonomista do que simplesmente inserir-se e participar do mundo globalizado, mas sim em estabelecer suas relações internacionais de forma mais bem instrumentalizada e diversificada para facilitar os recursos de poder doméstico, como vemos em uma política de redução de desigualdades sociais como forma de maior assertividade externa. Esta “nova política externa” continuava a projetar poder, uma vez que era uma nação mais fortalecida por seus valores nacionais teria maior autonomia internacional. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011; VIGEVANI; OLIVEIRA, 2007).

Percebe-se, porém, um certo esgotamento em encontrar soluções para uma “definitiva” conceitualização de autonomia para a política externa do Brasil. As tentativas de compreensão se dão, de certa maneira repetitiva, em encontrar elementos para a construção dessa autonomia ou dentro do Estado brasileira, via Itamaraty ou iniciativas personalistas dos mandatários no poder, ou por uma construção social entre os atores domésticos nacionais.

Há poucos trabalhos e exercícios acadêmicos mais elaborados que analisem a construção histórica, do ponto de vista da história intelectual das ideias do conceito, sobre como o Brasil trabalha a questão da autonomia por meio de sua política externa. Este projeto é uma proposta dessa tentativa.

Portanto, a construção de um projeto de política externa centrada em fatores subjetivos como ideias, crenças e valores pudesse ser analisada, é considerada como uma resposta das elites nacionais aos desafios domésticos e internacionais iniciados na década de 1950 com efeitos até os dias atuais. Para isso, a intelectualidade e a diplomacia nacional foram chamadas para pensar e promover a integração do país aos fluxos internacionais de consumo, de crédito, de investimento e de trabalho, de forma de diminuir a assimetria de poder internacional, para que o país possa aumentar sua capacidade de barganha e proteger o sistema nacional da chamada “globalização moderna”.

Esta estratégia autonomia pode ser observada em cinco “tipos” de política externa: Balanceamento, Diversificação, Construção de Coalizões, Distanciamento e Pertencimento. Essas categorias foram desenvolvidas, em maior ou menor intensidade, durante 3 grandes fases históricas: período do programa nacional-desenvolvimentista brasileiro, dos anos 1950-1980; a etapa da globalização liberal e do nacional-desenvolvimentismo (1989-1999) e a fase da instabilidade do ordenamento global unipolar e ascensão de um partido de esquerda no governo do Brasil (1999-2010) (SPEKTOR, 2014).

Contudo, este projeto autonomista não foi, em sua gênese, proposto como um cálculo estratégico tradicional de política externa. Ela seria apenas uma expressão da identidade nacional, composta de crenças e valores do que constituem a “civilização brasileira” posto no sistema internacional como forma de obtenção de ganhos. Sua base, ligada tradicionalmente à elite governante, está enraizada no entendimento a respeito da orientação geral da identidade brasileira,

e não apenas algo construído dentro do Estado nacional (LAFER, 2004). Vejamos esse projeto autonomista em alguns intelectuais e diplomatas durante três diferentes momentos da política externa brasileira contemporânea.

HÉLIO JAGUARIBE E ARAÚJO CASTRO

Jaguaribe, nascido em 1923, formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1946), foi um dos grandes nomes do denominado “Grupo de Itatiaia”, que reuniu intelectuais cariocas e paulistas e tornou-se o secretário-geral da fundação que se institucionalizou do grupo, o Instituto Brasileira de Economia, Sociologia e Política (IBESP) em 1953. Foi também um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Por causa de problemas internos no ISEB, Jaguaribe acaba se afastando e cuidando das empresas da família até 1964. Durante esse período dirigiu, por exemplo, a expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória.

Com o golpe militar de 1964, mudou-se para os Estados Unidos onde tornou-se professor nas universidades de Harvard, Stanford e no *Massachusetts Institute of Technology*. Voltando ao Brasil em 1969, Jaguaribe começa a lecionar no Conjunto Universitário Candido Mendes. Em 1979 participa da fundação do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES). No campo político, exerce por uma passagem muito rápida em 1992 o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia durante o governo de Fernando Collor de Mello. É eleito para a Academia Brasileira de Letras em 2005.

SUMÁRIO

1 Dentre os intelectuais que participam deste grupo junto com Hélio Jaguaribe, encontramos também Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Miguel Reale, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, dentre outros.

Mas encontramos no final de 1958 a publicação que foi sua obra seminal para uma reflexão nacional e de política externa – “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”. Nela, Jaguaribe procurava compreender as manifestações do nacionalismo político e econômico e de que maneira ocorriam suas articulações para a definição de posições distintas no plano de ação internacional do Brasil. Em sua visão, as transformações econômicas, em conjunto com o crescimento do perfil industrial do país, permitiria uma alteração na “conformação social” em que dois setores com visões opostas de mundo trabalhariam em conjunto: o Nacionalista, demandando um Estado apto a agir para o desenvolvimento, com sua burocracia estatal moderna e formado pela burguesia industrial, e o Cosmopolita, liderado pela burguesia latifúndio-mercantil, que tinha preferência pelo alinhamento com os Estados Unidos, conformando uma visão essencialmente “americanista”. Porém, é o setor Nacionalista quem teria que definir a estratégia nacional de modernização, com grande importância da dimensão externa (JAGUARIBE, 2013).

Vemos com isso que o objetivo central da política externa baseada no nacional-desenvolvimentismo era o de conferir os insumos necessários para um desenvolvimento nacional. E essa influência do pensamento de Jaguaribe encontramos a partir de 1961 com a Política Externa Independente, quando assistimos ao início de uma utilização conceitual para um plano de ação internacional do Brasil. Com isso há uma conexão entre a política externa do Brasil e as suas condições de desenvolvimento, uma vez que deveríamos ter uma visão de inserção internacional diferente das 2 apresentadas, uma visão com um curso particular, autêntico, de via “neutralista”. Ela sim ofereceria maiores chances de um país como o Brasil realizar seus interesses, permitindo atingir seus interesses nas relações assimétricas com os Estados Unidos e demais países desenvolvidos ao mesmo tempo em que promovia abertura de novos espaços nos países em desenvolvimento, com a adoção de um viés universalizante (LIMA, 2015).

Podemos observar essa relação conceitual/intelectual de Hélio Jaguaribe em todos os agentes observados neste trabalho. Porém, dentro do mesmo período temporal, é interessante olhar o discurso de posse como ministro de Estado das Relações Exteriores do governo de João Goulart, em 1963, de João Augusto de Araújo Castro. Certamente seria de maior relação analisar outros dois ex-chanceleres do período mais alinhados com as discussões teóricas/intelectuais de Jaguaribe, como Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas, construtores da Política Externa Independente. Porém pretendemos aqui comparar com diplomatas de carreira e suas incorporações das ideias.

Nascido em 1919, Araújo Castro entra para o Itamaraty em 1940, pouco tempo antes de se formar na Faculdade de Direito de Niterói. Em 1942, ainda novo na carreira, ciceroneia a Orson Welles em visita ao Brasil, que fazia parte dos esforços desenvolvidos pelo governo americano em função da Segunda Guerra Mundial dentro da conhecida “política da boa vizinhança”. Esse início de carreira com intensa atividade intelectual o faz assumir anos depois, em 1958, a chefia do Departamento Político e Cultural do Itamaraty. Ocupou espaços importantes na elaboração de política externa brasileira com participação na formulação da Operação Pan-Americana (OPA) durante o governo de Juscelino Kubitschek e integrando a comitiva do vice-presidente João Goulart em missão especial a Moscou e ao Extremo Oriente, em viagem marcada pela interrupção abrupta devido à renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961.

Sua atuação de grande relevância foi a de chefe da Delegação do Brasil à XVIII Sessão da Assembleia Geral da ONU em 1964, onde em discurso no Debate Geral, lançou aquilo que foi considerado umas da política externa mais arrojada: a política dos “Três Ds: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização”. Foi ainda chefe da Missão Permanente do Brasil junto à ONU em 1968, representando o Brasil no Conselho de Segurança. Em 1971 assume a Embaixada do Brasil em Washington, onde faleceu em 1975.

Dentre as inúmeras questões tratadas por Araújo Castro em sua carreira diplomáticas, a ideia aqui é a de observar seu discurso de posse como ministro no MRE² e na Assembleia Geral da ONU³, em 1963, com ligações com as ideias de Jaguaribe. Embora esse discurso seja considerado como um grande texto diplomático, sendo um profundo exame da inserção mundial do Brasil, vamos observar aqui apenas o que liga às ideias de Jaguaribe, publicadas e discutidas alguns anos antes. Na parte final de seu discurso, encontramos a questão central da inserção do Brasil no mundo, em que afirma que o Brasil não pertence a blocos, mas que integra um grande sistema interamericano (em relação a visão Cosmopolita de Jaguaribe), o que qualifica como um sistema de trabalho em prol da paz e do entendimento entre as nações, conceitos caros à diplomacia brasileira desde a época do Barão do Rio Branco, indicando que “é imperioso é que esse sistema interamericano se transforme num elemento dinâmico de renovação e de justiça social”.

Em sua fala acerca do segundo D, o do Desenvolvimento, Araújo Castro enfatiza o esforço em obter dos órgãos internacionais um reconhecimento da estreita correlação existente entre a estrutura do comércio internacional e o problema do desenvolvimento econômico. Ele percebia que este assunto seria crescente nas relações internacionais sobre a estabilidade das nações da própria ordem internacional. É dentro dessa dinâmica entre nacional e o internacional que “a atual estrutura do comércio internacional não favorece os países subdesenvolvidos e está baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro, atendem preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países industrializados” (CORRÊA, 2007, p. 181). Araújo Castro propõe assim atenção prioritária à industrialização, a

SUMÁRIO

- 2 O discurso completo encontra-se em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/joao-augusto-de-araujo-castro-discurso-de-posse>.
- 3 O discurso completo encontra-se em CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

mobilização de capital internacional para o desenvolvimento interno e o comércio internacional como segurança para as nações.

Embora a Política Externa Independente no período anterior ao golpe militar de 1964 já estivesse demonstrando de certa forma um esgotamento influenciado pela intensa crise interna no país, Araújo Castro procura despolitizar a PEI, concentrando apenas em temas econômicos do ponto de vista internacional. Assim, deixava-se de lado uma busca por desenvolvimento mais centrada no nacional, que foi uma forte marca dos governos desde 1961, e procurava enfatizar uma maior busca por novos parceiros comerciais no campo internacional, de forma a controlar a crescente crise econômica (VIZENTINI, 1994).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIS FELIPE LAMPREIA

Fernando Henrique Cardoso é conhecido no campo acadêmico como sociólogo enquanto no campo político como “político burocrático”. Para nossa análise, essa interligação é fundamental, pois ambos apoiadores e críticos utilizam seus pensamentos e escritos enquanto sociólogos de forma a compreender suas atitudes enquanto executor de políticas públicas.

Fernando Henrique nasceu no Rio de Janeiro em 1931, graduando-se em Ciências Sociais na USP em 1952, logo tornando-se professor universitário, assistente de Florestan Fernandes. Exilado no Chile após o golpe militar de 1964, trabalha na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) enquanto leciona sociologia em algumas faculdades chilenas. É nesse período que, em colaboração com Enzo Faletto escrevem a obra com o qual veio a ficar conhecido ‘Dependência e Desenvolvimento na América Latina’. Depois de

um período na França, retorna ao Brasil no final dos anos 1960 e impedido de lecionar em instituições públicas pelo Ato Institucional n. 5, funda em São Paulo com outros intelectuais o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). No final dos anos 1970 iniciou sua vida na política profissional, tendo sido Senador de 1983 a 1992, Ministro das Relações Exteriores de 1992 a 1993, Ministro da Fazenda de 1993 a 1994 e Presidente da República de 1995 a 2003⁴.

De forma bastante sintética, podemos compreender que o objetivo de seu trabalho Dependência e desenvolvimento na América Latina seria o de compreender as condições e formas do desenvolvimento econômico nos países que mantêm relações de profunda dependência com os principais polos hegemônicos do sistema capitalista. Para Cardoso, a burguesia local dos países periféricos possuía as melhores condições de estabelecimento de uma relação com o capital estrangeiro nas economias centrais, abrindo possibilidades para o desenvolvimento interno da estrutura produtiva nos países da periferia. Com isso, criaria-se um modelo associado com as economias hegemônicas para captação de dinheiro internacional, levando a poupança interna pregada pelo Estado Desenvolvimentista cepalino não mais necessária. Assim, temos uma categoria nova, o de um “desenvolvimento associado” (CARDOSO; FALETTO, 2001).

De acordo com essa ideia de Fernando Henrique, as instituições políticas, juntamente com os capitalistas “dependentes”, possuíam certa autonomia, porém sofriam com uma dependência econômica por serem subdesenvolvidos. Assim, o processo de internacionalização dos mercados criou uma dependência, que promoveria de fato o desenvolvimento desejado. Durante seu período na presidência, sua política econômica e externa teve forte ênfase na busca por um desenvolvimento econômico via poupança externa

SUMÁRIO

4 Para biografia completa, ver **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>.

para atender ao que Cardoso chamada de “nacionalismo de fins” – em contraparte ao nacionalismo de meios, que ele enxergava em políticas da era Vargas.

Como vimos no início do texto, a política externa que pautou o governo foi denominada de “autonomia pela inserção”, ou de “autonomia pela integração” como chamava seu chanceler Luis Felipe Lampreia, tem como principal objetivo o desenvolvimento econômico por meio de uma adaptação do Brasil às normas e aos regimes internacionais cada vez mais globalizados. Essa estratégia tinha como objetivo adaptar a economia brasileira institucionalmente as regras e as diretrizes dos países hegemônicos, conquistando maior credibilidade externa e atraindo investimento de suas empresas transnacionais e multinacionais (VIGEVAZI; OLIVEIRA, 2007).

Luis Felipe Lampreia, nascido no Rio de Janeiro em 1941, ingressa no Itamaraty em 1962. Sempre atuou em assuntos relacionados a economia desde o início da carreira, logo em 1963, onde era auxiliar do chefe da Divisão de Política Comercial do MRE, e tendo ocupado cargos no departamento econômico do Brasil no final dos anos 1960, assessor de coordenação econômica do gabinete do ministro das Relações Exteriores e atuou como delegado brasileiro nas assembleias anuais do FMI, do Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento na década de 1970. Após período como embaixador no Suriname, Lisboa e nos organismos internacionais em Genebra, atuando como chefe da delegação brasileira nas rodadas do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) antes de ser empossado Ministro das Relações Exteriores em 1995⁵.

Lampreia demonstrava certa clareza quanto a relevância da política externa para o desenvolvimento brasileiro, atribuindo grande significado à Operação Pan-Americana no governo de Juscelino

SUMÁRIO

5 Para biografia completa, ver **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-felipe-palmeira-lampreia>.

Kubitschek e a Política Externa Independente do início dos anos 1960, que marcaram o início de sua carreira. Porém, observa-se alguns pontos de seu longo depoimento ao CPDOC em 2008 uma tendência mais Cosmopolita do que Nacionalista, tendo em vista que foi chanceler mais de 3 décadas após esses eventos desenvolvimentistas. Quando indagado sobre o grande poder hegemônico dos Estados Unidos, diz que o “poder americano hoje é de tal ordem que o Brasil, para poder manter inclusive a sua autonomia e a suas opções, precisa ter as melhores relações possíveis com os Estados Unidos.” (LAMPREIA, 2010, p. 120) Mesmo em relação a não perder sua disposição interna de produção de políticas públicas, Lampreia diz que

O Brasil também não pode optar por uma integração plena, dentro de um esquema em que haja uma alienação da sua vocação, da sua visão do mundo, não é? Então, justamente a autonomia tem que ser buscada pela integração nesse mainstream, mas uma integração com especificidade. Quer dizer, uma integração que tenha a reserva da possibilidade de um caminho próprio, conforme as circunstâncias. (LAMPREIA, 2010, p. 230).

MARCO AURÉLIO GARCIA E SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

No depoimento de Lampreia ao CPDOC, ele cita o papel preponderante que Marco Aurélio Garcia teve como assessor internacional para o governo Luiz Inácio Lula da Silva pois, ao contrário dos assessores presidenciais anteriores, diplomatas de carreira, Garcia era uma figura determinante em política externa, principalmente a respeito da América Latina, pois ele “representa uma figura inédita no governo brasileiro, eu acho, de todos os tempos” (LAMPREIA, 2010, p. 10).

Marco Aurélio Garcia⁶ nasceu em 1941 em Porto Alegre/RS. Formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi professor nas universidades de Paris VIII e Paris X, na França, e na Universidade do Chile, terminando sua carreira acadêmica na UNICAMP. Durante o regime militar, exilou-se nos anos 1970 no Chile e na França, onde fez sua pós-graduação. Foi secretário de Cultura de Campinas entre 1989 e 1990 e de São Paulo, de 2001 a 2002. Fundador do Partido dos Trabalhadores, vice-presidente (2005-2010) e presidente interino (2006-2007), também atuou como Secretário de Relações Internacionais do PT, ajudando a organizar o Foro de São Paulo, antes de tornar-se assessor presidencial para política externa nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Diferentemente das ideias anteriores de desenvolvimento em política externa, Marco Aurelio Garcia via a projeção internacional do país calcada nos interesses internos, refletindo seu projeto de desenvolvimento nacional, política esta que ao mesmo tempo ajuda a configurar o projeto nacional define as condições para sua inserção em um mundo globalizado. Em sua crítica ao modelo anterior de Estado nacional, chega a afirmar que “tendo transformado o ajuste fiscal de instrumento em fim, o governo brasileiro acabou por sacrificar qualquer veleidade de construir um projeto de desenvolvimento nacional” (GASPAR; SPINA, 2018, p. 25).

Marco Aurelio sempre possuiu forte desejo de utilizar a democratização da ordem global capitalista, bem como o desenvolvimento compartilhado e a integração por parte dos países em desenvolvimento (ou da periferia) da América Latina como um importante e necessário componente para a transformação da sociedade brasileira rumo a prosperidade. Sempre raciocinando os direitos individuais de cada país e sua afirmação plena de soberania não poderiam ocorrer de forma isolada, sustentava que a inserção soberana do Brasil no mundo deveria necessariamente passar pela nossa região.

SUMÁRIO

6

Para maiores dados biográficos, ver <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/marco-aurelio-garcia/>.

Isolados, os países periféricos teriam baixa influência nas decisões internacionais e assim sempre à mercê dos países dominantes; por isso era necessária a defesa dos interesses nacionais e regionais de forma a promover reforma da ordem global (GASPAR; SPINA, 2018).

Enquanto Garcia provia determinadas ideias estratégicas de inserção internacional, sua contraparte diplomática também produzia ideias, mesmo sendo diplomata de carreira. Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do MRE durante quase toda a gestão de Luis Inácio Lula da Silva na presidência. Nascido em 1939 no Rio de Janeiro, formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1963, ingressou no mesmo ano no Itamaraty. Mestre em economia pela *Boston University* em 1969, atuou como diretor de Cooperação Internacional da SUDENE nos anos 1960, foi chefe do Departamento Econômico do MRE nos anos 1988 a 1990 e Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais de 1995 a 2001. Secretário-Geral das Relações Exteriores do MRE de 2003 a 2009, atuou no ano final da gestão Lula como Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos⁷.

Sua compreensão acerca do processo de desenvolvimento, por ele entendido como entendido como criação de infraestrutura básica, inclusive social, redução de desigualdades e preenchimento de lacunas nas cadeias produtivas, seria a de “ampliação da capacidade instalada, isto é, do investimento em capital físico instalado e, portanto, da capacidade de produção” (GUIMARÃES, 2000, p. 146). Embora Guimarães acredite que o capital estrangeiro trouxe, no passado, grandes contribuições para o desenvolvimento nacional, ele opta por afirmar que apenas com a ação interventora do Estado seria “decisiva para superar estrangulamentos localizados ou para dotar a economia da base indispensável ao seu desenvolvimento continuado” (GUIMARÃES, 2000, p. 155).

7

Para maiores dados biográficos, ver <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/colecoes/samuel-pinheiro-guimaraes-neto>.

Grande parte de sua crítica quanto ao modelo apresentado na gestão anterior, de assumir determinados compromissos internacionais pelo Estado Brasileiro de inserção externa usando a ideia de integração de Fernando Henrique, impedem a execução de uma política de investimentos e de disciplina do capital nacional e estrangeiro por meio de uma estratégia nacional que tenha como principal fundamento a percepção de que o desenvolvimento brasileiro, em um mundo conturbado de globalização assimétrica, deverá ter como base a sua indústria nacional, como forma de reduzir nossa vulnerabilidade externa. Assim, nos últimos quinhentos anos, nossa inserção internacional sempre foi marcada por ser periférica e dependente do que ocorre no centro das estruturas hegemônicas do poder político e econômico, com um certo retorno às ideias de periferia do final dos anos 1950 e início dos 1960, porém hoje dentro de uma diferente lógica de globalização que envolve não apenas Estados e organismos internacionais, mas também megaempresas transnacionais (GUIMARÃES, 1999).

Podemos observar que Samuel Pinheiro Guimarães buscava

na execução de sua política externa, e sempre orientado por princípios constitucionais, o Brasil em um mundo profundamente desigual, arbitrário e violento tem que reagir às iniciativas políticas de Grandes Potências especialmente os Estados Unidos; o Brasil tem que articular alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os Estados da periferia do sistema internacional para promover e defender seus interesses; o Brasil tem que transformar suas relações tradicionais com as Grandes Potências, historicamente desequilibradas (Guimarães, 2007, p.33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande contexto na busca por uma autonomia internacional para que o Brasil pudesse de conquistar seu desenvolvimento econômico se deu, de forma geral, por meio de duas grandes visões de mundo: uma nacionalista e outra cosmopolita. Diferentes formas de colocar essas ideias em práticas podem ser observadas na política externa brasileira desde o governo Vargas durante a Segunda Guerra com sua aproximação aos Estados Unidos como forma de atrair capital estrangeiro para o país.

A proposta neste curto texto foi uma breve tentativa de se observar de que forma um conceito de autonomia nacional elaborado frente ao processo de inserção internacional realizado por um país periférico no Sistema Internacional em meados dos anos 1950 permanece vivo e ativo para a formulação de política externa no Brasil, mesmo com todas as transformações tecnológicas e comunicacionais que o mundo viveu desde então, e foi incorporado e readequado em governos subsequentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990):** o desafio geoestratégico. v. 3ed. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000.

BURGES, Sean W. Thinking through Brazil's strategic leadership gap. *In*: FLEMES, Daniel; EBERT, Hannes (org.). *Regional Powers and Contested Leadership*. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 63–84.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 51, n. 2, p. 8–25, 2008.

SUMÁRIO

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

GASPAR, Bruno; SPINA, Rose (org.). **A opção sul-americana: reflexões sobre política externa (2003-2016) / textos selecionados de Marco Aurélio Garcia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Capital nacional e capital estrangeiro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 14, n. 39, p. 143-160, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, [s. l.], v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAMPREIA, Luiz Felipe. LUIZ FELIPE LAMPREIA (depoimento, 2008). Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Entrevistadores: Marly Silva da Motta; Matias Spektor.

LAMPREIA, Luiz Felipe. LUIZ FELIPE LAMPREIA II (Depoimento, 2014). Rio de Janeiro: [s. n.], 2014. Entrevistadores: Alexandre Moreli; Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Instituições democráticas e política exterior**. Contexto Internacional, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Visões da Obra de Helio Jaguaribe**. Brasília: FUNAG, 2015.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas Internacionales y Autonomía Latinoamericana**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; FARIAS, Rogério de Souza. Análise de Política Externa Brasileira: questões conceituais e metodológicas de um campo em evolução. In: IX ENCONTRO DA ABCP, 2014, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: [s. n.], 2014. p. 26.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio. **Contexto Internacional**, [s. /], v. 36, n. 1, p. 9–41, 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. El concepto de autonomía decisoria en la política exterior brasileña: una creación propia del lugar de Brasil en el mundo. *In*: RUIZ, José Briceño; SIMONOFF, Alejandro (org.). **Integración y Cooperación Regional en América Latina**: Una relectura a partir de la teoría de la autonomía. 1a ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015. p. 274.

SPEKTOR, Matias. O Projeto Autonomista na Política Externa Brasileira. *In*: NETO, Aristides Monteiro (org.). **Política Externa, espaço e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 17–58.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Brazilian Foreign Policy *In*: the Cardoso Era. **Latin American Perspectives**, [s. /], v. 34, n. 5, p. 58–80, 2007.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, [s. /], v. 57, n. 2, p. 553–580, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. **Revista Brasileira de Historia**, [s. /], v. 14, n. 27, p. 99–111, 1994.



3

*André Ricardo Valle Vasco Pereira
Larissa Nuvens Guimarães
Maria Luísa Melo Welerson*

AS “FRAGILIDADES” DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO:

**QUESTÕES SOBRE UMA TRADIÇÃO
INTERPRETATIVA ACERCA DAS INSTITUIÇÕES
DEMOCRÁTICAS NO BRASIL**

INTRODUÇÃO

Um fenômeno bastante estudado quando levamos em conta o funcionamento das instituições democráticas contemporâneas no Brasil envolve a constituição de padrões de relacionamento entre Executivo e Legislativo. Neste sentido, foi elaborado o conceito de presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018), que já alcançou uma relevância significativa na literatura especializada. Em que pese as variações interpretativas, durante muito tempo, ele serviu para que a comunidade de especialistas abordasse àquela realidade com o fito de demonstrar que havia uma lógica de funcionamento e de estabilização. É comum que se pense o processo de transação entre governantes e legisladores no Brasil como pautado por acordos espúrios, por “cooptação”, compra de votos, realizado caso a caso. Isto tem a ver, entre outras coisas, com a existência de um sistema multipartidário altamente fracionado e que costuma ser visto como contando com baixa coesão dos partidos políticos. Já as pesquisas sobre o assunto, usando o instrumental citado, caminham na direção contrária, buscando demonstrar maior solidez das bancadas partidárias e constância dos acordos que implicam a negociação de cargos e verbas em troca do controle da agenda do Legislativo pelo Executivo. O que resulta é interpretado como uma coalizão de governo, que apresenta um dia a dia de gerenciamento das matérias no qual jamais estão eliminados o conflito, as renúncias, as desistências, os atrasos, as alterações de conteúdo. Ou seja, o funcionamento das coalizões possui um custo, que varia com o tempo. Elas podem existir no plano federal, no estadual e no municipal. O que a literatura especializada veio fazendo ao longo do tempo, então, foi produzir análises que buscaram introduzir mais lógica e estabilidade ao funcionamento do fenômeno, o que resulta em uma visão mais positiva da democracia no país.

Nos últimos anos, contudo, alguns fatores levaram ao entendimento de que custos e ineficiências teriam aumentado em demasia, de forma que o gerenciamento das coalizões no plano

federal teria se tornado muito problemático, resultando no *impeachment* de Dilma Rousseff, no avanço do Congresso Nacional sobre as emendas parlamentares e a produção legal, chegando ao limite no governo Bolsonaro, quando o presidente entregou o controle da coalizão que formou tardiamente ao que se convencionou chamar de "Centrão". Este grupo, por sua vez, tomou as rédeas da execução das emendas parlamentares, com destaque ao "orçamento secreto". A posterior eleição de Lula e a continuidade dos líderes do Centrão nas presidências das Mesas Diretoras do Congresso criou elementos para manter uma leitura negativa sobre o sistema como um todo.

Este trabalho traz resultados parciais de uma pesquisa sobre o primeiro mandato de Paulo Hartung como governador do Espírito Santo (2003-2006). Naquele momento, foi desmontado um modelo de funcionamento do presidencialismo de coalizão que se baseava no "Partido da Mesa Diretora (PMD)". Este conceito foi elaborado por um dos autores deste trabalho em sua tese de doutorado (PEREIRA, 2014). O PMD consta de um grupo informal de parlamentares que se autonomiza com relação ao Executivo, assume o controle dos principais cargos do Legislativo, e, desta forma, dirige o trâmite das matérias. O Executivo deixa de negociar com lideranças partidárias para se acertar com o PMD. Este, em troca, acessa recursos do Executivo, assim como meios próprios ao Parlamento. Tudo isto serve ao propósito de atender à demanda dos legisladores por cargos e verbas, usados para manter o apoio das bases eleitorais. O que aconteceu no período citado nesta pesquisa foi um rearranjo do modelo, com o processo retornando ao controle do Executivo.

Da segunda metade do mandato de Vitor Buaiz (1997-98) até o fim do mandato de José Ignácio Ferreira (2002), José Carlos Gratz assumiu a presidência da Assembleia Legislativa. O modo de funcionamento da coalizão se deu de acordo com a lógica do PMD. No início do mandato de Hartung (2003), este grupo conseguiu eleger o novo presidente da Casa, mas o pleito foi anulado na Justiça. Cláudio Vereza (PT) chegou à direção da Mesa Diretora (PEREIRA, 2022).

SUMÁRIO

Durante seu mandato (2003-2004), eliminou uma das fontes principais de poder do PMD, que era o uso de recursos internos ao Legislativo para distribuir verbas aos pares. Já entre 2005-2006, a Casa foi comandada por César Colnago (PSDB). Ao longo do período, Hartung fez uso estratégico de acusações de corrupção contra membros do antigo PMD como forma de controle sobre o plenário. Contudo, o novo desenho gestou insatisfações entre os legisladores, de forma que pressões foram feitas na fase de Colnago para o reposicionamento do grupo frente aos recursos, com níveis razoáveis de sucesso. Este processo pode ser elucidativo para aprofundar a discussão sobre formas de autonomização do poder interno ao Legislativo, como o que ocorre no caso do Centrão na atualidade no Congresso. E para uma avaliação do conceito de presidencialismo de coalizão.

APORTE TEÓRICO

A literatura teórica sobre o tema é bastante diversificada. De uma forma geral, a referência mais constante é a linha institucionalista da Ciência Política. Há trabalhos que usam recursos da Teoria dos Jogos, mas eles se mostram limitados para o caso brasileiro devido ao baixo nível de institucionalização dos partidos políticos no país. Daí a opção, em algumas abordagens, por formas mais descritivas do processo que quantitativas. Neste sentido, e tendo em vista as realidades subnacionais, como é o caso aqui, o grande destaque interpretativo e clássico fica por conta da obra de Fernando Abrúcio (1998). Este autor defendeu a tese do ultrapresidencialismo estadual, ou seja, de que a capacidade de controle da agenda pelos governadores seria bem maior que dos presidentes brasileiros, devido a uma série de fatores que tornariam os parlamentos locais menos capazes de se contraporem ao Executivo.

Conforme foi dito acima, com a passagem do tempo, a visão de que o modelo tinha a capacidade de estabilizar a relação entre Executivo e Legislativo, contribuindo para um bom funcionamento da ordem democrática liberal de massas em regimes presidencialistas, foi sendo colocada em cheque. O que este estudo busca oferecer é um exemplo histórico sobre como uma suposta “disfuncionalidade”, ou seja, o que muitos veem como usurpação de atribuições do Executivo por lideranças parlamentares (a exemplo do atual Centrão) faz parte da lógica de funcionamento deste arranjo institucional. Quer dizer, a formação de um grupo informal no Legislativo que impõe suas preferências pode ser desfeita. E o caminho para tanto é a reconquista do controle sobre recursos públicos. No primeiro mandato de Paulo Hartung, isso foi feito por intermédio de uma série de ações, que serão descritas na parte da Análise.

ANÁLISE

Ao iniciar seu mandato, em 2003, Hartung encontrou uma Assembleia Legislativa na qual, dos 30 deputados, 9 foram oriundos do mandato anterior. Destes, oito foram considerados como alinhados ao PMD. Foram eles: Luiz Carlos Moreira (PMDB), José Esmeraldo (PFL), Gilson Gomes (PFL), Marcos Gazzani (PGT), Zé Ramos (PFL), José Tasso (PTC); Fátima Couzi (PPB) e Sérgio Borges (PMDB). Apenas Cláudio Vereza (PT) foi reeleito e não foi inserido neste grupo. E duas pessoas eleitas, devido a traços políticos específicos, com parentesco ou mandatos anteriores, também foram considerados alinhados ao PMD: Gilson Amaro (PPB) e Rudinho de Souza (PSDB). Ou seja, 10 nomes. Além deles, o PPB conseguiu quatro parlamentares, dos quais Heraldo Musso e Reginaldo de Almeida estavam à direita e tendentes ao campo de atração do PMD. Neste cálculo, seriam 12 dos 16 votos necessários para conquistar a presidência da Casa.

Apesar da cassação de Gratz ao mandato que se iniciaria em 2003, ele continuou na direção do Parlamento e articulou reuniões do PMD e seus aliados. Neste sentido, o jornal A Tribuna chegou a destacar que: “Gratz afirmou, na última quarta-feira [29/01/03] que está participando ativamente do processo de discussão para escolha do futuro presidente. A informação foi dada no restaurante da Assembléia Legislativa” (TOSE, 2003, p. 27). As reuniões do grupo eram fechadas, mas foram descobertas ou vazadas para os jornais. O número de participantes era incerto e se especulou que estivesse entre 20 e 21 parlamentares eleitos e reeleitos. A deputada Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB), ex-presidenta do Tribunal de Contas do Estado e mãe do então prefeito de Vitória, Luíz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), que vinha tentando viabilizar o seu nome, mudou de postura quando se convenceu do papel de Gratz:

Esse grupo de 20 ou 21 deputados que se dizem independentes e estão se articulando para eleger o presidente da Assembléia não passa de inocentes úteis de José Carlos Gratz, que manobra por trás deles para manter o poder no Legislativo. Por isso não posso fazer parte dele, nem que fosse escolhida para ser a presidente. [...]

Percebi que de um lado havia um grupo manipulado por Gratz e do outro estava Cláudio Vereza, com o apoio do governador Paulo Hartung [...].

Entre os deputados que estão nesse grupo existe gente boa, mas que está sendo inocente útil para as pressões de Gratz. [...]

Apelo a essa gente de bem que, mesmo que não goste do PT, mesmo que não goste de Vereza, que pense no Espírito Santo, pense que precisamos instalar novamente a ética na Assembléia e essa ética será implantada por Cláudio Vereza (MARIAZINHA, 2003).

O comentário da legisladora ratifica a divisão entre a liderança de Gratz e de Hartung na disputa. Implicitamente, qualifica os novatos como “gente boa” e sugere que haveria, da parte deles,

veto ao PT. A única razão para isso seria o posicionamento destes à direita. Este foi um dos fatores que levou o PMD a focar nos recém-eleitos, novatos na política, e tendentes, de fato, à direita. Outro fator foi a oferta de posições de poder a eles na nova Mesa. Foi dessa forma que se lançou o nome de um deles, Geovani Silva (PTB), à presidência da Assembleia. A votação foi secreta, porém, com declarações de voto e avaliando o perfil dos membros da Casa, foi elaborada uma lista dos 19 votos que foram dados a Geovani no pleito interno de 3 de fevereiro de 2003. Além de todos os nomes já citados: Cabo Elson (PDT); Robson Vaillant e Cláudio Thiago, ambos do PL; Marcelo Santos e Euclério Sampaio, ambos do PTB, terminando com Délio Iglesias (PSC). Este seria o grupo qualificado de “gente boa” por Mariazinha.

O PMD compôs um núcleo, que atraiu políticos experientes e conservadores, além de novatos, que poderiam até ser filiados a partidos supostamente progressistas ou que tivessem estado, formalmente, com Hartung no pleito de 2002. Nesta primeira escolha da Mesa Diretora, o nome apoiado pelo governador, o de Cláudio Vereza, contou com apenas onze votos: Edson Vargas (PMN), Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB), Sueli Vidigal (PDT), Anselmo Tose e César Colnago, ambos do PPS; Paulo Foletto e Janete de Sá, os dois do PSB; e a bancada de quatro do PT, o próprio Vereza, além de Carlos Casteglione, Helder Salomão e Brice Bragato.

Hartung havia se filiado ao PSB, saindo do PPS, por uma série de conveniências. Ele não era liderança do partido, comandado pelo deputado federal Renato Casagrande. Mesmo que obtivesse a fidelidade da legenda, ela tinha só dois parlamentares. O PT, por sua vez, havia estado no palanque do outro candidato ao governo, Max Mauro. Ocorre que Lula havia sido eleito presidente da República, de forma que o partido poderia sonhar com voos mais altos. O caminho para tanto foi o de pressionar por Vereza à presidência da Assembleia, obtendo, ao final, o apoio do Palácio Anchieta. Houve um esforço deste para desmontar o bloco direcionado por Gratz.

Um caminho foi a proximidade informal com o Grupo de Repressão do Crime Organizado (GRCO), do Ministério Público Estadual, que solicitou a cassação dos mandatos de 5 deputados:

Uma comissão formada por oito promotores do Ministério Público Estadual (MPE) começou a analisar ontem o ofício enviado pelo Ministério Público Federal (MPF), solicitando a adoção de medidas para afastar os cinco deputados estaduais reeleitos, que tiveram o pedido de prisão preventiva pedida pelos procuradores da missão especial de combate ao crime organizado [...]

No ofício, o MPF argumenta que os parlamentares Sérgio Borges (PMDB), José Tasso (PTC), Gilson Amaro (PPB), Marcos Gazzani (PGT) e Gilson Gomes (PFL) – acusados de receber cheques de R\$ 30 mil para votarem a favor da reeleição do então presidente da Assembléia José Carlos Gratz (PFL), em 2000 – estão se articulando “com a finalidade de reassumirem o comando” da Assembléia Legislativa (MPE, 2003).

Outro caminho foi a tentativa de interferir no PL e no PPB por meio de acordos por cima, e não diretamente com os legisladores destas legendas. O comando do PPB no estado pertencia ao deputado federal Nilton Baiano. Ele teve que se deslocar da capital federal para uma reunião de emergência na sede do governo do estado, o Palácio Anchieta. O parlamentar deixou explicitado que se tratava de um acordo mediado pelo governador. Mas a dúvida sobre o comportamento de seus correligionários estava colocada, pois foi necessário que ele os ameaçasse com punições. Baiano se mostrou preocupado com o voto secreto, que, por sua vez, fez parte do conjunto de manobras elaborada por Gratz, começando por sua renúncia à presidência no último dia de seu mandato:

A renúncia inédita e inesperada do ex-presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz (PFL), para que o deputado José Ramos (PFL) conduza os trabalhos na posse e na eleição da nova Mesa Diretora mostra a disposição de seu grupo político de usar todos os recursos

possíveis para tentar assegurar a vitória do candidato que será escolhido nos próximos dias. Ao que tudo indica, Ramos na presidência impediria qualquer manobra da base governista que pudesse levar à votação aberta para a escolha do novo presidente da Casa. [...]

Gratz também renunciou quando, nos bastidores, chegou a ser discutida a possibilidade de tentar manter voto aberto, embora formalmente a manobra contrarie o Regimento Interno. E não é demais lembrar que a última votação secreta para a Mesa Diretora da Casa foi realizada em 1997, quando Gratz obteve seu primeiro mandato de presidente. Em 1999 e 2000, ao ser reconduzido por duas vezes ao cargo, as votações foram abertas. A volta do escrutínio secreto se deu em dezembro do ano passado, por motivos considerados obscuros (AMORIM, 2003).

Quando Gratz já havia sido cassado, o Regimento Interno foi modificado para o retorno do voto secreto, o que facilitaria a adesão dos novatos. Além disso, a renúncia garantiu que a sessão de posse e eleição da Mesa fosse dirigida por um membro do PMD, Zé Ramos. A desculpa formal foi a de que a posse seria no dia 1 de fevereiro (um sábado) e a eleição da Mesa em 3 de fevereiro (uma segunda). Tal distância foi definida em alteração do Regimento Interno por solicitação do adventista Délio Iglesias, que pediu para tomar posse na segunda e não no sábado (ADVENTISTA, 2003). Como Gratz não havia sido mantido no mandato, ocorreria um “vazio” na segunda. Todavia, isto não é correto, pois: “a sessão de eleição da Mesa seria comandada pelo deputado mais idoso, no caso, a parlamentar eleita Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB)” (GRATZ, 2003, p. 26), o que impediria a direção do processo.

O detalhe é que houve outros esforços, envolvendo a máquina administrativa da Casa, que era um dos polos fundamentais de poder do grupo. Mais especificamente, o diretor-geral atuou nos bastidores:

SUMÁRIO

Gravações de conversas telefônicas entre o diretor-geral da Assembléia Legislativa, André Nogueira, e o ex-presidente da Casa, deputado José Carlos Gratz, comprovam que foi feita uma articulação política para impedir que o Ministério Público Estadual (MPES) conseguisse notificar o afastamento dos deputados reeleitos [...].

As gravações, feitas com autorização da Polícia Federal (PF) e divulgadas ontem na TV Globo, revelam como foram os bastidores da votação [...].

Durante a conversa com Gratz, Nogueira comparou a Assembléia ao Vaticano. “Não é isso? Não é igual ao Vaticano território lá, nosso? Tranquei tudo. Coloquei dois seguranças em cada porta. Os tribunais na porta de vidro, ali para entrar no plenário”, declarou Nogueira (GARCIA; AMORIM, 2003).

A divulgação da conversa foi fundamental para que o Tribunal de Justiça anulasse o pleito. André Nogueira era o funcionário mais graduado do staff administrativo da Casa, peça chave no esquema de poder do PMD. Além da atuação no dia, as gravações mostraram que ele foi articulador, indicando que a centralidade da figura de Gratz não deixava seus aliados em posição passiva, o que demonstrava sua capacidade de ação mesmo na ausência do líder. Na conversa, Nogueira comenta sobre a decisão do grupo de inserir nomes deles na chapa de Vereza para despistar: “Rapaz, nós colocamos gente na chapa deles que votou com a gente. Eles não entenderam nada...” (OS TRECHOS, 2003, p. 4). Com a decisão da Justiça, sete deputados foram afastados (Couzi, Moreira, Amaro, José Tasso, Gomes, Gazzani e Borges), todos do PMD. Houve uma nova eleição com chapa única, encabeçada por Vereza e da qual Hartung, novamente, participou com articulador. Assim, ele foi eleito.

Na direção da Mesa Diretora, Vereza tomou decisões, ao longo de 2003, que atacaram o cerne da distribuição de recursos. Foram várias as medidas, como:

- a. Suspensão temporária de contratos;
- b. Exoneração de funcionários ligados ao grupo de Gratz. Havia 30% de efetivos e 70% de comissionados. Dos cerca de 530, 165 foram cortados até 12 de março;
- c. Rompimento do contrato de prestação de serviços variados sobre os quais pesavam suspeitas de desvios;
- d. Fixação de cotas de combustível, telefone e impressão;
- e. Postura contrária ao aumento dos deputados, em 54%, que já havia sido aprovado anteriormente. A Mesa propôs uma Proposta de Emenda Constitucional para revisá-lo. O tema foi parar na Justiça, com a derrota de Vereza.

Tudo isso resultou em reclamações frequentes dos legisladores, apontando “centralização” por parte do PT. Eles não teriam sido “comunicados” quanto a nomeações e exonerações de cargos comissionados. Vários reagiram, pleiteando participação nas nomeações para as 523 vagas “abertas”. Insatisfações foram também direcionadas a perdas de “benefícios” como o auxílio-moradia e com a fixação da verba de gabinete. Em maio, alguns se reuniram com o vice-governador, Lelo Coimbra, e com Vereza, cobrando a “gestão compartilhada” que havia sido prometida no processo de votação da segunda Mesa. Euclério Sampaio chegou a dizer que Vereza não seria “democrata”, enquanto Cláudio Thiago o considerou “autoritário”. Estas eram falas de novatos, enquanto os membros do antigo PMD que haviam sido afastados conseguiram a recondução na Justiça. A postura deles foi a de se aproximar do Executivo, pois se encontravam ameaçados por processos judiciais e pela possibilidade de serem denunciados ao Conselho de Ética da Casa. O clima interno era de insatisfação com a desmontagem do esquema de poder do PMD, e a saída identificada foi a aproximação com Hartung. Simbolicamente, isto foi expresso na seguinte piada: “Um parlamentar perguntou ao deputado Gilson Gomes (PFL) se ele já tinha

lido os projetos enviados pelo governador Paulo Hartung (PSB) ao Legislativo. Gomes, então, saiu-se com esta: 'Eu sou tão governista que nem leio, só confiro assinatura'" (LOPES, 2003).

No ano seguinte, 2004, o cenário foi marcado pela corrida eleitoral referente aos prefeitos e vereadores dos municípios capixabas, mas também pelas articulações antecipadas em torno da eleição para a Mesa Diretora que, por sua vez, só ocorreria em fevereiro de 2005. Este evento causou uma expectativa tão grande na Assembleia que, no dia 12/05/2004, Luiz Carlos Moreira (PMDB) protocolou um projeto que previa apenas uma possível reeleição à presidência da Casa. Naquele momento, 19 dos 30 deputados apoiavam a ideia. Já no dia 24/08/2004, foi protocolada uma Proposta de Emenda Constitucional que antecipava, de fevereiro de 2005 para 15 de dezembro de 2004, a escolha da Mesa, com o apoio de 16 parlamentares.

As expectativas em torno da eleição para a Mesa tornaram-se o principal assunto entre os deputados. Havia apostas em possíveis candidatos. Mariazinha Vellozo Lucas era um dos nomes ventilados. Ela chegou a desistir de concorrer à prefeitura de Vila Velha para disputar a presidência da Casa. Em contrapartida, a PEC citada acima, do deputado José Tasso (PRTB), que previa a antecipação para dezembro, não foi bem aceita por todos os parlamentares, sobretudo por Vereza, que via a proposta como uma tentativa de retornar à "Era Gratz".

Nos primeiros meses daquele ano, Hartung optou por se manter neutro nas eleições municipais, contudo, essa decisão se modificou. Ao longo do tempo, ele começou a apoiar candidaturas pelo Estado. E com relação a eleição da Mesa Diretora não foi diferente. O governador acabou demonstrando seu interesse na reeleição do presidente da Casa. O PT havia rompido com ele no fim do ano anterior e esta foi uma forma de reconstruir pontes.

Mais adiante daquele ano, já em outubro, o clima entre o governo estadual e os parlamentares foi esquentando por conta das eleições municipais. Parlamentares como Robson Vaillant, Euclério Sampaio, Mariazinha V. Lucas, José Tasso, Fátima Couzi e Sérgio Borges ficaram insatisfeitos com a posição do Palácio Anchieta, pois esperavam tratamento diferenciado. Esse conflito contribuiu para barragem de projetos pelos legisladores, como o benefício a auditores-fiscais do estado. E o posicionamento de Hartung pela continuidade de Vereza no cargo levou alguns parlamentares, que eram a favor do projeto que previa a reeleição, a se mostrarem contrários. Em nome dos interesses de seu partido, a deputada Brice Bragato (PT), buscou protelar a votação do projeto para após as eleições municipais.

A antecipação do pleito era do interesse de vários dos membros da Casa, tanto os que se originaram do PMD quando novatos que a ele haviam aderido no início do ano anterior. Ela permitiria que fosse construída uma nova configuração interna antes da entrada dos suplentes. Tendo em vista as insatisfações com os cortes de recursos efetuados pela Mesa, a unidade poderia ser produzida contra o PT e outros participantes do comando da Casa (PPS e PSB). A ideia era a de transformar a eleição interna em um assunto dos legisladores, do qual Hartung deveria ser mantido à parte. Desta forma, em 07/11/2004, saiu a divulgação da intenção de votos. Anselmo Tosse (PPS), Carlos Casteglione (PT), Cláudio Vereza (PT), Edson Vargas (PMN), Gilson Gomes (PFL), Sérgio Borges (PMDB) e Paulo Foletto (PSB) se posicionaram contra a antecipação. Os parlamentares justificaram seus votos baseados na Constituição, e defenderam que os colegas que fossem assumir o cargo no próximo ano deveriam ter seu direito de contribuir para a escolha da direção do Parlamento garantido. Já os deputados Cabo Elson (PDT), Délio Inglésias (PTB), Euclério Sampaio (PMN), Fátima Couzi (PRTB), Geovani Silva (PSDB), Gilson Amaro (PRTB), Janete de Sá (PSB), José Tasso (PTC), Mariazinha Veloso Lucas (PSDB), Marcelo Santos (PTB), Robson Vaillant (PL) e Rudinho de Souza (PSDB) se mostraram a favor da antecipação.

Entre as justificativas estava a afirmativa de que os que estavam no cargo já tinham experiência e poderiam votar com mais maturidade. Vale notar a quase coincidência deste bloco com o voto dado a Geovani. Alguns se mostraram indecisos. Foi o caso de Brice Bragato (PT), César Colnago (PSDB), Claudio Thiago (PL), Heraldo Musso (PP), José Esmeraldo (PDT), Marcos Gazzani (PRTB), Reginaldo Almeida (PSC) e José Ramos (PFL). Nesta lista, boa parte dos que ficaram com Geovani antes. O que isso nos mostra? Que o PMD ainda poderia ser reconstituído como núcleo, mas a formação de uma maioria não estava garantida. O debate sobre a Mesa e a forma como certas lideranças pretendiam conduzi-lo foi uma forma de resistir ao controle sobre os recursos internos e o crescimento do poder de agenda do Executivo.

Muito se especulou sobre quais seriam os interesses da antecipação e da reeleição. O resultado do pleito municipal beneficiou ao PT, que conquistou Vitória e a cidade de Cariacica, na Região Metropolitana da capital. Quando Hartung demonstrou seu interesse pela continuidade de Vereza, a concentração de poder em torno desta legenda passou a ser usada como argumento contrário. Tanto que Marcelo Santos (PTB); Délio Iglesias e Fátima Couzi, do PRTB; Mariazinha Vellozo Lucas e Rudinho de Souza, do PSDB; Cabo Élson, Sueli Vidigal e José Esmeraldo, do PDT; Cláudio Thiago e Robson Vaillant, do PL; e Euclerio Sampaio (PMN), voltaram atrás sobre suas assinaturas e protocolaram requerimento solicitando a retirada da tramitação da PEC da reeleição. Essa movimentação foi liderada pela deputada Janete de Sá (PSB).

Assim como, no início do ano anterior, Hartung teve um posicionamento que criou condições para a reação de alguns deputados. Ele trabalhou para que a reeleição de Vereza se concretizasse, tratando desse assunto diretamente com os legisladores. Novamente, o governador usou o argumento de que havia o perigo de que forças políticas ligadas à corrupção e que estariam alojadas na máquina pública pudessem retornar à Assembleia. Esta declaração deu

oportunidade para que se cobrasse dele a lista dos nomes dos deputados supostamente envolvidos com o crime organizado. Este recurso retórico tinha a função de intimidar os membros do antigo PMD, mas, assim como no ano anterior, funcionou mal.

O processo de formação e manutenção de uma maioria situacionista tende a ser mais bem sucedido quando o núcleo da coalizão de governo é formado por partidos e/ou lideranças ligadas ao projeto do Chefe do Executivo. No caso, o PT, com uma agenda própria, ocupou o cargo mais importante. Isto gerou instabilidade, o que levou Hartung a tentar uma solução de compromisso com o partido, mas o crescimento deste, por sua vez, abriu espaço para o lançamento de outros nomes, como foi o de Mariazinha, insatisfeita com a falta de apoio do governador ao candidato apoiado por seu filho, o prefeito de Vitória, no pleito municipal. Esta pessoa fora o deputado César Colnago, já no PSDB. Ou seja, a coordenação da ação coletiva no bloco de Situação estava sendo minada por jogos ocultos na própria base. No caso específico, o nome de Mariazinha sofria veto do governo por seu perfil independente. Neste sentido, o comportamento do PT aumentou os custos de transação, pois Vereza derrubou o requerimento que solicitava a retirada das assinaturas da PEC da reeleição no dia 24/09/2004. Isto aglutinou um número superior à maioria em plenário (17) que, em questões de minutos, criou um novo documento. O clima estava tão tenso que o próprio PT reconheceu que a reeleição poderia desgastar a imagem do partido perante a sociedade. O próprio vice-governador, Lelo Coimbra, foi à Assembleia para tentar apaziguar os ânimos, mas não foi bem recebido.

No dia 01/12/2004, a tramitação das duas medidas ainda não tinha sido submetida ao plenário, pois o presidente estava utilizando brechas regimentais para segurar o trâmite. Isto foi visto como uma medida para tentar ganhar tempo para que o governador pudesse convencer os deputados a mudarem de posição. Eles receberam constantes telefonemas do Palácio, mas se mantiveram firmes.

Assim, em 06/12/2004, a PEC de Luiz Carlos Moreira que propunha a reeleição foi derrubada por quatorze votos a sete. Os votos contra a reeleição foram de: Cabo Elson (PDT), César Colnago (PSDB), Euclério Sampaio (PMN), Fátima Couzi (PRTB), Geovani César (PSDB), Gilson Gomes (PFL), Heraldo Musso (PP), José Esmeraldo (PDT), José Tasso (PTC), Marcelo Santos (PTB), Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB), Robson Vaillant (PL), Rudinho de Souza (PSDB) e Sueli Vidigal (PDT). Já os parlamentares que se manifestaram a favor da reeleição foram: Anselmo Tose (PPS); Brice Bragato, Carlos Casteglione e Helder Salomão, do PT; Luiz Carlos Moreira (PMDB); Marcos Gazzani (PRTB) e Paulo Foletto (PSB). Nove deputados não se fizeram presentes, foram eles: Cláudio Thiago (PL), Edson Vargas (PMN), Délio Iglesias (PTB), Gilson Amaro (PRTB), Janete de Sá (PSB), Reginaldo Almeida (PSC), Sérgio Borges (PMDB) e José Ramos (PFL). Este desenho manteve a divisão entre um bloco ao lado da Mesa, um de oposição e outro, no qual havia uma quantidade considerável de novatos. A dinâmica, portanto, repetia, em certo grau, o que havia ocorrido no ano anterior, com os egressos do PMD formando um núcleo que tentava atrair novatos e/ou parlamentares conservadores.

O que se obteve foi um equilíbrio precário, devido à eliminação de Vereza e o reforço de Mariazinha, com apoio declarado de Colnago, que havia sido líder do governo na Assembleia e se encontrava em processo de afastamento com relação a Hartung. Ou seja, a base teórica do governador, seu grupo pessoal, distribuído inicialmente pelo PSB, PPS e PSDB estava dividido e em confronto público com ele. Naquele momento, a forma como Hartung tentou resolver o problema foi indicando Paulo Foletto, do PSB, e ligado ao deputado federal Renato Casagrande. Um aspecto relevante de toda a sequência de jogadas é a exclusão de Gratz como líder dos egressos do PMD e a situação defensiva na qual eles se encontravam. Isto compensou as deficiências no bloco governista. O que lhes restava era vetar ações do Executivo e seus aliados na Assembleia,

buscando aumentar seu cacife na formação da Mesa com os nomes que pudessem se viabilizar, fossem eles os de Mariazinha, Foletto, Marcelo Santos ou Reginaldo Almeida. A questão de fundo era o acesso a recursos, que poderiam ser mais bem mobilizados pelo Executivo ou por meio dele. O fato é que Hartung optou por trabalhar o nome de César Colnago, buscando, desta forma, recompor seu grupo, no que foi bem-sucedido. Segundo versões divulgadas na época, sua campanha teria sido financiada pela empresa Aracruz Celulose. Mais tarde, na escolha dos membros das comissões permanentes, já havia cinco titulares definidos em acordos feitos durante a eleição da Mesa. De acordo com o Século Diário:

A semana decisiva para a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa começa com uma manobra do governo para desestabilizar a candidatura de Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB). Alguns deputados denunciam, inclusive, o oferecimento de cargos no governo a apoiadores da tucana em troca de votos para seu candidato (OLIVEIRA, 2005a).

Sobre a firma citada e seu papel no pleito, foi dito que:

O poderio econômico da Aracruz Celulose entrou no jogo de influências com vistas à eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Conhecida como a maior colaboradora de campanha de políticos importantes do Estado, como o próprio governador Paulo Hartung (sem partido), que recebeu R\$ 100 mil em doações para sua campanha ao governo do Estado em 2002, está a empresa, agora, prometendo apoio financeiro a deputados estaduais para que deem seu voto ao candidato alternativo do governo para a presidência da Assembleia Legislativa, deputado César Colnago (PSDB). A denúncia foi feita pelos próprios deputados. Alguns parlamentares, que preferem não aparecer, dizem que o assédio procede da Coordenação de Assuntos Externos da empresa. O que circula nos bastidores é que o recado dado pela empresa é direto: quem não colaborar com a eleição de Colnago não terá doações da empresa na campanha de 2006. Injetando recursos financeiros, a Aracruz Celulose teve forte influência na eleição municipal de 2004 (OLIVEIRA, 2005b).

Caso a afirmativa seja correta, o interesse da empresa estaria relacionado não apenas ao bom relacionamento com o governo, mas ao fato de que, na época em que Gratz estava no poder, muitas companhias exportadoras do estado se sentiram chantageadas pelo controle que o PMD exercia no plenário e na votação de matérias do seu interesse. De qualquer forma, o uso estratégico de cargos e, possivelmente, de verbas privadas, foi visto como instrumento fundamental para recompor a base com uma pessoa que tinha conexões históricas com Hartung. A presidência da Casa funcionou como uma espécie de compensação pela falta de apoio na eleição municipal.

Dali para frente, a Mesa dirigida por Colnago assumiu uma postura que combinou negociação seletiva na distribuição de recursos internos junto com a administração estratégica do tempo, dado que, em 2005, vários deputados oriundos do PMD enfrentariam novas e sérias acusações legais, que poderiam ter gerado a cassação de seus mandatos. Ou seja, a reconfiguração da coalizão de governo colocou um membro do grupo pessoal do governador na direção da Casa, eliminando a dualidade de projetos entre Hartung e o PT. Dali para frente, as contas públicas melhoraram, a avaliação popular do governo cresceu e a distribuição de recursos foi recentralizada pelo Executivo e/ou operadores confiáveis da coalizão. Esta foi a conclusão do processo de desmontagem do PMD.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento social brasileiro lida, há muitos anos, com o paradigma da modernização e o suposto entendimento de que a passagem a um estágio “avançado” estaria sendo impedido por certas forças, cuja identificação varia bastante conforme o modelo proposto. Algumas fórmulas tomam a democracia liberal de massas como um objetivo a ser atingido em si e discutem quais seriam os empecilhos neste caminho.

Mais recentemente, o sucesso da obra de Levitsky e Ziblatt (2018) recolocou este ponto em sentido bem amplo para vários países e ganhou expressividade no Brasil. Paralelamente, os estudos sobre presidencialismo de coalizão passaram a oferecer diagnósticos pessimistas sobre sua capacidade de estabilizar a ordem democrática e o jogo político como um todo. O que nós buscamos fazer aqui, a partir de um recorte processual do Espírito Santo, foi mostrar que, se estamos falando da relação entre duas partes (Executivo e Legislativo), não é impossível que a balança penda para o Parlamento, em um desenho subótimo no que se refere ao funcionamento das políticas públicas. Um dos pontos fundamentais neste debate tem a ver com o controle e distribuição dos recursos. Ao final, é em torno disso que as elites executam suas ações. Logicamente, há outro ponto a ser destacado, que é a responsabilidade sobre o destino do que se arrecada com os impostos. Um arranjo no qual emergja um grupo tipo PMD é o pior dos mundos neste sentido e se aproxima bastante do que se chama hoje de “Centrão” no Congresso Nacional. Quando algo assim ocorre, não é resultado do crescimento de parlamentares “corruptos” ou que representem “currais eleitorais”. É uma possibilidade lógica do modelo, que pode funcionar de diferentes formas, não sendo, portanto, o caso de encontrar qualidades ou defeitos no conceito de presidencialismo de coalizão. Ele, assim como o debate analítico em sentido mais amplo, necessita de mais dose de realismo e menos projeção, no campo teórico, de expectativas morais ou éticas.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes da evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ADVENTISTA faz mudar a data da eleição. A Tribuna, Vitória, 31 jan. 2003, p. 32.

SUMÁRIO

AMORIM, Radanezi. A união e a força. **A Gazeta**, Vitória, 1 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=181303&cd_site=51 Acesso em 2 fev. 2003.

GARCIA, Lúcia; AMORIM, Radanezi. Fitas ligam Gratz à eleição. **A Gazeta**, Vitória, 8 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=181752&cd_site=31 Acesso em 9 fev. 2003.

GRATZ renuncia e José Ramos assume. **A Tribuna**, Vitória, 31 jan. 2003, p. 26.

LEVISTKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOPES, Andréia. Folclore. **A Gazeta**, Vitória, 21 jun. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=201022&cd_site=33 Acesso em 22 jun. 2003.

MARIAZINHA anuncia apoio a Vereza. A Gazeta, **Vitória**, 1 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=181427&cd_site=51 Acesso em 2 fev. 2003.

MPE cria comissão para avaliar caso de deputados. **A Gazeta**, Vitória, 1 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_materia=181425&cd_site=51 Acesso em 2 fev. 2003.

OLIVEIRA, Renata. Governo tenta usar Colnago e cargos no governo como moeda de troca para desestabilizar Mariazinha. Século Diário, **Vitória**, 24 jan. 2005a. Disponível em: www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=1022. Acesso em 25 jan. 2005.

OLIVEIRA, Renata. Só terá dinheiro da Aracruz em 2006 quem votar no candidato de Hartung, denunciam deputados. Século Diário, **Vitória**, 25 jan. 2005b. Disponível em: www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=1023. Acesso em 26 jan. 2005.

OS TRECHOS da conversa. A Tribuna, Vitória, 8 fev. 2003, p. 4.

PEREIRA, André R. V. V. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporânea. Vitória: EDUFES, 2014.

PEREIRA, André R. V. V. O conclave do "Papa" Geovani: um episódio da história do Espírito Santo. Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, **Vitória**, Ano 6, n. 12, jul./dez. 2022, p. 111-126. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/41075/28799>. Acesso em: 09 nov. 2023.

TOSE prevê articulação de Gratz. A Tribuna, **Vitória**, 31 jan. 2003, p. 27.



4

*Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt
Carla Rosane Bressan*

A CONCEPÇÃO DA CULTURA ENQUANTO DIREITO:

**REFLEXÕES SOBRE O ESTATUTO
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (ECA)**

INTRODUÇÃO

As reflexões do presente texto integram o projeto de pesquisa da dissertação de mestrado em Serviço Social (PPGSS/UFSC) que propõe investigar a cultura enquanto elemento de consolidação da democracia. Neste delinear, a intenção é abordar a importância do direito à cultura no desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, reforçando a ideia de que o olhar sobre a pluralidade e diversidade humana são bases para chegarmos a uma concepção concreta de humanidade.

Esta aproximação teórica tem por objetivo abordar acerca da imprecisão da “cultura” - enquanto direito social, com enfoque especial na infância e juventude; assim como compreender a relação entre direitos humanos e cultura. Para isso, serão utilizados três referenciais centrais: *Cultura e materialismo* (WILLIAMS, 2011), *A (re)invenção dos direitos humanos* (FLORES, 2009) e *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação* (REGO, 1995). Considerando que a pesquisa se concentra na área da criança e adolescente, toma-se como referência seu principal marco normativo: o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

O primeiro item demonstrará a perspectiva de cultura com a qual trabalharemos, a cultura enquanto direito. Para isso utilizaremos a Carta Magna brasileira em articulação com os referenciais teóricos, a fim de expor a forma que o direito cultural aparece dentro do arcabouço legal e identificar alguns princípios ou características do direito cultural. Nesse ínterim, destacaremos a dimensão coletiva da cultura e as influências desta na formação dos indivíduos.

No segundo item o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) ganha foco, contextualiza-se historicamente a fim de conseguir trazer para a reflexão o processo que estava no pano de fundo da promulgação do ECA. Também já se articula com alguns conceitos centrais presentes na lei, como a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, os princípios do Art. 6º e o direito à convivência familiar e comunitária.

No terceiro tópico a análise do Estatuto se adensa, trazendo ponto a ponto as partes do texto da lei que guarda relação com o direito cultural, juntamente com a análise crítica destas. Finaliza-se com apontamentos sobre o caráter ideológico que os arcabouços legais por vezes carregam, visto que são oriundas das contradições postas pelo capital. Por fim são apontadas alguns indicativos e considerações finais sobre a temática, estas vem sinalizar para os desafios que a incipiência do conceito de cultura impõe a efetivação do acesso à cultura, assim como reafirma a importância e transversalidade do direito cultural para o desenvolvimento e cidadania das crianças e adolescentes.

APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA: RELEVÂNCIA DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO E DA COLETIVIDADE

Tendo em vista que cultura é um conceito abrangente, se faz necessário compreender os pressupostos para o uso do termo na perspectiva acima delimitada.

Na Carta Magna brasileira é possível apreender indicativos que pressupõe o direito à cultura, principalmente no Art. 215 onde é expresso o dever do Estado em garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais, assim como o acesso a expressões culturais e o incentivo a valorização e disseminação das manifestações culturais.

A concepção presente no Art. 216-A da Constituição Federal, que versa sobre o Sistema Nacional de Cultura (SNC), traz elementos inovadores para o direito cultural. O caráter articulador dado pelo regime de colaboração, o princípio de descentralização e de

participação corrobora para uma política cultural que tenha possibilidade de abarcar a diversidade social e cultural presente no território brasileiro.

O direito cultural como um direito constitucional muda o desenho das políticas públicas de cultura no Brasil, tendo por eixo a ideia de cidadania cultural. Nessa perspectiva, os direitos culturais são considerados em dois vieses: do acesso do cidadão a bens simbólicos e da provisão de recursos para que o mesmo produza cultura, como sujeito ativo nesse processo.

Segundo o SNC, a gestão e promoção de políticas públicas culturais ganha caráter permanente e democrático, a partir desta caracterização institui-se meios para o recebimento de verbas visando concretizar na vida prática as políticas culturais dispostas em lei.

O sistema tem como objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, indicando a intersecção da cultura em âmbitos diversos da vida social, assim como sua influência no desenvolvimento humano. Nesse sentido Raymond Williams (2011) traz apontamentos pertinentes, dentre eles, indica que “o estudo da cultura como o estudo das relações entre elementos em todo um modo de vida” (p. 28).

Propõe analisar a cultura com base nas relações sociais, compreendendo-a enquanto significado e valor que orienta e move estas relações e como elemento dinâmico que se modifica ao longo dos contextos históricos e sociais.

Williams (2011) reforça que na articulação entre cultura e materialismo o conceito de base e superestrutura é central, o autor compreende a base e a superestrutura como forças igualmente determinantes e simbióticas, fazendo crítica a compreensões mais dogmáticas e deterministas da categoria dentro da teoria da cultura marxista.

E não é difícil encontrar a razão para a fraqueza correspondente do marxismo: ela estava na fórmula herdada de base e superestrutura que, em mãos pouco treinadas, converteu-se rapidamente em uma interpretação da superestrutura como mero reflexo, representação ou expressão ideológica - simplificações que não sobrevivem a qualquer experiência prolongada de obras reais (WILLIAMS, 2011, p. 26).

Seus estudos foram pautados nas questões prático-teóricas que envolvem o conceito de cultura por entender sua transversalidade na vida humana e sua localização no âmbito dos significados e valores presentes nas relações sociais.

Destaca-se então a materialidade da cultura e a necessidade de romper com perspectivas subjetivistas e empíricas que por vezes relativizam ou desconsideram a herança histórica que às expressões culturais carregam.

Raymond Williams ressalta que é necessário um método materialista adequado para a análise sociológica dos fenômenos culturais, no qual se tenha um olhar histórico e de totalidade, buscando um elo entre as práticas autônomas (diversidade) e o movimento histórico-social-político-econômico (unidade) para a criação de possíveis fissuras na hegemonia.

Evidencia-se a categoria totalidade social em seus estudos, visto que a perspectiva é analisar as expressões culturais contextualizadas em seu tempo histórico, geográfico, social e simbólico. Assim como compreende o diálogo e articulação que fenômenos sociais distintos estabelecem.

No âmbito simbólico, Williams propõe o conceito de "estrutura do sentimento" justamente por perceber a necessidade de indicar certas características comuns de um grupo em determinada situação histórica. Esse conceito também permite visualizar as estruturas mentais e cosmovisões que segundo o autor "não são criadas

individualmente, mas coletivamente” (p. 32). Afirma-se que essas estruturas pressupõem relações sociais e naturais reais, por vezes também permeadas de um sistema de crenças instituído.

É interessante o destaque do potencial transformador que algumas expressões artístico-culturais de cada época tiveram no âmbito da estrutura de sentimento e, conseqüentemente, no âmbito social, simulando respostas e reordenamentos das estruturas sociais postas.

Isso é o que defendo quando digo que a arte é uma das atividades primárias humanas, e que ela pode ter êxito na articulação não apenas do sistema social ou intelectual, imposto ou constitutivo, mas também, simultaneamente, de sua experiência (...) (p. 35).

A cultura historicizada e enquanto demonstração da diversidade de experiência humana existente, evidencia também desigualdades e hierarquias presentes nas relações sociais, visto que, além de algumas expressões culturais recebem mais prestígio em detrimento de outras, ao se propor analisar o fenômeno cultural a partir da totalidade social observa-se movimentos hegemônicos¹ e contra hegemônicos.

Pensar um fenômeno cultural através do materialismo histórico contribui para análise sobre a efetividade dos direitos constitucionais que versam sobre cultura, visto partir de uma análise conjuntural e não isolada ou puramente subjetivista.

Podemos observar que o autor se preocupa em analisar a cultura enquanto elemento vivo da sociedade, em seu aspecto coletivo e ampliado. O que veremos a seguir é um complemento importante para análise da cultura: os seus efeitos e influências nos processos formativos individuais dos sujeitos.

1 Tal hegemonia, nos termos de Gramsci, significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. (CARNOY, 1994, p. 90)

A cultura e as relações sociais também se apresentam como centrais nos estudos sobre os processos de formação dos sujeitos, do psicólogo russo Lev Vygotsky. Este propôs a teoria da Psicologia histórico-cultural, que consiste na apreensão de que “as origens das atividades psicológicas mais sofisticadas devem ser procuradas nas relações sociais do indivíduo com o meio externo” (REGO,1995, p. 49).

Teresa Cristina Rego (1995), ao analisar a teoria vygotskyana, salienta que, profundamente influenciado pelos postulados marxistas, o pensador propõe uma análise psicológica unindo dimensão biológica (maturação física e sensorial) com a cultural, visto que essa junção possibilitaria a compreensão das formas especificamente humanas.

(...) no processo de constituição humana é possível distinguir duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto à sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, às funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural (p. 59).

A dimensão biológica tem como base material o cérebro humano, visto ser o principal órgão ligado à atividade psicológica.

No entanto, essa base material não significa um sistema imutável e fixo. O cérebro é entendido como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual. (p. 42)

Já a cultura é entendida como elemento histórico-social, ou seja, a cultura é tratada como “parte constitutiva da natureza humana, já que sua característica psicológica se dá através da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados de operar com informações” (p. 42). Nessa perspectiva, Vygotsky traz elementos que demonstram a cultura como ontológica e mediadora. Ontológica pois faz parte da formação dos seres e é transformada por eles.

Entende-se que o organismo e o meio exercem influências recíprocas, tendo como premissa que o ser humano se constitui a partir das interações sociais, “portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em determinada cultura. É por isso que seu pensamento costuma ser chamado de sócio-interacionista.” (p. 93)

Seu caráter mediador se dá pois é através de uma instrumentalidade que os sujeitos expressam, criam e tomam consciência.

São os instrumentos técnicos e os sistemas de signos, construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo. A linguagem é um signo mediador por excelência, pois carrega em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura humana. (p. 42)

Vygotsky se preocupa em pesquisar a evolução da cultura humana no seu aspecto sócio genético. Pensar a cultura enquanto elemento sociogenético, além de atribuir a ela a característica de inerente à vida social humana, também a coloca como elemento social que preserva a ancestralidade e o patrimônio imaterial da sociedade, como por exemplo: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, cosmovisões e tradições.

Juntamente com esse estudo o autor também desenvolveu pesquisas sobre o desenvolvimento infantil. A importância dada à pesquisa desta fase da vida advém do fato que a infância é o momento no qual aprendemos a utilizar a instrumentalidade para interagir com o meio.

Vygotsky atribui enorme importância ao papel da interação social no desenvolvimento do ser humano. Uma das mais significativas contribuições das teses que formulou está na tentativa de explicar (e não apenas pressupor) como o processo de desenvolvimento é socialmente constituído. Essa é a principal razão de seu interesse no estudo da infância (p. 56)

Demonstra-se que o processo de formação dos sujeitos passa pela socialização e troca, em um movimento que envolve a cultura, a coletividade e o individual. Dentro das relações sociais estão os processos de intercâmbio cultural constitutivos dos sujeitos.

Os primeiros locais de troca naturalmente começam nas famílias e comunidades, esses espaços são diversos em suas formas, organizações e situações socioeconômicas-culturais, sendo responsabilidade ética o respeito às formas de autogestão nesses espaços.

Desde o nascimento, o bebê está em constante interação com os adultos, que não só asseguram sua sobrevivência, mas também medeiam a sua relação com o mundo. Os adultos procuram incorporar às crianças a sua cultura, atribuindo significado às condutas e aos objetos culturais que se formaram ao longo da história. (p. 59)

Visto isso, alguns postulados de Vygotsky possibilitam pensar a importância do direito cultural ser efetivado na vida de todos cidadãos, famílias e comunidades, uma vez que o “desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica (e dialética) através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo” (p. 58). Novamente ressalta-se que o ser humano não é apenas um produto do seu contexto, mas também um agente ativo na criação deste.

Pensar na efetivação do direito cultural na vida dos indivíduos é pensar um desenvolvimento social como um todo, a cultura é um potencial viabilizador de desenvolvimento humano e comunitário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (ECA): EM QUE MEDIDA CONTEMPLA O DIREITO À CULTURA?

Como já apontado anteriormente, a convivência familiar e comunitária é de grande relevância para a formação dos indivíduos, quando estabelecemos um enfoque no público infanto-juvenil esse elemento é possível de ser visualizado nas leis que regem o direito da criança e adolescente no Brasil, em especial o Estatuto da Criança e Adolescente.

O artigo 19º do ECA trata especificamente sobre isso ao destacar o direito à criação no seio familiar e, só em casos excepcionais, em famílias substitutas.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990).

O mesmo artigo também garante a convivência familiar e comunitária destacando que tal espaço de socialização é central para o desenvolvimento integral e por isso preza para que esta convivência ocorra em ambiente propício para a formação destes sujeitos em condição peculiar.

Essa colocação pode parecer óbvia nos dias de hoje, mas é um marco legal e histórico nas vidas de crianças e adolescentes brasileiros da classe trabalhadora que devido às desigualdades estruturais do modo de produção capitalista foram, em um passado recente, institucionalizados e impossibilitados de viver em seus locais de origem, além de ter sofrido diversas violações e maus-tratos.

Tomando como referência os pressupostos vygotskyanos o desenvolvimento humano requer efetivação de condições materiais objetivas e subjetivas devendo ser proporcionado aos sujeitos desde que nascem, pois a partir do acesso a condições dignas de vida estes podem ir além da mera condição da simples sobrevivência. Tratar sobre o direito à cultura para crianças e adolescentes é central visto sua “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” - conceito central e estruturante do ECA. A condição peculiar de sujeito em desenvolvimento é uma questão chave para compreender a própria condição de sujeito de direito de crianças e adolescentes.

Vale ressaltar que essa concepção de condição peculiar vem como uma forma de romper com a visão das crianças e adolescentes como “projeto de adultos” ou “meia pessoa”. Essa compreensão afirma a integralidade destes sujeitos ao mesmo tempo que compreende os processos intensos de modificações físicas e subjetivas pelo qual os seres humanos passam durante os diferentes ciclos de vida.

Essa conceituação é um importante marco legal da história brasileira, ela parte de um amplo debate internacional que teve seu auge em 1979, conhecido como o Ano Internacional da Criança. Em 1976, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) estabeleceu essa campanha com o intuito de denunciar, mundialmente, os problemas que afetavam as crianças.

No Brasil a questão da infância e juventude ganhava suas especificidades e os movimentos sociais também travavam suas lutas pelos direitos das crianças e adolescentes, dentro das possibilidades existentes, visto que nessa época o Brasil vivia em pleno Regime Militar. No período de redemocratização, através da organização popular, duas Emendas Populares conseguiram número necessário de assinaturas para serem enviadas para Assembleia Constituinte:

a Ementa Criança Prioridade Nacional e Criança e Constituinte². O objetivo era garantir que as questões que envolvessem crianças e adolescentes fosse prioridade nacional e não mais uma “questão de segurança nacional”(ARANTES; FALEIROS, 1995, p. 213). Segundo as referidas autoras o trato do Estado para com os cidadãos infanto-juvenis antes e durante a ditadura militar tinha duplo objetivo: isolar e esconder essa população vista como problema social e utilizar esses sujeitos como informantes das “áreas ‘ocultas’ do social - como para certos tipos de práticas consideradas ilícitas ou ilegais” (p. 216).

Até o fim da década de 1980 às normas legais estabelecidas tinham a perspectiva da criança e adolescente como menor, visão até hoje presente na sociedade. A compreensão de “menor” tinha um claro recorte de classe, raça e gênero, normalmente meninos, negros, oriundos da classe trabalhadora e em situação de vulnerabilidade social³.

O trato da criança e adolescente como menor não estava restrito a aqueles que cometiam algum ato infracional. A quebra de vínculos familiares e comunitários se dava, muitas das vezes, pelas situações de vulnerabilidade e pobreza das famílias que eram rotuladas de “desestruturadas” ou “incapazes” de criar seus descendentes.

Se a família burguesa facilmente se deixa seduzir pela higiene e educação das crianças, a extensão desse modelo como proposta aos segmentos pauperizados da classe trabalhadora, sem alterar-lhe às condições concretas de existência, facilmente se transforma em instrumento de repressão e controle (...). É quando as famílias pobres passam a ser definidas - por comparação ao modelo de

SUMÁRIO

- 2 Conforme Antônio Carlos Gomes da Costa, coordenador da equipe de redação do ECA, alguns movimentos e organizações sociais envolvidos nesse processo foram: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e a Pastoral do Menor.
- 3 Os adolescentes e crianças eram presos com adultos e o processo de julgamento tinha princípios relativos por se basear no “grau de compreensão sobre o ato infracional”. Uma importante característica do Regime do Código do Menor a ser destacada é o caráter policialesco e de rompimento com os vínculos familiares e comunitários.

família burguesa, tomada como norma - como desagregada, desestruturada, incapaz ou ignorante e às crianças fruto destas famílias, como encontrando-se em situação de patologia social ou irregularidade (...) (ARANTES; FALEIROS, 1995, p. 214).

Ou ainda, quando havia “condutas dos menores não conforme aos bons costumes”.

Alguns dos comportamentos que hoje nos parece absolutamente banais como assobiar, por exemplo e outros que nos parecem saudáveis como ir à praia e jogar capoeira, já foram condutas moralmente condenáveis, particularmente por comporem o universo cultural de escravos e mestiços (ARANTES; FALEIROS, 1995, p. 210).

O racismo, a pobreza e a falta de acesso a condições básicas de vida somavam-se com a falta de políticas públicas que dessem respostas às expressões das Questões Sociais⁴ postas na época. A institucionalização foi a forma encontrada para “controlar”, mas não resolver, o então considerado “problema” social⁵.

Este e outros mecanismos coercitivos no qual milhares de crianças e adolescentes brasileiros viveram por décadas fazem parte do que se convencionou chamar de Regime do Código de Menores.

Pela legislação, que vigorou de 1927 a 1990 - (Código de Menores), todas às crianças e jovens eram passíveis, num momento ou outro, de serem sentenciadas como “irregulares” e enviadas às instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que cessasse a situação de irregularidade (ARANTES; FALEIROS, 1995, p. 211).

SUMÁRIO

- 4 Considerada aqui conforme às considerações trazidas por Marilda Iamamoto, considerando essas expressões como “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).
- 5 Um exemplo clássico é a instituição federal criada no primeiro ano da ditadura militar, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e os seus braços executivos a nível estadual: as Fundações Estaduais para o Bem Estar do Menor (FEBEMs).

Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que o olhar legal para com a questão infanto-juvenil sofreu modificações, entrando em vigor a lógica do regime de Proteção Integral e trazendo um novo reordenamento jurídico.

Além das questões já apontadas sobre o direito ao convívio familiar e comunitário e a noção de criança e adolescente como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento, para adentrar ao debate do direito à “cultura” como processo constitutivo do desenvolvimento de crianças e adolescentes presente no ECA é importante comentar sobre o Art.º 6 do Estatuto que, posteriormente, será de grande valia para análise comparativa.

No citado artigo é possível compreender algumas concepções sustentadoras das quais o restante da letra da lei derivará. Esse artigo é inovador por se propor a indicar os parâmetros de interpretação da lei, sendo eles: os fins sociais a qual a lei se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Esses quatro elementos, segundo o professor Antônio Carlos Gomes da Costa, são os princípios sustentadores do Estatuto da Criança e Adolescente.

Nesse ínterim, o Artº 6 rompe com a lógica de neutralidade, indicando de antemão os pressupostos básicos para a leitura da lei, dentre esses pressupostos estão concepções progressistas advindas de um amplo movimento de luta e debate que vai na contramão do conservadorismo autoritário, moralizante, segregador e racista presente direta ou indiretamente no arcabouço jurídico que versava sobre a população infanto-juvenil até a promulgação do ECA.

O DIREITO CULTURAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: AVANÇOS E FRAGILIDADES

Segundo o Art. 4º do ECA, é dever da família, comunidade e poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito cultural. O direito cultural é também mencionado em outros sete momentos do texto da lei: (1) quando assegura o direito a transmissão e (2) expressão cultural, (3) o respeito à identidade social e cultural de adotados oriundo de quilombos e comunidades indígenas, (4) o respeito e o acesso à diversidade cultural, (5) estabelece o repasse de recursos e criação de locais com objetivo de fornecer acesso à arte, cultura e lazer, (6) regulamenta os veículos midiáticos e (7) versa a respeito do direito cultural para crianças e adolescentes sob tutela do Estado - em programas de internação ou privados de liberdade.

É no Art. 22 que é assegurado às famílias o direito à transmissão de suas crenças e culturas. Nesse ínterim, dois pontos se destacam: a questão da família e o “porém” presente na letra da lei.

Segundo Arantes e Faleiros (1995) é central que se rompa com a lógica psico patologizante das famílias e compreenda que estes núcleos sociais são plurais, no “nível empírico, pelo menos, encontramos diversas formas de estruturação familiar, correspondendo a diferentes situações socioeconômico-culturais” (p. 217).

No fim do parágrafo único do Art. 22, incluído pela Lei nº 13.257/2016, se estabelece um critério para esse direito familiar de transmissão cultural aos seus dependentes, tal transmissão dessas tradições culturais familiares não podem ferir os demais direitos assegurados pelo Estatuto. Esse, “porém” coloca um limite ao direito cultural visando garantir que as crianças e adolescentes não sejam,

em nome das tradições oriundas de suas famílias, colocadas em situação de risco ou tenham seus direitos fundamentais violados.

No Art. 28, em seu inciso 6º, este critério/limite citado acima também é ressaltado, desta vez se referindo ao respeito à identidade social e cultural de crianças e adolescentes indígenas ou quilombolas que venham a ser inseridos em famílias substitutas.

Neste terceiro ponto do ECA no qual destaca-se por versar sobre cultura, novamente a questão étnico-racial ganha foco, demonstrando que o colonialismo, imperialismo e o capitalismo tardio, característico da sociedade brasileira, refletem até os dias de hoje na vida de populações tradicionais, sendo necessário afirmar em lei o direito ao exercício de seus costumes e de sua identidade social e cultural.

Articulando este Art. 28 com o debate histórico sobre as crianças e adolescentes, que demonstrou um explícito recorte racial e de classe, é relevante destacarmos que esses jovens e crianças, assim como suas famílias, são atravessados pelo racismo e preconceitos estruturais presentes da nossa sociedade. Sendo central que se tenha um trato atento às situações que tenham o intuito de retirá-los do seio familiar, visando garantir que essas ações não perpetuem violências históricas para com essas famílias, crianças, adolescentes e suas comunidades de origem.

No quarto ponto do ECA (Art. 58), que versa sobre direito cultural, aparece o processo educacional como espaço onde devem ser respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança. Nesse sentido podemos visualizar uma articulação com os postulados de Vygotsky sobre a formação dos sujeitos, no qual destaca-se a centralidade das relações sociais para o desenvolvimento dos indivíduos. O Art. 58 cita dois espaços de troca e interação importantes: os espaços educacionais e o contexto social (família e comunidade, por exemplo).

Nesse sentido, Vygotsky contribui com seu conceito de zona de desenvolvimento proximal, tratando da relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento. O pensador ressalta que a escola

(...) tem um papel diferente e insubstituível, na apropriação pelo sujeito da experiência culturalmente acumulada. Justamente por isso, ela representa o elemento imprescindível para a realização plena do desenvolvimento dos indivíduos (que vivem em sociedades escolarizadas) já que promove um modo mais sofisticado de analisar e generalizar os elementos da realidade: o pensamento conceitual (REGO,1995, p.103).

Teresa Cristina Rego (1995) nos aponta também que o pensamento vygotskiano levanta provocações a respeito das desigualdades sócio-políticas envolvidas na distribuição dos conhecimentos construídos pela humanidade. Essa discussão se articula com o conteúdo do artigo em análise visto que nele afirma-se a garantia de liberdade de criação e acesso à cultura.

Além de potencializar os saberes e cultura oriundos do seu meio, o Art. 58 também propõe o fomento às trocas destes saberes, garantindo que crianças e adolescentes exerçam o direito cultural ao acessar, criar e expressar-se culturalmente, ou seja, passiva e ativamente.

No que tange o fomento e a materialização do direito cultural, o Art. 59 versa sobre a destinação de recursos financeiros e a construção de espaços culturais. Sem financiamento e políticas públicas não é possível concretizar tal direito. Esse ponto é de extrema relevância, o orçamento público é um dos principais palcos das relações de forças, de modo geral observa-se um movimento de captura do dinheiro público para instituições privadas.

Editais de fomento à cultura, por exemplo, são formas de financiar propostas culturais que expressem a diversidade cultural presente no território brasileiro, mas para que de fato às diversas

expressões culturais tenham subsídios para estar atuando é necessário informação e capacitação, visto que a participação em editais exige certo conhecimento burocrático e discursivo que por vezes pode elitizar o acesso ao financiamento público.

Além disso, as expressões culturais voltadas para o público infanto-juvenil devem respeitar certos critérios. Conforme consta no Art. 76, os canais de comunicação têm de disponibilizar programas que tenham cunho educativo, artístico-cultural e informativo, em horários recomendados. Já no Art. 71 é afirmado, novamente, o respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento ao se disponibilizar espetáculos, produtos ou serviços voltados a crianças e adolescentes.

Os dois últimos artigos do ECA, onde a cultura aparece, falam a respeito das crianças e adolescentes institucionalizados, no Art. 94 trata especificamente de internações devido ao rompimento de vínculo familiar, já o Art. 124 versa sobre os direitos dos adolescentes privados de liberdade. Em ambos aparece o direito a realizar atividades culturais dentro destas instituições, juntamente com o lazer e o esporte.

Conforme demonstrou-se anteriormente, a institucionalização - ocorrida em massa sob a vigência do Regime dos Códigos de Menores, caracterizado por espaços estatais que ofereciam às condições mínimas de sobrevivência pautado em forte coerção e isolamento - passa então a ser compreendida como um momento em que adolescentes institucionalizados tem a necessidade e o direito de vivenciar experiências que contribuam em seu processo de resignificação da vida em sociedade. Cabe, porém, questionar a sua efetivação e em quais condições o direito à cultura se dá nesses espaços.

Diante do exposto nos artigos do ECA que trazem alguma relação com a cultura observa-se que, de modo geral, a conceitualização sobre o direito cultural é ainda incipiente, dos 227 artigos presentes no Estatuto apenas sete (7) citam o termo cultura e nenhum deles apresenta uma descrição mais objetiva sobre o que se entende por cultura.

Não se pode ignorar a relevância social deste arcabouço legal, porém se faz necessário uma leitura crítica da realidade para investigar se o direito à cultura está sendo de fato concretizado na vida de jovens e crianças brasileiros, pois a sua não efetivação viola a cidadania destes sujeitos. Visto que a cultura é um direito fundamental e central para formação dos indivíduos, o seu não acesso impacta diretamente no desenvolvimento destes cidadãos, justamente nessa fase peculiar que é a infância e juventude.

Porém, os dados disponíveis não possibilitam identificar como se dá esse acesso à cultura. Nos documentos pesquisados em bancos de dados de organizações vinculadas à questão da infância e adolescência - como o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), Unicef e Fundação Abrinq - a cultura não aparece como tópico estatístico, aparecendo meramente como "força de expressão", sem que haja uma qualificação sobre a temática cultural.

Observa-se também que o termo cultura, além de não receber um trato analítico e descritivo, normalmente está articulado com a educação, criando uma lógica de "pacote de direitos", ou seja, o direito à cultura estaria intrínseco ao direito à educação. Certamente a cultura e a educação estabelecem relações, porém isso não significa dizer que o direito cultural não tenha especificidades e características distintas.

Ao colocar a cultura com a educação, em uma posição secundária, corre-se o risco de que esse direito não tenha as ferramentas e debates necessários para se concretizar. Às considerações de Raymond Williams (2011) sobre a necessidade de um método materialista para o trato das questões sobre a cultura parece muito necessária, visto que o direito cultural vem se mostrando como algo pouco palpável, até mesmo nos ordenamentos legais que se propõe versar sobre a temática.

Nesse sentido, Flores (2009, p. 46) também nos traz um elemento importante sobre os direitos, quando afirma que "devemos libertá-los da jaula de ferro na qual foram encerrados pela ideologia de mercado e sua legitimação jurídica formalista e abstrata" (p. 17).

Segundo o autor os direitos são produtos/objetos culturais, portanto em sua própria formulação está impressa uma concepção. Essas considerações sobre os direitos se fazem centrais para compreender a importância do olhar crítico ao analisar a quais interesses e concepções de mundo os textos normativos reforçam.

Os sistemas e valores dominantes e os processos de divisão do fazer humano (que colocam indivíduos e grupos em situação de desigualdade em relação a tais acessos) impõem “condições” às normas jurídicas, sacralizando ou deslegitimando às posições que uns ou outros ocupam nos sistemas sociais. O direito não é, conseqüentemente, uma técnica neutra que funciona por si mesma (p. 18).

A subjetivação e escassez de elementos para configurar o direito cultural de crianças e adolescentes deixa uma lacuna, abrindo espaço para uma suposta neutralidade. Diante da herança histórica no âmbito dos direitos das crianças e adolescentes, que impactaram principalmente a população empobrecida com um evidente recorte racial, essa falta de categorização pode vir a reforçar imposições colonialistas e imperialistas.

Discursos de neutralidade em si já representam a cultura hegemônica que busca universalizar, em seu sentido mais negativo: invisibilizando as pluralidades e as desigualdades sociais presentes na realidade. Com isso cria-se uma narrativa de que existe consenso entre classes e grupos antagônicos.

Flores aponta a centralidade do que ele convencionou chamar de “metodologia relacional”, no trato com os direitos humanos. Esse método se refere à forma de compreensão da relação entre formulação e prática dos direitos e os interesses dos grupos sociais. O autor defende a força emancipatória dos direitos, mas pondera que não é possível entender essa potência se

não somos capazes de introduzir em seu conceito e em sua prática a pluralidade e a diversidade de formas de abordar as lutas pela dignidade. É o único caminho para

construir uma aproximação intercultural que possibilite que todas e cada uma das percepções de dignidade que habitam nosso mundo possam “fazer valer” em condição de igualdade suas concepções acerca do que deve ser uma vida digna de ser vivida (FLORES, 2009, p. 22).

Ressalta-se que o campo cultural é também um campo de lutas sociais e políticas. A falta de elementos que expliquem concretamente o direito à cultura, como citado anteriormente sobre o ECA, fortalece que a cultura esteja passível de qualquer aplicação ou interesse.

A perspectiva que Joaquín Herrera Flores propõe discutir é o direito como processos, institucionais e sociais, visando reforçar que os direitos não podem ser reduzidos às normas legais. Como já destacado ao longo do texto, os direitos são processos sócio-políticos de luta pela dignidade humana, a linguagem jurídica que esses direitos vão conformar acabam por neutralizar ou até mesmo apagar boa parte destas lutas sociais.

O autor ao analisar a Declaração dos Direitos Humanos observa um caráter contraditório e ineficaz na transposição do processo de luta para a letra da lei, visto que já não se fala em um “ideal a conquistar”, mas de uma realidade já alcançada. “Deste modo, às pessoas que lutam por eles acabam desencantadas, pois, apesar de nos dizerem que temos direito, a imensa maioria da população mundial não pode exercê-los por falta de condições materiais para isso” (FLORES, 2009, p. 27).

Essa perspectiva reforça o que se pretende salientar na presente aproximação teórica com o tema: a necessidade de concretez e materialidade dos direitos passa pela necessidade de se ter em vista a sua prática no mundo real.

Se tratando de direito cultural essa prática vai estar permeada pela pluralidade cultural existente, necessitando que se pense, conforme Raymond Willians sinaliza, tanto às particularidades como

às relações sociais, históricas, econômicas e políticas que venham a influenciar na efetivação deste direito.

Herrera Flores se pauta também nas necessidades objetivas para que os direitos se concretizem, visto que a cidadania não começa pela finalidade (o acesso ao direito descrito em lei), mas pelos meios (bens materiais e imateriais) de atingir estes direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a incipiência do conceito de cultura, tanto nos arcabouços legais como em pesquisas qualitativas ou quantitativas que visem avaliar as condições objetivas de acesso à cultura, se mostra como um desafio para a efetivação deste direito.

Esse fato pode já sinalizar um possível direcionamento ideológico no trato para com essa questão, visto que a cultura é um elemento transversal da vida humana, carregado de significado e valor que orienta e move as relações sociais, sendo, portanto, um pilar central quando se pensa em processos de transformação/emancipação humana ou coerção/manipulação social.

Essa falta de concretude gera impacto na consolidação da democracia, na relação entre formulação e aplicação dos direitos sociais e humanos e no desenvolvimento físico-biológico, intelectual-simbólico e socio-cultural dos indivíduos, gerações, comunidades e populações inteiras.

Considera-se também a centralidade de pensar os direitos para crianças e adolescentes, pois além de serem sujeitos em um momento de vida diferente da população adulta, são eles que posteriormente encabeçaram os processos sociais. A não concretização do direito à cultura viola os direitos das crianças e adolescentes em diversos âmbitos, impactando tanto em seus processos individuais como nas relações sociais como um todo.

Nesse sentido, afirma-se que uma das formas de dar materialidade a esse direito é por meio de políticas públicas que tenham em vista uma perspectiva materialista e intercultural. Outra forma para isso é dentro dos processos de formulação e execução dos direitos necessitam de espaços abertos aos diferentes movimentos de luta.

Somente com uma perspectiva e meios objetivos em consonância com a diversidade sociocultural humana é possível construir políticas e direitos universais. A concepção de cultura enquanto um elemento concreto, presente no processo de desenvolvimento dos sujeitos sociais e transversal à vida humana ainda é um debate que necessita de aprofundamento para que haja materiais para sua análise e para a construção de alternativas baseadas na realidade social das diversas formas de vida existentes.

REFERÊNCIAS

HERRERA, Joaquín Flores. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteu, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva sócio-histórica da educação. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BRASIL. Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2023

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 4ª edição. Campinas: Papyrus, 1994.

ARANTES, E.M.M; FALEIROS, E. T. Subsídios para uma História da Assistência Privada Dirigida à Infância no Brasil. In: **A Arte de Governar Crianças:** a história das políticas sociais, de legislação e de assistência à infância no Brasil. PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995. p. 169 – 220

DA COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Fundação Telefônica Promenino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lt-bZaFuXP0>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DE MORAES, Marcelo Viana Estevão. **O panorama das políticas culturais.** Nexo Jornal. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/0-panorama-das-pol%C3%ADticas-culturais>. Acesso em: 29 maio. 2023.

SUMÁRIO



5

Carlos Eduardo da Silva Colins

**A COMISSÃO NACIONAL
DA VERDADE E A PRODUÇÃO
DA “VERDADE” PRECÁRIA
E SELETIVA DO SUJEITO
INDÍGENA**

INTRODUÇÃO

Parto da ideia de que o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (RFCNV) elabora a ideia de “verdade” como algo universal, considerando-a como factual e naturalizando as percepções em um estatuto de realidade e produção de sujeitos. A ideia de verdade universal trabalha com outras ideias neutralizadoras e apaziguadoras, adequando-se aos objetivos da criação da CNV, em que se destaca o objetivo de “integração nacional”, “reconciliação nacional”, respeito aos “pactos e acordos nacionais” (BRASIL, 2014), pressupondo um equilíbrio social e unidade nacional. Essa busca reflete na intenção de uma “cura identitária” e social – malefícios causados apenas entre 1946 e 1988 pelo governo autoritário. O RFCNV – criando um discurso comum para todos os sujeitos sociais que sofreram com o regime autoritário – seria um meio de se chegar à “verdade factual” desenvolvendo uma visão de história que levasse a provas verídicas enquadradas no tempo e no espaço que coubesse nos seus objetivos.

Em contraponto a isso, temos as ideias de Foucault, que aponta para como se dão os modos de subjetivação em uma construção temporal e como surgem os sujeitos e os limites discursivos sobre esses sujeitos. A verdade, para Foucault, não está essencializada nos sujeitos: é constituída nas práticas diversas do poder que os regimes de verdade regem (FOUCAULT, 1979; 1988; 2002).

A essa análise histórica daquilo que pode ser creditado como verdadeiro ou não, Foucault chamou de *aleurgia*, um ritual discursivo que guia os sujeitos à obediência (FOUCAULT, 2008; 2009; 2010b). A *aleurgia* – como processo de produção da obediência – disciplina a ideia de verdade mediante instrumentos objetivos racionalizados. A exemplo, a metodologia do uso de uma versão da história oficial e considerada factual para estabelecer uma relação de prova verídica e irrefutável para fins da justiça de transição.

Contudo, é possível discutir que o enquadramento dos sujeitos não se dá totalmente da forma que se quer, objetiva e em uma dimensão universal e factual. O aprisionamento dos corpos por meio do discurso entra em conflito nas tentativas de racionalizar os sujeitos quando esses sujeitos querem se sobrepor: por mais que os enquadramentos do *archivo* (FOUCAULT, 2005, 2010a; ALMEIDA, 2008) querem se sobrepor, os testemunhos dos povos indígenas contido no RFCNV contrariam essa tentativa de arquivamento. Percebe-se que a fala, a memória dos povos indígenas e até suas ausências abalam todo um objetivismo temporal, abala a ideia universalização dos sujeitos vitimados, desconstrói ideias de perdas e restituição, danos e reparação, expõe a confusão criada no RFCNV identitária entre camponeses e povos indígenas, principalmente.

Falar sobre suas experiências traumáticas reverbera a um paradigma temporal contínuo diante de todos os governos opressores em uma história longa – o que faz a ideia de memória dos povos indígenas não ser enquadrada, pois pelas próprias descobertas do RFCNV é constituído um discurso sobre as formas de sofrimento e resistência que não foge de outros momentos históricos sofridos pelos povos indígenas (1946 até 5 de outubro de 1988). Ao contrário, a narrativa dos povos indígenas reforça uma continuidade demonstrada pelas peculiaridades do sofrimento e resistência adaptativa dessas comunidades, embora os próprios pesquisadores da CNV não percebessem ou omitissem seus sofrimentos em longa duração. O que faz dispor dessa interpretação é o fato de que a ditadura civil-militar-empresarial não lidou com os corpos de forma igual a outros perseguidos, como foi para os povos originários.

A CNV afirma que os povos indígenas foram inseridos no RFCNV como sujeitos de direitos compondo a universalidade dos que foram perseguidos e resistiram ao sistema autoritário; assim, queria promover reparação, cidadania, direito à memória e à verdade e à não-repetição dos sofrimentos. No entanto, a política de acomodação dentro de uma “unidade nacional”, “reconciliação nacional”,

“integração nacional” e obediência aos “acordos políticos”, “pactos políticos” (BRASIL; ROUSSEF, 2014) desenvolveu uma produção sentido de verdade, enrijecendo também certas especificidades sofridas pelos povos indígenas dentro de um ritual estatal da verdade.

“VERDADE” PRECÁRIA, LIMITADA, SELETIVA E UNIVERSAL

Um dos exemplos que aparece no Relatório Final como resultado de uma política da verdade de forma limitada, precária e seletiva é o caso “*O massacre dos Waimiri-Atroari*” (BRASIL, 2014c). Nesse, apresenta-se o relato desse grupo no RCNV sem nenhum testemunho de um sobrevivente nos trabalhos da CNV; os dados considerados comprobatórios são documentos oficiais da Funai e dos órgãos militares de repressão e trabalhos independentes. Contudo, no relato de nota de rodapé de número 101 do volume 2 do RFCNV, é destacado que a CNV colheu os testemunhos de sobreviventes mas, por escolha dos editores, não foram inseridos no corpo do texto – num exemplo de memórias silenciadas.

Zelic (2017), respondendo à pergunta da revista *Mediações* (“*Neste sentido, queríamos te perguntar qual foi o resultado em termos de justiça de transição e políticas de reparação do trabalho da CNV no que se refere ao grupo de trabalho que investigou a questão indígenas*”, também expõe o comportamento do Grupo de Trabalho coordenado pela psicóloga Maria Kehl, em relação aos povos indígenas, respondendo inclusive porque aos *Waimiri-Atroari* não teriam dado importância para seus testemunhos:

Tem-se uma situação em que o tema indígena entrou com muita resistência. A área indígena era uma área importante, talvez tenha sido o segmento que sofreu a maior violência no período da CNV justamente porque é

contínua, vai dos anos 40 até 1988 que é o período que está colocado na Comissão. *Chegando a tirar o caso dos Ticuna porque era um caso ocorrido em 1989.* O ambiente na Comissão sempre foi um ambiente de questionar que a violência contra os indígenas não era uma violência da Ditadura, e era claramente um caso de violência de Estado. E era algo tão ridículo que eu queria tratar na ironia... veja, se os índios tivessem criado o "Grupo de Libertação Tupamaro" eles teriam sido reconhecidos né, ou "Grupo Revolucionário Indígena" ou algo do gênero também. Então dentro dessas discussões a gente via claramente as intenções, ao ver como a Maria Rita Kehl tratava dessas questões, assim como os outros comissionados que a todo tempo ficavam tentando estancar a discussão. Por exemplo, você tem *algumas questões que ficaram para trás*, houve uma notícia que nos documentos sobre os Waimiri-Atroari havia um nome de uma pessoa que tinha sido ouvida pela Comissão, e que não foi perguntado sobre este episódio em específico. Era um linguista que andando pela BR 174 em construção pega um caminhão até um entreposto em que encontra uma vala comum de Waimiri Atroari. Ou seja, a Comissão não havia ido atrás dessa informação, não foi ao território Waimiri com toda a documentação [...] (ZELIC, 2017, p. 355-356 – itálicos nossos).

Essa demarcação temporal da CNV acaba selando a continuidade dos esquecidos da memória, pois, ainda que haja aspectos desta cultura (identidade indígena) que muitas das vezes não são registrados e que – por força dos seus costumes, tradições orais –, não constituem validade técnica pelos saberes dominadores, são considerados como elementos que não devem ser elevados e registrados como memória oficial ou como "cultura oficial" de uma sociedade ou pelo menos parte desta.

Mesmo com a força do enquadramento dos enunciados e seu poder sobre as experiências dos sujeitos, alguns aspectos da sensibilidade (por mais que esta seja arquivada por sua natureza subjetiva e relativa), como a memória, são capazes de reverberar

como pensa Foucault, pois onde há poder, há resistência – como nos casos analisados das memórias subterrâneas¹ (POLAK, 1989; 1992) e o testemunho do *resto* (AGAMBEN, 2008).

A construção do Relatório Final como tomada de testemunhos-confissões tende à lembrança do passado, mas ao mesmo tempo desempenha um limite do que pode ser lembrado. A lembrança passa a ser uma política para bloquear o esquecimento, mas dentro dessa produção há que se destacar as intencionalidades políticas para com os limites do que pode ser lembrado. Aqui, condicionadas além dos instrumentos de limitação jurídica do Estado, também as limitações epistemológicas desenvolvidas pela academia querem deter uma metodologia por meio da História acadêmica, ou seja, por meio de técnicas ditas científicas, sobrepondo as formas dos conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas, instituindo também um regime epistêmico e de memória.

Ao falar sobre a relação entre testemunho e confissão, concentrando suas análises na obra de Foucault, Ribeiro e Sacramento (2020) consideram as análises sobre testemunhos como construções de confissões mediadas, isto é, seriam “uma agência de produção de verdade e de poder na sociedade ocidental” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2020, p. 69). Assim, examinando o texto de Foucault sobre a confissão, os autores nos levam a refletir sobre essa confissão mediada que acontece também nos itinerantes da CNV. Essa confissão acontece, segundo Foucault, porque o homem tornou-se um ser que precisa ser tratado e conduzido a uma harmonia social. O mediador aparece como “senhores da verdade”:

1 Diz respeito às versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Essas memórias não estão monumentalizadas e nem arquivadas, nem expressas em obras de arte, e só são demonstradas quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores criam as condições para que elas surjam e possam, então, ser registradas, analisadas e a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade.

Confessante e confessor desempenham uma relação entre poder e verdade. Afinal, nas palavras de Foucault..., “aquele que escuta não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade”. Sendo assim, a função dele é hermenêutica, e “seu poder em relação à confissão não consiste somente em exigí-la, antes dela ser feita, ou em decidir após ter sido proferida, porém em constituir através dela e de sua decifração, um discurso de verdade” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2020, p. 71).

O ato de confessar se tornou um meio terapêutico para as finalidades de quem testemunha. Isso acontece, segundo Ribeiro e Sacramento (2020), porque a prática terapêutica considera o “eu” como fonte da solução para problemas de ordem social; a confissão seria um caminho da libertação do “eu” e um posicionamento político e de poder. O autoexame pressupõe que acessamos verdades profundas sobre nós mesmos. Contudo, quando isso é mediado, há uma exposição apenas para fins pragmáticos, e o compartilhamento se dá sob uma lógica de dependência.

A confissão, para Foucault, é uma forma de impor uma interiorização de uma prática de penitência e autoexame de dimensões tanto da relação do saber/poder, quanto do governo/verdade que faz emergir sujeitos. A percepção desses fenômenos nos atualiza como devemos entender o aparecimento dos mediadores autorizados por relações de saberes dominantes que regem manifestações de controle sobre os regimes de verdade. Também a confissão se materializa como uma suposta verdade construída pelo próprio sujeito no qual essa verdade deve reger sua existência.

A percepção sobre esse fenômeno de fazer o outro confessar (que aparece na CNV como testemunho como exercício da verdade) se revela como produção de uma existência incentivada, pois pode gerar uma sensação de compromisso para a unidade, movimento sem coercitividade, mas não deixando de ser um lugar de dominação com usos de linguagens da liberdade. Significa que o que ouvimos

nas confissões “não são meramente as vozes de confessantes, mas a voz do poder se institucionalizando, racionalizando, domesticando os corpos, as subjetividades e as experiências” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2020, p. 72).

Tem-se pela CNV uma estima por uma história oficial, esta que será usada como prova. Assim, encontra-se essa prova por meio dos registros escritos, e as provas remetem a uma segurança jurídica irrefutável de uma “história factual” e responsabilização quando aparecem de forma escrita nos documentos oficiais das instituições e agentes que provocaram graves violações dos direitos humanos.

Beatriz Sarlo (2007) explica a guinada subjetiva que estabelece uma forma de reconstruir o passado histórico valorizando as maneiras de subjetivação por meio das narrativas do “Outro” – seria a revalorização das narrativas em primeira pessoa para reconhecimento do seu lugar e importância das subjetividades. Há a confiança nos sujeitos que narram suas vidas não apenas para conservar as memórias narradas, mas também para revelar as identidades distorcidas e invisibilizadas pela história oficial.

O testemunho seria importante, pois estabelece um movimento de direito ontológico da devolução da palavra, o direito de dizer. Ao conquistar esse direito, os sujeitos constituem uma “cura identitária”, ao conseguirem fazer emergir as memórias sociais e individuais, libertando direitos reprimidos e restituindo um direito à verdade.

Contudo, essa “cura identitária” por meio do uso da memória só pode ser completa quando aos testemunhos que emergem são considerados plenos em sua subjetividade além dos usos das retóricas jurídicas ou históricas. Ou seja, a positividade dos acontecimentos como requer o Direito e uma história factual esbarra na capacidade libertadora dos que emitem seu passado, e isso promove uma condição de luta contra um regime de verdade.

Assim, para Sarlo (2007) os usos jurídicos ou históricos do testemunho são sempre creditados como auxiliares nas comprovações de uma situação, ajudam na sustentação de um argumento, mas não definem um estatuto de verdade. Da mesma maneira, em sentido histórico, sobre o testemunho de quem viveu situações limites, não há como se ter uma comprovação real do que foi vivido e nem criticar a verdade do relato, mas a intensidade da experiência vivenciada (impossível para quem não viveu) “é também aquilo que o testemunho não é capaz de representar” (SARLO, 2007, p. 36).

A ideia de “cura identitária” está relacionada com o pensamento da conselheira Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade, no texto *Tortura e sintoma social* (KEHL, 2010), no qual faz referência sobre os sofrimentos e ressentimentos históricos reprimidos por quem sofreu violência. A conselheira entende que o ressentimento seria um dos sintomas mais representativos na relação violenta dos grupos sociais, principalmente minorias, com o Estado brasileiro. Há um ressentimento desqualificado por lutar e latejar, causado pela não exposição e não reparação dos danos causados por parte dos agressores e opressores.

Embora seja controversa na psicanálise, segundo Kehl, a ideia de sintoma social analisado do mesmo modo que um sujeito, é explícito que “o sintoma social não tem outra expressão senão aquela dos sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento” (KEHL, 2010, p. 124).

Desta forma, a autora entende como mecanismo de análise o sintoma social, como manifestação de práticas e discursos automatizados que são independentes das condições psíquicas dos sujeitos: “Assim como ocorre quando o sintoma individual se torna crônico, sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo” (KEHL, 2010, p. 124).

Os desdobramentos dessa clínica parecem ter se efetivado durante os trabalhos como comissionada na CNV, construindo meios para que as vozes dos vitimados fossem ouvidas e tratadas pelas reparações devidas. Contudo, é necessário enfatizar que as reflexões feitas pela autora entendem uma condição histórica em longuíssima duração, contradizendo as próprias limitações positivistas do tempo impostas pelo RFCNV. O trauma gerado pela violência contra os povos indígenas no regime autoritário é só apenas um capítulo na contínua história de sofrimento e resistência.

Um outro ponto que se destaca da leitura do arquivo RFCNV é o estatuto do arquivo como autoridade explicativa e representativa para a verdade dos sujeitos indígenas. No texto *Muitos caminhos para a verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação*, Elisabeth Kaplan (2018) elabora uma reflexão sobre como, em meio à produção dos documentos, é necessária a superação da noção do arquivo como estado positivo de captura de fatos e acontecimentos, ou seja, do arquivo como “guardiões objetivos de um registro histórico ocorrido naturalmente” (KAPLAN, 2018, p. 186).

A crítica que a autora faz constitui a forma epistemológica da produção do conhecimento que requer a atenção à forma de manuseios dos arquivos – como o trabalho do historiador e do antropólogo. Contra uma abordagem positivista, ela estabelece uma leitura dos arquivos como forma de representação: “Caso nós... aceitemos a visão dos arquivos como uma forma de representação, devemos conceber meios viáveis de continuar a fazer o trabalho arquivístico sem os antolhos positivistas do passado” (KAPLAN, 2018, p. 187).

Dialogando com essas ideias sobre a produção dos arquivos, Eric Katelaar (2018) recomenda a análise da historicidade do documento, a sua genealogia do arquivo, para entendermos as notas subjetivas que acompanham usos e os modos como vemos os documentos, bem como a crítica do não encerramento dos arquivos por sua natureza dinâmica.

É necessário que haja a correção dos fatos, o direito de corrigir: mesmo que as informações estejam corretas, é necessária a revisão, pois a natureza do arquivo se encontra em um dado subjetivo do documento (a narratividade), um contraponto genealógico para não reificar “a simples história do criador”, possibilitando uma ampliação de sentidos que são fugazes às normas e aos estatutos biopolíticos² que querem cercear a dinamicidade dos documentos.

QUAIS SUJEITOS EMERGEM DO RELATÓRIO FINAL DA CNV? “RESTO”/“CIDADÃO”

A reconciliação nacional³ pode ter outro sentido para as diversas sociedades indígenas; não como um princípio de universalidade muito ligado ao Estado nacional, em que o sentido de nação é apresentar as individualidades sob normas estatais que representam uma unidade, símbolos, datas comemorativas, língua, entre outros. Mas dentro de uma dimensão da governamentalidade, a reconciliação nacional está atrelada a uma padronização para que a harmonia predomine e para que as marcas do passado não ofereçam razão para desequilíbrios e conflitos para o bem da nação.

SUMÁRIO

- 2 “A antropóloga Ann Stoler explica que a ‘virada arquivística’ na Antropologia lhe fornece, assim como a seus colegas, matéria para refletir de maneira crítica sobre a redação de documentos e o modo escolhido para utilizá-los, sobre os arquivos não como lugares de recuperação de conhecimento, mas de produção de conhecimentos, como monumentos do Estado, mas também como lugares de etnografia do Estado” (Katelaar, 2018, p.195).
- 3 A unidade nacional passa a ser uma construção de identidade como assunto de Estado. A identidade passa a ser controlada e regulamentada como acontece desde o surgimento do Estado-Nação. Segundo Cucho (1999), há uma rigidez na caracterização da identidade, uma monoidentificação, caracterizada pela identidade nacional ou referencial legítima. Para Cucho (1999, p. 188), a “ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais. Sua lógica radical é a da ‘purificação étnica’. A consequência disso é a padronização do Estado com a criação de carteiras de identidade, sendo os indivíduos incapazes de definir suas próprias identidades”.

A invenção da consciência nacional – o que torna os diferentes em semelhantes – na estrutura da governamentalidade (FOUCAULT, 1979) funciona para ajudar no controle e na governabilidade dos sujeitos sociais. No fundo, é percebido que, no discurso de unidade – seja por língua comum, que na verdade são muitas, seja pela identidade dita coletiva e natural, que na verdade é dinâmica –, a história que deve ser comum para a coletividade é a projeção apenas de um grupo social; a definição de território como uma construção bem definida por fronteiras é uma abstração que não faz sentido para todos os grupos sociais.

Há a impossibilidade de que toda uma coletividade consiga perceber e assimilar todas as exigências para se tornar uma unidade nacional, dado o caráter geral de compartilhamento nos diferentes grupos humanos e suas particularidades. Assim, mesmo havendo uma unidade simbólica e manipuladora imaginada (ANDERSON, 2008), não há garantia que a ideologia seja aceita pacificamente, pois as condições impostas para unidade podem afetar diretamente a sobrevivência do grupo social.

Por se encontrar em condição de *resto* (AGAMBEN, 2008), os povos indígenas são atraídos para fazer parte do *todo* que está calcado em uma condição de cidadão e participante do Estado nacional. Desta forma, fazendo parte dessa unidade nacional regida pelos princípios de “reconciliação nacional”⁴ e obediência aos “pactos políticos”, há todo um desenvolvimento de um projeto de modernidade para os povos indígenas que se pretende como diferente do da ditadura civil-militar, mas que possui algumas semelhanças, pois o resto só pode ser o todo se houver a integração nacional.

No texto 5 do Volume II do RFCNV (*Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas* (BRASIL, 2014c), o desenvolvimento dos trabalhos da CNV constata algumas violações

SUMÁRIO

que, de alguma forma, impactam a condição de sobrevivência à qual outros grupos sociais não foram tão afetados quanto os povos indígenas. Aqui podemos extrair a diferença e comparação da verdade sobre os povos indígenas em relação a outros sujeitos vitimizados no Relatório Final, algo que é importante, mesmo que os próprios pesquisadores da CNV não tenham dado atenção às formas singulares que envolvem os povos indígenas, não enfatizando a destruição e pilhagem patrocinadas pelo governo autoritário, reatualizando um comportamento de violência secular desde a chegada do homem branco às Américas até os dias de hoje.

Algo que se evoca nessa parte do documento em relação aos povos indígenas é a centralização da ideia de perdas sempre bem enquadrada no sentido material (sem levar em consideração uma noção ontológica⁵ sobre dano e reparação), contudo, com foco mais nas questões territoriais. A lógica de inclusão do tema indígena no Relatório Final esteve ligada com as questões camponesas, daí relacionar o sujeito indígena com o rural, e sua principal restituição seria sua relação com a terra.

No arquivo Relatório Final da CNV, aparece a produção de uma unidade das identidades, do que vem ser a semelhança entre camponeses e indígenas, considerados como vitimados que passaram pelas mesmas situações de perseguição política ponto muito criticado por Marcelo Zelic (2017, p. 358): um “desatino colocando no mesmo balaio a questão indígena com os camponeses”.

5 Palmquist (2018) destaca alguns problemas da universalização dos conceitos de etnocídio. O primeiro desses problemas seria reduzir a ação colonial como evento singular, incorporando nesses eventos sujeitos a uma identidade unitária; há uma generalização dos genocídios apenas como perdas territoriais, quando a violência dos agressores produziu alto grau de destruição física por meio de doenças, escravidão, dizimação etc. Entretanto, para os povos indígenas, não há como separar a destruição cultural da destruição material. Dessa forma, para combater as definições universalistas, é necessário deixar uma interpretação epistemológica sobre a destruição dos povos indígenas, pois as universalizações para compreender as diversas experiências desses grupos acabam ignorando as próprias definições do que seriam a “plenitude de vida” e a “ação de destruição”.

E ao invés da Maria Rita Kehl trabalhar as duas questões simultaneamente, ela decide tratar primeiro da questão dos camponeses e depois da questão indígena, e era evidente que isso ia dar errado. Então, quando ela comunica essa decisão dela, a gente fica trabalhando por fora, enquanto ela tratava exclusivamente da questão dos camponeses. Maria Rita decide falar da questão indígena adiante, e isso foi um erro da parte dela, mas não foi de má fé (ZELIC, 2017, p. 358).

As omissões e dificuldades na inclusão dos povos indígenas e a produção de sua “verdade” também refletiu as disputas políticas dos que consideravam legítimos perseguidos pelo regime autoritário e outros grupos sociais; os primeiros seriam considerados como irrelevantes e até ajudantes do regime autoritário, como foi o caso de alguns grupos de esquerda que acusavam os povos indígenas de serem coniventes com a ditadura. Foi o caso do povo Aikewara:

Veja, não foi só a CNV que ofereceu resistência a esta questão. Teve uma conferência nacional dos presos políticos da Ditadura, depois da gente ter conseguido colocar o tema indígena na CNV, nós estávamos lá e o Egydio ficou muito bravo porque eles tinham desqualificado a questão indígena. Eles tinham dito lá que o “cobertor era curto”, que não dava para colocar tanta gente nos processos de justiça de reparação. Eles davam a entender que os índios estariam “pegando carona” nesta discussão. Ora, pegando carona? Somente em 10 povos contabilizou-se mais de 8000 mortos, estaríamos pegando carona em que? Houve a mesma conversa quando se discutiu um filme produzido pelo pessoal do Pará, chamando os índios de cortadores da cabeça. Veja, quem fala isso é gente da esquerda. Tem-se então o massacre da direita e têm a incompreensão da esquerda, e isso é uma questão que precisa ser pautada em termos de justiça de transição no Brasil. O fato de nós termos pautados o tema indígena na CNV já foi um avanço, um avanço em duas direções, para a Esquerda faça uma meia culpa e reveja essa sua posição (ZELIC, 2017, p. 356-358).

Zelic está retratando os sofrimentos que aparecem no RFCNV no tema *O caso Aikewara*. Em meio às operações de guerra no Araguaia, entre 1972 e 1974, o governo militar obrigou indígenas a serem guias e capturadores daqueles que o Estado considerava “subversivos”, obrigou os indígenas homens a fazerem tais serviços, e militares sequestravam mulheres e crianças e as mantinha em cárcere, trazendo fome e privação de liberdade.

Segundo o Relatório Final, o governo autoritário passou a identificar os sujeitos indígenas como inimigos da nação de forma organizada, como movimento indígena de contestação ao governo autoritário. Contudo, a CNV não conseguiu mobilizar as ações de reparação em relação aos povos indígenas, ou seja, não tiveram a mesma condição de vítima como foi dada aos camponeses e aos casos individuais dos que se autoidentificavam como verdadeiros perseguidos políticos consagrados pelo RFCNV.

Outro mecanismo de condicionamento nacional e de universalização que se quer caracterizar como representação de uma verdade criada para os povos indígenas é a imagem romântica do indígena que contribuiu para a formação da nação, estabelecida pela CNV como um contraponto às atitudes repressivas da ditadura civil-militar. Isto aparece no rol de atitudes violentas ajustadas para com os indígenas durante o regime autoritário (*Virtuais inimigos internos: índios como questão de segurança nacional* (BRASIL, 2014)), o qual segue uma observação dos comissionados um tanto contraditória, pois o Relatório aponta, no início do seu parecer quanto a essa temática, uma história indígena de contribuição ao dominador e chega a citar que os indígenas foram instrumentos da construção da unidade nacional e entendidos como “contribuintes”, sem a clara contradição histórica intrínseca ao sofrimento e genocídio contínuo, a afirmação de uma tradicional história oficial não reconhecida pelo regime autoritário:

O regime militar opera uma inversão na *tradição histórica brasileira*: os índios, que na Colônia, no Império e na República foram vistos e empregados na conquista e na defesa do território brasileiro, são agora entendidos como um risco à segurança e à nacionalidade. De *defensores das fronteiras do Brasil*, eles passam a suspeitos, a virtuais inimigos internos, sob a alegação de serem influenciados por interesses estrangeiros ou simplesmente por seu território ter riquezas minerais, estar situado nas fronteiras ou se encontrar no caminho de algum projeto de desenvolvimento (BRASIL, 2014, p. 211, itálicos nossos).

O Relatório corrobora com uma visão romântica e “heróica” de regularidades de condições sociais e até políticas para com os indígenas quando cita além dos limites impostos pela CNV – no caso aqui demonstrado, quando estabelece a historicidade do período colonial, imperial e até republicano. Enuncia a importância da participação indígena na formação territorial reproduzindo o viés do Estado de que todas as “raças” deram sua contribuição à nação, sendo negado o custo do sacrifício de indígenas e de escravizados vindos da África. Assim, faz com que o dominador branco possa abarcar todas as instâncias de decisões, inclusive a de ter o poder de dizer como deve ser escrita a história dos povos originários dentro da construção nacional.

Os sujeitos que surgem dessa vontade de verdade são adequados como informantes para o objetivo do Relatório Final da CNV. Suas vozes são escutadas para compor uma política de verdade, pois essa atitude promove a participação dita política como cidadão com destacada contribuição, segundo a CNV, para a unidade e integração nacional pelo viés da participação e consolidação da cidadania. O sujeito indígena/cidadão se universaliza como sujeito de direito que se impõe no mesmo plano da base de um projeto político de modernidade do Estado nacional em que o território e a população se confundem como parte de um todo. Assim, vira um cidadão completo no Relatório Final da CNV, integrado ao Estado, sem mais ter como referência e direito à sua memória e territorialidade ancestral:

Se o indígena era um cidadão incompleto, ao “completar-se”, passa a compor a massa indiferenciada da população, liberando o Estado duplamente de sua obrigação – tanto da tutela quanto da tarefa de reconhecer a posse das terras indígenas a seus coletivos étnicos. Trata-se de uma estratégia que, tomando a integração como parâmetro para a aquisição da cidadania, decreta o projeto de extinção gradativa da diferença indígena como destino inafastável do progresso nacional (ROCHA, 2021, p. 1254).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade requerida como meio de se chegar à reconciliação nacional e à revelação dos abusos cometidos pelo regime autoritário se constituiu, segundo a CNV, para fins políticos, como legal e capaz de reparar os danos materiais e subjetivos aos perseguidos e vitimados, e serviria também para fortalecer as bases democráticas e acesso à cidadania, bem como à promoção de uma política de não repetição que salvaguardaria a república de novas tentativas de autoritarismo e violências. A finalidade, então, seria para a manutenção do futuro enquanto nação e sociedade brasileira.

O desejo de integração dos povos indígenas se constituiu como um dos interesses em longa duração do Estado brasileiro: a colonização inicial, a teoria do Indigenato, “a expansão para o Oeste” de Vargas, a criação do SPI, a Funai, a ditadura civil-militar-empresarial, a Constituição de 1988, a CNV, o governo Bolsonaro.

Há também precariedade nos resultados do Relatório Final da CNV, pois não há participação dos povos indígenas e resgata-se um projeto de inclusão política forçada nos ditames do Estado moderno pelo viés de uma forçada reconciliação dos vitimados com seus opressores. A CNV não permaneceu revelando verdades nem do passado (além do marco temporal de 1946) nem após 1988,

e parece ter promovido também a reatualização do sentido de ser indígena dentro de um quadro de biopoder encapsulado. No mínimo, reforçou a ideia de que a cidadania liberal participativa seria a salvaguarda dos povos indígenas.

A reação a essa verdade (limitada e precária) do sujeito indígena tem como consequência a tomada de iniciativa de organizações estatais como o Ministério Público, provocada por entidades de representantes indígenas e de pesquisadores inconformados com os resultados do Relatório Final da CNV. No dia 27 de outubro de 2022, foi lançada uma consulta pública pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais a fim de ouvir representantes dos povos indígenas para a elaboração de uma Comissão Nacional da Verdade dos povos indígenas, quando foi sugerida a continuidade dos trabalhos da CNV, mas de forma independente e centrada nos povos indígenas. Um dos principais pontos discutidos na audiência pública foi a consequência da não continuidade das investigações, pois o próprio Relatório Final deixou expressa sua limitação em relação aos povos indígenas, com uma visão temporal mais abrangente além dos marcos de 1946 e 1988. Essa reação reflete também a uma frase famosa de Davi Kopenawa (2015, p. 75), em *A queda do céu*:

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte.

Kopenawa descreve bem como se dá a visão de resistência de um povo indígena em relação à governamentalidade/homem branco e sua produção de uma verdade – até mesmo a que está contida no Relatório Final da CNV. Os conhecimentos dos povos indígenas não

são menores que os dos homens brancos; suas maneiras de ver o mundo não são limitadas e se dão em “todas as direções” e são herdadas de forma ancestral – daí que a preservação do espaço ser um vínculo de manutenção dos saberes. O conhecimento está contido nos corpos e é estabelecido para que os corpos sobrevivam e não precisem ser sistematizados; o saber já está incorporado na conduta da vida: o seu rastro de sobrevivência é forte e longo, é ritualizado e memorizado na resistência do existir, mesmo na forma de um resto.

A incorporação dos indígenas na unidade nacional levou à ideia de que todos os problemas estariam resolvidos e sem os efeitos reais do Relatório como forma de proteção aos povos indígenas; desta forma, levou à continuidade de práticas genocidas por parte do Estado, a saber o *necrodiscurso* de Jair Bolsonaro.

A verdade construída como discurso oficial da governamentalidade continua reduzindo os povos indígenas ao programa de assimilação e aculturação que sempre serviu aos interesses dos governos pilhadores, disseminando uma falsa ideia de que há momentos pontuais da história em que os povos indígenas foram esbulhados, mas foram reparados. Na verdade, há uma política do tempo que pratica o esquecimento como estratégia imposta de conformação e falsa cura do ressentimento.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

SUMÁRIO

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014a. v1, tomo 1.

BRASIL. (2011-2016: Dilma Rousseff). Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 10-12-2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política (Ditos e Escritos)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010b.

KAPLAN, Elisabeth. "Muitos caminhos para verdades parciais": arquivos, antropologia e o poder da representação. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. **Pensar os arquivos**: uma ontologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 177-191.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. **Pensar os arquivos**: uma ontologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 191-206.

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição**. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, n. 3, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. 1992.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e Memória: entre testemunhos e confissões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A construção da cidadania indígena no Brasil e suas contribuições à Teoria Crítica Racial. **Revista Direito e Práxis** (on-line), v.12, n. 2, p. 1242-1269, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/59762>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ZELIC, Marcelo. Entrevista com Marcelo Zelic: Sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 347-365, jul./dez. 2017.

SUMÁRIO



6

Caroline Bianca Graeff

PEC 9/2023:

**MAIS UMA ANISTIA AO DESCUMPRIMENTO
ÀS COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA**

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero nos múltiplos âmbitos da vida social tem sido encarada por diversas frentes. Uma batalha em especial vem sendo repetidamente perdida, com poucas alterações práticas na estrutura patriarcal enfrentada. Ela consiste na pauta de gênero no ambiente político partidário.

As mulheres que superam as barreiras iniciais, as quais buscam restringir a sua participação ao ambiente privado, e procuram participar da vida pública concorrendo em um processo eleitoral, encaram um novo universo de dificuldades. As candidaturas não recebem o mesmo suporte das masculinas pelos partidos políticos, incluindo o desigual aporte financeiro e a falta de divulgação e espaço midiático.

Apesar desta realidade e da luta por constituir regras eleitorais que contribuam para combater a desigualdade de gênero na ocupação dos cargos políticos, está em pauta no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº. 9/2023 visando anistiar os partidos políticos que não cumpriram a legislação que determina a reserva de, no mínimo, 30% das candidaturas para cada gênero e o respectivo aporte financeiro das verbas oriundas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, distribuídos de maneira proporcional ao número de candidaturas.

O presente trabalho constitui um estudo exploratório e tem como objetivo discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº. 9/2023 em votação no Congresso Nacional. Como objetivos específicos, o estudo busca (1) descrever a evolução da política de cotas de gênero para as eleições no Brasil; (2) apresentar o conteúdo da PEC nº. 9/2023; (3) discutir as reiteradas anistias aos descumprimentos das diretrizes legais e jurisprudenciais.

A metodologia compreende a revisão crítica da bibliografia, das normas e das decisões judiciais sobre o tema, incorporando de forma subsidiária os dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral sobre as eleições brasileiras no portal TSE Mulheres.

O artigo está dividido em duas partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira sessão descreve-se o desenvolvimento histórico da legislação que trata da participação feminina no processo eleitoral. Em um segundo momento, o artigo apresenta a Proposta de Emenda à Constituição nº. 9/23 e discute a perspectiva de uma nova anistia aos partidos descumpridores da legislação eleitoral.

RETROSPECTO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO

No Código Eleitoral de 1932 (Decreto nº 21.076) o voto feminino, não obrigatório, foi instituído nacionalmente para mulheres alfabetizadas, com idade superior a 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil (MARQUES, 2019).

Mas foi somente a partir da Constituição de 1946 que os direitos e as obrigações foram formalmente igualados entre homens e mulheres, e passou a ser obrigatório o voto para todos, desde que alfabetizados (MARQUES, 2019). A Constituição Federal de 1988 reproduz a igualdade dos direitos políticos entre homens e mulheres e o voto universal, sem distinção de gênero.¹

Porém, a igualdade formal nos direitos não reflete a realidade da política brasileira. Apesar da conquista do direito ao voto, a participação da mulher na ocupação de cargos políticos e espaços de

1 De acordo com a CF de 1988, o voto é obrigatório a todos os cidadãos brasileiros maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. (Art. 14, § 1º, CF/1988)

poder na esfera pública tem sido lenta. A permanência de uma elite política majoritariamente masculina e branca demonstra as dificuldades desta transição.

Apesar de, atualmente, a bancada feminina no Congresso ser a maior da história, há apenas 91 parlamentares eleitas na Câmara dos Deputados (18%) e 4 Senadoras (15%). Isso, mesmo o Brasil possuindo 53% do eleitorado feminino (TSE MULHERES, [S.d.]). No que se refere às Câmaras Municipais, no ano de 2020, somente 16% dos vereadores eleitos foram mulheres (TSE MULHERES, [S.d.]).²

A primeira legislação que trouxe dispositivos para ampliar a ocupação feminina nos cargos eletivos veio em 1995 através da Lei nº. 9.100 que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais de 1996. A Lei previa o percentual mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação para mulheres concorrentes ao cargo de vereadores³.

Ainda em 1995, a Lei 9.096 trouxe a necessidade de as legendas partidárias utilizarem no mínimo 5% do Fundo Partidário para programas de promoção da participação política das mulheres. Como será retratado na próxima seção, este ponto foi motivo de anistias reiteradas ao seu descumprimento.

Em 1997, a chamada Lei das Eleições (Lei nº 9.504) ampliou a porcentagem de 20% para 30% de candidaturas para cada sexo por partido ou coligação e a regra passou a valer para todos os cargos do Legislativo, exceto para o Senado Federal. Contudo, a previsão legal não trazia a obrigatoriedade, estabelecendo que cada partido ou coligação deveria fazer a reserva das vagas e não necessariamente

SUMÁRIO

- 2 Carlota Pereira de Queirós, em 1934, foi a primeira deputada federal e Eunice Michiles, em 1979 a primeira senadora eleita para o Congresso Nacional. Tofolli (2020) ressalta que a Princesa Isabel ocupou cadeira no Senado durante o Império, contudo sua posição foi ocupada por direito dinástico e não via eleições.
- 3 Art. 11, § 3º, da lei 9.100/1995: "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres" (BRASIL, Lei 9.100/1995).

preenchê-las (BRASIL, Lei nº 9.504, 1997). Esta previsão deixou margem para a interpretação e, sob o argumento de que, apesar da reserva das vagas, não houve candidatas suficientes para preencher a cota, os partidos continuaram a não alcançar a porcentagem mínima definida na norma, tendo a legislação seu sentido esvaziado.

Em 2009, alterou-se a Lei das Eleições, através da Lei nº 12.034, para estabelecer a obrigatoriedade de cada partido ou coligação preencher, e não apenas reservar, o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (art. 10, § 3º). Além disso, determinou a reserva de 10% do tempo de propaganda partidária e de 5% dos recursos do Fundo Partidário às candidaturas femininas.

Fernandes (2018) faz uma análise da candidatura das mulheres nas eleições para as Câmaras Municipais de 2000 a 2016 no Brasil, comparando o antes e depois da exigência obrigatória dos 30%, ocorrida em 2009. Os dados comprovam que todas as unidades da Federação, após a lei nº 12.034/09, apresentam uma média de candidaturas femininas acima de 30%. Antes de 2010, quando não era obrigatório o preenchimento mínimo de 30% das vagas por mulheres, todos os Estados estavam abaixo desse limiar.

Contudo, o autor evidencia que não existe um aumento das candidatas eleitas antes e depois da obrigatoriedade do preenchimento das cotas de gênero. Ou seja, preencheram-se as vagas para candidatas, mas não houve um avanço na conversão destas candidaturas em mulheres eleitas.

Importante ressaltar que, após a obrigação instituída em 2009, relataram-se uma série de fraudes ocorridas na tentativa de burlar a lei. Nascimento (2021) destaca que partidos e coligações registraram candidatas femininas fictícias apenas para preencher o percentual de 30%, as chamadas *candidaturas laranjas*. Em alguns casos a suposta candidata sequer tinha conhecimento da candidatura, tendo seus documentos utilizados de maneira ilícita para

fraudar o sistema de cotas. Em outros, havia a anuência da candidata que, integrando os quadros dos partidos, aceitava concorrer sem a pretensão de assumir um cargo eletivo, apenas para preencher as vagas exigidas pela lei.

Alguns indícios evidenciam a fraude neste último caso, como, por exemplo, a não promoção de propaganda eleitoral, não haver a realização de gastos de campanha, votação píflia ou zerada e, ainda, a relação de parentesco entre candidatas ao mesmo cargo.

Dessa forma, evidente que o problema persistiu após a Lei nº 12.034/2009 e que a necessidade de combatê-lo passa por uma segunda etapa: a punição das violações e a viabilização das candidaturas para convertê-las na ocupação de cargos públicos.

No que diz respeito às punições às fraudes eleitorais às cotas de gênero, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem entendido que, reconhecida a existência de fraude, a condenação aplicada é 1) a cassação dos registros e/ou dos diplomas de todos os candidatos da chapa proporcional respectiva, independentemente de prova da participação, ciência ou anuência deles; 2) a inelegibilidade daqueles que efetivamente praticaram ou anuíram com a conduta; e 3) a nulidade dos votos obtidos pelo Partido/Coligação, com a recontagem do cálculo dos quocientes eleitoral e partidário, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral (BRASIL, TSE, REspe nº. 190).

Em março de 2023, no julgamento da ADIn 6.338 impetrada pelo partido político Solidariedade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou o entendimento já proclamado pelo TSE. O requerimento buscava a restrição da responsabilização pela fraude nas cotas ao candidato responsável e ao partido que tenha concordado com tal candidatura, não afetando os políticos eleitos pela agremiação mesmo que beneficiados pela irregularidade, pois, segundo a legenda, seriam beneficiários de boa-fé.

O Supremo julgou improcedente a ação, baseando seu entendimento sobre dois pontos principais. O primeiro está relacionado à realização do requerimento de registro das agremiações partidárias e o registro da candidatura pelos candidatos individualmente. O procedimento realizado pelos partidos é o processo principal em relação aos individuais, ou seja, o requerimento de registro de candidatura atinente a cada candidato possui relação de dependência para com o correto registro dos partidos e federações (TSE, Resolução 23.609/2019).

O pedido de registro dos partidos deve estar acompanhado do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP), por meio do qual atestam o cumprimento dos requisitos legais, dentre eles o das cotas de gênero. Sendo o registro individual dos candidatos acessório ao registro das agremiações, o indeferimento do DRAP gera, por conseguinte, o indeferimento dos pedidos de registro de cada candidato a ele vinculados (TSE, Resolução 23.609/2019, art. 48). Assim, caso se constate fraude à cota de gênero, haverá a desconstituição da decisão que deferiu o DRAP e, conseqüentemente, os requerimentos individuais a ele vinculados também serão extintos, pois “as candidaturas vinculadas a referido DRAP nasceram irregulares, ilegítimas e não podem, portanto, produzir quaisquer efeitos jurídicos” (TSE, Respe nº 190, 2022).

O segundo ponto sobre o qual a decisão do Supremo se baseou diz respeito às conseqüências práticas da fraude às cotas. Quando o partido burla a cota inserindo candidaturas femininas fictícias, majora o número de candidatos do sexo masculino concorrendo. Se a sanção corresponder apenas às candidaturas fictícias, não vai solucionar a questão, pois a falsa competição estaria beneficiando todos os candidatos do partido respectivo. Como destaca a Ministra Rosa Weber:

Esse tipo de expediente fraudulento ocasiona grave desequilíbrio entre os players em disputa, tendo em vista que os fraudadores – partidos e candidatos – registram mais

candidaturas do que o admitido em lei e aqueles que seguem as regras do jogo democrático se vêem na contingência de fomentar a participação feminina na política e, em último caso, lançar menos candidatos (STF, ADIN 6.338, 2023, p. 41).

Além disso, quanto às irregularidades cometidas no descumprimento à propaganda partidária, no que se refere ao dever de promover e difundir a participação feminina na política previsto na Lei 9096/1995, a sanção aplicada é perda de parcela da propaganda partidária nas inserções nacionais.

Em relação à viabilização das candidaturas femininas, um momento importante sobre a regulamentação das cotas de gênero na política brasileira ocorreu a partir da discussão sobre a previsão do artigo 9º da Lei 13.165/2015. A legislação impôs a reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de candidatas.

Esta previsão foi considerada pela Procuradoria Geral da República (PGR) como uma proteção deficiente dos direitos políticos das mulheres e ineficaz para viabilizar a equidade na aplicação do montante do Fundo Partidário entre candidatas e candidatos. Sob esse argumento, em 2018, a PGR ingressou no Supremo Tribunal Federal com a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5.617. No julgamento, o Supremo determinou a procedência do pedido e a aplicação de recursos financeiros do Fundo Partidário de forma proporcional às campanhas de candidaturas femininas (BRASIL, ADI nº. 5.617/2018). Por exemplo, havendo 35% de mulheres, 35% dos recursos do Fundo Partidário deverão ser alocados para essas candidatas.

Ainda em 2018, na Consulta nº. 0600252-18.2018.6.00.0000⁴, o Tribunal Superior Eleitoral esclareceu também a obrigatoriedade da destinação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV à participação feminina.

Em 2021, a Emenda Constitucional nº 111 estabeleceu uma regra de transição que valerá para as eleições de 2022 a 2030 e que possui o intento de incentivar um maior número de candidatas. Tal regra prevê, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados serão contados em dobro (BRASIL, Emenda Constitucional nº. 111).⁵

Dessa forma, a contagem em dobro dos votos seria um estímulo financeiro para que os partidos promovam um maior número de candidatas mulheres e candidatos negros e incentiva também o investimento na promoção de suas campanhas.

A posterior Emenda Constitucional n. 117, de 5 de abril de 2022, acrescentou na Carta de 1988 os termos das decisões do STF e do TSE. A partir de então, a previsão de obrigatoriedade dos partidos políticos aplicarem os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no percentual mínimo de 30%

SUMÁRIO

- 4 A consulta foi formulada pelas Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Regina Sousa, Lídice da Mata e Rose de Freitas, e pelas Deputadas Federais Gorete Pereira, Jô Moraes, Luana Costa, Luciana Santos, Raquel Muniz e Soraya Santos e teve relatoria da Ministra Rosa Weber (BRASIL, TSE, Consulta n.º. 0600252-18.2018.6.00.0000).
- 5 A forma de distribuição das verbas públicas de financiamento eleitoral está prevista no art. 16-D da Lei 9.504/1997, o qual dispõe que os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha serão repartidos de acordo com os seguintes critérios: (1º) 2% do valor serão divididos igualmente entre todos os partidos; (2º) 35% serão divididos entre os partidos na proporção do percentual dos votos válidos obtidos pelas siglas que tenham pelo menos um representante na Câmara; (3º) 48% do valor serão divididos entre partidos na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados na última eleição geral; (4º) 15% divididos na proporção do número de representantes no Senado (BRASIL, Lei 9.504, 1997).

(trinta por cento) para candidaturas femininas e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão de forma proporcional (BRASIL, Emenda Constitucional nº. 117, 2022), passou a ser norma constitucional e não mais determinação jurisprudencial. Dessa forma, os próprios parlamentares incorporaram a regra na CF/1988, porém, como será exposto na próxima sessão, junto a essa incorporação veio à anistia as irregularidades anteriormente cometidas.

O contexto brevemente apresentado constitui o fundo no qual se baseia a discussão mobilizada no Congresso para a votação da Proposta de Emenda Constitucional nº. 9/2023, assunto da próxima sessão.

A PEC 9: MAIS UMA ANISTIA

A Proposta de Emenda Constitucional nº. 9/2023, formalizada pelo Deputado Paulo Magalhães do PSD/BA e assinada por mais 184 Deputados Federais dos partidos mais diversos⁶, está em tramitação no Congresso Nacional e tem sido chamada de “PEC da Anistia”, diante do conteúdo que apresenta.⁷

Seu texto prevê a modificação do artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 117/2022. Conforme já mencionado, esta Emenda incluiu no texto Constitucional as previsões que já existiam jurisprudencialmente da obrigatoriedade da aplicação dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de

6 As assinaturas envolvem Deputados de 14 legendas partidárias: PSD, Republicanos, PV, Podemos, MDB, PSol, PP, PSB, PL, Avante, PSDB, PT, União Brasil e PDT (BRASIL, Proposta de Emenda à Constituição nº. 9, 2023).

7 Até o momento do envio deste artigo para publicação (dezembro de 2023), a tramitação da PEC consta em andamento. Foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, em 16 de maio de 2023. O próximo passo da tramitação do Projeto é a análise por uma comissão especial, depois o texto segue para o plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovada, para o Senado.

Campanha no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.

A nova emenda, de 2023, vem desconstituindo a anterior, proibindo a aplicação de multas, suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha ou quaisquer outras sanções aos partidos que não cumpriram as cotas de destinação dos recursos às candidaturas em razão de sexo e raça nas eleições de 2022 e dos anos anteriores⁸:

Art. 3º Não serão aplicadas sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução e recolhimento de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça nas eleições de 2022 e anteriores. (BRASIL, Proposta de Emenda à Constituição nº. 9/2023).

A justificativa para tal mudança, presente no parecer da PEC elaborado pelo Deputado Paulo Magalhães (PSD/BA), é de que a regra da EC nº. 117, que entrou em vigor em 05 abril de 2022, não poderia ser aplicada à eleição de 2022 ou anteriores, pois feriria o “princípio da anualidade eleitoral”, previsto no artigo 16 da CF/1988. Esse princípio dispõe que alterações nas regras que afetem o processo eleitoral não poderão ser aplicadas à eleição que ocorra em até um ano do início de sua vigência.

Em uma interpretação teleológica do princípio “o dispositivo teria a finalidade ético-jurídica de obstar a deformação do processo eleitoral que provocasse a quebra da igualdade de participação, vulnerando os protagonistas com inovações abruptas” (MATTE; VITT; ÁVILA, 2016, p. 222).

8 Além da anistia descrita, a proposta ainda isenta de punições os partidos que tiveram prestação de contas irregulares antes da promulgação da PEC 9 e autoriza os partidos a arrecadarem recursos com empresas para quitar dívidas feitas até agosto de 2015 quando passou a ser proibida a doação de pessoa jurídica para financiamento de campanhas eleitorais (BRASIL, Proposta de Emenda à Constituição nº. 9, 2023).

Há de se considerar que, no presente caso, partidos políticos não foram pegos desprevenidos em 2022 com a nova Emenda Constitucional ou, ainda, não tiveram tempo hábil para adaptar a gestão interna dos recursos de modo a respeitar as cotas raciais e de gênero. Isso porque tal regra já vinha sendo cobrada pelos Tribunais desde 2018.

Assim, pode-se ponderar possível estratégia na promulgação dessas Emendas Constitucionais. A modificação da legislação foi feita em ano eleitoral, acrescentando-se a lei uma norma que já estava sendo aplicada jurisprudencialmente. Uma forma de evitar a cobrança das cotas através da alegação do princípio da anualidade eleitoral.

Importante evidenciar que, caso seja aprovada a PEC 9/2023, esta será a quarta vez que regras referentes às cotas de gênero na política são afastadas para absolver os partidos que descumpriram a lei (NOGUEIRA; MARUCI; ASTROLABIO, 2022).

A primeira, através da Lei 13.165/2015, previu que os partidos que não cumpriram a destinação de 5% dos recursos que devem ser usados para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres nos anos anteriores, poderiam utilizar os montantes não destinados em futuras campanhas eleitorais de candidatas do partido, o que os anistiará de sanções pelo não cumprimento da norma.

Posteriormente, a lei 13.831/2019 vai além da norma anterior e isenta de punição quem não utilizou o montante de 5% para o incentivo de campanhas e programas para participação das mulheres, sem exigir nenhuma contrapartida do valor não utilizado até então.

Já a EC nº. 117 de 2022, que acrescentou à Constituição as diretrizes jurisprudenciais acima mencionadas, também absolveu da responsabilidade os partidos que não cumpriram a regra que prevê o percentual proporcional de destinação dos recursos de

financiamento público para campanhas de mulheres e candidatos negros até 2022. Os artigos são claros quanto à auto-anistia:

Art. 2º Aos partidos políticos que não tenham utilizado os recursos destinados aos programas de promoção e difusão da participação política das mulheres ou cujos valores destinados a essa finalidade não tenham sido reconhecidos pela Justiça Eleitoral é assegurada a utilização desses valores nas eleições subsequentes, **vedada a condenação pela Justiça Eleitoral** nos processos de prestação de contas de exercícios financeiros anteriores que ainda não tenham transitado em julgado até a data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º **Não serão aplicadas sanções de qualquer natureza**, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário, aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições ocorridas antes da promulgação desta Emenda Constitucional. (BRASIL, Emenda Constitucional nº. 117/2022) (grifo nosso).

Agora, a PEC 9 de 2023 pode instituir uma nova auto-anistia aos partidos que não cumpriram as cotas de gênero e raciais no ano de 2022. A quarta vez que a história se repete.

Sintetizando os dados apresentados, no quadro abaixo estão relacionadas as principais legislações e jurisprudências sobre o assunto, destacando-se as anistias mencionadas⁹.

9 Além disso, está em votação na Câmara dos Deputados a "Minireforma eleitoral", na qual está prevista reformulações nas regras de aplicação dos recursos de financiamento eleitoral buscando afrouxar a determinação de utilização dos valores nas campanhas de mulheres e negros. A proposta, estabelece que as cotas de gênero deverão ser cumpridas pela federação como um todo, e não por partido individualmente e, ainda, o dinheiro reservado para campanhas femininas poderá custear despesas comuns com outros candidatos, inclusive propaganda. Ainda que não seja o assunto do presente artigo, cumpre mencioná-la, pois, se aprovada, novamente haverá uma mudança que restará no desmonte da política de gênero no processo eleitoral (BRASIL, Projeto de Lei nº. 4438, 2023).

Quadro 1 – Legislações relativas à participação feminina na política e anistias aos partidos

Previsão legal ou jurisprudencial	Conteúdo da regra
Código Eleitoral de 1932 (Decreto nº 21.076)	Voto feminino, não obrigatório, foi instituído nacionalmente para mulheres alfabetizadas, com idade superior a 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil.
Constituição de 1946	Obrigatório o voto para todos, homens e mulheres, desde que alfabetizados.
Constituição Federal de 1988	Reproduz a igualdade dos direitos políticos entre homens e mulheres e o voto universal, sem distinção de gênero.
Lei nº. 9.100/1995	Reserva de percentual mínimo de 20% das vagas de candidaturas de cada partido ou coligação para mulheres.
Lei nº. 9.096/1995	Necessidade de as legendas partidárias utilizarem no mínimo 5% do Fundo Partidário para programas de promoção da participação política das mulheres.
Lei nº. 9.504/1997	Ampliou a porcentagem de 20% para 30% de candidaturas para cada sexo por partido ou coligação e a regra passou a valer para todos os cargos do Legislativo, exceto para o Senado Federal.
Lei nº. 12.034/2009	Obrigatoriedade de cada partido ou coligação preencher, e não apenas reservar, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo e reserva de 10% do tempo de propaganda partidária e de 5% dos recursos do Fundo Partidário.
Lei nº. 13.165/2015	1ª anistia: os partidos que não cumpriram a destinação de 5% dos recursos para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres nos anos anteriores, podem utilizar os montantes não destinados em futuras campanhas eleitorais de candidatas do partido, o que os anistia de sanções pelo não cumprimento da norma.
STF: ADI nº. 5.617/2018	Exigência da aplicação de recursos financeiros do Fundo Partidário de forma proporcional às campanhas de candidaturas femininas.
TSE: Consulta nº. 0600252-18.2018.6.00.0000, em 2018	Obrigatoriedade da destinação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV à participação feminina.

Previsão legal ou jurisprudencial	Conteúdo da regra
Lei nº. 13.831/2019	2ª anistia: isenta de punição partidos que não utilizaram o montante de 5% para o incentivo de campanhas e programas para participação das mulheres, sem exigir nenhuma contrapartida do valor não utilizado até então.
Emenda Constitucional nº. 111/2021	Votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados serão contados em dobro para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Regra de transição que valerá para as eleições de 2022 a 2030.
Emenda Constitucional nº. 117/2022	Acrescenta na CF/88 os termos das decisões do STF e do TSE referentes à obrigatoriedade dos partidos políticos aplicarem os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão de forma proporcional. 3ª anistia: contudo, a EC realiza a absolvição da responsabilidade daqueles que não cumpriam tal regra até 2022, a qual já era cobrada jurisprudencialmente desde 2018.
PEC nº. 9/2023	4ª anistia: possível nova auto-anistia aos partidos que não cumpriam a destinação dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para a campanha de mulheres e negros nas eleições de 2022.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

SUMÁRIO

CONCLUSÃO

Os resultados do estudo apresentam o pouco progresso que efetivamente é encontrado no cenário político e as constantes anistias aos descumpridores das normas. Caso aprovada a PEC, será a quarta vez que regras referentes às cotas de gênero na política são afastadas para absolver os partidos que descumpriram a lei (NOGUEIRA; MARUCI; ASTROLABIO, 2022).

Não é possível alcançar um estado verdadeiramente democrático enquanto mantivermos a sub-representação de gênero e, acrescenta-se, de raça nos cargos políticos. A pluralidade social brasileira não espelhada no parlamento impossibilita o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, calando parte substancial da sociedade que não encontra voz para exercer a plenitude de sua cidadania.

Os sistemas de dominação e manutenção do *status quo*, os quais reproduzem práticas preconceituosas em relação ao gênero e a raça, necessitam ser erradicados para dar lugar a representações diversas e plurais. Os lentos passos dados até então não satisfazem a necessidade de mudança. A auto-anistia proposta na PEC 9 é mais um capítulo das constantes absolvições aos que descumprem a legislação.

A discussão acerca da igualdade de gênero no universo político partidário necessita ser intensificada, sobretudo para não permitir anacronismos e retrocessos nas poucas conquistas já alcançadas. Ao contrário, é necessário avançar no debate para discutir a previsão de paridade a partir da reserva de cadeiras no parlamento ou do implemento de um sistema de listas fechadas que propicie a efetiva colocação de mulheres nos espaços de poder político.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

BRASIL, ADI 5617/2018. Relator(a): Min. EDSON FACHIN. Julgamento: 15/03/2018
Publicação: 03/10/2018. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Disponível em: [Pesquisa de jurisprudência - STF](#). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL, Emenda Constitucional nº. 111/2021. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 111 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL, Emenda Constitucional nº. 117/2022. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 117 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 15 set. 2023.

SUMÁRIO

BRASIL, Lei 13165/2015 (Altera as Leis n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina). Disponível em: [L13165 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/leis/2015/l13165.htm). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL, Lei 9.100/1995 (Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências). Disponível em: [L9100 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/leis/1995/l9100.htm). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL, Lei 9504/1997 (Estabelece normas para as eleições). Disponível em: [L9504 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/leis/1997/l9504.htm). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL, Proposta de Emenda à Constituição nº. 9/2023. Disponível em: [PEC 9/2023 – Portal da Câmara dos Deputados - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/propostas-emenda/9/2023). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL, Projeto de Lei nº. 4438/2023. Disponível em: [Projeto de Lei \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/projeto-de-lei/4438/2023). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL, TSE. Consulta nº. 0600252-18.2018.6.00.0000. Disponível em: [Consulta Pública Unificada - PJe \(tse.jus.br\)](https://www.tse.jus.br/consulta-unificada/pje/0600252-18.2018.6.00.0000). Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL, TSE. Recurso Especial Eleitoral nº 190. Relator Min. Alexandre de Moraes, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 15, Data 04/02/2022. Disponível em: "0000001-90.20176.09.0046" target="_blank"> PJE - Consulta Unificada. Acesso em: 06 out. 2023.

FERNANDES, Antônio Alves Tórres. Onde estão elas? A efetividade da cota de gênero nas eleições para vereador (a) de 2000 a 2016 no Brasil. Revista E-legis, Brasília, n. 26, p. 109-122, maio/ago. 2018.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. 2. ed.. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MOREIRA, Natália de Paula e BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas?: uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 79, p. 38-56, 2015. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Barberia_LG_2837791_PorQueElasSaoPoucas.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

MATTE, Fabiano Tacachi; VITT, William; ÁVILA, Ana Paula. Quando um “princípio” não se comporta como um princípio - Questões sobre a leitura da cláusula da anualidade eleitoral e a mutação constitucional. RIL. Brasília a. 53, n. 209, p. 219-235, jan./mar. 2016.

NASCIMENTO, Rosimeire. A cota de gênero no Brasil: conceito, previsão legal e jurisprudência da Justiça Eleitoral. Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Belém, v. 11, n. 1, p. 41-44, jan./jun. 2021. Disponível em: [2021_nascimento_cota_genero_brasil.pdf \(tse.jus.br\)](#). Acesso em: 11 jul. 2023.

NOGUEIRA, Mariana; MARUCI, Hannah; ASTROLABIO, Laura. Cartilha Incidência Política. 2022. Disponível em: [CARTILHA-2.pdf \(atendadascandidatas.org\)](#). Acesso em: 05 de jul. 2023.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta; SILVA, Gabriel Tisse da. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. Política & Sociedade, v. 15, n. 32, jan./abr. 2016.

TOFFOLI, José Antonio Dias. A Participação Política Feminina no Brasil. *In: Participa mulher: por uma cidadania feminina plena: homenagem à Ministra Cármen Lúcia*. Tribunal Superior Eleitoral. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

TSE MULHERES. Estatísticas Eleitorais. [S.d.]. Disponível em: [TSE Mulheres - Justiça Eleitoral \(justicaeleitoral.jus.br\)](#) Acesso em 10 de jul. 2023.

SUMÁRIO



7

Daniel Barboza Nascimento

**A MÃO VISÍVEL DO LIBERALISMO
NA EDUCAÇÃO E O DARWINISMO
SOCIAL (EDUCACIONAL)
NAS REFORMAS EMPRESARIAIS
NO ES E NA CAPITAL CAPIXABA:**

NOVOS E VELHOS CERCAMENTOS

INTRODUÇÃO

Estamos assistindo uma importação de modelos educacionais falidos oriundos dos países do norte, em especial dos EUA, bem como sob “orientações” de organismos internacionais como OCDE¹, Bird, BM e o FMI, com o discurso de redenção dos problemas educacionais gestada em nossa sociedade e, sobretudo, pelas estruturais desigualdades sociais². Entendemos que, tais reformas, ao contrário do proclamado, agudizar ainda mais as contradições e mazelas sociais, exacerbando a exclusão nossa de cada dia...

Lendo o livro “Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias”, de Luiz Carlos de Freitas, nos é lembrado a interseção entre os conteúdos e objetivos das proposições liberais para educação com o Darwinismo Social (2018, p. 28) e em especial em todo capítulo seguinte: “Os novos reformadores” (Idem, p. 31-48), onde os argumentos liberais confirmam a sustentação e proclamação de mais uma atualização inapropriada das teses de Darwin³.

SUMÁRIO

- 1 Para maior compreensão sobre o que vem a ser a OCDE e a sua influência de seus países membros, deixamos como sugestão Spring (2018), bem como Oliveira (2020). Ambos se aprofundam na questão da utilização da teoria do Capital Humana e seu percurso na educação. Dalila Andrade faz a sua análise na educação brasileira.
- 2 A expressão “importação”, muito comum na literatura, não pode esconder a condição de sujeito das elites econômicas, políticas e educacionais locais na gestão, interpretação e aplicação de tais concepções. A ideia de uma “imposição” da política pode retirar parte da “condição de sujeito” das elites locais, bem como, retira (uma espécie de higiene) as disputas e diferentes concepções de entendimentos, ritmo e métodos de aplicação. Prova disso é que parte de setores empresariais que davam sustentação ao governo de Bolsonaro e, ou que com ele tiveram uma relação pacífica, desembarcaram e dão sustentação ao governo Lula (ver composição do MEC na atualidade).
- 3 Na graduação tivemos contato com o conceito de *Darwinismo Social* como sendo uma “apropriação” indevida das ideias de Charles Darwin (1809-1882). Amigo e seu contemporâneo, Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês, criador da expressão “sobrevivência dos mais aptos”, sustenta a possibilidade de se enxergar a sociedade como um grande organismo vivo (organicismo) e que suas partes devem “funcionam” harmoniosamente.

As teses expressas por Spencer já poderiam circular em tempos anteriores a sua elaboração (etnocentrismo/eurocentrismo) mas é visível que a partir de sua sistematização e da interpretação forçada das teses Darwinianas exacerba-se e fortalece, ainda mais, interpretações racistas, higienistas, chegando ao imperialismo e todas as suas consequências étnicas e sociais.

Freitas (Ibidem) mostra que o discurso dos reformadores passa pela ideia de que a eficiência do sistema educacional só será atingida quando o controle do sistema educacional estiver livre do aparato do Estado. O discurso incorpora o pensamento de que a *escola* que não atender ao mercado irá à falência. O exemplo americano de privatização a partir da reforma educacional volta a ser o centro do debate, com destaque para os vouchers e a terceirização do serviço escolar. As grandes corporações internacionais são novamente mencionadas como as interessadas na "reforma": BIRD, OCDE e Banco Mundial. E mais, que vários interesses ideológicos e partidários acabam agindo em prol da educação neoliberal, mesmo com discursos aparentemente diferentes. O termo "darwinismo social" vai se tornando recorrente no texto, para explicar o quanto a "reforma" é segregacionista.

Buscamos desmistificar a associação entre ideias liberais contemporâneas com mais uma apropriação indevida das ideias de Darwin, uma espécie de "neodarwinismo social", onde a *empresa capitalista* seria a espécie mais evoluída, a espécie a ser seguida e preservada e que redefiniria todas as outras organizações sociais (na visão liberal), em nosso caso, especialmente a escola pública. Assim, sem condições de analisar todos as manifestações e processos de privatização na educação⁴, nos concentramos na análise

4 Os caminhos e tentativas de privatização podem ser *da e na* educação, como sustentam VERGER & BONAL (2011). Aqui, nos ocuparemos de processos de *liberalização* (ver DALE, 1994 e 1995), ou seja, privatização *na* educação com os mecanismos internos ao funcionamento da escola pública que buscam impor um modelo empresarial de competição, meritocracia, ranqueamento e de bonificação. Precisamos entender que se os reformadores empresariais da educação não conseguirem privatizar a escola pública (devidos a vários motivos, nenhum perto a piedade ou bom senso) exigirão que a mesma funcione como uma empresa (DALE, 1994) em sua dinâmica de funcionamento com estabelecimento de premissas (VERGER & BONAL, 2011) tais com: competição, ranqueamento e a responsabilização (das escolas e seus profissionais), bem como a bonificação que objetiva a individualização salarial dos professores.

da aplicação das Avaliações em Larga Escala no estado do Espírito Santo, observando os resultados do Ideb da rede municipal da capital capixaba e do Paebes na rede estadual de ensino localizada, nas escolas da capital, bem como o Paebes na PMV quando da aplicação da política de bônus a partir de 2021⁵. Assim, observar-se-á duas redes de ensino, dois sistemas de avaliação e uma mesma política de bonificação. Diante das ALEs, seus resultados e a política de bonificação e estratificação dos professores, efetuamos a desmistificação de sua condição fetichista, quando relacionamos tais resultados as reais condições socioeconômicas das escolas e de sua comunidade escolar, o que sugere a aplicação da política de bônus como “pés de barro” de uma falsa meritocracia.

Nesse sentido convidamos para conversar sobre os desafios e lançar luz sobre o processo de conversão da política educacional aos interesses privatizantes⁶. Um outro convite é acompanharmos uma análise crítica sobre o processo de aplicação das Avaliações em Larga Escala na rede estadual e na capital capixaba, onde temos a execução das avaliações desde 2005 (Ideb⁷) e o Paebes⁸ (a partir do ano de 2008), com forte ranqueamento e pagamento de bônus.

SUMÁRIO

- 5 De certo modo estamos ampliando e aprofundando uma discussão iniciada em Nascimento (2022).
- 6 É verdade que tal processo não é novo, mas que nos últimos anos tem ganho novos contornos, a ponto de Laval (2019) destacar que o processo de liberalização da escola pública no Brasil é anterior e mais intenso do que muitos países, em especial, o caso europeu.
- 7 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
- 8 O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) criado, originalmente, no ano 2000, no entanto, a partir de 2009 ganha o formato e periodicidade atual. Seu objetivo é avaliar a qualidade da educação básica da rede pública estadual e, por adesão, da rede municipal e privada (texto da página da Sedu-ES). Na rede municipal de Vitória-ES o pagamento das bonificações tem início no ano de 2021.

CAMINHAMOS NOS OMBROS DE GIGANTES

No capítulo XXIV, da assim Chamada Acumulação Primitiva, do livro *O Capital* de Karl Marx, nos é posto o conceito de “cercamento”, de singular possibilidades de análise do objeto em estudo. Os “cercamentos” das terras públicas (uma genuína “aliança” agrário industrial) oportunizou, de um lado, a expulsão dos servos para a produção de força de trabalho nas nascentes manufaturas no novo mundo industrial inglês, de outro, com mais terras disponíveis acelerou-se a produção de algodão para fornecer a matéria prima da produção têxtil. Sustentamos que nos últimos anos tem se intensificado os “cercamentos” a escola pública onde temos diversos e diferentes ações nessa direção, com maiores ou menores estragos e alcances⁹.

Não desconsideramos os processos de privatização da educação, mais ousado e evidentes, como são as privatizações em si, terceirização, escolas “charter” (lembramos das escolas da Campanha Nacional Escola Comunidade – CNECs), as manifestações extremadas de “escolas sem partido” e ou da educação domiciliar (“homeschoolings”), bem como os esquemas de “adoção” de redes de ensino pela iniciativa privada, as assessorias pelas fundações privadas, apostilamento e entrega direta de grandes somas de recursos públicos para “gestão” privada (ver LIMA, 2024)¹⁰.

SUMÁRIO

- 9 Observamos, no processo de “cercamento”, intensidades e ritmos diversos, muito em razão das condições de resistência que os movimentos em defesa da escola pública conseguem oferecer, ou não, podendo apresentar conciliação, concepção ou capitulação.
- 10 Questões que foram bem definidas e denunciadas por Peroni e Adrião (2005 e 2009) e Peroni (2003) em especial ao tratamento dado aos conceitos de “Público não-estatal”, “parceria público-privada”, e outros.

AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: DUALIDADE DOS RESULTADOS COMO DENÚNCIA DE SEU FETICHISMO

Estudos sobre os resultados do Ideb (2005-19) na cidade de Vitória-ES relacionando-os as condições socioeconômicas das escolas e seu entorno e da comunidade escolar tem exposto uma dualidade dos resultados que se expressa em: a) os “melhores” resultados se concentrando em um grupo de escola que fala de um lugar¹¹ da cidade, e por conseguinte, de uma condição social e; b) na outra ponta, os “piores” resultados tem falado de outro grupo de escola, de um outro lugar da cidade e condição socioeconômica. Tal situação é observado tanto no F1 (1º ao 5º ano) quanto no F2 (6º ao 9º ano) do Ensino¹².

SUMÁRIO

- 11 Em suas múltiplas dimensões socioeconômicas, políticas e culturais, expressando sempre tensões e movimentos.
- 12 Analisando os resultados do Ideb da PMV associados ao lugar em que estão as UEs (e as condições reais), revelam-se duas cidades: a cidade/continente com os “melhores” resultados e as melhores condições socioeconômicas de um lado, e, de outro lado, a cidade/ilha que atende as periferias e morros, como expressão dos “piores resultados”. Faces da cidade que revelam realidades bem distintas e gritantes resultados educacionais.

Tabela 1: 20% “melhores e piores” resultados do Ideb, por região¹³, InSe/Inep, F1/F2 (2005-19)

		InSe 13			InSe 15				
		20% “piores” (>3)	20% “melhores” (>3)	M	MA	A	G3	G4	G5
1	F1	CAA, PRVG (4)		3	8	1	4	8	-
	F2	ME, VSP, CAA e OL							
2	F1	JLM(6), NNG(6), RCO(5), TAN(4) e MJCM		4	5	-	3	5	-
	F2	JLM, NNG(4), RCO(4)							
3	F1	AS e MB		-	8		1	7	-
	F2	AS, MB(4), MSN(5)							
4	F1	ASL		1	1	2	-	3	-
	F2								
5	F1	JSSL (7), EMSG (4) e ABL	CDC	3	5	1	5	4	-
	F2	JSSL (5), ABL	JB						
6	F1		UFES(7), MMM, ACS(5), JKO	-	1	3	-	3	-
	F2		UFES(7), MMM (4), ACS e JKO						
7	F1		ELZ(8), EVS(8), ASFA(8), ACM(7), MMOD(6)	-	-	6	-	-	6
	F2		ELZ(7), EVS(6), ASFA(5), ACM(5), MMOD						
		Tot.		11	28	13	13	30	6

Na tabela acima se evidencia, com todas as cores, dores e tristezas, um *apartheid* educacional por dentro, num contínuo de exclusão “invisível” produto de um processo aparentemente neutro

13

Os critérios que utilizados são geográficos e sociais, ficando assim: 1 - Região Grande Maruípe; 2 - Rg. São Pedro, 3 - RG Santo Antônio, 4 - Rg. Centro/Ilha do Príncipe, 5 - Rg. Jucutuquara/Bento Ferreira, todas essas regiões estão no que chamamos de Vitória/Ilha e a seguir apresentaremos as regiões que compreendem as partes da Vitória/Continental, a saber: 6 - Rg. Continental I: Grande Goiabeiras e 7 - RC-II: Jardins.

da aplicação das avaliações e que busca lançar luz da redenção sobre os “melhores” resultados, logo com seus “melhores” estudantes e professores e lança todo tipo de acusações aos “piores”, como sendo palco dos “piores” alunos, escolas e professores numa máxima “metafísica” de que os pequenos não aprendem (o que não é verdade) e, muito menos verdadeiro dizer que seus professores não ensinam... Destacamos que as avaliações em larga escala negligenciam as duras e reais diferenças socioeconômicas entre a população estudantil, se nutre das mesmas e ao mesmo tempo potencializa-as. Agora, analisaremos os resultados do Paebes na capital do ES¹⁴ associados as condições socioeconômicas das escolas.

Na Tabela 2, revelam-se duas faces de um mesmo sistema educacional: um grupo de cinco escolas que sempre ocupam os “melhores”, de outro, outro grupo de cinco UEs que sempre ocupam os “piores” resultados das avaliações de todas as disciplinas e de todos os anos do Ensino Médio. Aqui também se fala de um lugar da cidade e distintas condições socioeconômicas. Num campo de “maré morta”, encontramos 4 UEs que, mesmo estando nos 2 mundos, pisam com mais força mais em um do que em outro. Nos extremos opostos, temos, de um lado: as UEs RJCP e IMH que ocupam os “melhores” resultados com maior participação em 1º e 2º lugares. A escola RJCP consegue estar as 47x (100%) entre as 4 melhores posições, 48,9% como 1º e como 2º, 29,7%). De outro, as UEs APR e GC apresentam-se em outro extremo, ocupam 47x (100%) os “piores” resultados: a primeira ocupa 19x (40,4%) a “última posição” com um equilíbrio nas restantes e a segunda, com concentração nas últimas e penúltimas posições (34% e 38,2% respectivamente)¹⁵.

14 Estudo e análise apresentados na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), com título “A dualidade dos resultados do Paebes: denunciando a farsa da bonificação (ver: <https://fnpe.com.br>) e inscrito no XI Encontro Redestrado Brasil – Mudar o Brasil e defender o trabalho e a educação: docentes em luta, com título: “Quando a Dualidade do Paebes denuncia a farsa do bônus desempenho”.

15 Isso posto, podemos ver o resultado do Paebes, no conjunto da cidade, num gradiente onde encontramos as escolas intermediárias e os extremos opostos estão no limite da cidade: é o que nos indica os InSe de 2013 e 2015, ou seja, as escolas com os maiores InSe estão com os “melhores” resultados e as escolas com os menores InSes, com os “piores” resultados.

Tabela 2 – Síntese dos resultados/posições do Paebes¹⁶ de todas as escolas, disciplinas e anos, Vitória, EM, com InSe/Inep 2013/15 (2008-19)

	1º	2º	3º	4º	Tot	Inse 2015	Inse 2013		4º	3º	2º	1º	Tot		
RJCP	23	14	9	1	47	54	G4	55,3	A	RJCP					
IMH	8	14	10	9	41	52,4	G4	52,5	MA	IMH					
SP	8	1	3	1	13					SP					
MO	2	8	10	7	27	49,7	G3	50,7	MA	MO					
FDR	4	2	4	15	25	50,4	G3	51,2	MA	FDR	1		1		
AM	1	7	7	4	19	50,4	G3	52,2	MA	AM	1		1		
CE	1		3	7	11	49,4	G3	51,3	MA	CE	2		2		
HL		1	1	1	3			45,5	M	HL	5	5	6	1	17
CXPB				2	2	50,1	G3	46,4	M	CXPB	3	5	6	1	15
AB						49,3	G3	49,1	M	AB	7	3	3	1	14
ACS						48,3	G3			ACS	10	10	6		26
ELA						48,7	G3	47,5	M	ELA	8	12	4	7	31
APR						50,1	G3	47,4	M	APR	4	9	16	18	47
GC						46,8	G3	49	M	GC	6	3	6	19	47

Concentramo-nos na análise dos resultados do Ideb (ensino fundamental da PMV) e do Paebes (ensino médio da rede estadual) associando-os as condições sociais que ao nosso ver fala de uma falsa meritocracia. Acreditar que os resultados estão à parte do mundo e das condições objetivas e subjetivas em que os estudantes estão imersos é uma tentativa de falsificar os resultados. Entendemos que as avaliações se assentam em seus “pés de barro” quando acrescentado as condições socioeconômicas, podemos adiantar que a política de bonificação vai sofrer da mesma limitação em razão da “composição química” de seus pés. Veremos a seguir.

16

No critério que estabelecemos, as escolas têm 188 possibilidades de ocupar 4 melhores ou piores posições/notas, por disciplinas e ano. O que permite a cada UE somar, no máximo, 47. Assim, duas escolas conseguiram somar 47 entre os piores resultados e uma entre os melhores, ou seja, em todos os anos e disciplinas sempre estiveram presentes entre os 4 “melhores” ou “piores”.

O DESEMPENHO DO BÔNUS: ESTRATIFICAÇÃO DAS ESCOLAS E PROFESSORES E A INDIVIDUALIZAÇÃO SALARIAL COMO META

Nos atemos a análise dos resultados do Ideb e Paebes com relação as condições socioeconômicas da oferta o EF na PMV, bem como a oferta do Ensino Médio na capital do ES. Daremos um passo à frente observando o pagamento do bônus vinculado aos resultados das avaliações de estudantes e escolas.

a. A situação da Rede Estadual:

Como exemplos dos desafios para análise do pagamento da política de bônus aos professores e funcionários da rede estadual de ensino do ES temos: uma longa extensão temporal (desde 2008), número de escolas e diversidade e estratificação dos servidores, além das dificuldades de acesso a essas informações. Como tivemos acesso a uma parte das informações nos será possível comparar os resultados de 2023 com os anos de 2022 e 2019¹⁷, que foram os anos divulgados nas portarias nº 113-R e nº 063-R respectivamente¹⁸; o primeiro, no olho do furacão do *isolamento social* em razão das exigências de combate ao Covid-19 e o segundo, um ano antes do início da Pandemia. Vamos partir para as análises desse intervalo temporal (2019-2023)¹⁹. Vejamos:

SUMÁRIO

17 Formalizamos um pedido a Sedu para acesso as portarias dos anos de 2008 até 2019.

18 As respectivas datas são: Portaria nº 063-r, de 10/06/2019 e portaria nº 113-r, de 16/05/2022. deixamos também a de 2023; portaria nº 118-r, de 15/05/2023.

19 Observar-se-á alguns procedimentos: um olhar estadual, GV e por município da referida região.

Tabela 3: Comparativo dos resultados do IMU do ES, 2023-2019

ES	30	33,5	37	40,5	44	47,5	51	54,5	58	61,5	65	68,5	72	75,5	79	82,5	86	89,5	93	96,5	100	Total
23	2	11	21	63	78	124	31	17	13	09	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	411
	0,4	2,6	5,1	15,3	18,9	30,1	7,5	4,1	3,1	2,1	0,2	0,2	0,2	0,2	-	-	-	-	-	-	-	72,0
22	-	-	01	02	03	04	15	19	22	52	42	54	63	69	27	34	20	12	18	01	06	433
	-	-	0,2	0,4	0,6	0,9	3,4	4,3	5,0	12,	9,6	12,4	14,5	15,9	6,2	7,8	4,6	2,7	4,1	0,2	1,3	72,5
19	-	-	-	-	01	-	06	10	18	25	36	55	37	50	56	66	39	26	18	9	10	462
	-	-	-	-	0,2	-	1,2	2,1	3,8	5,4	7,7	11,	9,0	10,8	12,1	14,2	8,4	3,8	3,8	1,9	2,1	73,3

A tabela acima nos permite verificar a estratificação do IMU das UEs estaduais em três edições (2023-2019) onde revela algumas questões importantes:

- a. uma triste redução das UEs avaliadas: 2019/462 escolas, 2022/433 UEs e, fechando 2023 com 411 avaliações de escolas. Aqui ficamos com algumas questões: problemas de ordem técnica? produto da política de fechamento e nucleação de escolas que pode dificultar o acesso de parte da comunidade? e, ainda, otimizando uma “elitização da escola por dentro”? e, ou, redução da população estudantil observada em um pequeno intervalo de tempo. Questões necessárias para o debate²⁰.
- b. Uma “redução/rebaixamento” dos percentuais do IMU em nível estadual, bem como de sua área de concentração (parte rosa). No caso da concentração, os percentuais se apresentam com pouquíssimas variações (73,3 – 72%): em 2019, era mais ampla (7 casas) com valores maiores. Em 2019, mais condensada e com valores mais baixos.
- c. Derivado da questão anterior, arriscamos dizer que em 2023 se gastará bem menos com o “bônus desempenho” do que com os valores que foram pagos em 2019.

20

Em anexo apresentamos a relação de escola que deixaram de ser avaliações de 2019 para 22 e de 2022 para 23.

Tabela 4: resultados comparativos do IMU/Paebes, 2023-2019, por municípios GV²¹

M	anos	30	33,5	37	40,5	44	47,5	51	54,5	58	61,5	65	68,5	72	75,5	79	82,5	86	89,5
Vitória	23	1	1	3	3	3	1	1											
	22				1	1	1	1	1	1		4	2		2				
	19								2	3	1	3	3	2	2	2			
V. Velha	23		1	3	7	8	4	1											
	22					1			4	3	7	7	3	3					
	19								3	3	3	7	4	1	6	1	1		
Viana	23		1	1		4	1												
	22							2	1	1	3								
	19								2	1	1	2	1						
Cariacica	23		4		6	12	3	4		1									
	22					1	1	5	3	3	6	4	4	5	1	2	1		
	19								2	2	3	6	4	15	3	4	4	1	2
Serra	23	1	1	8	13	6	8	5	3	1									
	22							6	2	4	12	6	6	6	3	1	1		
	19							1	1	2	6	8	15	4	4	6			2
Guarapari	23			5	4														
	22								1		3	1	2	2					
	19									1	2		1		2	5			1

Legenda: as cores correspondem a 2023 (azul), 2022 (rosa) e 2019 (verde).

SUMÁRIO

Tabela 4 é reveladora de várias questões. Na 1ª parte, olhando a Grande Vitória e o estado em cada ano, os resultados da GV ficam com IMU “menor” com referência ao conjunto do estado. Ao compararmos os municípios podemos verificar a “redução/rebaixamento” observada no conjunto da rede estadual. No entanto, na GV podemos ver que foi mais intensa, onde temos grupos de escolas maiores

21

Essa tabela nos permite uma vantagem: comparar os resultados entre os municípios e no interior de cada um.

com IMU menores. Ao olharmos no interior de cada município da GV a situação se repete: “redução/rebaixamento” mais intensa. Por último, os anos de 2019 e 2022 nos parecem mais simétricos, ainda que com um rebaixamento de um ano para outro e o ano de 2023 tem um amplo deslocamento para menos. Analisando os resultados do IMU do ano de 2023, evidencia-se a sua drástica redução e nos leva a buscar os fatores que levaram a essa situação. A citação abaixo nos dar algumas pistas e ou colocar outras questões:

“Diretores(as),

Considerando a publicação da Portaria 118-R, que estabeleceu o valor do IDE e IMU das escolas estaduais, vale um esclarecimento:

O indicador é formado por três variáveis:

1. Número de alunos previstos e efetivamente presentes no dia da aplicação do PAEBES;
2. Escalas de proficiência: distribuição dos alunos em AB, B, Pro e Av;
3. NSE: nível socioeconômico dos alunos.

Os itens 1 e 2, formam o Indicador de Resultado da Escola (IRE);

O item 3 compõe o Indicador de Esforço Escolar (IEE).

Multiplicando o IRE e IEE, temos o IDE que determina o Índice de Merecimento da Unidade.

Fato que, além de uma ligeira queda nos indicados do PAEBES, ***o maior impacto no IMU desse ano foi a atualização do indicador socioeconômico, que estava inalterado desde a criação do índice, em 2010.***

Desse modo, a queda no IMU foi motivada por uma boa notícia: hoje nossos alunos estão com melhores condições sociais e econômicas do que na época de criação da bonificação. O cálculo é inversamente proporcional:

quanto melhor o nível socioeconômico, teoricamente, menor o esforço da escola.”²² Grifo nosso.

A dita mudança metodológica para o cálculo do IMU gerou uma grande “piora” nos resultados que de certo modo deve “descharacterizar” em parte a premissa em voga até o presente: *“as escolas portadoras dos melhores resultados do Paebes, logo, com maior IMU, pagam uma bonificação maior”*. A atualização metodológica, em nosso entendimento, poderá “equilibrar para menos” (gerando um custo menor para o estado) os percentuais do IMU e do pagamento da bonificação. Tal atualização é o reconhecimento de que o governo estadual estava fazendo “errado” nesses últimos 12 anos?

Acreditamos que a sentença acima esteja incompleta, pois, em nosso entender, falta uma parte importante na aplicação das ALEs, ou seja: *“as melhores condições socioeconômicas produzem os melhores resultados”* e por sua vez, as escolas portadoras dos melhores resultados (com maior IMU), pagam uma bonificação maior a seus professores e funcionários”. A alteração, em parte, da segunda parte da premissa acima, pode denunciar mais um “pés de barro” da bonificação. Pagar uma maior bonificação aos profissionais das UEs com resultados menores não enfrentará “o grande desafio” e de certo, alimenta-se ilusões e cizânias, como não resolveu a “metodologia anterior” (pagar um bônus maior para as UEs com “melhores resultados” no Paebes). Não é maior bônus que produz resultados melhores nas avaliações em larga escala (ALEs), sustentamos que os “melhores resultados” são produtos de melhores condições socioeconômicas no entorno da escola e de sua comunidade escolar.

22

Mensagem recebida de um professor que circulou na época da divulgação da portaria de 2023. Não busquei a autoria da mensagem, se partiu da Sedu e ou de alguma SRE. Não temos tanta pressa para a afirmação “hoje nossos alunos estão com melhores condições sociais e econômicas do que na época de criação da bonificação”, e muito menos euforismo triunfal. Até onde acompanhamos o debate a sentença seria outra, pois a segunda metade da década de 10 o Brasil conheceu uma desaceleração econômica, sem contar o impacto devastador da Covid-19, seja do ponto de vista econômico e sobretudo, social. Sem conhecer a base de cálculo para saber como se chegou “à atualização do indicador socioeconômico, que estava inalterado desde a criação do índice, em 2010”, ficamos prejudicado nesse debate. Na oportunidade solicitaremos a Sedu tais procedimentos.

É certo que as condições internas das UEs devem ser melhoradas: condições de trabalho e de ensino, valorização profissional, participação social da comunidade numa escola democrática, de fato, com Conselhos Fortes e Eleições de Diretores, relações dialógicas de trabalho e de ensino. Além dos fatores endógenos que não são desafios menores, “o grande desafio” são os fatores exógenos que, para o seu enfrentamento e superação, deve-se ter ações reais de políticas públicas de conjunto e permanentes. Sobre a fala da mudança metodológica duas questões se impõem:

- I. por muito tempo a política de bônus alimentou entre os professores e a comunidade escolar que a “maior” bonificação se assentava em uma lógica meritocrática e de que é fruto do esforço expresso no melhor resultado da escola no Paebes: nessa “falsa meritocracia”²³ era sabido, de antemão, o endereço certo das “melhores” escolas, com seus “melhores” professores e alunos. Ainda que existissem vozes discordantes o discurso meritocrático os silenciavam. Com a “nova metodologia”, assentadas em bases duvidosas (“*hoje nossos alunos estão com melhores condições sociais e econômicas do que na época de criação da bonificação*”) poderá alimentar novas cizânias a partir de bases velhas.
- II. a questão anterior, sobre a mudança metodológica, parece percorrer um caminho interessante, mas que não enfrenta o fundamental. Se for isso, Ok! Infelizmente, a mudança metodológica poderá, fazer parte de uma constelação de esforços que permeiam a política de bonificação. Para entender melhor o que aqui classificamos de constelação da Bonificação precisamos voltar ao início da sua aprovação²⁴, onde tínhamos:
 - a) nº restrito de trabalhadores da educação “beneficiados”

23 Como se fosse possível uma meritocracia pura..

24 Lei Complementar Nº. 504, de 20/11/09.

e 1,0 para cálculo da retribuição anual percebida pelo profissional, nas letras b) e c) do §2º. Do inciso II, do art.5º do decreto nº 2761-R, de 31/05/11, temos:

b) cada dia de ausência, inclusive justificada ou abonada, bem como por motivo de licença ou outro afastamento legalmente admitido, excetuando-se apenas o afastamento em virtude de férias, durante o período de avaliação, implicará na redução de 7% (sete por cento) do valor da Bonificação por Desempenho a que o profissional teria direito; c) o profissional que apresentar acima de 09 (nove) ausências, inclusive justificadas ou abonadas, durante o período de avaliação, desde que atenda aos critérios estabelecidos no Art. 2º deste Decreto, será atribuído FVA de 30% (trinta por cento);

Nesse processo de “facilitações e criações de barreira de acesso” na bonificação por desempenho percebemos:

a) ampliação da base de cálculo com acréscimo de trabalhadores que se encontram nas APAEs e Pestalozzis; b) Mudança de 1,0 para 1,5 (150% do vencimento de cada trabalhador) com aprovação da Lei Complementar 887/18, ao nosso ver mudanças sedutoras e capciosa; c) Eliminação da isenção dos 30%, ou seja, com 10 ausências ter-se-á 0% de bonificação, assim, eliminasse a letra c) do §2º. do inciso II, do art.5º do decreto nº 2761-R, de 31/05/11.

A constelação de movimentos de “facilitações e criações de barreira” também conheceu a supressão de algumas barreiras quanto ao tipo de “licenças criminalizadas”: as licenças dos serviços prestados ao TRE (Justiça Eleitoral), não por acaso formam os primeiros contemplados e outras licenças... incluído pela LC nº 1.021/22. Se a mudança metodologia faz parte ou não da constelação de modificações só o tempo dirá. O certo é que ele está longe de enfrentar a questão central: os fatores exógenos, eis “o grande desafio”.

b. **A situação da Rede Municipal de Vitória-ES²⁵:**

Tabela 5: Posição das UEs na avaliação para pagamento do Bonus na PMV- 2021

		AB							
		FLA							
		HAJM							
		JB							
		MB	AS						
		MJCM	ASL TI		AA				
	ABL	MLPS	EMSG	AMS	ACM				
	ME	NNG	PA	CAA	IMS	ASC		ACS	
USSL	MSN	OEJ	PAn	ERS	JAM	EV	ASFA	CDC	
ODL	OL	SC	PRNF	JKO	PRVG	MMM	ELZ	EVS	EPS TI
RCO	VSP	TAN	ZA	MA TI	SVP	RMS	JLM	MMOD	LB
51,00%	54,50%	58,00%	61,50%	65,00%	68,50%	72,00%	75,50%	79,00%	82,50%
03	05	11	07	05	06	04	03	04	02
31 UEs = 62%					19 UEs = 38%				

De acordo com o “desempenho” das UEs nas avaliações do Paebes de 2022, efetivadas nas escolas da PMV, o IDEM variou de 30,4 até 59,8 e o IMU de 48% a 79%, uma situação que ainda se mostra “inferior” aos resultados de 2019 onde se observou 33,7 até 60,8 e o IMU de 51 a 82,5%, respectivamente. A partir da experiência na pesquisa sobre o Ideb e Paebes (EM estadual) ressaltamos questões que ajudam na compreensão da complexidade, limitações e contradições do Paebes e seus derivados mais perversos: a aplicação do Bônus Desempenho (e seus agregados de competição e ranqueamento)²⁶.

25 Ver “O feiticeiro e seu feitiço incontrolável”.

26 Trazemos duas questões: a) não podemos olhar a aplicação do Bônus de forma isolada na PMV. Ela faz parte de um conjunto de medidas a partir do receituário neoliberal aplicado em nosso estado pelo “ES em Ação”, a saber: Reforma da Previdência; Terceirização e contratação de “leigos”; imposição da Grade Curricular Padrão com subjugação da Autonomia Pedagógica da escola e imposição de conteúdo alienígenas de empreendedorismo. Vendem a ideia de inovadores em gestão pública, mas são apenas “transplantes” de modelos falidos de outros lugares, seja de fora do Brasil ou de outros estados; b) buscamos perceber regularidades nos resultados das avaliações (Paebes ou Ideb). Nesse sentido, a análise de apenas um ano pode nos fazer enxergar elementos “perdidos” em uma série histórica, que, por sua vez, a análise histórica nos permite observar elementos não perceptíveis em um dado ano. O desafio é lançar luz sobre os distintos procedimentos.

1. Ano de 2021 tendo como base os resultados de 2019: No ano de 2021 a amplitude dos resultados (IMU), fica em: 51 – 82,5%. Temos 62% das UEs que ficam na primeira metade, ou seja, até 65% do IMU e 8 UEs da região continental tem seus resultados na metade “superior”
2. Ano de 2022 tendo como base os resultados de 2021: No ano de 2022 a amplitude dos resultados, fica em: 47,5 – 72,5%. Temos 70% das UEs na primeira metade, ou seja, até 58% de IMU e 6 UEs da região continental tem seus resultados na metade “superior”.
3. Ano de 2023 tendo como base os resultados de 2022: No ano de 2023 a amplitude dos resultados, fica em: 47,5 - 79%. Temos 64,7% das UEs que ficam na primeira metade, ou seja, até 58%. 8 UEs da região continental tem seus resultados na metade “superior”.

Tabela 6: Posição das UEs na avaliação para pagamento do Bonus na PMV- 2022

			FLA				
			JLM				
	SC		JB				
	IJ	AS	MJCM				
	OEJ	TAN	ACS				
	MB	IMS	JAM				
RCO	PAm	ZA	MSN		LB		
ABL	NNG	EMSG	ERS		EBZ		
PRNF	Pan	JKO	MMM	AMS	ACM	MMOD	
MLPS	ME	VSP	RMS	SVP	ASC	UFES	EPS TI
OL	CAA	AA	HAJM	MA	ASFA	PRVG	EVS
IJ	ODL	AB	AMS	LB	ASL	EPS TI	CDC
47,5%	51%	54,5%	58%	61,5%	65%	68,5%	72%
05	10	09	11	04	06	03	03

Tabela 7: Posição das UEs na avaliação para pagamento do Bonus na PMV- 2023

11					RCO					
10				ZA	ME					
9			RMS	TAN	MLPS					
8			MSN	VSP	MJCM			EPS		
7			PRNF	OL	MMM			MA		
6			PAn	JLM	JKO			ASL		
5			OEJ	CAA	JAM	SC		SVP		
4			NNG	ACS	HAJM	PGC		LB		
3			MB	ABL	FLA	ODL		ELZ		
2		JB	ERS	AMS	AA	IMS	ACM	PRVG	UFES	
1	PAm	IJSSL	EMSG	AS	ASC	AB	ASFA	MMOD	EVS	CDC
%	48	51	55	58	62	65	69	72	76	79
	01	02	09	10	11	05	08	02	02	01

Constata-se as regularidades: as escolas da Reg. Continental em sua maioria se localizam na metade superior dos resultados, bem como algumas UEs que oferecem apenas o F1²⁷.

b.1 Aplicação da bonificação na PMV: uma cópia malfeita do malfeito da rede estadual.

A publicação da Port. Seme nº 048/23, divulgando o valor dos Indicadores de Desenvolvimento das Escolas Municipais (IDEM) e o Índice de Merecimento da Unidade (IMU) que são utilizados como base de cálculo do pagamento do Bônus dos servidores (professores e funcionários) da SEME (terceirizados e estagiários não recebem) “disparou” a realização de cálculos para saber o tamanho do “Bônus nosso” à luz da realidade funcional de cada funcionário (tendo como base o 1,5 de seu vencimento e o “desempenho” de cada escola associado aos “possíveis crimes que tenham cometido, individualmente, cada profissional”²⁸.

27 Esperamos, em breve, aprofundar o desempenho específico das unidades que apenas oferecem o F1.

28 Ver o inciso VI, do Art. 4º da Lei 9.777/21. Criminosos para política de bônus são os que adoecem, cuidam de parentes adoecidos, casam-se, ficam de luto, doam sangue ou simplesmente querem fazer uso de seus direitos. O Prêmio “Incentivo” virou pecado e para “doar” sangue terá que “co-brar”... ou pagar 10% de seu bônus a cada doação. Eis a Necropolítica aplicada pela Seme!

É como se tomássemos conhecimento da “cotação do ano” do trabalho educativo onde se expressa a monetarização das escolas, de seus professores e funcionários.

Tabela 8: Estratificação dos valores do bônus pagos na Educação/PMV, % e abs., 2022.

<i>Bônus pago</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>	<i>Bônus pago</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>	<i>Bônus pago</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
= ou > 21.000	01		> 7.000 e < 7.999	69	1,1	<i>c</i>	168	
> 20.000 e < 20.999	01		> 6.000 e < 6.999	98	1,6	<i>d</i>	165	
> 19.000 e < 19.999	01		> 5.000 e < 5.999	134	2,2	> 2.000 e < 2.999	1.100	18,0
> 18.000 e < 18.999	02		<i>a</i>	24		<i>a</i>	236	
> 17.000 e < 17.999	05		<i>b</i>	27		<i>b</i>	286	
> 16.000 e < 16.999	10		<i>c</i>	27		<i>c</i>	256	
> 15.000 e < 15.999	12		<i>d</i>	56		<i>d</i>	322	
> 14.000 e < 14.999	07		> 4.000 e < 4.999	397	6,5	> 1.000 e < 1.999	1.850	32,2
> 13.000 e < 13.999	13		<i>a</i>	74		<i>a</i>	359	
> 12.000 e < 12.999	15		<i>b</i>	98		<i>b</i>	365	
> 11.000 e < 11.999	43		<i>c</i>	103		<i>c</i>	488	
> 10.000 e < 10.999	32		<i>d</i>	123		<i>d</i>	638	
> 9.000 e < 9.999	28		> 3.000 e < 3.999	619	10,1	> 0,00 < 999	1.317	21,6
> 8.000 e < 8.999	31		<i>a</i>	129		= 0,0 = 302 ou seja: 4,96		
Subtotal:	201	3,3	<i>b</i>	149				

A tabela acima nos permite visualizar o quantitativo de pessoas que recebem a *bonificação* por desempenho, bem como a faixa do valor monetário. Com um pagamento de bonificação acima de 8 mil reais temos 201 pessoas distribuídas na apresentação do topo da tabela (3,3%). Na casa dos 7 mil, temos 69 funcionários, dos 6 mil (98)

e dos 5 mil, 134 funcionários. Até aqui somamos 502 profissionais, ou seja, perto de 8,2% dos funcionários recebem valores superiores a 5 mil reais. O grupo que recebem na casa dos 3 mil (619 funcionários) e 4 mil (397 profissionais) somam 1.016, correspondendo a 16,7%. Até agora tratamos de uma soma de aproximadamente 1.500 profissionais da educação, o que corresponde perto de um quarto do total. Na base da pirâmide observamos uma triste realidade.

- a. 1.317 profissionais receberam menos de um mil reais de bonificação;
- b. 1.850 funcionários receberam mais de um mil e menos de dois mil;
- c. Fechando os 75% restantes: 1.100 recebendo mais de 2.000 e menos de R\$ 3.000.

Destacamos que a aplicação do receituário neoliberal no ES, no caso do governo estadual, percorre dois governos: o de Paulo Hartung e Casagrande. Se é possível, desses governos, discutir diferenças ideológicas no geral, no campo da educação observa-se enormes similitudes. A aplicação do Paebes e a política de bônus tem sido seguida à risca nos últimos 15 anos: a seu modo o ES foi um laboratório para o chamado NEM.

No caso da capital, a situação é outra, com a ascensão de um governo conservador a aplicação da reforma empresarial foi sumária e de ruptura, pois na PMV estava sendo aplicado o Saemv que é colocado na gaveta e o que se assiste hoje é a imposição do mercado: competição, ranqueamento, bonificação e responsabilização. A reforma curricular aplicada na cidade (2022) é, a nosso juízo, um rebatimento curricular do NEM no EF. Em síntese, diferentes espectros políticos e uma mesma política educacional: subordinação aos interesses do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que possamos observar uma diferença mínima quanto ao objeto em estudo o resultado nos parece muito próximos, ou seja: no Ideb e no Paebes tenta-se encobrir as diferenças sociais (todos os estudantes são iguais, portanto, nessa lógica faz sentido um mesmo instrumento de avaliação), se nutre das diferenças sociais (famílias procuram as “melhores escolas” e as escolas, procuram os “melhores estudantes”) e, assim, por dentro do sistema público municipal, num comportamento aparentemente inocente se potencializa as diferenças sociais: nutrindo mais os “mais fortes, os mais aptos” e levando a inanição os “fracos e inaptos”.

As nossas análises não vão na direção de possíveis correções desse modelo de avaliação, pois, a sua natureza é a exclusão. Não alimentamos nenhuma ilusão! Quando relacionamos os resultados ao lugar em que as escolas estão, acrescentamos um ingrediente fundamental, a saber: as condições socioeconômicas atravessam as escolas e se fazem presentes nas avaliações. Logo, a partir do método de análise dos resultados das ALEs em terras capixabas nos é imposto e, decerto, nos antecipa uma sentença: estamos diante de um “apartheid educacional” que expressa as mazelas socioeconômicas vividas por grande parte da sociedade. Alertamos que os resultados expressam uma desigualdade estrutural da sociedade. Os sistemas educacionais têm sido utilizados, nas “sociedades democráticas”, para referendar um processo “justo” de possível ascensão social, como parte de um processo maior de expressão da meritocracia.

Nessa direção, laçamos elementos associados ao pagamento do bônus que além de revelar uma “falsa meritocracia”, tanto dos resultados das avaliações quanto das bonificações, visa a retirada de direitos e a responsabilização do professor e sua individualização

salarial, aliado no abandono dos aposentados, supressão de direitos trabalhistas (plano de carreira e estatuto do magistério). A avaliação externa e em larga escala²⁹ são, em nosso entender, à luz dos interesses da reforma empresarial na educação, a mais sofisticada forma de “ilusão/alienação” empregada, e capaz de metamorfosear o trabalho pedagógico, culpabilizando os docentes, falsificando, assim, o seu desempenho, tutelando a vida escolar e a proposta pedagógica e tipo de trabalho docente. Em sua forma tímida, exacerba o ranqueamento e a meritocracia, apresentando como propósito 1º: a bonificação. Eis a face perversa da ALEs, a bonificação é a individualização salarial, objetivo central do capitalismo (salvação/desgraça individual). É imperativo refletir sobre as novas formas organizativas onde o controle (e, também, o sentido) da ação docente encontram-se FORA da escola, de certo modo, ditada pelas ALEs. Deixamos para reflexão as palavras de Freitas:

Diante da abissal desigualdade de condições e oportunidades, sobreviverá o mais forte, o mais apto. A reforma empresarial da educação patrocina, portanto, um mundo marcado pelo darwinismo social, dentro do qual “há que se preparar as crianças para ‘competir’ nele, tal como ele é. Nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social é agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador” (FREITAS, 2018, p. 28).

SUMÁRIO

29

Objetiva-se o aluno padrão e uma condição social homogênea, que “legitimamente” serão classificados e hierarquizados “e todos participarão em pé de igualdade do ranqueamento e da competição entre iguais”.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza. e PERONI, Vera Maria Vidal. (Orgs). **O Público e o Privado na educação: interfaces entre o estado e a Sociedade**. SP: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Thereza. e PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. Educação, sociedade e culturas. Portugal, **Afrontamento**, n. 12, p. 109-139, 1994.

DALE, Roger. Marketing do Mercado Educacional e a Polarização da Educação. *In*: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ESPÍRITO SANTO. **Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.paebes.caeduff.net/>.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova Direita, Velhas Ideias. RJ: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. SP: Boitempo Editorial, 2019.

MARX, Karl, O Capital. **Para a crítica da economia política**. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

NASCIMENTO, Daniel Barboza. A ilha e o Ornitorrinco: a dualidade dos resultados do IDEB na cidade de Vitória e a desmitificação da avaliação em larga escala. *In*: **Educação. Arte e literatura** / Organizadores Maro Lara Martins, Pedro Demenech – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente**: A teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. RJ: Vozes, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado.** Vide Editorial, Campinas, 2018.

VERGER, Antoni e BONAL, Xavier. La estratégia educativa 2020 Las limitaciones del Banco Mundial para promover el "aprendizaje para todos". **Edu. Soc. Campinas**, v. 32, n 117, p. 911-932, out.-dez. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em 10/11/2023.

VITÓRIA-ES: Lei Municipal 9.777/21, que Institui a Bonificação por Desempenho no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEME), cria a Comissão da Bonificação por Desempenho e dá outras providências.

LIMA, Guilherme Luiz Formigheri. Fuá de; RIBEIRO, Sara Gabrielle Fonseca; CHAVES, Priscila Monteiro. A sobralização do Brasil começa pelo sistema de escrita: a alfabetização gerenciada pelos setores privados no município de Vila Velha/ES. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68713>. Acesso em: 26 jan. 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-68713.



8

Elbson Araujo do Carmo

SEGREGAÇÃO URBANA:

**CONFLITOS SOCIAIS, LUTA DE CLASSES
E METROPOLIZAÇÃO PLANEJADA
DOS GUETOS NO BRASIL**

INTRODUÇÃO

A segregação urbana é um fenômeno complexo e abrangente que persiste como um dos grandes desafios enfrentados pelas sociedades atuais. O que se traduz em uma realidade repleta de contradições e disputas pelo espaço urbano e por reconhecimento, que assola as grandes cidades do Brasil e do mundo, perpetuando e maximizando desigualdades sociais, sendo uma das principais causas do agravamento da pobreza e dos conflitos sociais na contemporaneidade.

A partir de uma revisão da literatura sociológica, e das abordagens de alguns de seus mais destacados expoentes da sociologia urbana, a exemplo de Manuel Castells, Henry Lefebvre e Jean Lojkin, este artigo problematiza a complexa teia de fatores que contribuem para a formação e manutenção desses cenários urbanos socialmente complexos.

O presente trabalho também coloca em destaque a segregação urbana enquanto fruto de um processo histórico e social, muitas vezes impulsionado por políticas governamentais que negligenciam o planejamento urbano e o direito à cidade no Brasil. Entretanto, destaca os conflitos de classe, a concentração de renda e a especulação imobiliária enquanto fatores-chave para a criação tanto dos guetos planejados para separar os pobres dos ricos quanto dos bairros de luxo tratados com especial atenção pelos poderes públicos, assim segregando as comunidades urbanas de acordo com a sua posição na pirâmide social e normalizando a apartação enquanto um fenômeno típico da vida nas grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, as metrópoles se tornam palcos de intensos conflitos sociais. A marginalização de determinadas populações e a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e infraestrutura, produzem ressentimentos e descontentamento entre os excluídos, pavimentando o surgimento de fatores outros

que contribuem para o aumento da criminalidade e da violência, o que, por sua vez, alimenta tensões e hostilidades que dificultam o desenvolvimento inclusivo das áreas urbanas, alimentando assim a marginalização de determinados grupos e comunidades, cujo traço comum, invariavelmente, será a renda e a raça.

A SEGREGAÇÃO URBANA

Praticamente todos os estudiosos da sociologia urbana teorizaram acerca da gênese da segregação urbana. Abordaremos preliminarmente o pensamento de três desses sociólogos: Castells, Lefebvre e Lojkin com vistas a melhor subsidiar a exposição da problemática abordada.

Castells, em seu livro “A Questão Urbana”, relaciona a distribuição das moradias e suas respectivas populações à ação hierarquizada das estruturas da sociedade capitalista por meio de três delas: a economia, a política e a ideologia. Sob o prisma da economia, há o efeito combinado de uma variedade de fatores, como renda, profissão, etnia, fase do ciclo de vida, entre outros. Para o autor, entretanto, a estratificação urbana seria o reflexo da estratificação social, e esta última seria condicionada pelo acesso e distribuição dos produtos do sistema social. Castells afirma que a maior ou menor distância entre aqueles que podem ou que não podem se apropriar dos meios de consumo coletivo; dessa forma, a estratificação social nas cidades se expressaria no plano espacial da cidade, configurando assim a segregação urbana (CASTELLS, 2009).

Mas apenas o fator econômico não seria o suficiente para moldar sozinho os panoramas urbanos socialmente segregados. Sob o aspecto político, para Castells a atuação dos diversos atores e forças político-ideológicas por meio do Estado. Segundo o autor,

o Estado, através das políticas públicas - principalmente as políticas habitacionais, as legislações urbanísticas e a gestão das cidades - seria o responsável não apenas pela promoção da segregação urbana, mas também pelo seu aumento.

Para Castells, o fator ideológico permearia os dois fatores anteriores. A elite capitalista, além de deter integralmente os meios de consumo coletivo, possuem mecanismos de cooptação e influência sobre a comunicação de massa e sobre a imprensa, além de sua ingerência sobre o Estado, que por sua vez exercem sobre os menos favorecidos um processo de manipulação e passiva aceitação de sua realidade.

Castells classifica a segregação urbana como um tipo de "processo", que ele define como "a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia" (Ibidem, idem, p.210).

Lefebvre, em sua obra "A Revolução Urbana" compreende que a organização do espaço urbano é um produto do capitalismo. A sociedade capitalista produziria seus espaços baseado em três condições fundamentais: a) o espaço urbano é uma mercadoria como qualquer outra; b) sendo o espaço urbano uma mercadoria, o acesso a esse espaço é diferenciado em função das diferentes classes sociais; c) enquanto uma mercadoria acessível em função do fator classe social, o espaço urbano é também objeto de uma apropriação subjetiva e ideológica por essas mesmas classes (LEFEBVRE, 2008a).

Diferente de Castells, para Lefebvre, a segregação urbana é uma "estratégia" de diferenciação social para a formação de espaços homogêneos, no qual a comunicação e compartilhamento das diferenças entre os seus habitantes seria impedida. O autor entende que há uma confusão estabelecida entre diferenças, separação e segregação. Para ele, a diferença está relacionada às relações concebidas ou percebidas, ao passo que a separação e a segregação se relacionam à ruptura das relações nos espaços. Dessa forma,

a segregação urbana se traduziria em uma “ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta, destruir o urbano” (LEFEBVRE, 2008^a, p. 138-140).

Em seu livro “O Estado capitalista e a questão urbana”, o trabalho de Jean Lojkine dialoga com o pensamento de Castells e de Lefebvre. Para ele, a organização do espaço urbano no modo de produção capitalista é o resultado da divisão social do trabalho, no qual o Estado, que é um instrumento das classes dominantes para a efetivação e defesa dos seus interesses em detrimento da sociedade, desempenha um papel conformador. Nas palavras de Lojkine,

[...] podemos [...] formular a hipótese de uma segregação espacial e social entre o espaço urbano ‘central’ monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho (LOJKINE, 1997, p.172).

Lojkine, a exemplo de Castells, também propõe que o Estado, por meio de suas políticas habitacionais, seja o principal promotor da segregação urbana, tendo em vista que este, enquanto um instrumento das classes dominantes, moldaria suas políticas sempre com vistas a beneficiar o grande capital. Um desses benefícios residiria no controle social exercido sobre as classes menos abastadas, e isso incluiria a necessidade de periferização dos mais pobres tanto politicamente quanto espacialmente. O autor conceitua a segregação urbana a partir de suas possíveis formas de ocorrência a partir de três tipos:

- 1 – Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia [...]
- 2 – Uma separação entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3 – Um esfacelamento generalizado das ‘funções urbanas’, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona de escritórios; zona industrial; zona de moradia (LOJKINE, 1997, p.189).

CLASSE SOCIAL E SEGREGAÇÃO URBANA

Apresentadas algumas das principais abordagens teórico-metodológicas acerca do problema da segregação urbana, faz-se necessário destacar que diversos outros autores abordaram a questão sob diferentes enfoques, mas sempre a identificaram como sendo um problema da modernidade, e do mundo pós Revolução Industrial, que nem mesmo as transformações advindas da globalização foram capazes de solucionar.

Na Europa do século XIX, Friedrich Engels identificou a industrialização como a principal causa da segregação das classes trabalhadoras nas metrópoles. Para ele, o modelo de exploração capitalista industrial urbano era o responsável pela multiplicação de miseráveis, conseqüente precarização das moradias e degradação das áreas habitadas por essa nascente classe trabalhadora, e que tal situação seria intransponível no modo de produção capitalista.

[...] foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém-liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão (ENGELS, 2008, p.96).

Além da precarização da moradia, Engels também considerava a segregação urbana como um dos resultados da estrutura de classes, na qual os lugares e suas mazelas definiriam tanto o lugar das pessoas, quanto a sua estatura social e moral frente às classes dominantes, muito embora a proximidade geográfica entre as áreas ricas e os bolsões de miséria nas cidades de seu tempo. Ao descrever esses espaços, o filósofo, utilizando de sagaz ironia, serve-se de uma adjetivação pejorativa utilizada na época, e ainda usual nos dias atuais, para designar áreas urbanas habitadas por populações

majoritariamente pobres: “bairros de má fama”. Ou seja, o lugar na cidade definiria também o status moral e o valor das pessoas no modo de produção capitalista.

Todas as grandes cidades têm um ou vários ‘bairros de má fama’ onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha (ENGELS, 2008, p.70).

Em sentido contrário, segundo Lefebvre, a industrialização, quase sempre referenciada como principal causa dos processos de surgimento e crescimento das grandes cidades, não seria a origem da problemática urbana, e por consequência, de seus conflitos sociais. Para ele, o estabelecimento de uma sociedade de consumo forjou relações sociais durante o processo de urbanização, superando posteriormente o processo de industrialização que lhe deu origem, não sendo, portanto, mero efeito deste último (LEFEBVRE, 2008, p.80). De acordo com essa tese, o crescimento da produção econômica oriunda da industrialização, e não a industrialização em si, produziram uma sociedade moldada numa estrutura de classes ditada pelo modo de produção capitalista, no qual tudo é mercadoria, inclusive os espaços urbanos. Em resumo, o urbano seria o produto da estrutura capitalista de classes e não da industrialização.

Outro ator responsável pela segregação espacial urbana fundamentada em classes sociais é o próprio Estado, que muito embora, em países democráticos ocidentais normalmente não possa estabelecer abertamente políticas de segregação espacial sem com isso incorrer na geração de graves instabilidades populares graves, para as quais terá que se incumbir de aplicar os necessários remédios, não raro, calcados na violência.

Entretanto, esse mesmo Estado pode utilizar de meios outros para consolidar uma política não decretada de segregação na gestão

da terra urbana, e para isso faz uso, entre outros recursos, da demagogia e das narrativas políticas (muito presentes na propaganda governamental), bem como da convergência de seus interesses políticos com os interesses empresariais, cujo resultado será irremediavelmente a instrumentalização desse mesmo ente estatal por parte dos detentores do grande capital. Dessa forma, “o Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação” (LEFEBVRE, 2008, p.98-99).

Mesmo nas metrópoles pós-industriais, a classe, para além da geografia, produziu um panorama paradoxal, no qual essas mesmas classes interagem, realizam trocas e vivências em espaços comuns, mas ainda assim não relativizam suas posições na pirâmide social, permitindo tão somente a existência de uma lógica do mínimo existencial das relações que beneficiem essas mesmas classes sem alterar a sua hierarquia no espaço da cidade. Ou seja, as classes se encontram e interagem nas metrópoles, mas esse espaço de interação é sempre justificado pelo atendimento de necessidades mútuas, sem que resultem na eliminação das evidentes barreiras que as separam, seja no campo político-ideológico seja no campo econômico.

Nesse sentido, a cidade moderna é também o espaço no qual a marginalização, a apartação e a consequente exclusão social causada pela estrutura capitalista de classes se tornam mais visíveis e presentes, produzindo um frágil equilíbrio entre a marginalização e a relativa segurança material. Segundo Sechi, o ambiente urbano propicia o encontro de ricos e pobres, mas também o seu visível distanciamento.

[...] desde sempre e de diferentes maneiras, a cidade, lugar mágico, sede privilegiada de todo tipo de inovação técnica e científica, cultural e institucional, foi também uma potente máquina de distinção e separação, de marginalização e exclusão de grupos étnicos e religiosos, de atividades e profissões, de ricos e pobres. Na cidade ocidental, ricos e pobres sempre se encontraram e continuam a se encontrar, mas também, e cada vez mais, se tornam visivelmente distantes (SECHI, 2019, p.19).

Considerando que as cidades modernas são o espaço no qual a estrutura de classes, a marginalização e a exclusão social são parte integrante dos panoramas urbanos, isso somente ocorre porque esses elementos segregatórios foram assimilados e incorporados a esses panoramas, tendo em vista que as relações sociais são sempre relações espaciais. Dessa forma, outro fator que não pode ser desconsiderado é que a assimilação prática da segregação espacial tem como um de seus efeitos a imposição de sérias limitações ao pleno exercício de direitos sociais como educação, trabalho e habitação entre as classes despossuídas, o que na prática significa o não reconhecimento desses direitos, ou ainda uma grave redução de seu alcance e desdobramentos na realidade urbana.

Tomando por base a proposição de que a classe social é um elemento constitutivo da apartação urbana, por conseguinte ela estaria igualmente relacionada aos conflitos sociais urbanos inerentes a essa apartação, pois ainda que existam espaços de convivência e interação entre as classes, mesmo o funcionamento orgânico das metrópoles não afasta a luta de classes dos processos que moldam e disciplinam a vida urbana, e a contrário senso, funcionam como combustível para as disputas por território e por legitimação de pertencimento, cujo efeito mais benéfico é a formação de movimentos de defesa do direito à cidade por parte de grupos oprimidos, bem como de ações organizadas, principalmente no campo político e econômico, por parte daqueles que detêm o poder sobre os destinos dos espaços urbanos.

A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária [...] em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 2008, p.13).

Entretanto, diante de um contexto de constantes conflitos sociais, a repressão tem se revelado um elemento essencial ao controle dos espaços por parte da classe urbana dominante. Isso em certa medida explica algumas das razões pelas quais as áreas urbanas povoadas por pobres, imigrantes e toda a sorte de desfavorecidos são igualmente alvos de um controle social violento por parte do Estado instrumentalizado pelas elites urbanas. Dessa forma, não basta à classe dominante apenas alojar essas populações em espaços específicos e circunscritos - os guetos urbanos planejados, é necessário impor a esses espaços uma disciplina social na qual a lei penal e o violento poder de polícia estatal são exercidos com maior controle e ostensiva regularidade.

Para Lefebvre, essa realidade urbana opressiva encontra sua justificativa no medo nutrido pelas classes dominantes pela multidão sempre crescente de desvalidos dos centros urbanos, e afirma: "os detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados" (LEFEBVRE, 2008, p.13). Ou seja, além de palácios suntuosos e espaços, na prática, exclusivos de sua classe, os dominadores se ocupam também de erigir muralhas aos seus dominados.

Giddens opina no mesmo sentido, mas aponta um paradoxo entre a globalização e a urbanização ao identificar seus efeitos "criativos e destrutivos". Entre os aspectos "criativos" estaria a concentração da atividade econômica num só lugar, o que seria vantajoso para a sociedade urbana por conta da geração de oportunidades no campo econômico. Entretanto, entre os aspectos "destrutivos", os ganhos econômicos obtidos com a globalização aliados à urbanização têm entre seus impactos a fragmentação da "coerência dos locais, tradições e redes existentes", além dos "perigosos efeitos da marginalização" (GIDDENS, 2004, p.595).

Bauman também credita à globalização alguns dos problemas urbanos contemporâneos, e apresenta uma visão bastante pessimista no que concerne à sua possível solução. Diferente de

Giddens, o autor não identifica ganhos tangíveis na globalização ao entender como insolúveis no plano local das cidades os problemas que tenham sua origem no plano global.

Em poucas palavras as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais (BAUMAN, 2009, p.32).

Segundo Lefebvre, as soluções para o problema da segregação urbana nas cidades ocidentais contemporâneas passam pelo reconhecimento dos direitos sociais, e também pelo reconhecimento dos titulares desses direitos, o que pressupõe igualmente reconhecer que a invisibilidade social de determinadas classes sociais, per si, é uma forma de segregação urbana, tendo em conta que quem não é visto, quem não é reconhecido, já não ocupa um lugar no plano da cidade (LEFEBVRE, 2008, p.13).

SEGREGAÇÃO URBANA À BRASILEIRA

Tomando por base a influência do capitalismo e da Revolução Industrial na formação dos ambientes urbanos do Ocidente, o Brasil, muito embora seja um país de industrialização tardia, sofreu similares efeitos àqueles observados na Europa pós Revolução Industrial. A passagem do século XIX para o século XX, foi marcada por uma série de transformações sociais que viriam a modificar para sempre os espaços urbanos do país. Com a abolição da escravidão, a crise da lavoura de café e o início do processo de industrialização, uma massa de trabalhadores é empurrada para as grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo - então convertidas em centros industriais (FERNANDES, 2007, p.132-138).

Soma-se à migração interna uma política de atração de imigrantes europeus para o trabalho na indústria. Esse processo de urbanização se deu de forma acelerada, alterando profundamente o cenário urbano em um espaço de tempo relativamente curto. As cidades brasileiras passaram a refletir as transformações que se realizavam no âmbito do capitalismo mundial, inclusive sob seu aspecto socialmente excludente. A moradia nas metrópoles brasileiras passou a ser caracterizada por uma “forte concentração fundiária urbana” e pela crescente elevação dos custos com a moradia, tendo entre os seus reflexos a progressiva precarização das habitações, sobretudo para as famílias de baixa renda (ABRAMO, 2001, p.179).

O Brasil é um dos países cuja população urbana mais cresceu em todo o mundo no decorrer do Século XX. É preciso destacar que entre 1940 e 2000, a população de brasileiros vivendo nas cidades saltou de pouco mais de 30% para 81%¹. E entre as principais razões desse acelerado crescimento foi a rápida industrialização dos grandes centros urbanos, e sobretudo, a migração campo-cidade. Esse último fator foi em parte responsável pela pauperização das cidades brasileiras, tendo em vista que a migração de populações camponesas que já padeciam com a pobreza, o analfabetismo, e as doenças nas suas regiões de origem, simplesmente transferiram para o plano espacial das cidades a sua condição humana e social. Ou seja, a pobreza oculta nos rincões do Brasil foi transferida, e consequentemente concentrada nos centros urbanos.

Um dos principais efeitos das transformações urbanas no Brasil no século XX foi o fenômeno representado pelo surgimento e proliferação de aglomerados urbanos de forma desordenada.

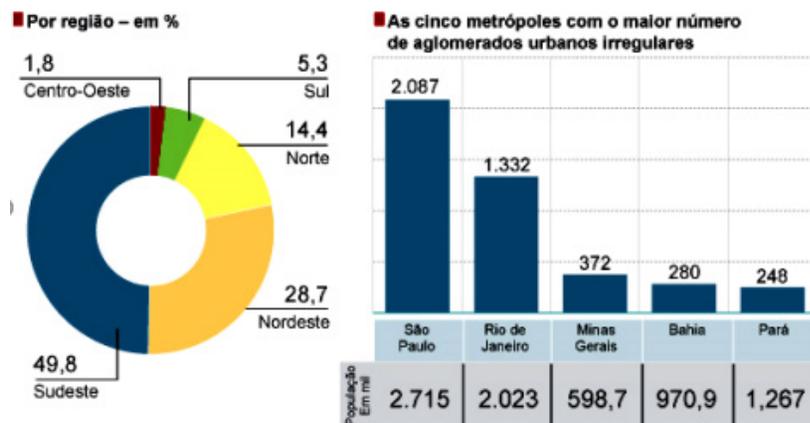
1 O Brasil foi o país que experimentou o maior crescimento da população urbana no século XX. Um dos principais fatores para esse crescimento foi a rápida industrialização dos grandes centros urbanos entre as décadas de 1930 e 1970 e a migração campo-cidade. Fonte: Urbanização do Brasil - Consequências e características das cidades. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> > . Acesso em 22/06/2021, às 17:10h.

Os principais exemplos desses aglomerados foram as favelas e as ocupações com construção de moradias inadequadas pelos próprios cidadãos. O êxodo rural até as décadas finais do século XX, somado à inação do Estado brasileiro frente à crescente migração para os grandes centros, foram em grande parte responsáveis pelo panorama de segregação urbana e dos bolsões de miséria das metrópoles brasileiras (ABRAMO, 2001, p. 180).

Esse fenômeno das ocupações irregulares, que ao longo do século XX e início do século XXI se espalhou por maioria das cidades brasileiras, incluindo aquelas com pequenas populações, se constitui num dos principais indicadores das desigualdades econômicas materializadas nos cenários urbanos brasileiros. A favelização instaurou nas grandes cidades brasileiras, além de um sistema de exclusão e de segregação que é política e culturalmente aceito e assimilado na estética urbana e na organização social, instaurou também “uma verdadeira pedagogia civilizatória” que situa os favelados no plano dos direitos, na prática, como “pré-cidadãos”, ou como cidadãos titulares apenas de alguns direitos e não de outros, tendo como resultado a quase total invisibilidade social dessas populações diante do poder público e das classes sociais mais abastadas (BURGOS, 1998, p.25).

Gráfico 1 - Favelização no Brasil (Censo de 2010)

11,4 milhões de pessoas vivem em 6.329 favelas espalhadas pelo país



Fonte: (NASCIMENTO, Carlos Alberto e colab., 2017, p.2-7), com base em IBGE 2010.

É importante destacar, entretanto, que não existe necessariamente uma direta ligação entre pobreza e segregação urbana, muito embora no Brasil, dado às suas desigualdades sociais e de classe, essa correlação seja quase inevitável e praticamente uma regra. Milton Santos, por exemplo, manifesta opinião contrária à direta associação entre pobreza e urbanização. Para o autor, a pobreza não é um resultado direto da urbanização, e não há relação de causa e efeito entre ambas. Para Santos, a urbanização avaliada isoladamente não fornece respostas suficientes para explicar a pauperização das metrópoles, e afirma que “procurar as explicações e os remédios a partir do próprio problema urbano significa simplesmente lutar contra os sintomas do mal sem procurar suas causas” (SANTOS, 2009, p.26).

A segregação urbana no Brasil assume as mais diversas formas de manifestação. A título de exemplo, a gentrificação é uma forma de segregação quando se observa que, em maioria dos casos, sua proposta política de regeneração urbana e de democratização do espaço urbano para os seus habitantes tem como um de seus resultados objetivos o reordenamento de classes, raças, gêneros, grupos religiosos ou nacionalidades no espaço da cidade. Nesse sentido, comparativamente, Smith, citando o caso de Londres, na Inglaterra – país muito menos desigual que o Brasil, identifica que o “equilíbrio sociológico” geralmente é utilizado como uma das justificativas para a gentrificação, porém afirma que “os arautos do equilíbrio sociológico raramente são a favor de um reequilíbrio dos bairros brancos pela chegada de africanos, caribenhos ou asiáticos” (SMITH, 2006, p. 82).

A segregação urbana à brasileira também encontra na gentrificação o instrumento adequado para implementar processos para “desestigmatizar” determinadas áreas urbanas. Especialmente em localidades que foram projetadas, ou que surgiram, com propósitos bastante específicos originalmente, e que foram progressivamente se degradando, a exemplo de áreas portuárias, fabris, comerciais,

entre outras tipologias. E justamente em função dessa degradação, e de todos os efeitos que ela provoca, sendo o principal deles a desvalorização econômica, essas áreas passaram a ser ocupadas por estratos sociais dos mais diversos, mas que guardam traços comuns entre si, a exemplo da religião, da raça, e da classe social principalmente; e são justamente esses estratos e não a condição do lugar quem determina o seu estigma.

São populares no Brasil alguns estigmas espaciais como “bairro de preto”, “lugar de drogado”, “gueto de pobre”, entre outros. E nas palavras de Smith, a melhor forma de livrar um lugar de certo estigma é retirando as pessoas estigmatizadas que ali viviam até então (SMITH, 2006, p. 68), o que traz implícita a necessidade de alocar essas pessoas em espaços mais adequados ao seu perfil socioeconômico e cultural, que no caso do Brasil, não raro será o “bairro de preto” e o “gueto de pobre”.

Nesse sentido, a própria capital do Brasil, Brasília (DF), uma cidade com apenas pouco mais de seis décadas de fundação, pode ser referenciada como um exemplo nacional de uso intensivo da gentrificação como um recurso para segregar populações de menor renda sob a justificativa de cuidar do patrimônio arquitetônico e da preservação da cidade enquanto um centro político-administrativo, além de utilizar de práticas higienistas para desalojar pessoas em situação de rua. Ou seja, mesmo uma cidade modernista e de construção recente foi paulatinamente moldada pelas características tipicamente brasileiras de alocar suas populações no espaço urbano, a saber: a segregação socioespacial baseada em classes e a instrumentalização do Estado e sequestro do espaço público pelo grande capital.

De acordo com Pacheco, o processo de gentrificação no DF em seu período mais recente têm se dado por meio da implementação de políticas públicas de renovação urbana e de investimentos em infraestrutura com valorização de espaços específicos da cidade,

a exemplo do observado no da gentrificação generalizada do Plano Piloto de Brasília, centro político da Capital, e pela valorização diferencial de cidades satélite como Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, provocando assim o deslocamento de populações de menor renda do centro da capital (o Plano Piloto) para periferias cada vez mais distantes. O Autor cita ainda as ações higienistas do Governo do Distrito Federal ao retirar “com truculência os pertences de moradores de rua que ocupam as marquises do Setor Comercial Sul, espaço que se transformou na nova fronteira da renovação urbana” do Plano Piloto (PACHECO, 2020, p. 248).

Abordadas algumas das formas de segregação urbana, e considerando ainda que a pobreza no Brasil não é a sua principal causa, é possível ter em vista que a problemática da exclusão e da desigualdade socioespacial no Brasil abrange também questões estruturais, como a falta de moradias suficientes para a população mais pobre, combinada à baixa efetividade das ações do Estado frente ao problema.

Há ainda falta de interesse, ou de fomento por parte do Estado para que o mercado imobiliário promova soluções habitacionais adequadas ao perfil socioeconômico dessa faixa da população. A combinação desses dois fatores, principalmente, resulta no fato de que o déficit de habitações seja uma das principais causas de segregação nos grandes centros urbanos brasileiros, e não questões relacionadas apenas ao poder aquisitivo dos estratos populacionais. Ou seja, diferente do discurso político, a moradia de interesse social jamais foi uma prioridade no Brasil, seja de governos, seja do mercado de habitação no país.

Entre os indicadores da desigualdade social no Brasil, o déficit habitacional é provavelmente um dos piores em seus desdobramentos. Ele é calculado a partir de quatro componentes que, somados, permitem identificar a necessidade de construção de novas habitações, a saber: precariedade das moradias (barracas, barracos,

casas com risco estrutural); elevado custo de aluguel (mais de 30% da renda familiar); adensamento por dormitório (mais de três moradores por quarto); e, coabitação familiar (AZEVEDO e ARAUJO, 2007).

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional no Brasil em 2019 era de 5,8 milhões de moradias. As habitações precárias representam cerca de 8% do total de domicílios brasileiros (FJP, 2021). Esses dados não contabilizam os efeitos da pandemia de Covid-19, em que houve aumento no número de pessoas que perderam suas moradias por conta de despejos ou perda de renda.

Milton Santos identifica, além do déficit habitacional, a especulação imobiliária como mais uma das causas da segregação urbana das áreas urbanas brasileiras (SANTOS, 2009, p.105). E quase sempre é o Estado o principal vetor da especulação por meio da oferta desigual de serviços e equipamentos públicos, o que resulta na valorização diferencial das diversas frações do território urbano. Entre as situações mais comuns, três podem ser facilmente identificadas: áreas já atendidas estruturalmente pela administração pública continuam a receber benfeitorias contínuas em detrimento de áreas mais carentes; empreendimentos habitacionais privados que condicionam sua realização a contrapartidas do Estado, a exemplo de sistemas de energia, esgotamento, pavimentação, equipamentos públicos, entre outros benefícios; e, a não aplicação de instrumentos de política urbana em áreas economicamente valorizadas, como a desapropriação de imóveis abandonados (prédios, terrenos, galpões) para a oferta ou conversão em moradias para a população de baixa renda.

Esse conjunto de práticas tende a elevar o preço dos imóveis e atende diretamente aos interesses da especulação imobiliária, tendo em vista que a alta demanda por moradias ante sua baixa oferta eleva os preços nas áreas mais bem servidas pelo poder público. Segundo Santos, a combinação de déficit habitacional, valorização diferencial de áreas urbanas, e especulação imobiliária, de forma conjunta, resulta na periferização da população mais pobre (SANTOS, 2009, p.106).

Magalhães e Izaga manifestam pensamento similar ao de Milton Santos ao evidenciarem a centralidade dos serviços públicos e presença efetiva do Estado com vistas a mitigar as diferenças nas diversas morfologias urbanas contemporâneas observadas no Brasil, a exemplo dos loteamentos, periferias e favelas, de forma que estes recebam proporcional atenção do Estado frente à magnitude de seus problemas estruturais, e sejam igualmente dotados de infraestruturas e serviços públicos universalizados, com especial destaque para a segurança, evitando assim o que classificam como um “modelo saqueador da expansão urbana”, que se caracteriza pela ação (ou omissão) do Estado em desconsiderar as fragilidades e particularidades socioambientais, sobretudo das periferias, não atuando eficazmente em áreas mais carentes da sua intervenção, e com isso aumentando os desequilíbrios estruturais urbanos (MAGALHÃES e IZAGA, 2017).

Outro fator que não pode ser desconsiderado no esforço de compreensão do fenômeno da segregação urbana no Brasil é a globalização. Considerando o processo de adensamento populacional urbano ocorrido no Brasil a partir da migração de populações mais pobres da zona rural para as cidades no século XX, a globalização da economia brasileira contribuiu para acelerar esse processo por meio de transformações no mundo do trabalho, que fixaram os brasileiros em zonas urbanas, alterando o perfil das migrações desde início do século XXI, que agora ocorrem predominantemente entre as cidades, e em muito menor escala entre as zonas rurais e as metrópoles – principalmente pela elevação da demanda de mão de obra em serviços e indústria, em detrimento da agricultura e pecuária (NASCIMENTO, et al., 2017, p.15).

Além dos efeitos da globalização no Brasil, um conjunto de políticas de orientação neoliberal implementadas no país, principalmente a partir dos anos 1990, teve como um de seus resultados uma “urbanização da pobreza”, cujo descompasso com políticas públicas urbanas, resultou por criar ou agravar diversos processos

de exclusão, e entre esses processos, o mais observável nas grandes cidades é a segregação urbana (NASCIMENTO, 2016).

Para concluir acerca do problema da segregação urbana no Brasil nos valemos preliminarmente da reflexão de Milton Santos acerca do conceito de espacialização, que dialoga com a sociologia do espaço de Georg Simmel (SIMMEL, 2013). Segundo Santos “a sociedade está sempre espacializando-se. Mas a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento de inserção territorial dos processos sociais. O espaço é mais do que isso, pois funciona como um dado do próprio processo social”. Ou seja, espaço e a espacialização são conceitos diferentes, mas convergentes quando se referem aos processos sociais. Para Santos, enquanto o espaço “é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade”, a espacialização é um produto direto da divisão social do trabalho e da propriedade dos meios de produção (SANTOS, 1988, p.25-26).

Tendo em conta os conceitos supra abordados, e dos fatores históricos, econômicos e políticos que influenciaram a ocupação territorial urbana no Brasil, é possível afirmar que o fenômeno da segregação urbana no país encontra na formação e manutenção da sua estrutura de classes uma das suas principais razões. Estrutura essa que por sua vez irá delinear o sistema jurídico e político predominante no país, bem como o modelo de Estado brasileiro deles resultante, que é o principal agente promotor da apartação social nas metrópoles brasileiras, seja por ação ou por completa omissão.

CONCLUSÃO

A segregação urbana vai além de fatores econômicos, sendo também moldada por intervenções político-econômicas e ideológicas. E nesse contexto, o Estado desempenha um papel crucial na configuração do espaço urbano, promovendo ou mesmo

perpetuando a segregação por meio de políticas específicas e rígido controle social das populações menos favorecidas. As abordagens apresentadas revelam a complexidade do fenômeno, destacando a interligação entre dinâmicas sociais, políticas e econômicas na tessitura do espaço segregado das cidades contemporâneas.

Não obstante o capitalismo industrial tenha sido determinante na formação dos espaços urbanos modernos, no século XXI, a globalização e as políticas neoliberais intensificaram a “urbanização da pobreza” e os conflitos desta resultante. E no Brasil, a relação entre pobreza e segregação envolve ainda particularidades a exemplo de questões estruturais, como déficit habitacional, especulação imobiliária e falta de investimento em infraestrutura nas áreas carentes. As metrópoles brasileiras contemporâneas se verteram num cenário onde a marginalização e exclusão social são evidentes, criando um equilíbrio extremamente frágil entre a marginalização das populações menos favorecidas e uma relativa segurança material das classes burguesas.

Conforme demonstrado, a relação entre classe social e conflitos sociais urbanos se manifesta nas lutas por território, legitimação e pertencimento por parte das populações segregadas. No contexto brasileiro, a segregação urbana é diretamente influenciada pela estrutura de classes, políticas históricas, econômicas e mais recentemente pela globalização. Compreender essa complexidade é fundamental para desenvolver políticas públicas eficazes, mas também pelo reconhecimento de que a solução de grande parte das mazelas ligadas à questão urbana no Brasil é fator determinante para os avanços civilizatórios que o país já demanda há várias décadas e para as quais, pouco se vislumbra de soluções efetivas sem o estabelecimento de um novo pacto social de humanização dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. Formas de financiamento do acesso à terra e funcionamento do mercado fundiário-imobiliário: um ensaio com base na noção de regime urbano. Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade, v. **Cadernos IPPUR/UFRJ** ano XV, n. 2, 1 Dez 2001.
- AZEVEDO, Sergio De e ARAUJO, Maria Bernadette. Questões metodológicas sobre o "déficit habitacional": o perigo de abordagens corporativas. **Cadernos metrópole** 17, p. 241-255, sem 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao favela-bairro** – as políticas públicas nas favelas do rio de janeiro. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1998. (Um século de Favela. Rio de Janeiro).
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução B. A Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2a. ed. rev ed. São Paulo: Global Editora, 2007. (Coleção Florestan Fernandes).
- FJP, Fundação João Pinheiro. **Deficit Habitacional no Brasil 2016 – 2019**. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 4 Mar 2021. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil-2016-2019/>. Acesso em: 28 jun 2023.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Alexandra Figueiredo; José Manuel Sobral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2008c.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Sergio Ferraz e IZAGA, Fabiana Generoso De. **Cidade brasileira do século 21 - Demografia, moradia e ocupação do território**: uma avaliação urbanística. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://caubr.gov.br/cidade-brasileira-seculo-21/>. Acesso em: 24 ago 2023.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento Do e colab. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. *In*: XVI CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO - FÓRUM UNIVERSITÁRIO MERCOSUL, 29/09 2017, Salvador (BA). **Anais...** Salvador (BA): FoMerco - Fórum Universitário Mercosul, 2017. Disponível em: http://www.congresso2017fomerco.com.br/resources/anais/8/1502235198_ARQUIVO_fomerco_AMIGRACAODOCAMPOPARAOSCENOSURBANOSNOBRASIL.pdf. Acesso em: 5 jul 2023.

NASCIMENTO, Ederson. Urbanização, globalização e exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 57, p. 43-67, 2023.

PACHECO, Matias Ocaranza. **Gentrificação em Brasília. Transformações urbanas na produção do espaço metropolitano**. 2020. 330 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40336>. Acesso em: 5 jul 2023.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., 2. reimpr ed. São Paulo. SP: EDUSP, Ed. da Univ. de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora Aucitec, 1988. (Geografia, teoria e realidade).

SECCHI, Bernardo. **A Cidade dos Ricos e a Cidade dos Pobres**. Belo Horizonte: Ed. Áyiné, 2019.

SIMMEL, Georg. **Sociologia do espaço**. Estudos Avançados, v. 27, p. 75-112, 2013.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global**. São Paulo: Annablume, 2006. (De Volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos).



9

*Frederico Salmi
Lorena Fleury*

**INFOBOLHAS
ONTOEPISTÊMICAS
NO BRASIL:**

PLATAFORMAS CIENTÍFICAS DE IA
COMO AGENTES ARTIFICIAIS CLIMÁTICOS

INTRODUÇÃO

O conteúdo deste capítulo insere-se no tema das políticas de mudança climática no Brasil no nexo das tecnopolíticas digitais, em especial nas relações de poder mediadas por novos agentes climáticos artificiais que operam nas estruturas digitais. Esses novos agentes artificiais produzem processos híbridos de subjetivação entre humanos e não humanos. No Brasil, esse tipo de estudo ainda é raro no campo das Ciências Sociais (Fleury; Miguel; Taddei, 2019; Salmi; Fleury, 2022a). Ao interseccionar as questões da tecnologia digital e das políticas de mudança climática na perspectiva sociológica, busca-se uma melhor compreensão de como se configuram e se dinamizam os processos de subjetivação entre humanos e não humanos.

Aqui, as plataformas científicas baseadas em inteligência artificial (IA) e sistemas algorítmicos complexos (e.g. SEEG, Mapbiomas, Plenamata, JusAmazônia) são entendidas como *agentes climáticos artificiais*. Esses agentes produzem não só subjetividades como novas práticas políticas no Brasil. Práticas que podem, em tese, serem emancipadoras e redutoras de desigualdades sociais e ecológicas.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objeto empírico quatro plataformas digitais científicas, a saber: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), Mapbiomas, Plenamata e JusAmazônia. As plataformas pesquisadas têm como características: (a) caráter científico, (b) lastreadas por inteligência artificial (IA) ou algoritmos de alta complexidade, (c) associadas às políticas climáticas no Brasil.

O recorte do presente estudo situa-se nas mídias sociais digitais acessadas por redes e coalizões e com a pauta climática como objeto político. O caso empírico está limitado à rede do Observatório do Clima (OC). Outras redes associadas à rede primária (OC) não foram fruto de análise em profundidade (e.g. Rede Clima, Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais), apesar de estarem conectadas a rede do OC. Utilizamos a estratégia de cortar a rede — no sentido metodológico (Strathern, 2011) — para delimitar a extensão do objeto empírico (a rede OC).

A abordagem metodológica conta com netnografia e coleta de conteúdo textual e artístico-gráfico nas esferas digitais (Kozinets, 2014; Lupton, 2015). Instrumentos analíticos como VOSViewer e Graph Commons são utilizados para: revisão sistemática e análise interpretativo-crítica respectivamente. Para a análise interpretativo-crítica são mobilizadas as categorias: utopia crítica (el-Ojeili, 2020; Salmi; Fleury, 2022b) e futuro imaginado (Beckert; Suckert, 2021) em uma abordagem crítica mais próxima do realismo crítico e da teoria social crítica contemporânea (Vandenberghe, 2018, 2021).

As seguintes mídias sociais digitais, em ordem de relevância, foram objetos de observação participante: Twitter (páginas institucionais), WhatsApp (grupos temáticos), YouTube (apresentações científicas) e Instagram (páginas institucionais). Após a delimitação do *corpus* é utilizada a análise crítica de narrativa (ACN) na chave da sociologia da questão climática (Salmi; Fleury; Dowbor, 2023).

Algumas notas conceituais. Primeiramente, é importante delimitar o entendimento sobre inteligência artificial. Partimos do entendimento de que a inteligência artificial (IA) é “uma combinação complexa de robótica, melhorias aceleradas em tecnologia de computador, aprendizado de máquina (*machine learning*) e *big data* para gerar sistemas autônomos que rivalizam ou excedem as capacidades humanas” (Elliott, 2022, p. 15). Em uma perspectiva sociológica, entendemos a IA como *agentes artificiais* que possuem agência e desempenham um agir político no mundo.

Outro entendimento primordial é sobre (1) utopia — e ideologia como categoria antagônica — e (2) futuro imaginado. Podemos compreender a diferença entre utopia, ideologia e futuro imaginado, grosso modo, por meio do conceito da reprodução/emancipação de estruturas dominantes que mobilizam opressão e violência como práticas para sua reprodução/manutenção (Quadro 1) — entendimento caro à teoria crítica.

Quadro 1 — Utopia, ideologia e futuro imaginado em relação à reprodução/emancipação de iniquidades sociais, ecológicas e climáticas

Categoria	Característica em relação à estrutura dominante
Utopia realista	Disruptiva, subversiva, reformista, revolucionária, redutora ou emancipatória das iniquidades sociais, ecológicas e climáticas (também associada ao <i>locus enuntiationis</i> — lugar presente da enunciação da libertação possível e factível de sistemas opressivos que aumentam os efeitos destrutivos da mudança climática)
Ideologia / Distopia	Reprodutora do status quo, estabilizadora ou amplificadora das iniquidades sociais, ecológicas e climáticas
Futuro imaginado	Por ser tanto emancipadora como reprodutora das iniquidades sociais a depender do enquadramento (ideológico ou utópico) sobre o qual está ancorado.

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Grosso modo, a utopia no sentido crítico visa revelar as dinâmicas das estruturas dominantes e opressoras e tem como horizonte normativo emancipar-se dessas configurações (dominantes e opressoras) com caráter estabilizador, de tendência hegemônica e por vezes violento. Partimos da premissa de que a utopia é “sempre intencional e predominantemente abordada como uma crítica ao [status quo] presente” (Levitas, 2013, p. 75). Nesse sentido, a utopia crítica é tanto um método sociológico como uma categoria analítica.

Em relação à categoria *futuro imaginado*, além de ser entendida como um fato social (Beckert; Suckert, 2021), ela também é compreendida como um elemento *situado no presente* que produz

um vetor de ação política aos sujeitos envolvidos em determinado contexto social. Giddens (2010, p. 24 grifos acrescidos) traz a “reemergência da utopia” como uma lente crítica para buscar uma melhor compreensão da questão climática e ao colocá-la sobre a mesa sociológica argumenta que

Devemos criar um modelo positivo de um futuro com baixa emissão de carbono — e *um futuro* que, além disso, conecte-se à vida cotidiana *comum no presente*. No momento, esse modelo não existe e precisamos chegar a ele paulatinamente. Não se tratará de uma visão verde, mas de um modelo impulsionado por considerações políticas, sociais e econômicas. Ele não pode ser uma utopia, *mas haverá componentes utópicos envolvidos*, já que estes fornecem *ideais por que lutar*. É necessária uma mescla de idealismo e teimosia. Giddens (2010, p. 24 grifos acrescidos).

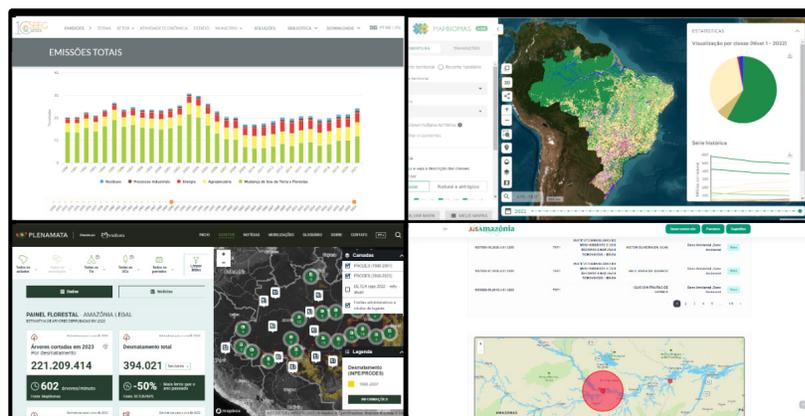
Note que o futuro imaginado *está inscrito no presente* (Salmi, 2022; Salmi; Fleury, 2022b) e que a utopia na *perspectiva crítica* (Salmi; Fleury, 2022b) são componentes analíticos chave no tabuleiro das políticas da questão climática.

Em síntese, o enquadramento conceitual-analítico é oriundo dos campos dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESCT) (Elliott, 2022; Urry, 2016), em particular da Sociologia da Ciência e da Tecnologia no Brasil (David *et al.*, 2022) e da Sociologia da Inteligência Artificial (Elliott, 2019, 2022) na intersecção com os campos da Sociologia da Questão Climática (Elliott; Urry, 2010; Fleury; Miguel; Taddei, 2019; Salmi; Fleury, 2022a; Szerszynski; Urry, 2010) e da Sociologia da Utopia Crítica (el-Ojeili, 2020; Levitas, 2013, 2017; Salmi; Fleury, 2022b).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análises preliminares sugerem que os processos de mediação ocorrem em diferentes camadas digitais, porém inter-relacionadas à camada dos agentes humanos. As quatro plataformas científicas analisadas (Figura 1) tem como elemento comum, no plano material, a infraestrutura digital pautada por algoritmos e inteligências artificiais (IA). Esse espaço digital comum produz subjetividades híbridas entre humanos e não humanos.

Figura 1 – Plataformas científicas do SEEG, Mapbiomas, Plenamata e JusAmazônia



Fonte: elaborado pelos autores, 2023. A partir da base de dados de Salmi (2022). Plataformas tecnocientíficas: SEEG (acima a oeste), Mapbiomas (acima a leste), Plenamata (abaixo a oeste) e JusAmazônia (abaixo a leste).

Os processos de subjetivação ocorrem entre humanos e não humanos, em especial os *agentes artificiais* (Elliott, 2022; Salmi, 2022). Ao contrário do argumento de que os seres humanos vivem sob um regime infocrático (Han, 2022), nota-se que as relações de poder, apesar de estruturalmente planejadas pelos grupos de posição econômica privilegiada, são mediadas e moduladas parcialmente por agentes humanos, em especialmente grupos científicos

e atuação política direta em políticas públicas (e.g. Instituto Democracia e Sustentabilidade — IDS, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — IMAZON). Em relação aos grupos científicos que orbitam a dimensão política, esses são agentes que ao produzirem conteúdos científicos (e.g. Relatórios do IPCC, artigos científicos analisados por pares) e disponibilizarem seus resultados nas plataformas tornam-se agentes políticos (Figura 1). Esses agentes políticos, por sua vez, são ou podem ser mobilizados por uma pluralidade de outros grupos políticos, independentemente de suas filiações ideológicas ou utópicas em relação aos efeitos sociais da mudança climática no âmbito brasileiro. Já em relação aos grupos políticos, ou seja, as redes e coalizões climáticas, esses são indutores de novas subjetividades, todavia os processos de formação de infobolhas tecnocientíficas são uma realidade emergente no ambiente digital brasileiro. Nesse ponto específico, o argumento de que a “autodoutrinação produz infobolhas autistas que dificultam a ação comunicativa” (Han, 2022, p. 35) pode ser observada, porém, o tipo de criticidade de interação entre os sujeitos políticos humanos e os conteúdos encapsulados nessas infobolhas tecnocientíficas digitais promovem um processo de tensionamento desses processos herméticos.

Outro argumento que vai ao encontro com o regime infocrático é o de que vivemos sob um “capitalismo tecnológico” de característica imperial (Gutiérrez-Rubí, 2020, p. 106–107). Por outro lado, Gutiérrez-Rubí (2020) ressalta o acesso democrático como nova forma de produzir subjetividades por meio de práticas políticas como demanda por direitos sociais e digitais. Esse contato entre humanos e não humanos é mais aderente às observações realizadas, oriundo do *corpus* analítico analisado. As plataformas digitais científicas passam a ser apropriadas material e subjetivamente. Nesse sentido, são observadas como “ações e políticas específicas para apropriação” tecnológica ou epistêmica (Rivoir, 2019, p. 59) são produzidas a partir da existência desses novos agentes climáticos artificiais.

Mais do que apropriações dessas novas tecnologias por sujeitos até então sem acesso a essa, mas apropriações por não humanos. Tanto os algoritmos e IAs se apropriam desses novos espaços digitais — devido em parte pela sua característica de autômatos — como os humanos o fazem. Ambos possuem práticas para formular novas políticas climáticas (i.e. monitorar os processos climáticos da região amazônica por meio do acesso à JusAmazônia ou monitorar as áreas de desmatamento por meio do acesso ao Mapbiomas).

O agente artificial é novo sujeito nessa gramática do poder e dos processos de subjetivação entre humanos e não humanos. A criação por humanos de plataformas operadas por algoritmos complexos e IA é o ponto de início desse processo de tensionamento entre os mecanismos ideologizantes e novas utopias necessárias e realistas. Mecanismos ideológicos como autodoutrinação (Han, 2022) ou modulação vigiada pelas estruturas digitais (Dowbor, 2020) podem ser observados, porém, não de forma totalizante. O argumento de que na era digital vivemos uma *ilusão de liberdade* (Morozov, 2011) e nada pode ser produzido pelas sociedades humanas não se encaixa em nossas observações.

Em linha ao argumento de apropriação tecnológica pelas sociedades menos favorecidas economicamente (Rivoir; Morales, 2019), no Brasil observa-se a emergência de algumas práticas de tecnopolíticas (Silveira, 2021) e utopias de luta nos espaços digitais. Como argumenta Silveira (2021, p. 50 grifo no original) “[a] ideia de soberania pode ser ampliada para a estrutura de dados e para o controle democrático de dados pela sociedade”, ou seja, “[e]ssa prática de governança de um algoritmo pelas comunidades é fundamental em tempos de *machine learning* e de uma inteligência artificial baseada em dados.” Outro argumento que pode auxiliar nesta discussão está posicionado no tema das políticas de infraestruturas no nexa da questão climática, em especial as *infraestruturas de conhecimento climático* (Miguel; Mahony; Monteiro, 2019). Todavia, avançando ao argumento de Miguel e outros (2019), ao enquadrar o agente artificial

ativo como um sujeito com agenciamento para realizar apropriação tecnológica do conhecimento climático (e.g. previsões climáticas) e construir novos conhecimentos autônomos, a questão epistêmica se amplia. A questão tecnocientífica se mistura com a questão onto-epistêmica o que remete à novas lutas cosmotécnicas (Parra, 2022), tensionando os próprios limites, até então conhecidos, do *fazer saber* científico. Nessa linha, nossas observações remetem a algumas ponderações e conclusões de que ocorre no Brasil, minimamente em um estado emergente, práticas de *apropriação tecnológica* por alguns membros da coalizão climática do Observatório do Clima e também por estes novos agentes artificiais climáticos (e.g. IA e algoritmos das plataformas científicas).

Neste contexto sociotecnológico, há outras práticas observadas em ação nos espaços digitais pesquisados são: acesso ampliado ao público não especialista, linguagem e apresentação estética mais didática, conteúdos com fontes científicas, metodologias das plataformas disponíveis, entre outras práticas. Nesse sentido, tais práticas produzem novas subjetividades híbridas, por serem agentes humanos e artificiais que passam a co-produzir esses espaços — esses também híbridos. Novos mecanismos utópicos emergem por meio de práticas que buscam integração entre dimensões onde antes eram impraticáveis do ponto de vista social, político e tecnológico.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Futuros estudos e pesquisas podem explorar essa emergência de agentes artificiais e seus efeitos de agenciamento no mundo dos humanos. Concluimos que ideias (utópicas) de plataformas, essas como agentes artificiais, podem buscar prever um futuro (sustentável para quem?) e/ou se apropriar do imaginário presente dos sujeitos. Essa configuração de um futuro imaginado se dá por meio

de uma *mega infraestrutura física e digital* que inclui, mas não restrita, redes de dados de satélites (e.g. SEEG, Mapbiomas), de dados sobre degradação florestal e da exploração predatória de madeira no bioma Amazônia (e.g. Mapbiomas Alerta) e de dados sobre a produção de legislação (anti-)climática no Congresso Nacional (e.g. JusAmazônia). Estas *megainfraestruturas* são elementos estruturantes e estruturadores que fomentam e constroem novos futuros imaginados *no e para* o presente.

Esses novos agentes artificiais são exemplos de *convergência* entre os planos material e imaginal e entre as dimensões empíricas e reflexivas. No plano material observa-se a tecnologia digital forjada para um agenciamento automatizado e, portanto, com agenciamento próprio — é o nascimento do agente artificial climático. No plano imagético, em particular no ideológico-utópico, notam-se elementos que começam a fomentar o imaginário social de um novo componente social — que pode vir a se tornar o *tecnossalvador* da humanidade diante das atuais ineficazes políticas climáticas vigentes no Brasil e no mundo. Em um mundo que exige uma ética climática que *deve* ser materializada por humanos (Salmi, 2023; Salmi; Canova; Padgurschi, 2023), agentes artificiais que operam em outra ontologia e normatividade — e, portanto, com outros horizontes éticos e utópicos — começam a tensionar a ilusão de que os humanos possuem o controle sobre o plano material ou imaginal em escala planetária. Nesse sentido, a ilusão de que a tecnociência prevalecerá sobre os efeitos do Capitaloceno passa a ser colocado em tensionamento e essa *tecnoideologia*, ou seja o acúmulo de capital de modo ilimitado por meio da tecnologia — em linha com o argumento de que a *tecnoutopia liberal* tem provocado reações contra o controle cibernético da vida urbana (Parra, 2022, p. 376, grifos acrescidos) — também começa a ser pressionada pelos seus próprios efeitos que não podem mais serem externalizados nem em um planeta finito nem em um espaço digital compartilhado e permeado por múltiplas epistemologias humanas e não humanas como as plataformas de IA. Ao fim e ao cabo, nem tecnossalvacionismo nem infocracia.

Na dimensão empírica, essas redes de infraestruturas digitais já são uma realidade no Brasil — o SEEG completou dez anos e com várias atualizações e o Mapbiomas lançou sua oitava versão em 2023. Enfim, nessa dimensão reflexiva, essas convergências entre tecnologia humana e não humana levam ao incentivo de pensamentos críticos — uma crítica ao nível de desigualdade social e ecológica que os mais vulneráveis estão cada dia mais expostos aos efeitos crescentes da atual mudança climática causada por um extrativismo e neoliberalismo ferozes.

No Brasil, plataformas digitais científicas como o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), Mapbiomas, JusAmazônia e PlenaMata buscam produzir efeitos sociais e políticos, porém ainda se encontram enclausuradas em *infobolhas tecnocientíficas digitais*. Argumentamos que as plataformas digitais científicas são *futuros imaginados inscritos no presente* e posicionam-se na dimensão político-utópica como figuras orientadas contra a contemporânea e dominante ideologia neoliberal e o neocapitalismo global.

Essas convergências sugerem novas subjetivações entre humanos e agentes artificiais — novos *agentes artificiais climáticos híbridos* começam a brotar na realidade como novos sujeitos políticos. E mais, esses novos agentes climáticos artificiais com agentes políticos humanos passam a materializar novas utopias realistas. Utopias que vão além de um puro idealismo ou ilusão e se ancoram em ideologias — ou distopias por vezes — tecnológicas de pauta climática com práticas e políticas pragmáticas e realistas. Portanto, concluímos haver novos horizontes utópicos híbridos climáticos no contexto brasileiro que mesclam dimensões tecnocientíficas e ontoepistêmicas em direção à superação das iniquidades sociais, ecológicas e climáticas em novas danças cosmoepistêmicas.

REFERÊNCIAS

- BECKERT, Jens; SUCKERT, Lisa. The future as a social fact. The analysis of perceptions of the future *In: sociology. Poetics*, [s. l.], v. 84, p. 101499, 2021. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0304422X20302424>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- DAVID, Marília Luz *et al.* A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 37, p. 217-244, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/4jnbTGsCjNwy3mnkh9Jvfgy/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- DOWBOR, Ladislav (org.). **Sociedade Viggiada**. São Paulo: Autonomia Literária e Outras Palavras, 2020.
- EL-OJEILI, Chamsy. **The Utopian Constellation: Future-Oriented Social and Political Thought Today**. Cham: Springer International Publishing, 2020.
- ELLIOTT, Anthony. **Making sense of AI: our algorithmic world**. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity Press, 2022.
- ELLIOTT, Anthony. **The Culture of AI: Everyday Life and the Digital Revolution**. 1. ed. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315387178>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- ELLIOTT, Anthony; URRY, John. **Mobile lives**. London; New York, NY: Routledge, 2010.
- FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, [s. l.], v. 21, n. 51, p. 18-42, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222019000200018&tIng=pt. Acesso em: 1 ago. 2022.
- GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUTIÉRREZ-RUBÍ, Antoni. Tecnopolítica y los algoritmos. *In: SABARIEGO, Jesus; AMARAL, Augusto Jobim; SALLES, Eduardo B. C. (org.). Algoritmarismo*. São Paulo, BR; Valência, ES: Tirant lo Blanch, 2020. p. 102-112.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LEVITAS, Ruth. **Utopia as Method**. London: Palgrave Macmillan UK, 2013.

LEVITAS, Ruth. Where there is no vision, the people perish: a utopian ethic for a transformed future. Centre for the Understanding of Sustainable Prosperity, [s. l.], jun. 2017. p. 1-15. Disponível em: cusp.ac.uk/essay/ml1-5. Acesso em: 28 maio 2022.

LUPTON, Deborah. Digital sociology. Abingdon, Oxon: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; MAHONY, Martin; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. "Infrastructural geopolitics" of climate knowledge: the Brazilian Earth System Model and the North-South knowledge divide. *Sociologias*, [s. l.], v. 21, n. 51, p. 44-75, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-0215102>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222019000200044&tng=en. Acesso em: 12 dez. 2023.

MOROZOV, Evgeny. The net delusion: the dark side of internet freedom. 1st eded. New York: Public Affairs, 2011.

PARRA, Henrique Z M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. *In*: KLEBA, John B.; CRUZ, Cristiano C.; ALVEAR, Celso A. S. (org.). Engenharia e outras práticas técnicas engajadas: Diálogos interdisciplinares e decoloniais. Campina Grande, PB: Eduepb - Editora Da Universidade Estadual Da Paraiba, 2022. v. Diálogos interdisciplinares e decoloniais.

RIVOIR, Ana Laura. Personas mayores y tecnologías digitales Revisión de antecedentes sobre las desigualdades en la apropiación. *In*: RIVOIR, Ana Laura; MORALES, María Julia (org.). Tecnologías digitales: Miradas críticas de la apropiación en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Montevideo: CLACSO; RIAT, 2019. p. 51-68. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvt6rmh6>. Acesso em: 28 set. 2023.

RIVOIR, Ana Laura; MORALES, María Julia (org.). Tecnologías digitales: miradas críticas de la apropiación en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Montevideo: CLACSO; RIAT, 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvt6rmh6>. Acesso em: 28 set. 2023.

SALMI, Frederico. PLANB Index: Sociological Categories for Climate Policymakers. *Brazilian Political Science Review*, [s. l.], v. 17, p. e0001-38, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202300030001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/djchf3XDghyrWgGDrCnjqRP/?lang=en>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SALMI, Frederico. Utopias sintéticas: inteligência artificial e políticas de mudanças climáticas. *CTS em foco (ESOCITE.BR)*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 57-63, 2022. Disponível em: <https://www.esocite.org.br/wp-content/uploads/2021/01/CTS-v2-n3-1.pdf>.

SUMÁRIO

SALMI, Frederico; CANOVA, Moara Almeida; PADGURSCHI, Maíra C. G. Ética climática, (in)justiças e limitações do Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, [s. l.], v. 26, p. e01232, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210123r2vu2023L2A0>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/nfGLJSMxMhF67RVSknV3NKK/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. Mudanças climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021). *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [s. l.], v. 1, n. 97, p. 1-19, 2022a. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/574/630>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. Sociologia da utopia crítica no nexos das mudanças climáticas. *Tramas y Redes | CLACSO*, [s. l.], n. 3, p. 91-111, 2022b. DOI: 10.54871/cl4c304a. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/171396/1/Tramas-y-redes-N3-6.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena; DOWBOR, Monika. Análise Crítica de Narrativa no Antropoceno: métodos e aplicação na perspectiva sociológica. *In: GT3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA, 2023*, Recife. I Seminário PPGS/UFPE: o lugar da sociologia na reconstrução da democracia. Recife: UFPE, 2023. p. 1-13.

SILVEIRA, Sérgio A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In: SILVEIRA, Sérgio A.; SOUZA, Joyce; CASSINO, João F. (org.). Colonialismo de dados: São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-52.*

STRATHERN, Marilyn. Cortando a Rede. *Ponto Urbe*, [s. l.], n. 8, p. 1-21, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1970>. Acesso em: 10 maio 2023.

SZERSZYNSKI, Bronislaw; URRY, John. Changing Climates: Introduction. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 27, n. 2-3, p. 1-8, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263276409362091>. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276409362091>. Acesso em: 21 jun. 2023.

URRY, John. *What is the future?* Cambridge, UK; Malden, USA: Polity Press, 2016.

VANDENBERGHE, Frédéric. A sociologia como ontologia do presente. *Novo Rumos Sociológicos*, [s. l.], v. 9, n. 15, Dossiê, p. 1-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v9i15.21669>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/21669>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Pós-humanismo ou a lógica cultural do neocapitalismo global*. São Paulo: Annablume, 2018.



10

Gabriel Franco Borba

QUANDO A IMPRENSA AMEAÇA À DEMOCRACIA:

**O CASO DA JOVEM PAN DURANTE
O GOVERNO BOLSONARO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-710

INTRODUÇÃO

Uma série de transformações importantes da história do país ocorreram no quadriênio 2019-2022, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro na Presidência da República. Sua gestão retrocedeu elementos que alicerçaram a estabilidade da democracia brasileira, baseada no respeito aos direitos e deveres da Constituição Federal, num *modus operandi* que ficou conhecido como “bolsonarismo”. Como bolsonarismo, entende-se como um grupo político de cunho autoritário contra a democracia (NOBRE, 2020). Desde o princípio do seu governo já pregava o ataque a um dos pilares de nossa democracia que é a liberdade de imprensa.

Na sua ótica, a imprensa tradicional brasileira, tendo como sua principal representante o Grupo Globo, simbolizaria os interesses da ideologia de esquerda e seria contra as pautas conservadoras historicamente defendidas por Bolsonaro e seguidores como a defesa da família tradicional brasileira (heteronormativa) e a livre posse de armas. Ademais, Bolsonaro, ao longo de sua trajetória política como Deputado Federal se frustrou por não aparecer nos principais programas da Globo devido a sua personalidade imprevisível e por ser uma figura política irrisória no congresso, restando a estar presente de forma recorrente em programas que mesclavam humor e informação em suas grades, tais como o Custe o Que Custar (CQC) da rede Bandeirantes, o Super Pop da Rede TV e o Pânico da Jovem Pan. Nesses programas, Bolsonaro já sabia que tinha a oportunidade de proliferar seu discurso conservador e antidemocrático contra a política, contra a ideologia de gênero, pelo porte de armas, contra a igualdade racial, entre outros temas, a partir do humor para uma parcela do público.

A partir das “Jornadas de junho de 2013”, o Brasil passou a conviver com os eventos traumáticos que repercutem ainda hoje, como o *impeachment*/golpe parlamentar da ex-presidente

Dilma Rousseff e a operação Lava-Jato, reações contra a corrupção associada ao Partido dos Trabalhadores bastante propagada pela imprensa. Esses episódios auxiliaram Bolsonaro, político de extrema-direita a se colocar como representante dessas pautas populares da época, e que oportunisticamente também passou a incorporar o discurso neoliberal e religioso na eleição presidencial de 2018, da qual se tornará vencedor.

Enquanto presidente, Bolsonaro se associou fortemente aos meios de comunicação que rivalizavam com o Grupo Globo, em especial o Grupo Jovem Pan, tradicional na rádio e que se tornaria depois uma rede de TV. A Jovem Pan passou de um veículo de rádio popular por suas músicas dirigidas ao público jovem para estar intimamente ligado com a política de extrema-direita, ao propagar discursos de ódio, antidemocráticos e notícias falsas em suas programações diárias. Esse processo acabou em fidelizar um público cativo aderente ao que veio ser o bolsonarismo e a constituir palco para figuras e discussões concernentes à política do novo governo, sempre de maneira positiva. Nesse sentido, a Jovem Pan passou por uma transformação intensa de sua linha editorial na última década, ao mover-se do entretenimento para focar-se no ativismo político, sob a alegada “liberdade de imprensa” para a difusão de ideias e discursos antidemocráticos e conservadores chanceladas pelo seu dono a Jovem Pan, se aproximou de relações mais íntimas com o bolsonarismo.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o papel do Grupo Jovem Pan durante o governo Bolsonaro e entender sua influência como propagadora de *fake news* e de discurso de ódio relacionados especialmente a Pandemia da Covid-19 e aos ataques antidemocráticos a instituições e representantes do poder público. Seu material de análise se baseou em vídeos e notícias vinculadas a Jovem Pan, bem como se utilizou como referência bibliográfica autores que trabalhassem a questão da imprensa, democracia e *fake news*. Na Primeira parte da análise deste trabalho será abordado a história da Jovem Pan.

SUMÁRIO

No segundo momento se abordará como as *fakes news* são estruturadas e como foi utilizada pela empresa de forma constante no período Bolsonaro. No terceiro momento do texto se tratará sobre a participação da Jovem Pan no processo desinformativo e negacionista durante a pandemia da Covid-19. Por fim, será abordado sua participação durante a escalada democrática até culminar na tentativa de golpe do 8 de janeiro.

APORTE TEÓRICO

Em grande parte, este trabalho possui como aporte teórico autores que discutem a questão das *fakes news* e sua relação com o Estado Democrático de Direito. Ademais utiliza-se de Bertoncello (2019) a fim de compreender as transformações estruturais e jornalísticas da Rede Jovem Pan ao longo da sua história. Acerca das *fake news*, entende-se que a partir do entendimento desse conceito, buscou-se incorporar literaturas que dessem suporte a presente análise sobre o seu uso durante o governo Bolsonaro e seu vínculo com a Jovem Pan. Assim, ALVES e MACIEL (2020) a abordam como um fenômeno recente que se tornou mais conhecido do público durante o ano de 2016 quando ocorreram o *brexit*, a saída do Reino Unido da União Europeia e as eleições presidenciais dos Estados Unidos vencidas por Donald Trump. Seu uso desde então disseminou-se nos diversos países, gerando grande preocupação para os regimes democráticos em virtude de se tratar de uma técnica até então desconhecida e posteriormente popularizada entre figuras políticas ligadas à extrema-direita mundial. Ademais, utilizou-se de Menezes (2018) para caracterizar e diferenciar o conceito das *fake news* e *as falses news*, ao demonstrar que se trata de um termo mais amplo que possui suas particularidades e aplicações distintas apesar de apresentarem semelhanças temáticas. Através de Gomes e Dourado (2019), por exemplo, entendemos que essa técnica de desinformação foi captada pelos extremistas de direita já citados e que representa um risco sensível as democracias pelo mundo.

Em outro segmento teórico utilizou-se de literaturas que trabalhassem a respeito da liberdade de imprensa e das novas dinâmicas da informação. Nesse sentido, em Marx (2006) temos um dos autores que melhor discorreram a respeito sobre os usos e contra usos da imprensa para a representatividade de um povo, sendo uma figura relevante para se refletir sobre o assunto do objeto deste trabalho. Outros autores foram utilizados para tratar o cenário moderno do jornalismo e seu papel dentro da democracia como Traquina (2005) que observa uma íntima ligação entre ambas as partes, sem uma democracia forte não temos conseqüentemente uma imprensa livre. Nesse sentido Foucault (1998) relaciona a forma como o poder pode ser encontrado em diferentes tipologias, jamais isolado em uma forma única.

Em terceiro a relacionar com a discussão de Traquina (2005), temos em Silva (1998) e Mouffle (2019) o debate acerca da constituição do Estado Democrático de Direito e dos efeitos negativos gerados pelo bolsonarismo ao regime brasileiro. Tendo em vista que o regime democrático brasileiro ainda é relativamente recente estando assim em processo de aprendizado, recaimento e fortalecimento de suas instituições políticas.

Sobressalente este trabalho utilizou-se de notícias, reportagens e vídeos do YouTube relacionados a Jovem Pan a fim embasar a análise do discurso mentiroso e empresarial praticados pela empresa em seu relacionamento com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse sentido, foram utilizadas fontes da própria emissora bem como de outros portais que referenciam ao tema ligado a este trabalho. Materiais e fontes citadas estas que não visam esgotar a discussão, mas sim a busca pela melhor compreensão.

SUMÁRIO

ANÁLISE

A trajetória do Grupo Jovem remonta ao ano de 1944, quando foi fundada em São Paulo como uma emissora de rádio chamada “Panamericana” por Oduvaldo Vianna e Júlio Cosi (FARIA, 2022). Em 1952, Augusto Amaral de Carvalho, conhecido como “Tuta”, pai do atual proprietário da emissora, assume o principal cargo da empresa. Após uma crise durante as décadas de 50 e 60, muda seu nome para Jovem Pan a fim de almejar um público mais jovem e trabalhador, com enfoque em transmissões de rádio jornalísticas com os programas “Equipe Sete e Trinta”, “Jornal de Integração Nacional” e “Jornal da Manhã”. De acordo com Bertoncetto (2019), a partir de então a Jovem Pan se tornou sinônimo de jornalismo por parte do público, em razão da dinamicidade e da credibilidade da informação, ao estar presente nos principais fatos históricos do país. Ademais, acrescenta que ela possuía um forte teor crítico com relação aos fatos noticiados, ao exigir do poder público as respostas pelos temas levantados sem perder a credibilidade jornalística. Nas décadas seguintes, a empresa ampliou sua difusão de rádio para outras regiões do país e do mundo ao transmitir via satélite e digitalmente sua programação jornalística aliada à música jovem do gênero pop, projetando-a como umas rádios mais populares do Brasil. A partir de 2007, a Jovem Pan incorpora às suas transmissões de rádio a utilização de imagens na internet, o que ampliou sua proximidade com o público.

Após o “Tutinha” assumir o comando da emissora em 2013, a Jovem Pan passa por uma mudança editorial em seu jornalismo, voltado mais para a opinião, com viés político/econômico liberal dentro de sua programação e dos comentários de seus radialistas. Em consequência, ampliou-se seu público, porém foram reduzidas as verbas públicas para a empresa (BERTOCELLO, 2019). A Jovem Pan passa então a priorizar os programas que mesclassem informação e opinião, com a presença de colunistas e jornalistas alinhados

com essa visão liberal e em oposição ao governo da época, que tinha Dilma Rousseff (PT) na presidência. Foram incorporados pela direção os programas “Os Pingos nos Is”, “Morning Show”, “Jornal Jovem Pan” entre outros semelhantes. Ademais, a emissora buscou associar em alguns dos seus programas, em especial o “Pânico”, discussões sobre temas cotidianos e políticos com o uso do humor. Vale destacar que a partir das “Jornadas de Junho de 2013”, o Brasil passa a viver uma série de momentos impactantes na política e na economia do país, como o impeachment do então presidente Dilma Rousseff e a operação Lava-Jato.

Nesse sentido, “Tutinha” redimensionou as projeções de poder com base nos ventos emanados pela insatisfação do povo e com aquele se tornaria, informalmente, mas enfaticamente, o principal porta-voz da emissora, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que o ajudou na criação da rede de TV criada em 2021. Se por um lado, com a ascensão liberal-conservadora, a empresa adquiriu ainda mais notoriedade nos círculos de poder vigentes, com o tempo seu discurso jornalístico se radicalizou, se restringindo cada vez mais para um público mais nichado e homogêneo. Ao invés de analisar os fatos jornalísticos como prega o Código de Ética do Jornalismo, a Jovem Pan passa a descredibilizar seu próprio conteúdo ao propagar discursos de ódio e *Fake News*, contribuindo para colapsar os pilares da democracia ao longo dos últimos anos, tendo seu ápice no incitamento à tentativa de golpe no 8 de janeiro.

Assim, as notícias falsas (*fake news*) se tornaram populares nos últimos anos devido a influência que tiveram na história mundial recente. O termo se tornou mais conhecido após seu uso disseminado em dois processos políticos importantes em 2016: a saída do Reino Unido da União Europeia e as eleições presidenciais dos Estados Unidos, vencidas pelo candidato do Partido Republicano Donald Trump (ALVES e MACIEL, 2020). Com base nesses acontecimentos, o dicionário Oxford definiu a palavra pós-verdade como a palavra representativa desse mesmo ano, em razão de sua importância.

Desde então se tornou um ponto de preocupação para diversos países em diferentes segmentos, inclusive sobre a própria relação da mídia jornalística com o cidadão que absorve as notícias.

Sua definição é imprecisa em definitivo devido a sua brevidade dentro das discussões acadêmicas e práticas em relação ao seu dolo ou não. Segundo Meneses (2018), as *fake news* e as *false news* são conceitos que apesar de semelhantes apresentam características distintas. As primeiras apresentam um conteúdo deliberadamente falso que visa enganar o consumidor, já as últimas são ações movidas através de incompetência ou irresponsabilidade dos jornalistas com a informação ao destinatário final. As *fake news* podem apresentar conteúdos mentirosos misturados com elementos reais (nomes, fotos, dados...) para atrárem a atenção do consumidor, além de dar um “verniz” de suposta autenticidade. Não é um fenômeno exclusivo dos tempos atuais, já que os boatos e rumores de outrora já apresentavam alguma dessas características, porém tinham seu poder limitado, e atualmente se revestem através da tecnologia com um alcance muito maior e veloz. Para o autor, precisamos discutir sobre a forma de lidar com os conteúdos deliberadamente falsos, através de uma discussão ampla entre a sociedade civil e os governos. Existe uma outra linha de entendimento, que não se atém tanto a intencionalidade da ação, mas sim por uma busca por convencimento numa disputa de narrativas. Para Ribeiro e Ortellado (2018), a disseminação das notícias falsas é fruto de uma sociedade polarizada, em que se utiliza de técnicas de desinformação para corroborar com narrativas pré-concebidas sem o rigor da investigação ou da apuração.

No Brasil, essa polarização e popularização atualmente pode ser vista visivelmente entre bolsonaristas e anti-bolsonaristas, no Reino Unido, em relação ao no *Brexit*, entre pró-União Europeia e contra-União Europeia, e nos Estados Unidos entre “trumpistas” e “não-trumpistas”. Segundo Gomes e Dourado (2019) essa popularidade das notícias falsas está intimamente ligada com a ascensão conservadora de direita pelo mundo e na sua estratégia em

desqualificar as instituições de credibilidade consolidada com o objetivo de arbitrar contra os fatos, a ciência, a universidade, o jornalismo e até mesmo a democracia. Nesse sentido, acrescentam que, mais do que pensarmos sobre uma industrialização das mentiras, na visão dessa nova direita seria a criação de uma “ecologia midiática alternativa” oposta ao domínio dos liberais e esquerdistas, onde se respeitariam os princípios e valores para esse público de direita.

Com base nesse princípio de uma “ecologia midiática alternativa”, podemos depreender que a direita bolsonarista incorporou um *modus operandi* internacional que se utiliza tanto da mídia tradicional, como a Jovem Pan, como também de novas plataformas da comunicação como WhatsApp, Twitter e Youtube para se informar internamente. Essa situação se agrava, pois, em tempos de uma sociedade cada vez mais tecnológica, qualquer pessoa pode produzir e compartilhar uma informação sem uma regulação ou um crivo do jornalismo (AGUIAR e BARSOTTI, 2013). Assim, notícias jornalísticas verificáveis que muitas das vezes entram em desacordo com seus valores passam a ser rechaçadas e vistas como mentirosos pela “bolha”, ao passo que as *fake news* se tornam “verdadeiras” e mais atrativas com uma linguagem mais simples e direta, muitas das vezes questionando noções basilares da democracia. Segundo Traquina (2005), o jornalismo profissional possui uma relação íntima com a democracia, pois tem como uma das suas principais funções informar o público livremente numa democracia, ao passo que sem um jornalismo verdadeiramente livre esse regime estaria em risco. A democracia se baseia assim, na estabilidade do jornalismo e na confiança da informação presentes naquilo que Miguel (1999) chamou de “sistemas peritos”, quando o público possui confiança na hierarquia especializada do jornalismo. O jornalismo profissional no geral vive uma crise de identidade com o público, ao passo que as *fake news* se disseminam com um poder de impacto impressionante, capaz de influenciar eventos importantes como as eleições dos

Estados Unidos em 2016, o *Brexit* nesse mesmo ano, as eleições brasileiras de 2018, vencidas pelo candidato ultradireitista Jair Bolsonaro e a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro também no Brasil.

Diante de uma perspectiva de poder, a eleição de Jair Bolsonaro e a manutenção de seu governo levantou uma reconfiguração do campo de poder por parte de diferentes grupos do país em virtude da polarização e do enfraquecimento do PT, sendo um deles da própria mídia tradicional brasileira, quando parte dela o apoio, em especial nesse caso a Jovem Pan. Segundo Foucault (1998), o poder só pode ser exercido em rede, jamais aprisionado por alguém ou em lugar em específico.

A emissora teve um papel importante durante os quatro anos de governo de extrema direita, ao ser a mídia tradicional mais aderente e a que mais propagou *fake news* em diferentes campos do cotidiano, ajudando a colapsar as instituições da democracia brasileira em seus programas. Ademais, a Jovem Pan também se utilizou de conteúdos tendenciosos de direita para atrair a atenção dos bolsonaristas, tornando-se praticamente uma porta-voz do governo na mídia tradicional. Em sua programação existem poucos conteúdos positivos sobre partidos e agentes políticos da esquerda.

Quando há alguma menção, de fato nota-se matérias negativas que visam atacar a credibilidade desses entes. Nas eleições presidenciais de 2018, a emissora apoiou candidatos que eram contra o PT, principalmente Geraldo Alckmin do PSDB no primeiro Turno e Jair Bolsonaro do PSL no segundo Turno. Já nesse novo turno a Jovem Pan direcionou suas fichas no candidato de extrema-direita ao dedicar a maioria do seu conteúdo do site a temas relacionados a Jair Bolsonaro e pouco a Fernando Haddad do PT. Vale lembrar que a estratégia de Bolsonaro durante as eleições de 2018 foi amenizar suas falas conhecidas antidemocráticas e de discurso de ódio para uma coloração mais afável ao mercado e ao público que era contra a esquerda, sobretudo ao PT. Durante a campanha eleitoral de 2018,

o programa Pânico entrevistou Jair Bolsonaro, que disseminou uma série de desinformações para o público, ao dizer que não era contra os gays, apesar de declarar que “o pai não quer chegar em casa e ver o filho brincando de boneca por influência da escola e que Haddad seria o criador do famoso “Kit Gay” (JOVEM PAN NEWS, 2018).

Neste mesmo programa, Bolsonaro reforçou aquilo que tentaria anos mais tarde, a liberação do porte de armas para proteção da população, medida anticonstitucional que fere o art. 6 da Lei No 10.826, que proíbe seu porte, salvo para determinados casos em que seu uso é necessário. Além disso, Bolsonaro declarou o desejo de criminalizar o MST pelo aquilo que chamou de “invasão de terras” como terrorismo, algo que também não está tipificado na Lei Nº 13.260 sobre o conceito de organização terrorista. Essa mesma declaração sobre a criminalização do MST já fora feita pela Jovem Pan sob porta-voz da jornalista e posteriormente deputada federal Joice Hasselmann (2017) infringindo também na desinformação no programa os Pingos nos is.

Após o resultado das eleições, a Jovem Pan em 28/10/2018 noticiou com a manchete “Bolsonaro derrota o projeto de poder do PT” evidenciando seu apoio explícito ao novo governante (JOVEM PAN NEWS, 2018). Nesta matéria, conta-se como foi a trajetória do então candidato e sua simbologia com “a vitória de Bolsonaro reflete a repulsa da maior parcela da população brasileira ao projeto de poder do PT, alicerçado em meio a sucessivos escândalos de corrupção e à pilhagem dos cofres públicos nos últimos anos”. A partir de então a empresa se associou cada vez mais ao bolsonarismo ao incorporar no seu elenco figuras que se afeiçoavam ao estilo de programação que ela executou nos últimos quatro anos, sendo posteriormente alvo da justiça em razão dessas ilicitudes.

Sobressalente o período da pandemia de Covid-19 foi um dos momentos mais críticos da nossa história, em virtude da mortalidade, do isolamento das relações sociais. Durante esse período,

SUMÁRIO

campanhas de desinformação foram implementadas por diferentes grupos e agentes políticos para contrapor às medidas sanitárias adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para proteção da saúde global. Segundo Ferreira e Varão (2019), o governo brasileiro foi um agente de desinformação sobre os conteúdos científicos sobre a pandemia e replicador de *fake news* tanto no “cercadinho” presidencial quanto nas redes sociais, bem como considerou os principais veículos de imprensa como inimigos.

Para o presidente Bolsonaro, já rotulado como um dos negacionistas mundiais, não deveria haver isolamento social sob a defesa de uma pretensa liberdade individual e da priorização da economia, por se a Covid-19 não passar de uma simples “gripezinha”. Na mesma época também se comportou como incentivador do “tratamento precoce” contra a Covid-19, feito com remédios já comprovadamente ineficazes segundo a comunidade científica. Apesar do governo Bolsonaro ser um dos principais agentes agravantes da alta mortalidade brasileira pela Covid, a Jovem Pan também se tornou uma interlocutora das desinformações sobre a pandemia e incentivadora do não uso das medidas de proteção em seus programas e comentaristas.

Sob o corolário de um jornalismo opinativo, a Jovem Pan “dobrou a dose” ao confundir opinião com discursos criminosos que ajudaram a abalar a saúde pública durante o período, contrariando as evidências científicas já conhecidas na época, com objetivo de defender o presidente. Em 2021, no Programa “3em1” durante a pandemia, o comentarista Rodrigo Constantino fez duras críticas à atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), veículos de imprensa, cientistas e políticos que defendiam as medidas de proteção bem como desabonou os estudos científicos sobre as vacinas chinesas. Além disso, Constantino, um dos símbolos de desinformação na emissora, disse que o vírus da Covid-19 “talvez tenha trazido como efeito colateral o autoritarismo” ao criticar uma medida do governador de São Paulo que visava prender quem desrespeitasse o isolamento social (JOVEM PAN NEWS, 2020).

Constantino foi um dos principais críticos e propagadores de *fake news* acerca das medidas de isolamento no jornalismo brasileiro e defensor do bolsonarismo, ao alegar os méritos do governo Bolsonaro na gestão da pandemia mesmo indo contra a OMS, “um puxadinho da ditadura chinesa” liderada pelo que chamou de um “revolucionário marxista” (JOVEM PAN 3 EM 1, 2021). Outro comentarista da emissora, Paulo Figueiredo, neto de João Batista Figueiredo, último presidente da ditadura militar iniciada em 1964, chegou a dizer no programa “Morning Show” em 2022 que as 6,5 milhões de pessoas mortas na pandemia em todo o planeta até aquele momento eram “fictícias” e que morreram menos gente do que se esperava.

Caio Coppola, então integrante da Jovem Pan, no começo da pandemia brincou com os efeitos da Covid-19 num vídeo no Twitter com o número de mortes por engasgo nos Estados Unidos, ao diminuir a importância do vírus por se tratar de doença com baixa letalidade com grupo de risco restrito aos idosos e de transmissibilidade improvável. Diante disso, percebe-se que a Jovem Pan foi uma emissora que fez parte das campanhas de desinformação a nível formal na mídia, ao colocar em dúvida os estudos científicos sobre o vírus, a eficácia das vacinas e os resultados que se mostraram violentos para os países. Ao invés de informar corretamente o público sobre o percurso da pandemia, a Jovem Pan criou juntamente com Jair Bolsonaro e os demais canais de desinformação uma narrativa paralela própria do bolsonarismo, que precisou ser enfrentada pela CPI da pandemia e pela justiça, sobretudo o STF, para que não se perpetuasse.

A ação golpista frustrada perpetrada pelos bolsonaristas no 8 de janeiro de 2023 contra o novo governo recém assumido por Lula, faz parte de um contexto profundo com participação de diferentes agentes, instituições e empresas que colaboraram para sua execução, inclusive a Jovem Pan, como veremos a seguir. Segundo Mouffle (2019), o projeto bolsonarista testou a resistência do Estado de Direito e das instituições democráticas pluralistas. Como Estado Democrático de Direito, entende-se como um Estado que une os

princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito, onde seu princípio democrático vincula-se a soberania popular participativa e o princípio do Direito agregado à conformidade popular através da lei, da separação de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e da legitimação dos direitos individuais (SILVA, 1988).

A Jovem Pan, como se sabe, se associou firmemente ao bolsonarismo a partir do momento em que sua perspectiva de poder estava em seu alcance durante as eleições presidenciais. Em junho de 2023, em reação às investigações sobre os atos antidemocráticos do início do ano, o Ministério Público Federal pediu, entre algumas medidas, o cancelamento das outorgas da rádio em razão dos abusos de liberdade de radiodifusão e por praticar costumeiramente a veiculação de conteúdos falsos cometidos em especial entre 2022 e o início de 2023 (MPF, 2023). De acordo com o Ministério Público Federal, essas práticas vinculadas durante sua programação violaram os princípios constitucionais e da própria legislação acerca das emissoras de TV e rádio.

Ademais, pede que a emissora pague por danos morais coletivos e que vincule informações confiáveis sobre o processo eleitoral brasileiro durante quatro meses em sua programação ao visar medidas reparatórias. A Jovem Pan, como falamos, construiu uma narrativa protecionista com relação ao governo Bolsonaro, ação esta que se intensificou a partir da aproximação com as eleições presidenciais de 2022 ao visar sua reeleição e a manutenção do poder da emissora. Muitos desses vídeos ocorridos na programação da Jovem Pan e de suas afiliadas, foram apagados das redes sociais em virtude de sua periculosidade desinformativa e rapidez de transmissão.

Durante esse período, a Jovem Pan tentou legitimar o discurso bolsonarista do discurso de ódio e da desinformação ao atacar seguidamente o sistema eleitoral, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), políticos de oposição, elogios a ditadura militar, entre outros tópicos sensíveis a democracia brasileira sob pretexto de uma

pretensa liberdade de expressão. Marx (2006) um autor visto como inimigo pela emissora, defende a liberdade de imprensa e é contra a censura pelas autoridades públicas em virtude de a imprensa emanar as vontades do povo, todavia o alega sob a condição que respeite as leis vigentes. A Jovem Pan nesse sentido, violou seguidamente esses princípios constitucionais ao defender a desinformação e o discurso de ódio mesmo ao tratar-se como uma concessão pública de mídia. Ataques ao judiciário e aos seus integrantes se tornaram praxes para a emissora enquanto Bolsonaro esteve no poder, em especial ao Ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral em 2022.

Após o fim das eleições com a vitória de Lula, disseminou-se as mesmas *fake news* bolsonaristas de que as eleições foram fraudadas em razão das urnas não serem auditadas e pela impossibilidade de votação por papel e de que por isso o povo da direita e das Forças Armadas deveriam instaurar a ordem, ou seja, o golpe de Estado sob gerência de Bolsonaro apoiada pelos militares. Com o insucesso da intentona golpista de 8 de janeiro e a reafirmação das instituições democráticas como soberanas de nossa constituição, a Jovem Pan precisou mudar sua postura editorial e do seu corpo de jornalistas pensando em se defender de possíveis processos legais futuros e do estabelecimento de uma nova relação com o governo federal.

A demissão de Rodrigo Constantino e de Zoe Martinez, entre outros integrantes que recebiam altos salários e propagavam *fake news* e discurso de ódio, fazem parte dessa reestruturação (MOURA, 2023). Apesar de uma leve mudança, a Jovem Pan continua a confrontar as instituições democráticas sob o pretexto do direito à liberdade de imprensa e da liberdade de expressão em seu mais recente editorial, que faz críticas a outros veículos de imprensa, opositores e representantes do Estado pela defesa do “jornalismo independente” e dos “princípios conservadores” (JOVEM PAN NEWS, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Jovem Pan é um dos veículos jornalísticos mais tradicionais em atuação na história do Brasil. Ademais, conseguiu expandir sua programação de forma exponencial ao passar das décadas a partir de sua inserção em outros estados, passando a transmitir conteúdos políticos, musicais, humorísticos e esportivos. Na última década a Jovem Pan enredou-se num primeiro momento para um discurso liberal anticorrupção, dedicando boa parte de sua programação para assuntos relativos à operação Lava-Jato e críticas ao governo Dilma Rousseff. A partir da ascensão pública com perspectiva de poder de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, a empresa se associa ao discurso bolsonarista, ao incorporar métodos e técnicas semelhantes a esse grupo ideológico extremista.

A posse de Jair Bolsonaro na presidência da república simbolizou um grande risco à democracia durante os quatro anos seguintes e se manifestou na prática com extrema gravidade para as estruturas e instituições democráticas e republicanas brasileiras. A Jovem Pan, nesse sentido, ajudou a colapsar a democracia brasileira a partir da incorporação de um discurso sabidamente desinformativo e ofensivo como forma de tornar-se uma das emissoras aliadas ao governo federal. A partir do caso mais explícito da Jovem Pan, percebemos como o dito “jornalismo neutro” não existe, o que existe na prática são disputas de poder e de ideologia na grade da imprensa.

Sua capacidade de influenciar em eventos importantes do período Bolsonaro como a pandemia e seu discurso negacionista, as campanhas desinformativas e a tentativa de golpe no 8 de janeiro são evidentes em razão do nível de adesão alcançado com a massa bolsonarista e pela participação de integrantes da emissora nesse projeto sabidamente antidemocrático. Após a eleição de um presidente democrático, consagrou-se no país o respeito à democracia juntamente com o desafio de restabelecer a ordem no país.

Nesse sentido, o grupo Jovem Pan passou a ser alvo legítimo de operações judiciais que visaram recriminar esse discurso autoritário, o que no presente momento resultou numa reestruturação parcial da empresa e a tomada de novos rumos visando sua sobrevivência como concessão pública de rádio e TV.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. Jornalismo amador: proposta para definir as práticas jornalísticas exercidas pelo público em ambientes interativos. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 43-58, 2013.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet&sociedade**, v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. São Paulo: InternetLab.

BERTONCELLO, Marcos Notari. **A convergência no radiojornalismo**: uma análise das transmissões da rádio Jovem Pan de São Paulo através do facebook. 114p. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Arte e Design Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BOLSONARO DERROTA O PROJETO DE PODER DO PT. Jovem Pan. Disponível em: <https://jovempan.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/bolsonaro-derrota-o-projeto-de-poder-do-pt.html>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

FARIA, Álvaro Alves. A Jovem Pan 80 anos: Conheça a trajetória da Rádio Panamericana até o canal de notícias 24 horas na TV. **Jovem Pan**. Disponível em: <https://jovempan.com.br/jp-80-anos/jovem-pan-80-anos-conheca-a-trajetoria-da-radio-panamericana-ate-o-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html>. Acesso em: 13 Jul. 2023.

FERREIRA, Fernanda Vasques.; VARÃO, Rafiza. (2021). Separação equivocada entre política e saúde: processos de desinformação e fake news de saúde na pandemia da Covid-19 no Brasil. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**. v. 23 n. 2, p.44-57. Outubro 2021. Porto Alegre: Unisinos.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. (2019), "Fake News, um Fenômeno de Comunicação Política entre Jornalismo, Política e Democracia". **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45. Novembro 2019. Florianópolis: UFSC.

HASSELMANN, Joice. Editorial: MST atua como organização terrorista. **Jovem Pan**, novembro 2017. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/editorial-2.html>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

JOVEM PAN NEWS. Constantino: Coronavírus pode ter trazido predisposição ao autoritarismo. **YouTube**. 10 de abril de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/sqh-ZWuMnaQ>. Acesso em: 11 de Jul de 2023.

JOVEM PAN - 3 EM 1. Rodrigo Constantino: Nenhuma das medidas restritivas contra COVID-19 surtiu efeito. **YouTube**, novembro 2021. Disponível em: <https://youtu.be/UB7kgG0uNhE>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

MENESES, João Paulo. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. **Observatorio (OBS*)**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 37-53. Outubro 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197-208. Maio 1999. São Paulo: USP.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOURA, Luísa Mariana. Jovem Pan demite Rodrigo Constantino e Zoe Martinez, após afastamento. **Correio Braziliense**, janeiro 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/diversao-e-arte/2023/01/5066462-jovem-pan-demite-rodrigo-constantino-e-zoe-martinez-apos-afastamento.html>. Acesso em: 13 Jul. 2023.

MPF pede cancelamento de outorgas de radiodifusão da Jovem Pan por desinformação e incentivo a ações antidemocráticas. Ministério Público Federal, 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-pede-cancelamento-de-outorgas-de-radiodifusao-da-jovem-pan-por-desinformacao-e-incentivo-a-acoes-antidemocraticas>. Acesso em: 12 jul. 2023.

'O HADDAD CRIOU O KIT GAY', DIZ JAIR BOLSONARO. **Jovem Pan**. [s.c], 9 de out de 2018. Disponível em: <https://jovempan.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/o-haddad-criou-o-kit-gay-diz-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

RIBEIRO, Márcio Moretto e ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 27, p. 71-83. 2018. São Paulo: USP.

SILVA, José Afonso. O estado democrático de direito. **Revista de direito administrativo**, v. 173, p. 15-24. Julho 1988. Rio de Janeiro: FGV

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume 1**: porque as notícias são como são. 2ª edição. Florianópolis: Editora Insular, 2005.



11

Juca Ribeiro

NOTAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E RECONHECIMENTO:

POSSIBILIDADES DE UM
PROJETO COMBINADO

INTRODUÇÃO

É desafiador identificar um projeto que possa servir de amparo contra as formas degradantes que são oficiadas pelo racismo contemporâneo. A degradação a que nos referimos toma feições radicais de violência psíquica, violência física, vigilância continuada e subalternidade, assim descrevemos uma realidade repugnante e análoga ao brutalismo descrito por Mbembe (2021), que exige a imersão sobre alternativas teórico-práticas que possam responder com potencialidades e forjar caminhos de real superação sobre ordem racial brasileira. Não há um único caminho que possa ser inscrito como determinante para superação das relações históricas de subalternidade, mas experiências que podem compor novos consensos, pois existe uma ordem racial de alta complexidade baseada na vigilância porosa e no controle do “telos” emancipatório negro, portanto a emergência de novos diálogos requer a identificação de programas teórico-práticos que fortaleçam o conteúdo contestatório das trincheiras antirracistas.

O artigo pretende demonstrar que as teorias críticas da interseccionalidade e do reconhecimento podem ser alternativas teórico-práticas combinadas e relevantes para a compreensão das desigualdades raciais brasileiras, desocultando as formas específicas de privação e desrespeito que determinados sujeitos são recorrentemente submetidos. Serão utilizadas as contribuições analíticas e paradigmáticas de Patrícia Hill Collins (2020), Carla Akotirene (2020) e Kimbelé Crenshaw (2002), teóricas do feminismo negro representando o campo do pensamento interseccional; e para o campo da teoria crítica do reconhecimento, serão utilizadas as contribuições representadas por Axel Honneth (2003), Nancy Fraser (2002) e Charles Taylor (2000). O ensaio que propomos é a articulação das duas correntes do pensamento crítico, demonstrando que ambas dialogam instrumentalmente como ferramentas que podem

provocar modificações nas políticas públicas por meio de práticas interseccionais de reconhecimento, e dessa forma mudar a configuração tradicional de ocultamento das especificidades dos sujeitos subalternizados e provocar composições teórico-práticas entre as vertentes epistêmicas.

UMA CIDADANIA DA SERVIDÃO

Para fins de compreensão do conceito sujeito subalternizado, consideramos um conjunto de características de natureza e trajetória histórica, de origem racial, combinada com gênero, exercendo modos de existência específica na sociedade marcada pela produção de matriz capitalista, portanto da sociedade de acumulação econômica de classes sociais.

A ideologia de um só povo é marcante no imaginário social brasileiro, e por conta dessa ideologia da tradição em nome de uma unicidade do caráter nacional, de povo pacato e cordialidades, moldou as formas determinantes de interpretar a personalidade imaginária nacional. Assim, o projeto nacional burguês de unidade nacional teria que conviver contraditoriamente em muitos termos com o temor ao diferente. E para cindir o temor ao diferente, uma hegemonia de contorno nacional deveria responder aos princípios dos grupos e extratos privilegiados da sociedade brasileira que sonhavam um outro modelo de nação sem rupturas no padrão das hierarquias sociais. A história não apenas deveria ser recontada, mas refeita a partir dos interesses fragmentados e difusos, e dessa forma reestruturar uma nova nação. Mas essa tarefa não seria tão simples, considerando as raízes que a escravidão teria forjado num regime de diferentes tradições conservadoras, como o racismo, a misoginia, a elitização da representação política e em extensão um Estado aparelhado à serviço dos interesses de grupos minoritários.

Não há caminho curto que nos leve a cidadania no Brasil e talvez seja uma trilha de longa duração, considerando que ainda persiste uma profunda desigualdade a ser eliminada. Além do modelo liberal burguês vitorioso na forma da organização do Estado, o Brasil herdou também uma forma de recepcionar os conceitos tradicionalmente conhecidos de direitos por meio da tripartição de Marshall (1967), que sintetiza a cidadania descrita em termos de direitos sociais, políticos e civis. Essas tipologias serviram como regra para superar os antigos direitos que se baseavam no *status* e que não tinham mais sustentação por meio da tradição dos costumes, e por óbvio que a descrição de Marshall (1967), circundava a Europa entre os séculos XVIII até uma parte do século XX, e serviu como parâmetro indutivo para moldar as experiências na busca da cidadania de outras sociedades. Carvalho (2002) descreve que em terras brasileiras a experiência inglesa não deve servir como referência, pois os direitos sociais tiveram preponderância em relação aos outros direitos, e ao se articular o conceito de cidadania, o mesmo não pode ser comparado à semelhança de outros países, porquanto que cada experiência no âmbito dos Estados nacionais seguiu regras próprias para a consagração de determinados direitos internos.

Não há dúvidas quanto aos processos históricos que marcaram a sociedade brasileira e os seus efeitos que interferem na forma como se interpreta a cidadania. Carvalho (2002) ilustra que não se poderia afirmar que os senhores de escravos deveriam ser reconhecidos como cidadãos, embora tivessem privilégios ampliados com base no *status*, característica múltipla que um escravo absolutamente não teria. O escravo estava fora dessa classificação, pois como patrimônio pessoal estava desprovido do reconhecimento como pessoa e do contrato social, portanto distante do ideal de igualdade entre as pessoas de um Estado perante a lei. Nesses termos tínhamos duas classificações históricas e antagônicas: a do senhor de escravos dotado da liberdade e da propriedade, e do escravo, dotado da prisão; como duas arenas circunscritas à cultura da violência sem

precedentes, ambos estariam vinculados contraditoriamente num projeto volátil de nação sem consensos quanto ao caminho a seguir. A servidão não foi apenas um fenômeno de uma época, mas um valor reajustado que transita nas mentalidades contemporâneas que herdaram convicções baseadas na subalternidade.

O que demarcava essas relações bivalentes foi o status de hierarquia baseada na cor, cujo estatuto seria a marca central para distinguir a cidadania em termos de um imaginário cuja regra não estava assentada nos princípios de Marshall (1967). Aqui as regras de sobrevivência, as relações de favores e circuitos de dependência solaparam a emergência de valores igualitaristas, sobretudo porque a pulverização de interesses localizados na dispersão de um país de dimensões continentais produzia contornos do fortalecimento de regras locais de justiça. Como bem exemplifica Carvalho (2002) os grandes proprietários em ampla medida arbitravam os litígios entre os cidadãos, e o poder do mais forte significava uma regra precedente, e a conveniência entre as autoridade e os poderosos não deixa de ser uma regra recorrente. Carvalho (2002) descreve que:

A consequência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis (Carvalho, 2002, p. 22).

Na origem, o poder público que se engendrava no Brasil estava associado ao espírito privado, e àquilo que modernamente se convencionou como Estado moderno era um sistema complexo de manutenção privada do poder, exercido de forma absoluta por grupamentos senhoriais, do coronelato e de clérigos, distribuídos em funções de controle da ordem social. Sem um poder público unitário e uma estrutura política difusa de representações locais, estava sendo desenhada progressivamente uma cultura de valores públicos e privados cuja fronteira iria demarcar definitivamente a história brasileira.

A criação de uma racionalidade subjetivada por relações humanas originou instituições arbitradas por interesses pessoais, de familiares, de trocas de favores e lealdades, e dentro desse embrião entre experiências traumáticas e partilhas de poder dos extratos minoritário, a mentalidade pública e a cidadania estariam submetidas à cultura da subalternidade. A identificação das fronteiras entre o público e o privado estariam submersas na arena da vida cotidiana, cuja lógica subverteria a noção elementar dos direitos para todos em favor da intimidade. Não ao acaso que as pesquisadoras (Schwarcz; Starling, 2017. p. 22) afirmam os efeitos do valor da intimidade: “[...] tudo passa pela esfera da intimidade (aqui, até os santos são chamados no diminutivo), num impressionante descompromisso com a ideia de bem público e numa clara aversão às esferas oficiais de poder”.

Os impactos de uma forma enraizada de vincular a esfera pública aos domínios que subvertem a construção normativa do contrato social constituem uma herança trágica da sociedade brasileira, tanto que a cidadania inacabada descrita por Schwarcz e Starling (2017), continua sendo uma das marcas presentes na trajetória pendular das políticas públicas do Brasil.

UM PROJETO COMBINADO

A teoria crítica do reconhecimento tem se manifestado por um campo polissêmico de interpretações analíticas, que talvez seja sua maior virtude em termos de exame sobre as sociedades dotadas de diferenças abissais de gênero, classe e raça. Contudo, há uma rivalidade epistêmica entre reconhecimento e redistribuição que, teoricamente, poderia ser utilizada para gerar controvérsias quando se salienta uma proposta combinada ao exemplo da teoria crítica da interseccionalidade. Ao enveredar nesses campos epistêmicos, levamos em consideração que ambas se situam na tradição da

teoria crítica que, já se reproduz por inúmeras correntes de pensamento nas ciências sociais e que cada corrente pode ser fonte de inspiração para novas construções críticas, compreendendo a teoria crítica como uma inflexão no pensamento progressista produzida por Hokheimer (1980).

Em Axel Honneth (2003), Nancy Fraser (2002) e Charles Taylor (2000) existem interpretações que estão vinculadas de forma determinante ao conceito moderno de cidadania, isto é, ao indivíduo público dotado de direitos iguais. Para fins de exame breve desses conceitos, apresentamos três categorias implicadas com a intervenção analítica dos pensadores da teoria do reconhecimento, e que dialogam com proposta interseccional de compreensão das desigualdades socioeconômicas: o desrespeito, o reconhecimento errôneo e a concepção bidimensional de justiça.

As interações humanas são arbitradas por valores contingentes com uma estrutura normativa que garanta o equilíbrio ponderado entre indivíduos na esfera pública. Espera-se que as pessoas sejam mutuamente reconhecidas com a mesma dignidade de tratamento numa cadeia de reciprocidade, assim o contrato social se realizaria plenamente como promessa do progresso humano.

Honneth (2003) articula três fenômenos que ocorrem em relações de desrespeito: maus-tratos corporais, privação de direitos e degradação. Ambas, quando ocorrem cumulativamente produzem efeitos de uma experiência lesiva que interfere na autoconfiança do sujeito, cujos danos têm a capacidade de interferir no autorrealização individual. Os maus-tratos físicos têm a ver, segundo Honneth (2003) com o rebaixamento pessoal e assim sua descrição sugere que:

[...] toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano [...] (Honneth, 2003, p. 215).

Entre tantos danos psíquicos e modalidades de brutalidade, a violência física cumpre um papel vital na cadeia de dominação, e se destaca com particularidades que outras formas de desrespeito não alcançam, como a submissão à vontade do outro e a perda prolongada da confiança. A violência física e a tortura compõem um ecossistema operado para o controle disciplinar a serviço de um projeto de interesses de poder, e sobre esse respeito Peters (1985) descreve as sequelas de todo tipo que servem para definir as consequências da degradação de longa duração. As práticas de tortura segundo Honneth (2003) são meios não variáveis que independem do tempo histórico ou ambiente cultural e se legitimam por uma ordem justificadora.

A violência física em todos os termos é traumática, mas o que se dizer sobre violência extremada e continuada, vinculada à privação da liberdade e a estigmatização psíquica?

O sujeito despossuído de escolhas, submetido a dominação absoluta e desprovido do sentido do respeito mutuamente reconhecido, será um sujeito degradado. Os maus-tratos inscritos em Axel Honneth (2003) se comparam simetricamente às práticas violentas adotadas no Brasil, tanto no âmbito da utilização da mão-de-obra servil, como pelos meios de controle e violação da integridade física utilizados pelo aparato policial dos governos contemporâneos.

De acordo com Honneth (2003) a privação de direitos não deve ser interpretada apenas pela "limitação violenta da autonomia pessoal". Há outras consequências intersubjetivas dos sujeitos quando uma parceria de relações não recepcionadas com igual valor, principalmente quando pretensões jurídicas são ignoradas e por extensão a possível perda de autorrespeito, que significa anulação de si em relação aos vínculos com os outros. Assim, o sujeito é encarcerado em si e é incapaz de se libertar dos estigmas traumáticos que foram ordenados para corromper a valorização de si e promover o rebaixamento cognitivo pessoal. Universalização da

privação de direitos não será a única forma de medida para avaliá-la, e segundo Honneth (2003) também os meios institucionais de direitos que deveriam ser garantidos para o sujeito.

A negação de direitos é uma das formas autoritárias e abusivas de exercer o poder discricionário, que tem como objetivo isolar as pessoas por motivos políticos, origem nacional, raça, gênero ou classe social, obstruindo suas capacidades de alcançar respostas normativas de mudança de um *status* injustamente atribuído.

A ofensa como a terceira forma de desrespeito definida por Honneth (2003) é a manifestação de um valor a priori, da naturalização depreciativa sobre os sujeitos, que são desrespeitados em sua dignidade humana e referidos como subordinados nas relações de valor. Honneth (2003) descreve uma das consequências da ofensa como: “[...] uma perda da autoestima pessoal, ou seja, uma perda da possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características” (Honneth, 2003, p. 218).

A ofensa como fenômeno sazonal, tem incidência sobre um grupamento social específico, e pode revelar que a prática da ofensa é estimulada por meio da existência de um sistema de valores consolidados no tecido social, demonstrando relações de assimetria na forma de hierarquia socialmente aceita. Àqueles sujeitos de raça, sexo ou classe social marcados pela degradação de seus corpos, pelo sofrimento do rebaixamento arbitrário são os alvos preferenciais das ofensas que perpassam a narrativa da subordinação.

A identidade é em grande medida constituída pelo reconhecimento ou por sua inexistência que, segundo Taylor (2000), em função de sua falta provocam consequências que levam a um ambiente de desprezo e distorções. O não-reconhecimento ou reconhecimento errôneo é uma forma de negação e estigmatização do outro, como meio racionalizado a obstruir uma identidade portadora

de singularidades. Taylor (2000) argumenta a importância dos vínculos de igualdade da seguinte forma:

O reconhecimento igual não é somente a modalidade apropriada a uma sociedade democrática saudável. Sua recusa pode, de acordo com uma disseminada visão moderna, como indiquei no começo, infligir danos àqueles a quem é negado (Taylor, 2000, p. 248).

O ideal de uma sociedade saudável que corresponda a uma sociedade baseada num sistema de relações humanas com valor da dignidade, compreendida em termos democráticos como uma sociedade que não vê a diferença como uma ameaça e, que não inibe e subalterna os sujeitos identitários e suas iniciativas, deveria ser o programa mais ousado de uma sociedade diversa.

Para responder ao dilema do reconhecimento errôneo Taylor (2000), articula a necessidade de uma política da diferença em contraposição a política de dignidade igual e ambas são distintas por princípios:

Com a política da dignidade igual, aquilo que é estabelecido pretende ser universalmente o mesmo, uma cesta idêntica de direitos e imunidades; com a política da diferença, pedem-nos para reconhecer a **identidade peculiar desse indivíduo ou grupo**, aquilo que o distingue de outras as outras pessoas (Taylor, 2000, p. 250, grifo nosso).

Enquanto que Charles Taylor (2000) vê na identidade uma condição relevante como forma de valorização da uma política da diferença, tendo em vista a globalização como fenômeno que se estende por variadas sociedades de acumulação de natureza capitalista ou mesmo não capitalista; inversamente, Fraser (2002) propõe uma “concepção não identitária de reconhecimento.” Sua crítica revela a preocupação com processo em curso da passagem da redistribuição para o reconhecimento em tempos e em face ao processo de globalização da economia. A economia global dirigida pelas políticas neoliberais tem uma forte capacidade de capturar

formatos reivindicatórios que se pronunciam como projetos emancipatórios e não ao acaso que (Collins; Bilge, 2020, p. 28) alertam que “A mercantilização da identidade é um grande negócio”. Nada mais curioso ao identificar que um dado conglomerado econômico de comunicação do Brasil e certamente o maior da América Latina, tenha se tornado o mais celebre defensor da igualdade racial, como se seu passado recente não denunciasses uma farrá da branquitude na forma de uma deliberada supremacia branca. Surpreendente tal conversão em face dos anos em silêncio comprometedor, o que torna o vaticínio de Collins e Bilge (2020) um alerta para as gerações de ativistas que testemunham o presente.

Criticamente, Taylor (2002) argumenta que será necessário, para não cair em “conluio” com o neoliberalismo, resolver a questão do “problema da substituição”. Para Fraser (2002) a questão da redistribuição e do reconhecimento é um falso paradigma, e que por meio uma concepção bidimensional de justiça deverá haver uma rota lógica que, poderá incorporar a emergência das injustiças em tempos de globalização. A concepção que se propõe a filósofa é que exista uma distribuição justa e um reconhecimento recíproco como “remédios” para reconduzir um modelo renovado de justiça igualitarista.

Apesar de articular as duas propostas normativas no sentido de reestabelecer um novo estatuto de relações iguais, que se contrapõe às injustiças históricas, Fraser (2002) adicionalmente propõe o “princípio de paridade de participação”. Para a consecução da sua proposta ela condiciona duas exigências: a distribuição de recursos materiais e de forma concomitante “igual respeito a todos” e “garantia de oportunidade iguais”. Obviamente, para alcançar esse nível de intervenção, se exige uma organização institucional livre de padrões de exclusão, o que significa a eliminação de padrões de hierarquia cultural e padrões de subordinação econômica, que devem ser suprimidos por meio de um modelo de estatuto como modelo alternativo de reconhecimento em oposição ao falso reconhecimento.

Uma vez analisados de forma sucinta os dilemas para a incorporação da cidadania na sociedade brasileira e as três dimensões interpretativas sobre a teoria do reconhecimento, representadas pelas categorias do desrespeito, o reconhecimento errôneo e a concepção bidimensional de justiça, resta avançar teoricamente com o projeto interseccional, tendo em vista a sua contribuição associada a teoria do reconhecimento, e as possibilidades que se revelam por meio das epistemologias da interseccionalidade e do reconhecimento. Inicialmente, nos propomos a construir uma inferência entre as duas tradições teóricas, e através desse processo demonstrar que existem similaridades não exploradas entre ambas. A teoria da interseccionalidade e a teoria do reconhecimento podem enunciar chaves de acesso a campos teóricos ainda não explorados e dessa forma reafirmar a possibilidade de um projeto combinado de natureza igualitarista. A questão que se coloca é como a pretensão especulativa dessa combinação poderá enquadrar as duas correntes epistêmicas em uma estrutura normativa de Estado como regra condicionante para adoção diferencialista de políticas públicas aos moldes de uma justiça como equidade.

Ambos as teorias críticas se combinam em grande medida por se situarem em processos dinâmicos de reatualização, como projetos inacabados que mantêm vínculos analíticos com diferenciados campos das ciências. Ambas teorias, no sentido metodológico, aspiram interpretar e explicar de como alcançar as possibilidades de supressão das hierarquias baseadas na diferença, portanto são teorias inacabadas em processo de vigorosa instrumentalidade entre variados campos teóricos não unitários.

O cruzamento de propostas teóricas emancipatórias nunca foi simples, pois não há proposta de natureza crítica desprovida de pertencimentos de origem, como registros que autenticam a razão da existência de um sujeito de valor simbólico. Sem nenhum temor, mas acreditando que a cultura originária das duas tradições pode, se

já não o faz, moldar possibilidades de engajamento renovado, por se tratar de projetos epistêmicos alinhados com a mudança social.

Não há como empregar um sistema de hierarquia entre ambas teorias por suposição, atribuindo uma qualidade arbitrária a uma em detrimento de outra. Entretanto, cabe afirmar que existem diferenças de origem entre a teoria da interseccionalidade e da teoria do reconhecimento, localizadas geográfica e socialmente em ambientes distintos. A interseccionalidade é herdeira da resistência de longa duração dos povos africanos e seus descendentes na diáspora, proclamada por Akotirene (2022) da seguinte forma: “[...] a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral” (Akotirene, 2022, p. 17).

A afirmação de uma herança alcançada pela experiência prática dos corpos e vozes que serviram como modelo diaspórico e, sobretudo das marcas do sofrimento atlântico, revelam a existência de um dilema ainda em curso. Akotirene (2022) exemplifica que: “Há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os outros” (Akotirene, 2022, p.18).

A interseccionalidade é a contribuição humana que o feminismo negro oferece para as sociedades que necessitam reconfigurar relações sociais e econômicas que não dão respostas adequadas a emergência dos grupos em situação de subalternidade.

A teoria do reconhecimento é uma contribuição crítica do norte global, localizado no interior do sistema-mundo herdeiro da herança colonial, portanto parte da epistemologia hegemônica que racionaliza e legitima a ciência para explicar os fenômenos do mundo da vida, embora não esteja vinculada um projeto contra-emancipatório.

Pelas origens, não se tratam de propostas heurísticas antagônicas, embora venham de experiências históricas distintas, porém ambas resguardam uma crítica severa à hierarquia social que subalterniza especificamente determinados sujeitos. Há portanto, naquilo

que as aproxima um potencial que é reclamado por sociedades e povos em todos os lugares do planeta: a questão da justiça equitativa adequada às diferenças. Tanto a teoria da interseccionalidade como a teoria do reconhecimento são teorias que buscam dar respostas às privações e injustiças existentes nas sociedades. Por serem teorias da justiça se verifica que a interseccionalidade e o reconhecimento buscam um ideal de justiça que equacione as privações e desrespeitos como um projeto de equidade. A perspectiva interseccional orientada por uma concepção de justiça examina as desigualdades sociais como uma das suas fontes para compor o pensamento teórico-crítico, e assim Collins e Bilge (2020) articulam da seguinte forma: “A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social” (Collins; Bilge, 2020, p. 45).

Como ferramenta analítica que prescinde de outras categorias para avançar em seu projeto epistêmico, as desigualdades sociais tornam-se relevantes, por se tratar de uma categoria totalizante, embora Collins e Bilge (2020) apontem também outras categorias como as “relações de poder interseccionais”, o “contexto social”, a “relacionalidade”, a “justiça social” e a “complexidade” como perspectivas da interseccionalidade. A interseccionalidade se coloca duplamente como ferramenta analítica e práxis crítica, traduzindo um binômio interventivo orientado por elementos que contribuem para a intervenção prática no mundo da vida. Collins e Bilge (2020), afirmam que a interseccionalidade vai para além de um método investigativo de pesquisa, indicando que: “A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas” (Collins; Bilge, 2020, p. 58).

Práxis e teoria na perspectiva interseccional apresentam vínculos inseparáveis, pois se trata de uma teoria de reciprocidade como ferramenta de transformação de condições materiais vinculadas a situações de injustiça extremadas e singularizadas pela raça,

SUMÁRIO

gênero, classe ou outras categorias interseccionais. Portanto, se apresenta como um meio capaz de reorientar concepções que não tratam com o devido cuidado situações vexatórias ou ciclos causais que interferem na realização positiva de sujeitos ou comunidades. A interseccionalidade é também uma forma de compreensão sobre um problema vital que interfere na vida de sujeitos ou coletividades e Crenshaw (2002) comenta como a interseccionalidade analisa as desigualdades:

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Os sistemas complexos de subordinação são analisados em sua totalidade e em suas formas singulares, demonstrando que as desigualdades são abastecidas por estruturas hierarquizantes, que exigem certas capacidades de análise sobre as multiplicidades opressivas, cujas circunstâncias exigem intervenção prática racionalizada.

Ambas as teorias da interseccionalidade como a teoria do reconhecimento ambicionam compor uma teoria da justiça que possa promover uma relação normativa de contrato que altere as hierarquias subordinadoras. Assim, verifico potencialidades teóricas e práticas ao articularem um modelo de justiça totalizadora em função das contradições e rivalidades que marcam as sociedades de acumulação de classes, pois os conceitos de justiça dessas sociedades não passam de representações de um mundo imaginário sem distinção de diferenças. Aí reside o paradoxo que precisa ser ultrapassado da visão imaginária de uma justiça que concebe todos como iguais numa sociedade de desiguais, para uma sociedade de desiguais reconceituada por uma matriz de justiça igualitarista. Uma justiça igualitarista é a expressão de uma justiça equitativa e sua realização é uma resposta às situações de desigualdade nos campos vitais da existência humana. John Rawls (2008) defende a justiça como equidade, mas

a vincula uma estrutura básica da sociedade, que irá conceber um modelo alternativo ao tradicional de contrato social, e assim produzir consensos sobre possíveis princípios de justiça. Rawls (2002) concebe que existe uma distinção entre conceito de justiça e concepção de justiça. No que consiste concepção de justiça articulada por Rawls (2002), consideramos que a teoria da interseccionalidade e a teoria do reconhecimento estão alinhadas a essa perspectiva porque se tratam de duas respostas independentes que buscam um modelo razoável de alteração de relações de injustiça, com a pretensão de constituírem-se como conceitos de justiça. Rawls (2002) analisa as concepções de justiça da seguinte forma: “As diversas concepções de justiça provêm das distintas noções de sociedade, contra um pano de fundo de visões conflitantes acerca das necessidades naturais e das oportunidades de vida humana” (Rawls, 2002, p. 11).

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Por fim, uma das questões centrais de enfrentamento das teorias da interseccionalidade e do reconhecimento seja a falta de condições apropriadas que Rawls (2002) definiu como “véu de ignorância”. O “véu de ignorância” a qual que se refere o filósofo são as condições originais, baseadas por princípios de justiça, quando as pessoas não apresentam vantagens ou desvantagens, considerando que todos e todas estão envolvidos por circunstâncias semelhantes, assim os princípios de justiça são baseados em relações pactuadas como justas entre os sujeitos em condições da posição original. Mas é exatamente pela inexistência de um “véu de ignorância” que as teorias críticas da interseccionalidade e do reconhecimento se colocam como campos epistêmicos emancipatórios, e se posicionando como propostas de natureza deontológica.

A justiça com equidade de Rawls (2002) não é apenas uma tarefa monumental para sociedades embaraçadas por situações agudas e persistentes de desigualdades. Sua proposta de busca de acordos têm um papel vital para que os princípios de justiça sejam assegurados em uma situação que deve ser equitativa. Acordos em situações de desigualdades de raça, gênero ou classe são alvos orientados por tensões sistêmicas e implicadas por convicções subjetivas que extrapolam formas racionais de convivência baseada numa lógica equidade, visto que existem convicções disseminadas de que as diferenças estão naturalizadas por meio das hierarquias sociais, e não existem dúvidas que as sociedade racializadas ou com formatos de exclusão gênero compõe uma estrutura que produz a reprodução das injustiças, e por essa razão de reprodutividade que, reconhecimento e redistribuição podem não ser tão factíveis a partir de uma proposta indefinida sobre qual tipo de reconhecimento se está explorando exatamente. Fraser (2007) defende que o reconhecimento é uma questão de justiça e para tal irá se contrapor a concepção de Charles Taylor (2000) e Axel Honneth (2003), no entanto irá compor uma proposta de reconhecimento desvinculado de uma política de identidade, e essa posição não significa alinhamento ao não reconhecimento. Ela propõe um modelo de status, onde a identidade não será parte do núcleo central, mas as relações de vínculos sociais concebidos por meio de um reconhecimento recíproco, como resultado da paridade de membros iguais na estrutura social. Assim, a modelagem de Fraser (2007) pode em alguma medida se contrapor ao projeto interseccional, porque ele se propõe a exaltar a rota comum de um grupo que partilha uma história de subalternidade cruzada por resistências insurgentes, assim Akotirene (2020) afirma que:

A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros (Akotirene, 2020, p. 29).

O lugar identitário é percebido pelo outro diferente como uma ameaça possível, como uma invasão aos princípios que não podem ser maculados em função de uma ordem que não deve ser corrompida. As normas pré-estabelecidas estão acomodadas nas estruturas sociais em função de um tipo de racionalidade que reproduz uma lógica totalizante baseada no temor ao diferente, daquilo que não está legitimado pelos padrões que moldaram os reinos heurísticos da verdade, envoltos a uma imaginária conspiração vingativa dos grupos subalternizados e por isso o universalismo deve ser sempre proclamado como regra salvacionista para o equilíbrio social. Então, resta examinar se é possível desobstruir esse tipo de racionalidade que vê ameaça na diferença e na emancipação por meio de uma epistemologia das experiências ancestrais.

As notas que foram exploradas no presente artigo não pretendem inventariar ou realizar comparações sistemáticas entre as teorias, ao contrário, se propõe localizar resumidamente as potencialidades de cruzamento de categorias que compõem as duas propostas epistêmicas. Também enunciamos algumas contradições que marcam uma possível combinação, e que aguçam a expressão de tarefas que possibilitariam uma intervenção teórico-prática articulada por meio categorias centrais da interseccionalidade e do reconhecimento, como desdobramento de uma cidadania interseccionada e de um novo princípio de justiça, que rompa com os padrões de igualitarismo superficial forjado pelo universalismo.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**, São Paulo: Ed, Jandaíra, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Cap. 1 e 2

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero", **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 63 | 2002.

FRASER, Nancy. "Reconhecimento sem ética?". Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. *In*: **Lua Nova**, 70. São Paulo, 2007. P. 101-138.

HOKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Tradução Sebastião Salgado. São Paulo: 1ª edição; N1 Edições, 2021.

PETERS, Edward. **História da Tortura**. Edição 4326. Editora teorema, 1985.

SCHWARCZ Lilian e STARLING, Heloisa, M. Brasil – **Uma biografia**. Companhia das Letras, SP, 2017.

TAYLOR, Charles. "A Política do Reconhecimento". *In*: **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.



12

Larissa Agostinho Tebinka

A ELITE DO SENADO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-712

INTRODUÇÃO

A maneira como um governo democrático se organiza, quem governa e quem é governado, são questões que a ciência política tenta responder há anos, por meio de teorias como a culturalista, por exemplo. Questões como a razão para a elite chegar ao poder, as massas serem governadas e este cenário não se alterar por gerações, permeará a presente pesquisa e esta será fundamentada na teoria culturalista, principalmente.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar como o Poder Legislativo, mais precisamente o Senado, é ocupado por integrantes da elite e não há possibilidade de chegar a essa explanação sem que se disserte, antes, sobre a cultura política como elemento explicativo relevante para a compreensão das democracias modernas.

No decorrer do texto será discutida a teoria das elites, por meio do diálogo entre cientistas políticos que se dedicaram a este tema e por fim será analisado um estudo quantitativo que analisou a composição social do Senado brasileiro.

DA CULTURA POLÍTICA A ASCENSÃO DA ELITE AO PODER NO SENADO

Importante ressaltar, inicialmente, que há duas correntes acerca da importância da cultura política na democracia, uma delas a "culturalista", fundada, inicialmente, pela obra *The Civic Culture*, de (ALMOND e VERBA, 1963), entende como relevante a cultura política no estudo das democracias modernas.

A outra corrente é a “teoria da escolha racional” que tem em (ADAM PRZEWORSKI, 1991) e (JON ESLTER, 1989), seus principais autores e, em sentido amplo, defendem que a ação coletiva em defesa de certos interesses é consequência lógica do comportamento egoísta racional. Elementos culturais seriam dispensáveis para a análise da ação e das estruturas políticas, já que elas podem ser explicadas pela racionalidade instrumental, suficientemente.

(RENNÓ, 1998) entende que com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, mormente, no campo de estudos políticos, com o acúmulo de dados trazidos pelos *surveys*, tornou-se possível analisar melhor a importância da cultura política para o estudo das estruturas políticas.

As mudanças na cultura política foram significativas, em alguns casos, demonstrando relativa influência de variáveis estruturais, na opinião de (RENNÓ, 1998), como a experiência histórica e governamental, na formação da cultura política, nas democracias, em geral.

Nos casos de democratização dos países comunistas, entretanto, é nítida a resistência de certos valores culturais, ou seja, a relação entre cultura política e estrutura política varia de acordo com cada caso, sendo, portanto, arriscadas as generalizações, segundo (RENNÓ, 1998).

Mesmo os defensores da teoria culturalista reconhecem que é complexa a afirmação de que há nexos de causalidade entre cultura e estrutura política.

De qualquer maneira, podemos afirmar que a cultura política está ligada com o processo de democratização, uma vez que sua estabilização depende do modo como as elites e as massas compreendem-no e aderem aos seus valores e instituições centrais; as escolhas institucionais não se separam da esfera dos valores das pessoas que as fazem.

Cultura política é definida, segundo Almond, como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990, p. 144). Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. (RENNÓ, 1998, p.71).

Diante da teoria da cultura política, na qual esta é uma das variáveis que explicam a democracia, compreende-se que o comportamento político das elites deve ser estudado, pois é um dos pilares da ordem política.

A importância do estudo do comportamento político das elites para a compreensão da democracia, já se tornou quase um consenso entre os cientistas políticos, mesmo os que não são defensores da teoria das elites, pois é nítido que os detentores da maioria dos recursos disponíveis, desempenham um papel estratégico na vida social.

Os defensores da teoria das elites afirmam que se compreendermos o comportamento da elite, entenderemos a dinâmica da sociedade, pois o comportamento das elites desempenha importante papel na sociedade. Para Reis e Cheibub, “até mesmo os defensores de uma análise de classe ou de uma abordagem pluralista admitem que o comportamento das elites desempenha um papel na sociedade que, embora limitado, é, ainda assim, bastante significativo” (REIS E CHEIBUB, 1995).

Antes de prosseguir, necessário conceituar, portanto, o que seriam as elites; não é fácil delimitar o conceito, pois deveras abrangente, contudo podemos entender como elite: o grupo que toda sociedade possui, formado por uma minoria, detentora dos recursos escassos e possuidora de alta escolaridade.

A elite do poder, como a concebemos, também depende da identidade entre os que a formam, de suas relações pessoais e oficiais entre si, de suas afinidades sociais e psicológicas. A fim de perceber a base pessoal e social da unidade da elite do poder, temos, primeiro, que recordar os fatos ligados à origem, carreira e estilo de vida de cada um dos tipos de círculo cujos membros compõem a elite do poder (MILLS, 1982, p. 329).

(MILLS, 1982) ainda explica que a elite em questão não se trata de uma aristocracia, pois não há uma origem hereditária, mas sim um grupo de famílias que ocupam as mais altas posições nos vários círculos da elite, na grande maioria pessoas que frequentaram universidade e que ocupam a parte superior da pirâmide ocupacional e de renda.

(MICHELS, 1982) entende que a oligarquia representante exerce uma hegemonia dentro da sociedade complexa.

Ocorre com as elites, como em qualquer outro grupo, há critérios de admissão, como capacidade, situação social e financeira, sendo semelhantes e que geram determinados vínculos.

Todo o sincronismo de suas características, origem, história de vida, posição social, escolaridade, suas carreiras e ascensão, tornam possíveis as afinidades psicológicas que existem entre eles, e que segundo (MILLS, 1982) lhes permite reconhecer como pertencentes à mesma classe.

Diante do conceito da teria das elites, portanto, passamos a estudar, o porquê da dominação desta sobre as massas, e para (MOSCA, 1992), a ascensão e dominação das elites se dá por conta da sua organização; por se tratar de um grupo menor, este se organiza, monopoliza os recursos do poder e os utiliza em benefício próprio.

O mesmo entendimento se repete para (MICHELS, 1982), ele fundamenta que para serem eficientes os grupos precisam se organizar, pois quanto mais organizado maior a eficiência e a probabilidade de defesa de seus interesses.

As massas, por ser um grupo maior, não conseguem se organizar e sofrem com as suas diversidades, sem meios de ascender ao poder, sendo dominadas pela elite. (MICHELS, 1982) entende que o percentual da população que se interessa por assuntos políticos é insignificante, a maioria dos cidadãos não entendem a influência de assuntos do Estado em suas vidas.

(MOSCA, 1992), entende que a elite quando ascende ao poder e detém os cargos políticos, justifica seu interminável governo como corolário lógico da crença das massas, que acredita na capacidade das elites para governar e aceita ser comandada por uma classe específica.

Para (GIMENES, 2014) “a organização política se apresentaria como principal fator a contribuir para o aperfeiçoamento e regulação das relações entre as diversas frações da classe política e desta com a massa”.

Para (MILLS, 1982), o grande problema de a elite ocupar o poder é que estes homens não conseguirão se separar de sua origem para assumir o cargo político, são diversos pontos de suas vidas que não se apagam por se tornarem políticos:

Não apenas o dinheiro, mas os amigos, os interesses, o preparo – sua vida em suma – estão profundamente arraigados nesse mundo. A alienação de ações é, naturalmente, apenas um ritual purificador. A questão não é tanto o interesse financeiro ou pessoal numa determinada empresa, mas a identificação com o mundo econômico em geral. Pedir a um homem, de súbito, que se afaste desses interesses e dessa forma de pensar é quase como pedir-lhe que se transforme em mulher (MILLS, 1982, p. 337).

Pode-se concluir, portanto, que (MOSCA, 1992), consolidou a afirmação de que uma sociedade é governada por uma minoria, elitizada, detentora do governo e uma maioria que é governada e não possui meios de ascensão ao poder.

(MICHELS, 1982), entende que dentro dos partidos políticos cria-se uma elite, apesar de não ter utilizado essa terminologia, ele denomina-os de chefes, que são as pessoas dentro dos partidos políticos que possuem maior especialização técnica e ressalta que a maior característica destes é a oratória, pois geraria maior poder sobre as massas.

Outro importante cientista político que discute as elites é (JOSEPH SCHUMPETER, 1961), para ele além de ser difícil a definição do que seria povo, ainda é logicamente impossível haver governo por massas por conta de sua baixa racionalidade, seja dentro dos partidos políticos ou na competição política.

De qualquer maneira, ao falarmos do Brasil, é relevante destacar que há pouca discordância de que nossas elites são muito poderosas, pois há extrema concentração dos recursos econômicos, políticos e sociais.

Leôncio Martins Rodrigues (RODRIGUES, 2002), desenvolveu uma pesquisa no âmbito da Câmara dos Deputados, após as eleições de outubro de 1998, na qual selecionou seis partidos políticos para estudar, levando em consideração dois critérios: número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados e o perfil ideológico relativamente consistente e nítido.

Rodrigues (2002), analisou em sua pesquisa a composição social dos partidos políticos, explorando as categorias ocupacionais e profissionais dos Deputados e a partir dessa pesquisa concluiu que o recrutamento parlamentar de cada partido ocorre em meios sociais e ocupacionais variados e apesar disso, um número pequeno de categorias ocupacionais reúne a maior parte dos membros de cada bancada. Ele fundamenta que são essas categorias majoritárias que delineiam o perfil dos partidos. "Por isso, alguns grupos socioeconômicos não apenas são majoritários numericamente como são dominantes no sentido da determinação da política partidária" (RODRIGUES, 2002, p.40).

Para entendermos o papel das elites no âmbito do Senado brasileiro, analisamos outro estudo, desta vez um quantitativo que visava entender a eleição dos Senadores no decorrer dos anos e as variações no perfil social dos parlamentares para verificar se estariam relacionadas com o tipo de regime político e, mais especificamente, com o regime de partidos em vigor.

Analisamos, especificamente as informações acerca das ocupações profissionais prévias à atividade política, grau e tipo de formação escolar e idade média de chegada ao Senado, pois entendemos que esses dados oferecem a imagem da elitização ou não do Senado.

Cumpre destacar inicialmente, um dado que chamou a atenção, desde 1932 os Códigos Eleitorais e as sucessivas Constituições brasileiras garantiram às mulheres o direito de votarem e serem votadas, contudo as primeiras mulheres eleitas, somente ascenderam ao poder, em 1990, Junia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR), os Senadores eleitos nesse intervalo de tempo foram todos homens.

Quanto às ocupações profissionais antes de entrarem para a política institucional, os senadores estudados foram majoritariamente empresários (em média 30%) ou atuaram em alguma profissão da área jurídica, desde advogados privados, a juízes e promotores (23%), o que demonstra que as afirmações de (MILLS, 1982), quanto a alta escolaridade ascender e permanecer no poder com maior facilidade frente às massas, ocorre no Senado brasileiro

Para corroborar essa afirmação, outrossim, a formação universitária dos eleitos para o Senado mostra que a média de graduados fica em 90,4%, e a taxa mais baixa é 88,7%, durante a ditadura militar, demonstrando que quase na sua totalidade os senadores frequentaram universidades.

A graduação, em sua maioria, dos senadores eleitos não só demonstra que o Senado é elitizado, tendo como fundamento os argumentos de (MILLS, 1982), como também se olharmos para a

realidade brasileira, na qual a taxa de escolarização entre 1940 e 1980 foi muito baixa, e a de indivíduos com curso superior, mínima.

Consoante Censo de 1940, cerca de 2/3 (67,2%) dos mais de 41 milhões de brasileiros não sabiam ler ou escrever, apenas pouco mais de dois milhões (2.088.126) de diplomados de qualquer nível (elementar, médio ou superior), apenas 106.496 possuíam diploma de nível superior (IBGE 1940).

Outra informação relevante para a análise da elite no Senado são os cursos que o estudo verificou como sendo os mais comuns entre os senadores, em sua grande maioria são formados em Direito ou Medicina, cerca de 70,5%, na democracia populista e 69,9%, na ditadura militar.

Os senadores com formação em profissões técnicas são a minoria e apenas aumentaram no terceiro ciclo analisado pelo estudo (1979-1990).

Ao analisar o estudo, quando verificadas as áreas de formação dos Senadores, a mudança mais contrastante é dos diplomados na área de Humanidades, pois durante a ditadura militar havia apenas um senador e no regime de transição sobem para 11 senadores.

Sobre a evidente alteração na área de formação dos senadores eleitos no período de transição, os autores do estudo (CODATO, COSTA, MASSIMO e HEINZ, 2015), concluem que "os mecanismos de recrutamento da elite senatorial foram sensíveis às alterações ambientais observadas durante a década de 1980, pois os eleitos com diplomas de Humanidades e de áreas técnicas passaram a exercer mandatos que nos regimes anteriores eram ocupados por senadores com diplomas tradicionais".

Quanto ao terceiro e último ponto que vamos analisar sobre o estudo aqui comentado, a idade média dos senadores eleitos, mister esclarecer que no Brasil a idade mínima para ser eleito senador é de 35 anos.

Conforme estudo a faixa etária dos senadores entre 1945 e 1990, no decorrer das legislaturas, é de 54 anos, em nenhuma delas indivíduos com mais de 60 anos são a maioria entre os eleitos. Um dado importante é de que houve um aumento de senadores mais jovens no regime de transição; eles são praticamente 45% do Senado entre 1982 e 1990.

Assim concluímos que os argumentos de (MOSCA, 1992) e (MILLS, 1982), quanto a ascensão da elite ao poder, por suas características, ocorre no Senado brasileiro, que se mostrou, consoante estudo, ser uma casa elitizada e que apenas sendo detentor de poder é que se consegue chegar nela.

Conforme conclusão de (MILLS, 1982), nosso interesse com o estudo da composição da elite que está no poder não está pautado nos homens que possuem o poder; “estamos interessados em suas políticas e nas consequências de seu comportamento nos postos que ocupam”.

Há que se ressaltar, contudo, que em que pese o comportamento político das elites ser demasiadamente importante para o estudo das democracias, não devemos descartar a importância da cultura política das massas, pois este grupo pode se unir e exercer considerável pressão sobre as ações das elites, ademais, por não serem estas permanentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante demonstrado o comportamento político das elites é de suma importância para a análise da democracia e da sociedade moderna, pois é um dos pilares da ordem política.

Importante ressaltar a ligação da cultura política com o processo de democratização, uma vez que sua estabilização depende do modo como as elites e as massas compreendem a democracia e aceitam seus valores e instituições centrais.

Apesar dos cientistas políticos (MICHELS, 1982), (MOSCA, 1992), (MILLS, 1982) (SCHUMPETER, 1961) entenderem que a elite exerce uma hegemonia dentro da sociedade complexa, bem como que seria praticamente impossível haver governo por massas, por conta de sua inabilidade de se organizar, o estudo dos autores (CODATO, COSTA, MASSIMO e HEINZ, 2015), realizado no âmbito do Senado, conclui que a formação dos senadores eleitos têm se alterado após a redemocratização brasileira, os cargos ocupados por senadores com carreiras técnicas tem aumentado, o que demonstra um começo de ascensão das massas e conseqüentemente a perda de hegemonia da elite.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. Biografia, Genealogia e Teoria das Elites. Mapeando Características do Poder Local. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. V. 2, Nº 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/21732/17096>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CODATO, Adriano. COSTA, Luiz Domingos. MASSIMO, Lucas. HEINZ, Flavio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Revista de Sociologia e Política**. DOI 10.1590/1678-987316246005, 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bGYXW67yvYZwMC4FshQ5xTy/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 30 jul. 2022.

GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Agenda Política**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 119–151, 2014. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/49>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MESSEBERG, Débora. A Elite Parlamentar Brasileira: Um Recorte Sociocultural. **Revista de Sociologia e Política**. v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hbdH85BFDRL7bH6TJQMvWk/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MICHELS, Robert. **A Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB. 1982.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1982

MOSCA, Gaetano. **La classe politica**. México: Fondo de Cultura Económica.1992

REIS, E. P.; CHEIBUB, Zairo Borges. Valores políticos das elites e consolidação democrática. **Dados**, v. 38, n. 1, 1995.

RENNÓ, Lucio Remuzat. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Boletim de Informações Bibliográficas**, n. 45, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.

SUMÁRIO



13

*Lázaro Cezar Dias
Sibele Vasconcelos de Oliveira
Rita Inês Paetzhold Pauli*

A TAXONOMY OF EDUCATIONAL GUIDELINES IN THE GOVERNING PLANS OF CANDIDATES TO THE PRESIDENCY OF THE BRAZILIAN REPUBLIC (2018)

INTRODUCTION

Assuming that the new configurations of the *modus operandi* of Brazilian politics have emptied government programs of technical content, and inflated the electoral dispute with empty propositions and without many solution alternatives, we seek to answer the following research problem: did the presidential candidates in the 2018 Brazilian elections base their government plans and/or guidelines for education on technical or political content? Such propositions were made available to voters, journalists, opposition parties, among others, throughout the electoral campaign, and signal the profile of the candidate's actions if elected.

It is worth clarifying that, according to data from the Electoral Justice, the five [male] candidates who accounted for 95.04% of the valid votes in the first round in 2018 were: Jair Bolsonaro (Social Liberal Party - PSL; 46.03%), Fernando Haddad (Workers' Party - PT; 29.28%), Ciro Gomes (Democratic Labor Party - PDT; 12.47%), Geraldo Alckmin (Brazilian Social Democracy Party - PSDB; 4.76%), João Amoedo (New Party, Novo; 2.5%). The PSL and PT candidates competed in the second round.

THEORETICAL BASES

BOZEMAN AND PANDEY'S TYPOLOGY (2004)

More technical political decisions involve greater economic rationality, configured in the formation of a specialized technical team. In the case of policies, a larger group of external agents and higher levels of conflict are expected, since they would give greater relative weight to the ends rather than the means. This caveat

becomes apparent in the argument that decisions circulate between two anchors in which the “eminently technical or political” contents are at the opposite ends (BOZEMAN AND PANDEY, 2004).

The analysis presented by the authors can be summarized in four hypotheses: **Hypothesis 1 (Decision Criteria)**: i) political decisions tend to be based on cost-effectiveness and social justice criteria; and ii) technical decisions tend to be based on cost-effectiveness, technical feasibility, and utility criteria. **Hypothesis 2 (Decision Time)**: i) political decisions tend to require less time, they are more likely to be seen as temporary and are less stability-oriented; and ii) technical decisions tend to require more time for implementation, and they are more likely to be stable. **Hypothesis 3 (Decision Participants)**: i) political decisions tend to include more internal and external participants, with a higher percentage of external participants; and ii) technical decisions tend to include fewer internal, external, and total participants, with a higher percentage of external participants. **Hypothesis 4 (Information quality and bureaucracy)**: i) political decisions tend to have lower information quality and lower levels of bureaucracy in decisions; and ii) technical decisions end up with higher quality information and higher levels of bureaucracy.

SUMÁRIO

METHODOLOGY

THE POTENTIAL OF *FUZZY INFERENCE SYSTEMS*

Fuzzy logic, propounded by Zadeh (1965), is an option for mathematically representing economic/social phenomena, capable of capturing nuances contained in the “non-integer” intervals by generating indexes based on a given collection of inputs. The fuzzy notion extends the Boolean approach’s classical premise, which identifies values in a closed interval spectrum [0; 1]. Ragin e Pennings

(2005) list a series of arguments that justify the use of *fuzzy* tools to understand socioeconomic phenomena. We clarify that, let U be a non-empty universe set ($U \neq \emptyset$), a *fuzzy set* A in U is characterized by its membership function:

$$\mu_A: U \rightarrow [0, 1]x \mapsto \mu_A^{(x)}$$

being $\mu_A(x)$ interpreted as the degree of pertinence of element x in the *fuzzy set* A for each $x \in U$. Thus, in *fuzzy* sets, the relevance factor can admit any value between 0 and 1, so that the value 0 suggests the complete exclusion to the set and the value 1 represents the complete relevance of a certain element to the set (GOMIDE; GUDWIN, 1994). When referring to "*eminently technical content*" or "*vague government plan*" we use expressions to qualify the analysis objects, so as to also operate with linguistic terms.

TAXONOMY FOR ANALYZING GOVERNMENT GUIDELINES

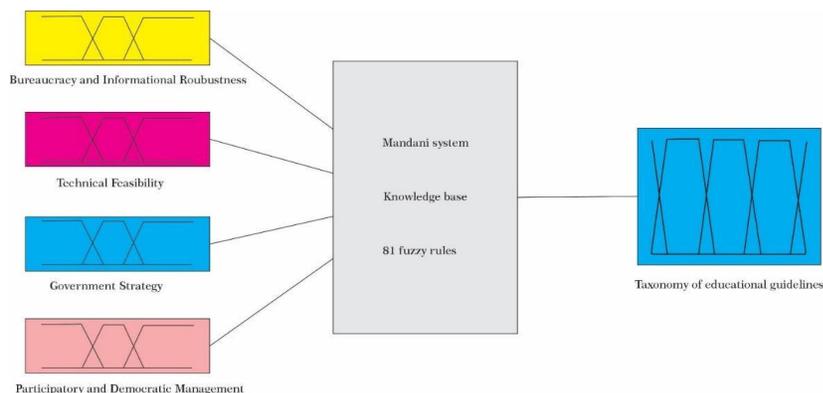
The system we proposed is organized into 81 *fuzzy* rules, it is comprised of four input variables and one output variable (Figure 1). Among the *input* variables, which have the function of guiding the plans' specification in our taxonomy, there are the following: *Bureaucracy and Informational Robustness*; *Technical Feasibility*; *Government Strategy*; *Participatory and Democratic Management*. The output variable is titled *Government Guideline's Taxonomy*. The input variable *Bureaucracy and Informational Robustness* is associated with the government plan's technical quality, regarding indicators and statistics for the basic (Pre-School, Elementary School, and High School), technical and inclusive, and higher levels. It also seeks to qualify the content, according to the degree of importance attributed to bureaucracy in the government management process:

to the extent that it recognizes bureaucratic capabilities as a necessary (but not sufficient) factor for the government, the plan is classified as more technical.

Therefore, for its construction, we operationalized a proper inference system, in which the contents that presented aversion to the bureaucratic apparatus were qualified within a political bias. To define the input variable *Technical Feasibility*, we considered the nature of the government plans' content, and evaluated: (i) the presence of strong appeal to social justice in the sentences and arguments presented and, (ii) technical feasibility and usefulness characteristics, translated in this study as clear and established goals to correct existing educational asymmetries in the country. As a decision criterion, we adopted the premises of educational effectiveness and equity (MORTIMORE, 1991; BROOKE; SOARES, 2008; ALVES; FRANCO, 2008; SOARES; DELGADO, 2016).

The delimitation of the input variable *Government Strategy* refers to the decision time foreseen for the consolidation of actions in education in the government plans of the eligible candidates. The content is classified as technical if it privileges education and knowledge as part of a long-term development project (FURTADO, 1961; EVANS, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2006; FONSECA, 2015) - beyond the traditional role of schools and universities in professional training -, a project that may imply an improvement in the population's well-being (HAUSMAN; MCPHERSON, 2006). This study does not intend to attribute demerit to programs that fulfill the traditional function thought for the already mentioned short term, but as the literature suggests, countries that today play an active role in cutting-edge technology industries, adopted in the last century an institutional and educational framework focused on training and qualification in the short, medium, and long term that - finally - could constitute a National Innovation System (EVANS, 1995; FREEMAN, 1995; CASSIOLATO, 1999; ZUCOLOTO, 2010; VONA; CONSOLI, 2014; GARCIA, 2017).

Figure 1 - Fuzzy system for the analysis of government guidelines for education



Source: prepared by the authors. The values in parentheses [(3) and (5)] indicate how many linguistic sets or variables each controller has, three in the inputs case and five for the resulting controller.

The input variable *Participatory and Democratic Management* is associated with the profile of the role expected from social actors in government plans, plastered on the participation and democratization of the teaching and research environments. The content analysis¹ we performed on the guidelines seeks to identify projects which would plead to invest in the daily actors of education (teachers, parents, students, administrative staff), but which also values the public spaces of education and research, as an enclosure which

SUMÁRIO

- 1 Bardin (1977) argues that content analysis sets up enriching exploration (heuristic function), beyond instantaneous and subjective superficial readings. The determination of a typification matrix has - as a tool that facilitates research, standardizing it and avoiding unnecessary deviations - a second function of evidence management. The author explains the content analysis methods can often be insurmountable. Categorically, and according to Moraes (1999), this study focuses mostly on the question 'To say what?', directing the effort to the informational value, the words, arguments, statistics, and ideas expressed in the government guidelines. According to Ander-Egg (1978), it has three phases: (i) establishment of the unit of analysis that, in this case, in the wake of Bozeman and Pandey's typology (2004), focuses on the presidential candidates' government plans for education, documents available on the Superior Electoral Court's (TSE) website; (2) determination of the analysis categories (thematic categories), which will follow the criteria mentioned in the four hypotheses: (i) Decision criteria, (ii) Decision time, (iii) Decision participants, and (iv) Information quality and bureaucracy; (3) selection of the analysis material's sample. We choose the five most voted candidates, according to the results obtained in the first round of elections.

the community can occupy, in a participatory, integrated, extensive way (MORAIS; RUIZ, 2015; LOPEZ; PIRES, 2010; GATTI, 2010). It characterizes an eminently political content that acknowledges the presence but does not give weight to the actions of actors from outside the educational centers and universities. The eminently technical provides for the agents' importance and leading role. Table 1 presents the discourse universes for each of the variables described above, as well as the parameters used to characterize each of the *fuzzy* sets that constitute them.

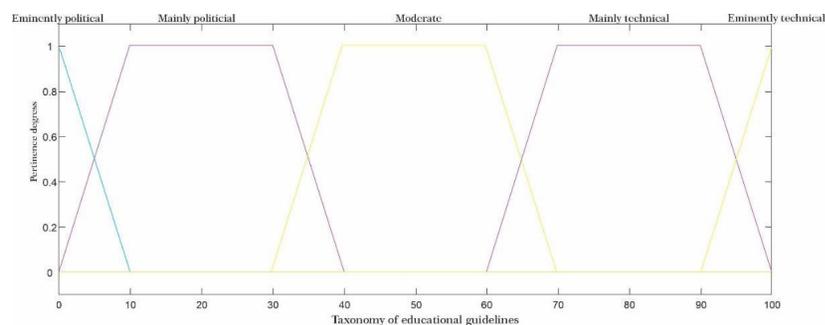
Table 1 - Specification of the input and output variables of the *fuzzy* system

Input variables	Universe of discourse	Linguistic Terms	Parameters
Technical Feasibility	[0, 100]	Low	[0 0 25 35]
		Moderate	[25 35 65 75]
		High	[65 75 100 100]
Government Strategy	[0, 30]	Short-term	[0 0 8 12]
		Medium Term	[8 12 16 20]
		Long-term	[16 20 30 30]
Participatory and Democratic Management	[0, 100]	Low	[0 0 25 35]
		Moderate	[25 35 65 75]
		High	[65 75 100 100]
Bureaucracy and Information Robustness	[0, 100]	Low	[0 0 25 35]
		Moderate	[25 35 65 75]
		High	[65 75 100 100]
Government Plan's Taxonomy.	[0, 100]	Eminently Political	[0 0 10]
		Mainly Political	[0 10 30 40]
		Moderate	[30 40 60 70]
		Mainly Technical	[60 70 90 100]
		Eminently Technical	[90 100 100]

Source: prepared by the authors. The Universe of discourse appears on the horizontal axis in figures 2, 3, 4, 5, and 6, by which we seek to graphically represent the Input Variables, Universe of discourse, Linguistic Terms, and Parameters of the proposed fuzzy system.

Figure 2 presents the pertinence intervals of the possible output sets, and which classifies the candidates' governing guidelines into: (i) eminently political; (ii) mainly political; (iii) moderate; (iv) mainly technical; and (v) eminently technical, and schematizes the output variable *Government Plan's Taxonomy*, with the explicitness of its *fuzzy sets*, pertinence functions, and linguistic terms. The horizontal interval is between the values 0 and 100. When it approaches 0, the content moves towards an eminently political bias, and when it tends to 100, the content bias becomes eminently technical. This inference system allows a given result to be contained in more than one set, which differs this method from the traditional Boolean method, in which belonging is associated with one set "or" another. Methodologically, this limitation is overcome, and *fuzzy logic* takes a step forward. Below, we discuss the plans of the five most voted candidates in the first round of the 2018 Brazilian presidential election and presented the results of the *fuzzy analysis*.

**Figure 2 - Graphical representation of the output variable
*Government Plan's Taxonomy***



Source: prepared by the authors based on information collected from the government plans analyzed. The degrees of relevance (vertical axis) range from 0 to 1. The content is classified according to the value obtained by combining the content analysis and the operationalization of the system set out in Table 1. A numerical example: if a given government plan from the input variables gets as a result the value 35, it is defined by the Government Plan's Taxonomy as Mostly Political and Moderate, both with pertinence degrees 0.5.

ANALYSIS OF GOVERNMENT GUIDELINES FOR EDUCATION IN THE 2018 BRAZILIAN PRESIDENTIAL ELECTIONS

The mentioned plans were made available on the respective websites of the candidates and/or parties, and widely publicized by the media. The specialists consulted for the elaboration of the education guidelines do not appear marked in the documents, with the exception of Geraldo Alckmin who, in the Acknowledgements page lists a number of professionals (ALCKMIN, 2018, p. 99). Based on the content analysis of the government guidelines of those running for the position of Chief Executive of Brazil, we estimated the *fuzzy* systems that derive the *Government Plan's Taxonomy*, and the result variables were, respectively for Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Fernando Haddad, João Amoedo, and Geraldo Alckmin: Bureaucracy and Informational Robustness (50;15;85;15;15), Technical Feasibility (80;25;90;20;50); Government Strategy (15;8;25;8;15); Participatory and Democratic Management (60;20;90;10;30).

The results pointed to the pictures: (i) the government guidelines for education of Jair Bolsonaro and João Amoedo are qualified within the *fuzzy sets* *eminently political* (with a degree of belonging of 0.7) and *mainly political* (with a degree of belonging of 0.3). Geraldo Alckmin's guidelines are allocated with a degree of belonging of 1.0 to the *mainly political fuzzy set*. The result for Ciro Gomes qualifies his guidelines in the *mainly technical fuzzy set*, with a degree of belonging of 1.0. Candidate Fernando Haddad's guidelines are rated in the form of *mainly technical* and *eminently technical*, with a degree of belonging of 0.2 and 0.8, respectively. Next, we present the configuration of the basis for content analysis in more detail, as well as the input and output variables for each of the government plans.

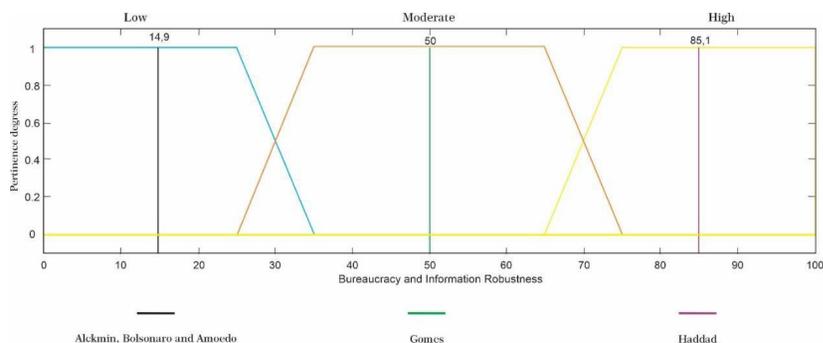
"More opportunities, less privileges," features the *slogan* of João Amoedo's government plan. The candidate's party was founded recently, in 2011, and his website presents it under the premise of a different political party. It also suggests advocating "individual liberties with responsibility," in addition to advocating the free market as opposed to State-provided services. Although they do not explicitly present a long-term proposal for education in their Program, as we will see below, the party says it believes in a long-term project for the country, one that goes beyond elections and thinks about the next generations. During the elections, one of the slogans shouted by the candidate was associated with the fact that he considers himself an *outsider* to the traditional political scene.

The candidate's propositions are, compared to the others, the most generic (or vague); as it is the leanest Program, with only 23 pages. "Access to quality basic education, move Brazil up 50 positions in the PISA *ranking*, universalize children's access to day care centers, scholarships in private schools for public school students" are some of the strategies specified in the plan. A "professional management" of schools is suggested, but there is no detail on the term's use (AMOEDO, 2018, p. 4-11). Through the Fund for Maintenance and Development of Basic Education (Fundeb), the New Party's plan proposes to recognize and value the schools that improve student performance. Tactics also described in the document presented by Bolsonaro, Technical Secondary Education as a strategy to qualify for the labor market, and the Triple Helix model regarding Public Universities appear in Amoedo's guidelines.

Jair Bolsonaro's plan, like João Amoedo's, from the taxonomy presented, had a high degree of belonging to the *eminently political* and *mainly political* sets. The candidate, who advocates a State project based on economic liberalism, has "The Road to Prosperity" title. It includes remarks on spending (cost-effectiveness), but the guidelines have a strong appeal to social justice and are linked to the proposition of a change in the national common curricular base (BNCC).

Distance education is an important instrument, according to the document made available by the candidate who ran for the PSL, since it would be an alternative for rural areas residents, for example. The guidelines, however, do not include further detail on whether the strategy would be accompanied by any public policy for digital inclusion that would make it feasible and effectively possible (BOLSONARO, 2018, p. 46).

**Figure 3 - Fuzzy results for the input variable
Bureaucracy and Information Robustness**

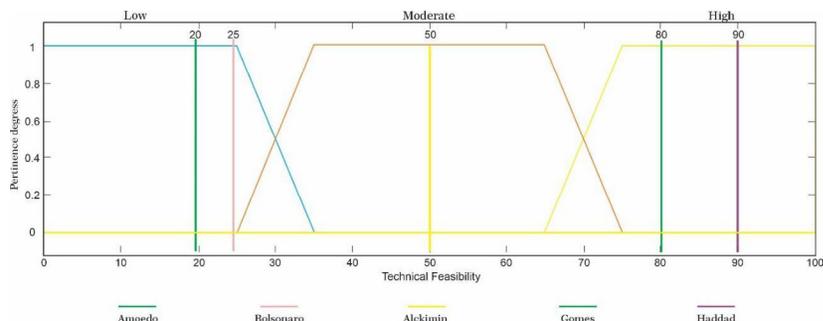


Source: prepared by the authors based on information collected from the government plans analyzed. At the first level, the content analysis assigns the following values to the input variables (Bureaucracy; Informational Robustness): Ciro Gomes (50;4), Jair Bolsonaro (10;4), Fernando Haddad (60;6), João Amoedo (20;3), and Geraldo Alckmin (20;0). Using MATLAB, for each of the respective candidates, we obtained the outputs for the Bureaucracy and Information Robustness criteria (50;15;85;15;15). The State Bureaucracy is evaluated in three controllers: Averse (0 0 25 35), Indifferent (25 35 65 75), and Prone (65 75 100 100). Informational Robustness locates statistical-based guidelines for the different levels (Pre-School, Elementary School, High School, Youth and Adult Education and/or Inclusive Education, Technical/Vocational, Higher Education/Postgraduate Education), with the following possible results: Basic, presenting structured measures for up to 3 of the mentioned levels, Medium for 4 levels, and, when 5 or 6, Robust.

South Korea, China, Taiwan, and the Triple Helix partnership tactic are cited, in a sense of strategic reproduction of the public policies implemented by these countries (BOLSONARO, 2018, p. 41-49). The guidelines suggest stimulating economic development through an emphasis on technical courses and "exact science careers," in addition to encouraging entrepreneurship. Very little is

discussed about the performance and participation of the agents, teachers, parents, and community in school management. No specific project (even as a proposition, as seen in other plans) is mentioned to improve the “terrible Brazilian educational performance”. The PSL candidate is the one who presents the most aversion to the bureaucratic apparatus, in several moments including sentences such as “enough of stamps, authorizations, and bureaucracies, the bureaucratic complexity feeds corruption”; “in the last decades, the Federal Government concentrated the collection of taxes, creating bureaucracy and inefficiency to control the federated entities” [excerpts from the document]. Of the 81 pages made available, those devoted to educational guidelines represent about 11% (BOLSONARO, 2018, p. 41-49).

Figure 4 - Fuzzy results for the input variable *Technical Feasibility*



Source: prepared by the authors based on information collected from the government plans analyzed. Figure 4 summarizes the results associated with *Technical Feasibility*. The content analysis we performed based on the theoretical framework of the previous section assigns the values 20, 25, 50, 80, and 90 to the projects of candidates João Amoedo, Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin, Ciro Gomes, and Fernando Haddad, respectively. We can see that these values have degrees of belonging or relevance of 1.0 to the results.

Alckmin's “roadmap for the country to grow again” dedicates two topics to the discussion of guidelines linked to education, science, and technology (ALCKIMIN, 2018, p. 14): from pages 34-36 to Science, Technology, and Innovation (ST&I) and from 54 to 58, the document presents general guidelines for (i) governance and financing,

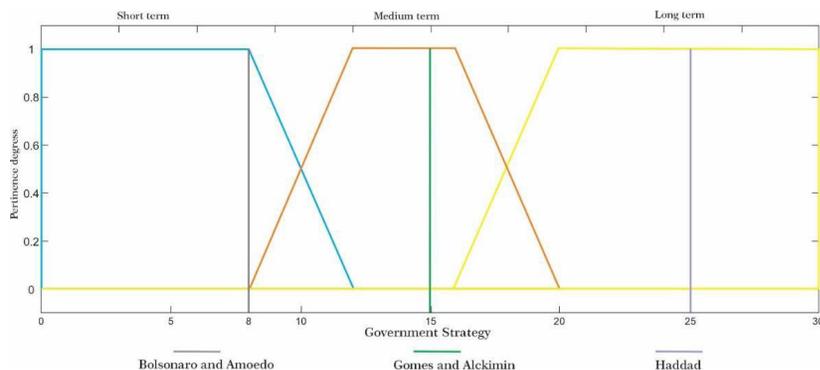
(ii) teachers, (iii) early childhood, (iv) literacy, (v) secondary education, and (vi) higher education. Alckmin was part of the Coalition to Unite Brazil, and the taxonomic result of his government plan, *mainly political*, is explained by the absence of detailed strategies and projects that could make the Plan's intentionality feasible: "to transform quality public education into the central pillar of equal opportunity and qualification of young people for the labor market".

The candidate's project, despite not bringing statistics and more technical information for the school effectiveness criterion, is successful in demonstrating concern with Research & Development (R&D), ST&I, and the Science and Technology Legal Framework, also aiming at closer relations between the university and the productive sector. It even proposed the institution of a Brazilian Innovation System to promote modernization and speed in the Brazilian patent registration system, via revitalization of the National Institute of Industrial Property (INPI). One of the conflicting aspects of the plan's guidelines is the encouragement of meritocracy in universities and public research institutions, a somewhat controversial reality in a country with so many economic and social asymmetries (ALCKMIN, 2018, p. 34-58).

The PSDB candidate lists the teacher, along with early childhood and youth, as one of the three pillars of his program, both in terms of valuing and reformulating graduation, so as to adapt it to practice. It pleaded to "ensure full coverage of the supply of quality Early Childhood Education for 4 and 5 year old children, ensuring the inclusion of 500,000 children in this age group who are still out of school," in addition to "teach mothers in vulnerable situations and young adults aged 15 to 29 years to read and write" (ALCKMIN, 2018, p. 29). For Secondary Education, Alckmin's guidelines foresaw - although he did not present strategic details or statistical evidence for such - a 50% reduction in school dropout rates and the modernization of the Apprentice Law, in order to facilitate the hiring of young people for their first job.

With degrees of pertinence of 1 and as explained in Figure 5, Bolsonaro's and Amoedo's guidelines were allocated to the Short Term controller, and those of the PDT and PSDB candidates, Medium Term. Fernando Haddad's propositions presented a degree of belonging of 1 for Long Term. This criterion considers gradual improvement content, technical and evidence-based, that can think the student's path from early childhood education to technical training and / or postgraduation, essential to the generation of new technologies and innovation.

Figure 5 - Fuzzy results for the input variable *Government Strategy*

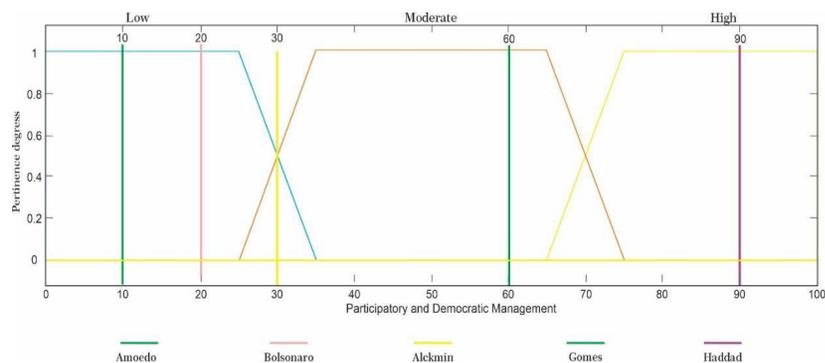


Source: prepared by the authors based on information collected from the government plans analyzed. The input variable Government strategy is thought of in a period from 0 to 30 years, alternating in an increasing manner short, medium, and long term, and we assigned the values based on the immediate notion, or not - in this case focused on a Development Project - of the guidelines' sentences.

The PDT candidate proposes a national development strategy, guaranteed by qualifications obtained through "good education policies" (GOMES, 2018, p. 4). The parts devoted to education, science, and technology are especially comprised in the fourth and fifth topics, about 11% of the document. It includes macroeconomic adjustment in its introduction, which [according to the Program] would balance public finances and gradually reduce the share of its debt in the country's GDP. It proposes the premium politics, worked on in the literature in texts such as Bonamino and Sousa (2012).

The strategy is risky, as it can generate negative effects such as training for simply meeting the targets and the danger of an irresponsible increase in government spending, since it does not make more explicit the way in which the bonus would be financed (GOMES, 2018, p. 26-32).

Figure 6 - Fuzzy results for the input variable *Participatory and Democratic Management*



Source: prepared by the authors based on information collected from the government plans analyzed. The guidelines for the input variable *Participatory and Democratic Management* of João Amoedo, Jair Bolsonaro, Ciro Gomes, and Fernando Haddad have the scores 10, 20, 60, and 90 respectively, and pertinence degrees of 1.0. The plan of candidate Geraldo Alckmin (30) indicates, according to Figure 6, a degree of belonging of 0.5 to the linguistic variable *Low* and 0.5 to *Moderate*.

It suggests a “New Fundeb”, whereby the Union transfers an additional 10% in discretionary spending, depending on the compliance of the federation units and municipalities to the objectives and principles stipulated at the federal level. It also predicts increased spending for municipalities with lower education quality indicators, to the extent of reducing the large disparities between schools in the country. It also foresees the expansion of the youth and adult literacy school network (EJA), as well as quotas for higher education. The PDT Plan does not define very well strategies for building a democratic/participatory management, which explains its *moderate* performance on this criterion. However, it is keen to point out the strengthening of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and research institutions, as catalysts for innovation R&D, relevant within the *Government Strategy* criterion.

One of the points presented by the PT candidate to the feasibility of his proposals for education is the revocation of the Constitutional Amendment number 95, which sets a limit for the growth of public spending. Haddad proposes “the creation of a new financing standard, aiming at progressively investing 10% of GDP in education, according to goal 20 of the National Education Plan (PNE); the implementation of the Cost Pupil-Quality (QAQ) and the institutionalization of the new Fundeb” using part of the *royalties* from the state-owned oil company Petrobras to ensure the project’s feasibility in terms of cost-effectiveness. Of the guidelines analyzed, he is the only candidate who textually includes democratic management as strategic, in the form: “democratic management, resuming the dialogue with society in the management of policies as well as in the management of school institutions at all levels” (HADDAD, 2018, p. 25).

It proposes attention to the training of school workers, through new actions and the resumption and expansion of the ProFuncionário program, and the organization of agreements with the states and the Federal District so that the Federal Government takes responsibility for schools located in regions of high vulnerability. Through the Ten-Year Plan for the Expansion of Investment in ST&I, he predicted an increase in the GDP share in R&D investment to 2% by 2030, a percentage that the PSDB candidate also lists in his Plan. Of the candidates analyzed, the former minister of education is the one with the guidelines that were closest to the *eminently political* set. Of the five government plans, Haddad’s guidelines stand out by suggesting the leading role of teachers, principals, and the academic community, although it lacks more details on this project of transforming “public spaces into centers of culture, sports, and leisure”. The PT government plan does not exclude the possibility of partnerships and support from private entities that in a collaborative way, as in the case of policies aimed at SI&T, could positively impact employment, income, and well-being (HADDAD, 2018, p. 25-27). Now, we will make some considerations, conclusions, opening a window for the broadening and deepening of the efforts made here.

FINAL CONSIDERATIONS

From the content analysis we performed, the only guidelines that devoted more attention to the criterion of democratic and participatory management of educational spaces were presented by the candidates Ciro Gomes (PDT) and Fernando Haddad (PT); the same candidates that in their plans suggest greater responsibility and confidence to the national bureaucratic apparatus. The other candidates' plans we analyzed do not seem to believe in the functionality of the existing bureaucracy and suggest that simply removing bureaucracy from the system could be the solution to most of the Brazilian State's "inefficiencies". The same conclusions are valid regarding the absence of community inclusion and effective leading role of the agents (parents, teachers, principals, principals, servers, students, among others) in the general guidelines presented by Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin, and João Amoedo.

REFERENCES

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. *In*: BROOKE, N e SOARES, J. F. (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 482-500, 2008.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7ª ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BARDIN, L. **The content analysis**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para discussão 157**, Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP). Dez. 2006.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Editora UFMG, Belo Horizonte (2008).

SUMÁRIO

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa** [online]. 2012, vol.38, n.2, pp.373-388.

BOZEMAN, B., PANDEY, S. K. Public management decision making: effects of decision content, **Public Administration Review**, vol. 64, n. 5, 2004, pp. 553-565.

CASSIOLATO J. E. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. *In*: Lastres HMM, Albagli S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus; 1999. p. 164-90.

EVANS, P. **Embedded Autonomy**: States and Industrial Transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *In*: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 13-71.

FREEMAN, C. The "National System of Innovation" *In*: historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, 19, 1995.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1961.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARCIA, R. Geografia da Inovação. *In*: RAPINI, M. SILVA, L. ALBUQUERQUE, E. (Org.) **Economia da Ciência, Tecnologia e Inovação**: fundamentos teóricos e a economia global. Editora Prismas. Curitiba, 2017.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. *In*: GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto. (orgs.). **Capacidades Estatais e Democracia**: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas. IPEA, Brasília, 2014, p. 15-28.

GOMIDE, F. A. C.; GUDWIN, R. R. Modelagem, controle, sistema e lógica *fuzzy*. **Controle e Automação**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 97-115, 1994.

HAUSMAN, D. M.; MCPHERSON, M. S. Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2006. Capítulo 8.

LOPEZ, F.; PIRES, R. Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. *In: IPEA*. Brasil em Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2010, p. 565-585.

MORAES, A. C. A.; RUIZ, M. J. F. A. Participação e a Gestão Democrática no Programa Nacional De Fortalecimento Dos Conselhos Escolares. **Revista de Política e Gestão Educacional** (online), nº 19, 2015.

MORAES, R. The content analysis. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22 (37), p. 7-32, 1999.

MORTIMORE, P. (1991). **School effectiveness research**: which way at the cross-roads? Paper presented at the Fourth International Conference for School Effectiveness and Improvement, Cardiff.

RAGIN, C.; PENNING, P. Fuzzy Sets and Social Research. **Sociological Methods & Research**, v. 33, n. 4, p. 423-430, 2005.

SOARES, J. F.; DELGADO, V. M. S. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. **Revista Fundação Carlos Chagas** (online). v. 27, n. 66 (2016)

SOARES, P. S. dos.; OLIVEIRA, S. V. dos.; DIAS, L. C. Análise de um índice fuzzy do potencial de aceitação social da política de ações afirmativas do Brasil (2017). **Anais do XXIII Encontro de Economia da Região Sul** (2020). Porto Alegre (RS). Disponível em <https://www.anpec.org.br/sul/2020/submissao/files_1/i2-faba7c5bb83bd7789a5856e3c7221410.pdf>. Acesso em 05 nov. 2020.

VONA, F.; CONSOLI, D. Innovation and skill dynamics: a life-cycle approach. **Industrial and Corporate Change**, out. 2014, pp. 01-23.

ZADEH, L. A. *Fuzzy sets*. **Information and control**, v. 8, n. 3, p. 338-353, 1965.

ZUCOLOTO, G. **Propriedade intelectual, origem de capital e desenvolvimento tecnológico**: a experiência brasileira. Brasília: Ipea, mar. 2010. (Texto para Discussão, n. 1.475). Disponível em: <<http://goo.gl/A2PxY9>>.



14

Leonardo Quintão Fernandes

**A DEFENSORIA PÚBLICA
COMO POLÍTICA PÚBLICA
DE COMBATE E ERRADICAÇÃO
DO RACISMO ESTRUTURAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-172-714

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo relatar a história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, fazendo alusão aos primórdios dos seus atendimentos, destinados exclusivamente à população que não dispunha de condições de arcar com os custos de um advogado num processo judicial, perpassando por mudanças na legislação ordinária, que possibilitaram a atividade de consultoria jurídica na esfera extrajudicial e alterações de ordem constitucional após o ano de 2010 (por meio de emendas constitucionais) que ampliaram a sua esfera de atuação, alçando-a, sem prejuízo das atribuições outrora mencionadas, ao patamar de instituição de defesa de direitos humanos, bem como instrumento e garantia da defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade.

O presente trabalho terá como supedâneo os ensinamentos, discussões e textos utilizados no curso da disciplina, bem como textos compilados por este docente.

Pretende-se, ainda, discutir se a Defensoria Pública seria uma espécie de política pública e se sua nova forma de atuar compreende o combate e erradicação ao racismo estrutural, como forma de concretizar o efetivo acesso da população negra ao sistema de justiça e a uma ordem jurídica justa.

A DEFENSORIA PÚBLICA SERIA UMA ESPÉCIE DE POLÍTICA PÚBLICA?

Inicialmente, é necessário mencionar que o tema política pública está inserido no campo interdisciplinar, o que, por si só, nos permite vislumbrar a infinidade de conceitos existentes e autores que escrevem a respeito do assunto.

Nessa toada optou-se por trazer as lições de Carlos Alberto Lima (2019), que a despeito de não limitar a categoria “política pública” com a categoria “Estado”, entendeu por bem definir políticas públicas através de políticas sociais que orientam o Poder Público a atuar em determinada área, vejamos:

“Como existem vários tipos de políticas públicas e o interesse docente estava em destacar as 309 denominadas como políticas sociais, valeu-se da abordagem de Cunha e Cunha (2002, p. 12) para propor uma reflexão no sentido de que: [...] a política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orienta a atuação do poder público em uma determinada área.” (Lima, 2019, p. 306-307).

A Defensoria Pública é uma instituição pertencente ao sistema de justiça, mas que não integra o poder judiciário. No Estado do Rio de Janeiro está presente em todas as comarcas, atuando em prol da sociedade nas mais diversas áreas. A Defensoria promove atendimentos à população na esfera individual e coletiva. Assim, atua em ações individuais envolvendo direito de família, direito civil, direito do consumidor, direito penal, execução penal, ações em varas de fazenda pública para assegurar à população acesso a medicamentos negados por secretarias de saúde, acesso à vagas em creche ou escolas públicas recusadas por secretarias de educação, assim como em ações coletivas, durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, para garantir o direito à alimentação dos alunos das escolas públicas municipais e o direito à prisão domiciliar dos apenados, até que fosse apresentado pela secretaria de administração penitenciária um plano estratégico de alocação dos mesmos.

E assim, poderíamos vislumbrar a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro como uma política pública e uma espécie de política social de “provedoria de justiça”, *“incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa,*

em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.”¹

DA MISERABILIDADE ECONÔMICO- JURÍDICA À VULNERABILIDADE: UM NOVO ATUAR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com raízes na década de 50 do século passado (como carreira inicial do Ministério Público Estadual, a Procuradoria de Assistência Judiciária), já figurava na Constituição Estadual (EC 37/87), antes mesmo da Constituição de 1988, enquanto muitos Estados ainda adotavam o modelo *judicare* (advogados particulares remunerados pelos cofres públicos) para prestação de assistência judiciária à população necessitada.

A adoção do modelo público de assistência jurídica (*salaried staff model*) pela Defensoria Pública Brasileira, deu-se com a inclusão desta na Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), reconhecendo-a como “função essencial à Justiça”, sua assistência jurídica como integral (art. 5º, LXXIV, CRFB/88) e qualificando-a como instituição “essencial” (Art. 134, CRFB/88), possibilitando o ganho de maior musculatura pela instituição, corroborando com o acesso à justiça das pessoas necessitadas “como requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar o direito de todos”. (CAPELLETTI & GARTH, 1988, página 12).

SUMÁRIO

Os estados burgueses liberais reconheciam, em teoria, que o direito ao acesso à justiça era um “direito natural” do indivíduo. Contudo, a solução de litígios seguia a filosofia liberal, entendendo-se que cabia ao próprio indivíduo que teve seus direitos violados custear o acesso à justiça para reparação desses direitos. O Estado, portanto, reconhecia formalmente o direito de acesso à justiça, porém mantinha-se inerte em relação aos indivíduos pobres, que não possuíam condição de arcar com as custas para ingressar em juízo (CAPELLETTI & GARTH, 1988).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tivemos o advento do período histórico conhecido como “trinta anos de ouro”, com o trânsito entre o capitalismo liberal clássico para o welfare state, o Estado Social no qual os direitos humanos e a proteção social encontraram maior guarida. As lutas das classes operárias contra os donos do capital e o Estado, que abrangiam diminuição e legalização da jornada de trabalho, ampliaram-se e se diversificaram, como por exemplo, para exigir a universalização e gratuidade de políticas sociais de saúde e educação, institucionalização de um modelo de bem estar social com coberturas do berço ao túmulo, entre outras (PEREIRA, 2020).

Neste contexto, viu-se a necessidade de estabelecer uma “igualdade de armas” entre os indivíduos que buscavam acessar a justiça, visto que as custas judiciais eram extremamente caras, principalmente honorários advocatícios, impossibilitando tal acesso às pessoas pobres. E assim, surgiu o que Capelletti chamou de 1ª onda renovatória onde os Estados ocidentais se preocuparam em criar programas de assistência judiciária à população pobre, criando o sistema *judicare*, o modelo público de assistência judiciária (*salaried staff model*) e os modelos combinados, espécie de fusão dos dois anteriores, além da criação dos tribunais de pequenas causas.

A 2ª onda renovatória surgiu a partir da observação que o esquema até então existente não protegia direitos coletivos e direitos difusos. E assim surgiram as *class actions* e ações de interesses públicos nos Estados Unidos da América (CAPELLETTI & GARTH, 1988).

Posteriormente, com o advento a 3ª onda renovatória, houve a preocupação com a qualidade do serviço jurisdicional prestado à população, o “enfoque do Acesso à Justiça”, mediante análise da reforma dos procedimentos em geral, criação de métodos alternativos para decidir causas judiciais, bem como de instituições e procedimentos especiais para determinados tipos de causas de particular “importância social” (CAPELLETTI & GARTH, 1988).

E com isso, inspiradas nas lições de CAPELLETTI & GARTH acerca das ondas renovatórias da justiça, surgiram as ondas renovatórias da Defensoria Pública, que destacam a forma de atuação da instituição e a população atendida pela mesma.

As referidas ondas se entretocam, assim como o fenômeno das gerações/dimensões dos direitos fundamentais, não são fenômenos estanques, e não se excluem. O surgimento de novas ondas, portanto, não desonera ao atendimento das anteriores, havendo uma disputa de prioridades, diante dos escassos recursos disponíveis, demandando uma atuação estratégica (SOUSA e PACHECO, 2021).

A 1ª onda renovatória trata da assistência jurídica da Defensoria Pública aos necessitados. Na Constituição Federal de 1988, quando se trata da Defensoria Pública, o artigo 134 menciona os necessitados, assim como os que comprovarem insuficiência de recursos (inciso LXXIV do art. 5º). Destarte, quando a constituição pretende se referir à questão econômica premente utiliza as palavras carente, pobreza e pobre (v.g. art. 3º, III; art. 23, X; art. 203, II; art. 245 e ADCT 79, 80, 81, 82 e 84).

A Defensoria Pública Fluminense possui regulamentação (art. 4º, I, Deliberação CS/DPGE nº 124/17) na qual prevê o limite de 3 (três) salários mínimos com renda mensal líquida individual e 5 (cinco) salários mínimos com rendimento mensal líquido familiar, dentre outros fatores elencados na norma, como requisito essencial para utilização do serviço público prestado pela instituição, que

abrange, gratuitamente, consultoria jurídica, requisição de documentos a entidades públicas, mediação, defesa em juízos cíveis, criminais, de família, entre outros.

A tradição de uma atuação individualista da Defensoria decorria de um traço geral do direito brasileiro (assim como de muitas ordens jurídicas) e também do tratamento dos pobres apenas como indivíduos, negligenciando sua situação de classe, haja vista muitas das pretensões titularizadas por esses derivarem de fatores coletivos. Por sinal, uma grande falha do sistema judicare, assinalada por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, é exatamente tratar os pobres como indivíduos, “negligenciando sua situação como classe”.

Diante disso, surgiu a 2ª “onda” renovatória, com a abertura da Defensoria Pública, na década de 90, para atuações coletivas, precipuamente na seara do consumidor. Porém, somente no ano de 2007 foi incluída no rol de legitimados da Lei 11.448/07 (Lei de Ação Civil Pública), sendo que antes disso, diversos julgados, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, reconheceram a possibilidade de atuação coletiva da Defensoria Pública.

A Lei Complementar n.º 132/2009 promoveu profunda alteração na Lei Complementar n.º 80/94 (Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública), reforçando a legitimidade da atuação coletiva da instituição (art. 4º, VII, LC 80/94), sendo que a Emenda Constitucional n.º 80/04 alterou significativamente o caput do art. 134 da CRFB/88, para atribuir à Defensoria Pública, de forma explícita, a defesa dos interesses individuais e coletivos dos necessitados.

No ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3943, ajuizada pela Conamp – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, que contestava a inclusão da Defensoria Pública no rol de legitimados da Lei 11.448/2007 (Legislação que alterou a Lei de Ação Civil Pública).

Atualmente a Defensoria Pública possui grande desenvoltura no âmbito coletivo e transindividual, atuando em ações civis públicas e termos de ajustamento de condutas, levando a instituição a uma posição de destaque na litigância coletiva, juntamente com o Ministério Público (SOUSA e PACHECO, 2021).

Superado esse momento, eis que surge a 3ª onda renovatória, na qual se entendeu que a Defensoria Pública não possui uma identidade “neutra”, mas a missão constitucional de inclusão democrática de grupos em situação de vulnerabilidade, com o escopo de garantir a participação e influência desses grupos nas decisões políticas sociais, de modo a não serem ignorados no processo de composição, manutenção e transformação da sociedade na qual estão inseridos (IDEM, 2021).

A maior atenção ao critério da vulnerabilidade ocorreu, principalmente, em virtude da ligação da Defensoria Pública com grupos que necessitam do atendimento de suas necessidades básicas. As crianças, as populações afrodescentes e indígenas, as mulheres, a população LGBTQIA+, os deficientes, os idosos, os doentes terminais e os migrantes, por exemplo, situam-se entre os vulneráveis (ou em situação de vulnerabilidade), necessitando de especial proteção (GONÇALVES FILHO; ROCHA e MAIA, 2020).

Diogo Esteves e Franklyn Roger (2017) apontam algumas espécies de vulnerabilidades existentes no mundo contemporâneo, quais sejam:

“(...) a vulnerabilidade econômica, a vulnerabilidade organizacional, a vulnerabilidade etária, a vulnerabilidade física, mental e sensorial, a vulnerabilidade indígena, a vulnerabilidade por vitimização, a vulnerabilidade por migração ou deslocamento interno, a vulnerabilidade por vivência em situação de rua, a vulnerabilidade por orientação sexual e identidade de gênero, a vulnerabilidade das minorias, a vulnerabilidade processual, a vulnerabilidade episódica ou transitória e a vulnerabilidade por privação de liberdade” (Diogo Esteves e Franklyn Roger, 2017, p. 303).

Há ainda quem defenda o surgimento de uma 4ª onda renovatória, oriunda do advento da utilização de recursos tecnológicos por todo o sistema de justiça, através de utilização de processo eletrônico, inteligência artificial para julgamento de processos com matérias massificadas, ou mesmo plataformas de disputas extrajudiciais, como as “ODRs” (online dispute resolutions), sendo a consumidor.gov.br uma das mais conhecidas e acessadas, possibilitando a identificação de novas espécies de vulnerabilidades, como a exclusão digital e a “cibervulnerabilidade” (SOUSA e PACHECO, 2021).

Vê-se, portanto, que com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 80 de 2014 e a consequente alteração, dentre outros, do artigo 134 da Constituição de 1988, a Defensoria Pública ampliou o seu escopo de atuação, não mais se limitando à orientação e defesa extrajudicial e judicial de pessoas em situação de pobreza, mas *“fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (...)”*, passando a atuar em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade.

E assim, não mais a pobreza, mas marcadores² de raça, classe, gênero, cor, orientação sexual, idade, entre outros, que por si só, ou de forma interseccional³, impingissem aos sujeitos uma situação de vulnerabilidade, já os credenciam à qualidade de usuários e usuárias dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como a de qualquer Defensoria Pública da Federação, em virtude da normativa constitucional.

Um ponto que desperta a curiosidade é que fatores interseccionais e vulnerabilidades, muitas vezes, estão inter-relacionados. Consoante lições de Collins e Bilge (2020):

2 “sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais.” (ZAMBONI, 2014, pág. 01)

3 Interseccionalidade é uma ferramenta analítica que proporciona um melhor acesso à complexidade do mundo e das pessoas. (COLLINS, 2020)

“A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (Collins e Bilge, 2020, p.16)

Neste sentido, mister ressaltar que a inter-relação entre os fatores interseccionais e vulnerabilidades não se trata de mera coincidência, pois tem com base estruturante as opressões geradas e sustentadas pelo sistema capitalista, conforme nos ensina Galassi (2020, sem página):

“O machismo e o racismo são mecanismos do capitalismo para sustentar um sistema de produção que depende da exploração e da opressão. Neste sentido, a interseccionalidade da luta da classe trabalhadora, levando em consideração marcadores de gênero e raça, são determinantes para romper com o sistema imposto e construir um mundo equânime.”

Kimberlé Crenshaw (2002, p.172 e 176) destaca os esforços mundiais na última década, em consequência do ativismo das mulheres, para ampliação da proteção de seus direitos humanos⁴, através de uma perspectiva de gênero, inclusive com a proliferação

SUMÁRIO

4 “Também os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem. A expressão “direitos do homem”, que é certamente enfática — ainda que oportunamente enfática, pode provocar equívocos, já que faz pensar na existência de direitos que pertencem a um homem abstrato e, como tal, subtraídos ao fluxo da história, a um homem essencial e eterno, de cuja contemplação derivaríamos o conhecimento infalível dos seus direitos e deveres. Sabemos hoje que também os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação” (BOBBIO, 1992, p. 20).

de diversos tratados e conferências, como a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, as conferências do Cairo, de Viena e de Beijing. Contudo, não se tem a mesma percepção ao fazer uma leitura interseccional perpassando por gênero, raça e etnia, uma vez que a discriminação interseccional é difícil de ser identificada, pois forças econômicas, culturais e sociais, de forma silenciosa, inserem as mulheres em outros sistemas de subordinação, a começar pela subordinação interseccional.

Carla Akotirene (AKOTIRENE, 2019) ensina que mulheres negras na condição de “Outro” lutaram contra a ordem patriarcal racista, capitalista, em prol do sufrágio, da abolição, defendendo homens negros e mulheres brancas, por entenderem que o marcador de gênero explicava as violências sofridas por mulheres brancas e categoria raça o racismo imposto aos homens negros.

A Emenda Constitucional n.º 80/2014 incumbiu à Defensoria Pública uma nova missão: a promoção e defesa dos direitos humanos.

E com isso, nos parece, restou respondida uma grande preocupação de Norberto Bobbio (1992, p.24) no sentido de que o problema fundamental em relação aos direitos humanos não seria tanto justificá-los, mas protegê-los, tratando-se não de um problema filosófico, mas político.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro já possuía como atribuição, oriunda da Lei Complementar 80/94, a defesa da primazia e efetividade dos direitos humanos, contudo a Emenda Constitucional n.º 80/2014 elevou tal mister a nível constitucional, reconhecendo a relevância política da instituição.

Com isso, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro deixou de ser uma instituição somente para atendimento de demandas de pessoas pobres, mas passou a ter atuações em defesa de direitos humanos, considerando, também, perspectivas de gênero, raça, capacidade, etária, entre outras. Assim, foram criados

órgãos especializados para atendimento desse público que passou a acessar a instituição: Núcleo Especializado de Defesa de Direitos Humanos (NUDEDH), Núcleo Especial de Defesa da Mulher (NUDEM), Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS), Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED), Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa (NEAPI), Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico – Racial (NUCORA) e recentemente a Coordenadoria de Promoção de Equidade Racial (Coopera).

Destarte, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro passou a disponibilizar mais uma gama de serviços aos seus usuários e usuárias, judicial ou extrajudicialmente, visando: a retificação de gênero civil, realização de cirurgia de transgenitalização, amparo e proteção da mulher vítima de violência, concessão de transporte à pessoa deficiente para realização de tratamento, ações de combate ao racismo estrutural etc.

O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO ENQUANTO PODER-DEVER DA DEFENSORIA PÚBLICA.

O Brasil é um país erigido sobre bases coloniais, calcadas na diáspora, sofrimento e exploração do povo negro. Uma nação construída por uma cultura escravocrata impiedosa, respaldada pelo mito da supremacia branca, que, por séculos, tentou escamotear o racismo estrutural e estruturante existente em nossa sociedade, ao argumento da miscigenação do povo brasileiro e do mito do brasileiro cordial.

Importante ressaltar, que apesar de haver todo um tráfico de pessoas escravizadas no Brasil, a constituição do império, de 1824, não estabeleceu qualquer regime jurídico às pessoas escravizadas, reforçando a coisificação das pessoas negras e sua classificação como “não ser”, posto que, além de não regulamentar sua situação jurídica, de fato, relegavam a elas menos valor do que aos semoventes. A lei Eusébio de Queiróz, lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, proibiu o tráfico de africanos no Brasil, tornando-o ilegal, apesar disso, no período entre 1850 e 1856 houve um aumento do tráfico com o ingresso de cerca de 38.000 pessoas escravizadas no país⁵.

A “abolição” da escravatura ocorreu em 1888. O Brasil foi o último país do Ocidente a extinguir a escravidão, que durou 338 anos com o tráfico de 5 milhões de africanos. A Lei Áurea só possuía dois artigos. O primeiro declarava que estava extinta a escravidão. O segundo dizia que estavam revogadas todas as disposições contrárias. Não foi falado qual destino seria dado à população negra “liberta”. E o destino foram as favelas, a mendicância, os prostíbulos. O economista Mário Lisboa Theodoro calculou a dívida do Estado Brasileiro com a população afro-brasileira, utilizando como parâmetro o mesmo valor das indenizações pagas pela Alemanha aos familiares dos judeus que foram vítimas do holocausto. Chegou-se à vultuosa importância de 16 quadrilhões de reais, o equivalente a mais de seiscentas vezes o PIB anual dos EUA⁶. Certamente por isso, alguns estudiosos sustentam que o jurista Rui Barbosa, pretendendo evitar pleito indenizatório futuro, deu a ordem para que se queimassem todos os registros referentes à prática de escravidão no Brasil⁷.

O Ato complementar à constituição do Império de 1824 dizia que negros e leprosos (portadores de hanseníase) eram proibidos de frequentar as escolas, certamente por receio de que a “onda negra”

5 <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/lei-eusebio-de-queiros.htm> 2

6 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_brasil_escravidao_reparacoes_fd

7 <https://www.uhumanas.uniceub.br/jus/article/viewFile/3553/2822>

decorrente da revolução haitiana influenciasse uma insurreição da numerosa população negra existente no Brasil⁸.

A “abolição” da escravatura ocorreu em 1888 e a primeira lei que tratou acerca de racismo surgiu em 1951 (Lei 1390/51), a Lei Afonso Arinos, que tratava o racismo como contravenção penal e era restrita a determinados espaços físicos. Importante destacar que, ainda no Império, o Livro 5º das Ordenações Filipinas tipificava cinco crimes, dos quais, apenas dois eram punidos com pena de morte: feitiçaria e festividades do povo negro. O Código Criminal de 1890 tinha um capítulo inteiro criminalizando a capoeira e a vadiagem, inclusive com a possibilidade de criminalização de crianças negras a partir de nove anos de idade. A Constituição de 1934 estimulou a entrada de imigrantes no Brasil, com garantia de emprego e incentivos em terras, vedando, porém, a integração étnica e estimulando a educação eugênica:

“A qualificação do imigrante passava, em primeiro lugar, pela condição de agricultor: a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade cafeeira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória, inclusive no Estado Novo. Mas, também, não existiam dúvidas quanto à cor da pele do imigrante ideal, pois a maioria dos que trataram do problema imigratório descartaram como inconveniente, e até pernicioso, qualquer imigração asiática, africana e de negros americanos, com o argumento, qualquer que fosse a época, da ameaça à “formação nacional”. Em suma, negros e amarelos, para usar categorias consensuais de cor, eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada” (GOMES, 1999, p. 211).

A breve e simplória digressão histórica teve por escopo evidenciar o racismo estrutural da sociedade brasileira, espécie de

SUMÁRIO

8

<http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/coloquiodehistoria2016/paper/viewFile/191/13#:~:text=Os%20feitos%20da%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20haitiana,o%20poder%20das%20m%C3%A3os%20das>

racismo “normalizado” nas relações políticas, econômicas, jurídica, familiares, fomentado durante séculos, não sendo suficiente a responsabilização jurídica dos indivíduos para extirpá-lo do meio social:

“O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial” (ALMEIDA, 2019, p. 25).

A “branquitude”⁹, grupo dominante na sociedade, instrumentaliza o racismo através das instituições e organiza por meio do imaginário social uma série de práticas de exclusão, para manter o seu poder político e os privilégios sociais. A supremacia branca é um mito assim como o é a democracia racial no Brasil:

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto” (GONZALES, 1984, P. 216).

SUMÁRIO

O que há, na verdade, é hegemonia branca, a saber, a predominância da população branca sobre a população negra, embora exista em menor número, no acesso às melhores oportunidades de ensino, emprego, saúde, alimentação, enfim à melhor qualidade de vida:

“Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis. É preciso que falemos do nosso lugar, a partir de nossa perspectiva e crença” (ALMEIDA, 2014, p. 133/134).

Em uma pesquisa rápida de pessoas em posição de poder ou de tomada de decisão seja nos poderes da república, em empresas, igrejas, universidades, será visível a ausência ou baixa representação de pessoas negras, em gritante contradição, uma vez que somos a maior população negra fora do continente africano e a segunda maior população negra do mundo (atrás apenas da Nigéria). O racismo é uma construção social. Ele é estrutural, estruturante e institucional.

A antropóloga Lélia Gonzales fala de uma dinâmica de denegação (GONZALES, 1988, p. 69). O racismo que nega a sua própria existência. É uma estrutura complexa que está estruturada no sistema político, no sistema jurídico, nas relações interpessoais. Mas ainda é tratado por muitos como algo episódico, uma questão pontual, por não ter havido no Brasil um apartheid como na África do Sul. Mas tivemos toda uma legislação criminalizando o negro, estudos de caráter eugênico (NINA RODRIGUES, apud CARVALHO), inclusive na criminologia, apontando características físicas do povo negro como indicativos de uma maior tendência a delinquir (CESARE LOMBROSO, apud CARVALHO), além de uma necropolítica e superencarceramento destinados à população pobre, negra e periférica, em virtude da prática de obras toscas, seja na forma de crime ou de ato infracional.

A necropolítica consiste em o não reconhecimento da humanidade da população negra pelo Estado, principalmente no exercício de sua atividade policial, com a coisificação dos corpos negros, elencando jovens moradores de comunidades pobres e favelas como inimigos desprovidos de direitos da cidadania, a serem combatidos e abatidos:

“Mais uma expressão da violência racial no Brasil diz respeito ao número exorbitante de mortes decorrente de homicídio, afetando drasticamente o jovem negro e, conseqüentemente, a constituição da família negra. Os índices de homicídio, apresentados no Mapa da Violência de 2011, da população total por raça/cor, expressam diferenças regionais alarmantes (WAISELFISZ, 2011)” (ALMEIDA, 214, p.138).

Nesse sentido, vê-se o fomento pelo Estado de políticas punitivas, com a conseqüente atuação do aparato punitivo estatal sobre a população negra, totalmente coisificada, alvo de múltiplas e sucessivas violações de direitos, respaldadas por uma ideologia racista arraigada na cultura brasileira, conforme ensinamentos de BARROS, DOS REIS e FACEIRA:

“A formação ideológica racista permanece tão arraigada na cultura brasileira que os corpos pretos, pardos e pobres são constantemente relacionados à ideia de violência e criminalidade. Destaca-se, neste sentido, o Estado e os seus aparatos repressivos, respaldados por uma mídia discriminatória, como principais agentes de uma violência institucional. A trama é tão entranhada e disseminada que as enormes violações de direitos dessa população não criam revolta ou até mesmo espanto em grande parcela de nossa sociedade. Com a colaboração da mídia, as estatísticas, as discussões sobre a violência e as classes perigosas vão sendo reforçadas, no intuito que esses indivíduos sejam culpabilizados. Isso retira o foco dos debates que envolvam a proteção social e cidadania. A ascensão do Estado Penal e da criminalização da pobreza é fortificada pelo que é empreendido na hegemonia dominante e na mídia a

serviço do capital, produzindo o imediatismo e o vínculo da favela e seus habitantes à violência” (BARROS; DOS REIS e FACEIRA, 2020, p. 53).

Observe-se que esse estado de coisificação da população negra, diuturnamente, é acobertado pelo mito da democracia racial. Não obstante, eclode de forma glamourosa nos carnavais cariocas, associado ao sexismo, onde há a transformação da empregada doméstica em Cinderela, ocasião em que deixa o ostracismo das comunidades pobres e é alçada ao posto de “musa” e de “rainha” para brilhar na passarela do samba, mediante exposição de seu corpo e ginga, muitas vezes na tentativa de obter uma ascensão profissional em virtude de toda a cobertura midiática daquele momento vivido:

“O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo. Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Sonha com esse sonho dourado, conto de fadas no qual “A Lua te invejando fez careta/ Porque, mulata, tu não és deste planeta” E por que não? Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência

simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (GONZALES, 1984, p. 227/228).

Nessa seara, diante de atravessamentos que compreendem a coisificação da população negra pelo próprio Estado, fiador de uma necropolítica que, por si só, insere a referida população em uma situação de vulnerabilidade, faz-se mister que a Defensoria Pública, enquanto instituição de defesa de direitos humanos, de proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, integrante do sistema de justiça (campo de poder onde estão alocados o Ministério Público e o Poder Judiciário), reconheça e use o seu poder-dever para combate e erradicação ao racismo estrutural e também ao racismo institucional que permeia o próprio ambiente da instituição.

CONCLUSÃO

Magali de Almeida (ALMEIDA, 2014, p. 149) nos traz reflexões acerca da desumanização da população negra e a Diáspora Negra cuja essência é o terror racial, possuindo também como característica o genocídio antinegro, formas de manter a população negra em estado de subordinação e proteger os privilégios da branquitude.

A autora corrobora argumentos trazidos neste artigo no sentido de que o racismo, assim como outras formas de opressão decorrentes de gênero, etnia, capacidade, idade, entre outros, estão a serviço do sistema capitalista e possuem por escopo manter a histórica supremacia exercida numa sociedade patriarcal, por homens

brancos cisheteronormativos e o aprofundamento das desigualdades sociais nela existente:

“Portanto, raça, como é concebida hoje, nada tem de biológico. É um conceito político que expressa relações de poder e dominação. É uma categoria de hierarquização social e opera na produção de desigualdades sociais. A utilização do conceito de raça abriga um histórico de dominação dos homens brancos ocidentais sobre o resto do mundo. Classe e patriarcado são atributos da sociedade patriarcal, e estão na origem da supremacia branca. Assim, o conceito de raça implica igualmente no conceito de racismo com os processos de interiorização resultantes. A sociedade brasileira, desde o início do século XXI, tem assistido a uma disputa severa entre aqueles que defendem o critério étnico-racial como marcador de acesso a direitos historicamente negados à população negra, e aqueles que admitem que a questão é meramente de classe. Movimentos em defesa ou contrários às cotas para a população negra nas universidades, e até mesmo a judicialização do tema no Supremo Tribunal Federal, demonstram a arena de luta no campo dos direitos. Há, portanto, dificuldade em trabalhar com argumentos que situam negros e negras como sujeitos de direitos” (ALMEIDA, 2014, p. 149).

A sociedade brasileira ainda possui raízes profundas de um passado colonial e escravista, no qual se negava à população negra a condição de ser, com o consequente e proposital apagamento de sua rica cultura e milenar história. É chegado o tempo de uma nova narrativa, epistemológica, decolonizada, que afaste velhas e obsoletas práticas racistas que se perpetuam durante séculos em nossa sociedade, negando aos amefricanos o protagonismo a que fazem jus. É mais que urgente a desconstrução de mentes coloniais, com o reconhecimento da humanidade e importância da população negra para a construção e manutenção desse país, possibilitando-a ocupar o lugar na pirâmide social que desejar e não aquele ao qual foi fadada por um longínquo processo de subordinação e pseudo-abolição da escravidão.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente criada para o atendimento de pessoas em situação de pobreza, vem se transformando ao longo de seus 68 anos de existência, tendo sofrido mudanças profundas em sua forma de atuação, principalmente a partir do ano de 2007, em que alcançou autonomia funcional, administrativa e orçamentária, teve reconhecida a sua legitimidade para propositura de ação civil pública e, através da Emenda Constitucional n.º 80 de 2014, foi alçada constitucionalmente à instituição de defesa de direitos humanos¹⁰, podendo, com isso, atuar perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Sistema Onusiano de Direitos Humanos.

A Casa da Cidadania, como também é conhecida a Defensoria Pública Carioca, na qualidade de instituição integrante do sistema de justiça, ao atingir esse novo patamar que lhe foi conferido pelo poder constituinte, vê-se diante de um novo desafio e missão e, quiçá, uma política social, de combater e erradicar o racismo estrutural e institucional, poder-dever decorrente do refinamento e aprofundamento do disposto no artigo 134 da CRFB/88, como forma de atingimento de uma sociedade mais justa, plural e solidária.

Fica, contudo, uma importante indagação, que somente o futuro responderá: A Defensoria Pública Carioca, de fato, conseguirá, ao longo dos anos vindouros, combater e erradicar opressões e violações de direitos atravessadas por identidades interseccionais, geradoras de múltiplas vulnerabilidades?

SUMÁRIO

10 Art. 134, CRFB/88 – "(...) *“Incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.”*

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**: Feminismos Plurais. 1ª ed. Pólen: São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo Estrutural**: Sujeitos, trajetórias e institucionalidades. 1ª ed. Pólen: São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Magali da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**, n. 34, v. 12. 2014)

BARROS, Nívia Valença; DOS REIS, Josélia Ferreira; FACEIRA, Lobélia da Silva. **Política Social no Brasil**: Sujeitos, trajetórias e institucionalidades. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2020

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX**: o estudo do negro como criminoso. Disponível em :: http://www.academia.edu/16148771/Cesare_Lombroso_e_Raimundo_Nina_Rodrigues_entre_as_ci%C3%Aancias_do_s%C3%A9culo_XIX_o_estudo_do_negro_como_criminoso> Acessado em 30 de dezembro de 2022.

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie. Porto Alegre. Sérgio Fabris Editor. 1ª ed. 1988.

COLLINS. Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; http://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio_de_janeiro/constituicao_1967/Constituicao_1967.pdf Acessado em 30 de dezembro de 2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 30 de dezembro de 2022.

CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, Florianópolis, 2002.

DELIBERAÇÃO CS/DPGE Nº 124 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. <https://www.defensoria.rj.def.br/legislacao/detalhes/5485-DELIBERACAO-CS-DPGE-N%C2%BA-124-DE-20-DE-DEZEMBRO-DE-2017> Acessado em 30 de dezembro de 2022.

ESTEVES, Diogo; SILVA, Franklyn Roger Alves. **Princípios institucionais da defensoria pública**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GALASSI, Vanessa. Interseccionalizar a luta para avançar contra o capitalismo. *In: SINPRO-DF*. Novembro/ 2020. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/interseccionalizar-a-luta-para-avancar-contra-o-capitalismo/> Acesso em 25 de janeiro de 2023.

GOMES, Angela Maria de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. **Repensando o Estado Novo** (org. PANDOLFI, Dulce), Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GONÇALVES FILHO, Edilson Santana; ROCHA, Jorge Bheron; MAIA, Maurílio Casas. **Custos Vulnerabilis: A Defensoria Pública e o equilíbrio nas relações político-jurídicas dos vulneráveis**. Belo Horizonte: CEI. 01 ed. 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.º 92/93.(jan.jun.), 1988.

LEI COMPLEMENTAR n.º 132 DE 07 DE OUTUBRO de 2009 - Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp132.htm Acessado em 30 de dezembro de 2022.

LEI COMPLEMENTAR N.º 80 DE 12 DE JANEIRO DE 1994 - Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm Acessado em 30 de dezembro de 2022.

LEI N.º 11.448/2007 – Altera o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11448.htm Acessado em 30 de dezembro de 2022.

LIMA, Carlos Alberto. **Políticas Públicas no século XXI**. 22ª ed. Criciúma: Unesc, 2019.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013**. Tese de Doutorado. 2013. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Potyara. **Política Social no Brasil**: sujeitos, trajetórias e institucionalidades. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2020.

RESOLUÇÃO DPGERJ n.º 887/2017 – Cria o Grupo de Trabalho para elaboração e acompanhamento da política institucional de ações afirmativas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/legislacao/detalhes/6260-RESOLUCAO-DPGE-N%C2%BA-887-DE-6-DE-JULHO-DE-2017> Acessado em 30 de dezembro de 2022

RESOLUÇÃO DPGERJ n.º 1171/2022 – Altera a RESOLUÇÃO DPGERJ n.º 887/2017. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/legislacao/detalhes/20456-RESOLUCAO-DPGERJ-N-1171-DE-26-DE-AGOSTO-DE-2022> Acessado em 30 de dezembro de 2022

RIO DE JANEIRO [ESTADO] Defensoria Pública Geral. Caminhos da Igualdade: grupo de trabalho para fortalecimento e acompanhamento institucional das ações afirmativas – Centro de Estudos Jurídicos – Rio de Janeiro, DPGERJ, 2022.

SOUSA; José Augusto Garcia de; PACHECO, Rodrigo Baptista. **Defensoria Pública, Democracia e Processo II**. São Paulo: Tirant lo blanch. 1ª ed. 2021

WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa**: processos coletivos e outros estudos. 01 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, 2014.



15

Ricardo e Silva Martins

A BOLSONARIZAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL:

**MILITARES E AS LIVES
DE QUINTA(FEIRA) NO YOUTUBE**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as novas formas de interação política que emergiram a partir das inovações tecnológicas da era digital, enfocando a relação entre o bolsonarismo e as redes sociais, especialmente a plataforma de vídeos, YouTube. A hipótese do artigo é que a ascensão, a influência e a manutenção de Bolsonaro no poder como um político populista autoritário dependeu, em parte, da forma como as redes favoreceram conteúdos de políticos conservadores. A metodologia utilizada foi a mineração de textos por redes semânticas, com o apoio do software livre Iramuteq e o tratamento dos grafos com o programa Gephi. As transmissões selecionadas para a análise foram as lives realizadas no mandato do ex-presidente Bolsonaro (2019 – 2022). Das 180 lives, 25 delas contaram com a participação de militares. Estas 25 transmissões, que somaram quase 18 horas de conteúdo analisado e mais de 100 páginas de material, compõem o primeiro momento de análise do artigo.

No segundo momento de análise, complementar à mineração de texto das transcrições do recorte, foram analisados os comentários inseridos na plataforma YouTube em 24 das 25 transmissões elegíveis para análise. Cabe destacar, que uma delas não teve comentários. Com a análise dos dados obtidos a partir da transcrição e do tratamento e análise do software, foi possível identificar o padrão de conteúdo veiculado nas lives de quinta-feira. Associando ao primeiro momento metodológico, foi possível compreender como os textos produzidos durante as transmissões reverberaram na audiência que os acompanhava através da plataforma de vídeos YouTube.

Desta forma, este trabalho ajuda a demonstrar também as transformações nas formas de comunicação e nas relações interpessoais e políticas decorrentes da emergência das redes sociais digitais. Em particular, o estudo se concentra no papel do líder de direita Jair Messias Bolsonaro, que utilizou dessas plataformas como instrumentos de mobilização e persuasão de seus seguidores.

A hipótese central é que líderes de extrema-direita adotam uma estratégia de comunicação populista digital, que explora as potencialidades das redes sociais para amplificar suas mensagens e construir uma identidade coletiva baseada na negação a política.

REDES SOCIAIS E POPULISMO DIGITAL

Uma das características marcantes do cenário político contemporâneo é a influência das tecnologias digitais na configuração das relações de poder e na construção de identidades coletivas. Nesse sentido, a internet se apresenta como um espaço de interação social que possibilita a emergência de novas formas de participação política, mas também de manipulação e controle dos comportamentos e opiniões dos cidadãos. A partir de uma análise crítica da literatura especializada, este trabalho compreenderá como se dá o processo de cooptação algorítmica e recrutamento ideológico dos usuários das redes sociais digitais, que muitas vezes envolve a exposição de seus dados pessoais sem uma clara consciência dos riscos e das implicações dessa prática (Silva; Bonotto; Santos, 2022). Para tanto, recorre-se ao conceito de “mutualismo digital” proposto por Mounk (2019) em sua obra “O povo contra a democracia”, que descreve a relação paradoxal entre os indivíduos e as plataformas de mídia social, baseada na troca de informações sensíveis por uma experiência personalizada e gratificante, mediada por algoritmos de inteligência artificial, que reforça a sensação de pertencimento a grupos virtuais com afinidades ideológicas. Mounk (2019) defende que esse fenômeno é ao mesmo tempo, causa e solução para as inquietações que assolam a sociedade atual, ao criar um ambiente digital fragmentado e saturado de informações, onde as notícias são disseminadas incessantemente e nem sempre verídica.

Assim posto, destaca-se a relevância de um modelo comunicacional que se baseia na disseminação de informações por meio do algoritmo das redes sociais, cujo efeito é a tendência de aproximação de bolhas ideológicas por meio do engajamento com conteúdo direcionado ao usuário. Tal modelo é fundamentado em estudos de Charaudeau (2009), Empoli (2020) e Rhodes (2022). No âmbito desse processo interativo online, o conceito de engajamento é crucial, visto que se configura como um indicador utilizado para mensurar a participação, alcance e adesão do público às publicações políticas, sendo quantificado por meio de interações como likes e visualizações, conforme discutido por Higgins e Scholer (2009). Além disso, é importante ressaltar que as ferramentas digitais proporcionam a capacidade de manipular o conteúdo apresentado a um usuário, perpetuando a imersão desse usuário em um ambiente que reforça suas preferências previamente identificadas pelo algoritmo das redes. Essa abordagem analítica, embasada em leituras contemporâneas e na análise do comportamento do usuário online, incluindo indicadores como tempo de tela, visualização de vídeos, bem como os canais e páginas acessados (ou curtidos), possibilitando ao algoritmo discernir o padrão de consumo subjacente às preferências individuais do usuário, conforme apontado por Rhodes (2022).

Nesse cenário manipulativo, tanto os usuários quanto os criadores de conteúdo para as redes sociais digitais desempenham papéis de extrema relevância na configuração de um ambiente virtual meticulosamente planejado. Este espaço digital é concebido com o intuito de manter o conforto e a retenção dos usuários por meio das sugestões apresentadas. Além disso, as redes se adaptam com base nas interações dos usuários, aprendendo sobre cada um. E direcionando as recomendações de conteúdo e de influenciadores com os quais esses usuários serão expostos, conforme discutido por Rhodes (2022). Esse procedimento de aliciamento e fidelização orienta os utilizadores a integrarem-se em grupos reconhecidos como “bolhas de filtro”, nos quais são cultivados efeitos que incluem a perpetuação do utilizador em um espaço virtual que espelha suas

preferências de consumo de conteúdo, as quais foram previamente identificadas pelo algoritmo. Adicionalmente, tal processo promove a aproximação de indivíduos que compartilham perspectivas ideológicas similares, enriquecendo, assim, a experiência online por meio da presença aparente de pares ideológicos e da continuidade do padrão de conteúdo oferecido (Rhodes, 2022).

É importante destacar que essa modalidade de comunicação não apenas influencia interações de menor estrutura, como preferências musicais e a disseminação de memes, mas também exerce um profundo impacto sobre as fontes de notícias disponibilizadas pelas redes sociais. Esse impacto acarreta implicações diretas para a precisão das informações transmitidas aos leitores. Atualmente, um grande contingente de indivíduos, notadamente os jovens, se engajam em questões políticas por meio das plataformas de mídia social online (Bartlett; Birdwell; Littler; 2011, Baquero; Morais 2014).

Por fim, cabe destacar que esse processo de agrupamento de usuários com comportamentos semelhantes, perpetua o ambiente tóxico e individualista das redes sociais, contribuindo, portanto, para o empobrecimento do debate político ao obstruir a exposição a perspectivas contraditórias e ao promover a imersão artificial dos usuários em espaços virtuais que reforçam suas visões de mundo. Como resultado, ocorre frequentemente a exposição a conteúdo inverídico e impreciso, os quais são disseminados sem o devido controle por parte das corporações de tecnologia, conhecidas como Big Techs.

SUMÁRIO

MINERAÇÃO DE TEXTO: AS LIVES DE (QUINTA) FEIRA E A PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES 2019 – 2022.

O propósito deste estudo consiste em analisar as transcrições das transmissões ao vivo (live streams) realizadas nas quintas-feiras pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no YouTube, durante o

período de 2019 a 2022, particularmente aquelas em que houve a participação de militares. É relevante destacar que o ex-presidente Jair Bolsonaro, na época em questão, acumulou mais de uma década de experiência como membro das Forças Armadas antes de sua rápida incursão na vida política.

Para a análise do referido período das transmissões ao vivo, foi empregada a técnica de mineração de textos (MT), que se baseia na aplicação de métodos computacionais para extrair e interpretar informações significativas de grandes volumes de dados textuais. Neste estudo, utilizou-se o software Iramuteq, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud em 2009, o qual tem como base o ambiente estatístico R. O Iramuteq é uma ferramenta versátil que possibilita a realização de diversas análises textuais, incluindo a classificação hierárquica descendente, análise de similitude, criação de nuvem de palavras, entre outras.

Conforme salientado por Salviati (2017), para uma análise satisfatória por meio do Iramuteq, é necessário contar com um mínimo de 20 sequências discursivas. Importante mencionar que o software foi introduzido no Brasil por Camargo e Justo (2013), os quais destacaram sua utilidade nas áreas das ciências humanas e sociais. Nestes campos, o uso de programas destinados à análise textual experimenta um crescimento significativo desde a década de 1990, conforme exposto por Camargo e Justo (2013).

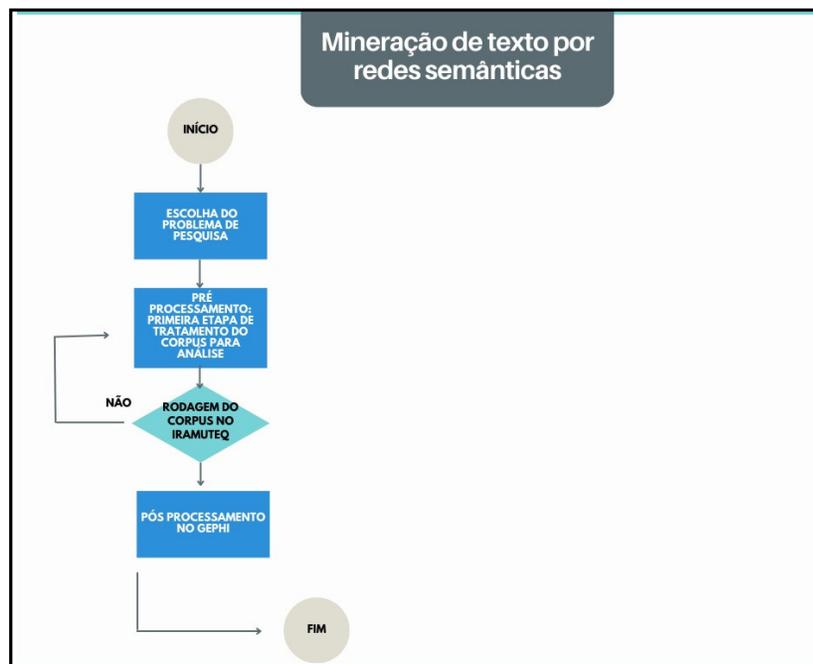
A metodologia adotada neste artigo consistiu em quatro etapas. A primeira diz respeito a seleção do corpus, composto por 25 transcrições das lives de Bolsonaro que contaram com a presença de militares, dentre as 180 realizadas ao longo de seu mandato. A segunda etapa foi a preparação dos dados, que envolveu a padronização dos formatos, a remoção de ruídos e a segmentação das sequências discursivas. A terceira etapa foi a aplicação do Iramuteq para realizar as análises textuais, com base nos critérios definidos pelo manual de Salviati (2017). A quarta e última diz

respeito a interpretação dos resultados obtidos, em aproximação com os comentários “raspados” durante as transmissões de quinta-feira protagonizadas por Bolsonaro e seus convidados militares. Cabe destacar que estes procedimentos foram utilizados também quando da análise produzida a partir dos comentários deixados nas referidas transmissões.

Após o conteúdo escolhido e sistematizado, a etapa subsequente consiste na rodagem propriamente considerada da ferramenta Iramuteq. Caso ocorra alguma falha na leitura do material inserido em “txt” ou planilha no *Excel*, o Iramuteq interromperá a análise e junto a janela de erro, será evidenciado ao analista em qual linha ocorreu a inconsistência. Neste caso, será necessário visitar o material onde o corpus foi armazenado dentre os formatos suportados pela ferramenta e fazer os ajustes antes da nova rodagem. Após a nova rodagem, um sinal sonoro será emitido pelo Iramuteq, demonstrando o sucesso no processo de pré-análise. Após a conclusão, o pesquisador escolherá qual o conjunto de gráficos escolhidos, ficando a critério do pesquisador e da aderência para a pesquisa.

Na última etapa do processo de produção dos grafos realizou-se a exportação do material produzido pelo Iramuteq para o *software* aberto de manipulação e visualização de grafos *Gephi*. Nesta etapa o material obtido após a visualização do corpus durante a CHD (Classificação Hierárquica Descendente) foi exportado para o *Gephi* através do formato “txt” e rodado em parâmetros que incluem o algoritmo “atlas 2” e modelos pré-dispostos segundo a inteligência artificial do supracitado *software* (Campos *et al.*, 2017; Mônico *et al.*, 2020).

Figura 1: Roteiro para análise de conteúdo automatizada no Iramuteq



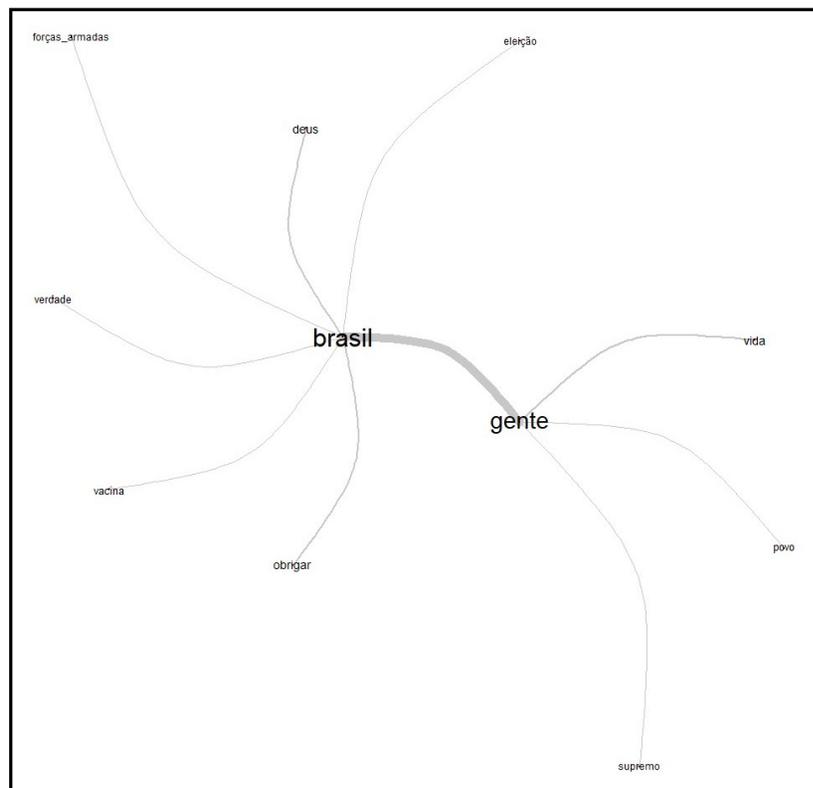
Fonte: Elaboração própria (2023)

Como demonstra o gráfico abaixo produzido com o auxílio dos softwares Iramuteq em associação ao Gephi, as avalanches de consenso¹ produzidas durante as participações dos militares ao espaço proposto pelo então Presidente para tratar de assuntos de governo, foram fartamente impactados pela ideologia conservadora e populista personificadas por Bolsonaro. A forma com a qual as demandas eram trazidas para discussão, foram pensadas pela capacidade dos temas em gerar calor para a discussão. A prática de sugerir o estado

1 Avalanche de Consenso trata-se de uma técnica empregada por Gianroberto Casaleggio, criador do movimento 5 estrelas na Itália. A "avalanche" consistia em "bombardear" os frequentadores das redes com comentários favoráveis a determinadas ideias, produzindo como efeito a sensação de ampla aceitação do público. Sendo, neste caso, perda de tempo contrapor o comprazimento público.

como indutor da economia, no Brasil, está mais associado ao modelo econômico praticado por governos de esquerda. O intervencionismo do executivo, também. De igual modo, o então Presidente Bolsonaro representava mudança, modernização e “choque liberal” para o estado. Temas que agradavam às bases e os congressistas.

Gráfico 1 - Redes semânticas presentes nas lives com militares 2019 - 2022.



Fonte: Elaboração própria (2023)

A análise do grafo, gerado a partir de um corpus com 25 transmissões ao vivo, revela 11 tópicos principais discutidos durante mais de 5 horas de conteúdo. No epicentro do gráfico, e consequentemente das principais sequências discursivas, encontram-se

os termos “Brasil” e “Gente”. A partir do núcleo “Brasil”, irradiam-se temas como “Obrigado”, “Vacina”, “Verdade”, “Forças Armadas”, “Deus” e “Eleição”. Em uma escala menor, surgem também os termos “Vida”, “Povo” e “Supremo”, lexicalmente ligados ao termo “gente”. Essas conexões sugerem que o grafo proporciona visões valiosas sobre os temas e tópicos discutidos nas entrevistas com militares brasileiros.

O primeiro conjunto de temas em destaque parece estar fortemente relacionado ao período pandêmico e à necessidade expressa pelo então presidente de se opor aos métodos de contenção da circulação do vírus, especialmente as medidas para reduzir a circulação de pessoas. A segunda parte da representação gráfica destaca dois conjuntos de tópicos. O primeiro reforça as críticas do presidente à suposta política de lockdown e à orientação para ficar em casa, uma frase repetida exaustivamente pelo então presidente, tanto dentro quanto fora das transmissões ao vivo. Isso reforça as críticas à gestão da pandemia realizada por prefeitos e governadores. O segundo conjunto reitera a prática de ataque às instituições, evidenciando a animosidade entre o poder executivo e o legislativo, especialmente ao observarem os atritos com o Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto, a análise do grafo oferece uma visão detalhada dos principais temas discutidos durante as transmissões ao vivo, destacando a inter-relação entre eles e fornecendo um panorama abrangente do discurso político no contexto específico das entrevistas com militares brasileiros, com especial atenção aos temas relativos ao período pandêmico e a desgastada relação entre Bolsonaro e o Supremo.

o período da emergência sanitária e as mudanças nas políticas fiscais. A palavra “obrigar” pode indicar que Bolsonaro tomou decisões difíceis ou impopulares durante seu mandato. Algumas das medidas fiscais foram, em parte, impopulares. Isso pode refletir sua abordagem direta e sem rodeios para a governança. RealPolitik. A presença das palavras “Deus” e “exército” sugere o apelo para os sentimentos religiosos e nacionalistas do povo brasileiro. Neste caso é possível destacar a chapa escolhida em 2018 e em 2022, ambas com generais como vice General Hamilton Mourão (PRTB) e o General Augusto Heleno (PL), respectivamente. Reflexo das tensões políticas no Brasil durante esse período.

A análise da presença de Jair Bolsonaro, tanto nos comentários quanto ao protagonizar as transmissões ao vivo, destaca sua atuação como um líder populista que se apresenta como a única figura capaz de solucionar os desafios enfrentados pelo Brasil. Nesse contexto, ele resgata e promove os valores conservadores que ressoam na população, apelo ao sentimento religioso e nacionalista, e controvérsia política. Marcas estilísticas indissociáveis da sua atuação política. Simultaneamente, a análise dos comentários dessas transmissões, obtidos por meio de raspagem de dados, evidencia a influência da militância na corroboração dos discursos proferidos pelo Presidente e pelos convidados militares. Dentro desta análise, Jair Bolsonaro mantém uma posição de destaque como tópico principal de discussão entre os espectadores das transmissões no YouTube. Todavia, é possível discernir a presença de uma dimensão ideológica subjacente nas transmissões, bem como a interpretação dos termos e expressões, como os “apitos de cachorro”, que carregam um significado particular para os apoiadores que acompanham atentamente as transmissões. Também merece menção especial o uso das hashtags durante as transmissões ao vivo. Essas hashtags se tornam um canal de comunicação importante para as bases de apoio de Bolsonaro, refletindo as questões urgentes que são caras a esses grupos.

Estas formas de engajamento e comunicação digital (hashtags, foram desconsideradas para fins analíticos por serem incompatíveis com a leitura dos softwares).

Por fim, é relevante observar que Jair Bolsonaro demonstra um compromisso contínuo em atender aos anseios de seus apoiadores. Ele demonstra essa atenção ao resgatar tópicos previamente levantados por seus seguidores em transmissões anteriores e ao responder a esses temas na semana seguinte. Esse engajamento do ex-presidente não apenas sinaliza sua disposição em abordar as preocupações da base, mas também motiva os apoiadores a participarem ativamente por meio de comentários, visto que sabem que suas vozes estão sendo ouvidas pelo líder que admiram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar as 25 transmissões ao vivo realizadas por Jair Bolsonaro às quintas-feiras, com a participação de militares, identificou-se uma relação de camaradagem entre o ex-capitão e os oficiais presentes. Nota-se que os militares envolvidos geralmente possuíam patentes mais elevadas do que as alcançadas por Bolsonaro durante seu período no Exército Brasileiro. Apesar disso, um ambiente de respeito mútuo predominava, ressaltando o papel de Bolsonaro como comandante-em-chefe das Forças Armadas e mantendo a hierarquia essencial à estrutura militar.

Bolsonaro, antes de ingressar na política, serviu nas Forças Armadas por quase vinte anos, encerrando sua carreira militar em um contexto conturbado. Posteriormente, foi eleito vereador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, sempre associando sua atuação política à sua experiência militar e advogando por temas ligados a essa área. Sua eleição para a presidência em 2018, com o apoio substancial das

Forças Armadas e seus adeptos, foi marcada pelo uso estratégico das redes sociais, semelhante à campanha de Hamilton Mourão, seu vice-presidente. Essa sinergia entre Bolsonaro e o alto comando militar se refletiu na escolha de militares como vices nas eleições de 2018 e 2022, reforçando a conexão entre política e militarismo no contexto da direita brasileira.

É crucial observar que o emprego de redes sociais e mídias digitais em campanhas eleitorais não é um fenômeno recente. Exemplo disso é a campanha de Barack Obama em 2008, apoiada por um dos fundadores do Facebook. A ascensão da internet alterou significativamente as formas de comunicação e acesso à informação, diminuindo a influência dos meios impressos. No âmbito político, as redes sociais se tornaram ferramentas vitais para políticos se conectarem com o eleitorado, especialmente adotadas pela direita tanto no Brasil quanto globalmente.

As transmissões ao vivo de Bolsonaro se destacaram pela presença de militares e por um estilo populista. Essas interações, frequentemente marcadas por críticas à ciência e à imprensa, visavam fortalecer o engajamento do público e a sensação de proximidade entre o presidente e seus seguidores. As transmissões se tornaram um meio para Bolsonaro comunicar as ações e planos do governo, além de servirem como uma extensão de sua estratégia de comunicação.

A importância das redes sociais e das transmissões ao vivo no cenário político é indiscutível. Estas plataformas foram essenciais para a organização e interação entre Bolsonaro e seus apoiadores, além de serem usadas para rebater críticas e informar sobre agendas governamentais. Mais do que isso, representaram um meio para a construção de consensos, apresentação de novos quadros políticos e a perpetuação de uma narrativa populista.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. As vias tortuosas da democracia e a crise da representação no Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 134, p. 59 – 74, 2022. DOI: 10.11606/ISSN.2316-9036.i134p59-74. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202412>. Acesso em: 7 set. 2023.

ABRANCHES, S. ET AL. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. [s.l.] Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ARANHA, Christian; PASSOS, Emmanuel. A Tecnologia de Mineração de Textos. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 0-0, 31 ago. 2006. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais). <http://dx.doi.org/10.21529/resi.2006.0502001>.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da TV e da internet na construção da cultura política no Brasil. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 42, p. 69-84, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12627>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. **Revista Debates**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 71, 31 ago. 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-5269.67295>.

BARBOSA, F. de H. Plano Cruzado. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Colaboração especial: Fernando de Holanda Barbosa. Rio de Janeiro: *FGV CPDOC*, [2023]. <https://atlas.fgv.br/verbete/6297>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. **O caminho da prosperidade**: proposta de Plano de Governo. [S. l.]: [BOLSONARO 2018], 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

SUMÁRIO

BONOTTO, Afonso, et al. **(Ciber)populismo**: a disseminação dos discursos de ódio em prejuízo da democracia. Santa Maria: UFSM, 2022. 15 p. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/congresso-de-direito-6a-edicao>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998 – 2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 26, p. 7-62, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220182601>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Jair Bolsonaro**: biografia. Brasília, DF: CD, [2023]. p. [1-2]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CAMARGO, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, 21(2), 513 – 518. doi: 10.9788/TP2013.2-16

CAMPOS, Marcelo Moreira; GUIMARÃES, Marcos Vinícius Amorim Ferreira; FERREIRA, Lilliane Juvênci Azevedo; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. Estudo da rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Transformação**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 115 – 123, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892017000100011>.

CARVALHO, Fátima Lampreia. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 43, p. 147 – 162, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000200008>

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, 1 jan. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Reflexiones para el análisis del discurso populista**. 2009. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Reflexiones-para-el-analisis-del.html>. Acesso em: 16 jan. 2023.

EL-JAICK, Ana Paula. A discursive analysis of Jair Bolsonaro: populist and ethical (lack of) limits through language. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 538 – 560, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/01031813682381620200403>.

SUMÁRIO

EMPOLI, Giuliano da. 2020. **Os engenheiros do caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. "Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008: a campanha online de barack obama em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 29 – 43, out. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782009000300004>.

HIGGINS, E. T.; SCHOLER, A. A. Engaging the consumer: The science and art of the value creation process. **Journal of Consumer Psychology**, v. 19, n. 2, p. 100–114, 2009.

LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. Nosso salvador não será uma mulher: comentários políticos em um canal oficial de um talk show no YouTube. Alfa: **Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), [S.L.], v. 66, p. 0-0, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-e13941>.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 100, p. 313 – 362, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-313362/100>.

MAKLOUF, Luiz. **O cadete e o capitão**: A vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

MARQUEZ, A. C. et al. Gephi: um software open Source de manipulação e visualização de grafos. *In*: **OFICINA GEPHI**: Mapeando e analisando a vida das redes sociais. [S.l.]. Labi, 2013. Acesso em: 30. jun. 2023.

MONACO, Nick et al. (org.). **Análise de Dados para o Monitoramento de Redes Sociais**: tutorial sobre técnicas, ferramentas e metodologias de monitoramento e análise de redes sociais. Washington, D.C., Eua: National Democratic Institute (Ndi), 2020. 36 p.

MOUMA, Yascha. **O povo contra a democracia**: Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. **A conveniência dos algoritmos. Compolítica**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 35 – 58, 29 maio 2020. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). <http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.1.333>.

RHODES, Samuel C. Filter Bubbles, Echo Chambers, and Fake News: how social media conditions individuals to be less critical of political misinformation. **Political Communication**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 1-22, 1 maio 2021. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10584609.2021.1910887>.

SALVIATI, M. E. (2017). **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3): Compilação, organização e notas de Maria Elisabeth Salviati. Planaltina: Autor. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativoiramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 03/07/2023.

SINOARA, Roberta Akemi e MARCACINI, Ricardo Marcondes e REZENDE, Solange Oliveira. Mineração de textos e semântica: desafios, abordagens e aplicações. **Revista de Sistemas de Informação da FSMA**, v. 27, n. ja-ju 2021, p. 41 – 53, 2021Tradução. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/si/edicao27/FSMA_SI_2021_1_04.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

The New Face of Digital Populism. Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/publications/new-face-digital-populism>>. Acesso em: 09 abril. 2023.

SUMÁRIO



16

Steffane Pereira Santos

ASPECTOS INTERSECCIONAIS DO BARULHO:

O RITMO ELETRÔNICO PERIFÉRICO
GRIME COMO PRODUÇÃO EPISTÊMICA

INTRODUÇÃO

Enquanto uma expressão do movimento hip-hop, o ritmo londrino grime, atravessa o Atlântico se inserindo no Brasil como face política, etnográfica, epistêmica e epistemológica. Sendo um ritmo do laço, absorvendo aspectos de jovens negres¹ latines e caribenhas de outro continente do globo, o ritmo musical se compreende no contexto brasileiro sob a ótica da América Latina (GONZALEZ, 1988:2018).

A presença de mulheres negras no cerne do ritmo musical, mobilizando aspectos de sua vida cotidiana, defronte suas experiências enquanto indivíduos atravessados por marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade e classe, marcam o ritmo como um lugar de produção epistêmica e de agência (ORTNER, 2007), onde grimmers se autodefinem e produzem conhecimento com seus corpos, vivências e narrativas (COLLINS, 2019).

Nesse sentido, o presente trabalho busca explorar etnograficamente aspectos em relação à (1) trajetória e história do gênero musical grime no Brasil enquanto interseccional. (2) A epistemologia feminista negra de Patricia Hill Collins e epistemologia transfeminista negra de Silvana Nascimento. Compreendendo o torna-se corpo-sujeito proporcionado pelo ritmo incorporando aspectos da epistemológicos e suas nuances de autodefinição (COLLINS, 2019) e agência (ORTNER, 2007). Abordando perspectivas do fazer epistêmico presente no fazer musical.

SUMÁRIO

1 Há uma escolha política da escrita deste trabalho em linguagem neutra, sob a tentativa de tornar a linguagem um espaço que engloba subjetividades e não esquecendo que como aponta bell hooks (2019), a linguagem é um lugar de luta.

GRIME O RITMO DA ENCRUZILHADA

A música se apresenta enquanto um vetor de mobilização política e social, traçando pontes com a construção de identidades e performances sociais, uma vez que é uma ferramenta política de enunciação. Esta forma de arte reflete a cultura do povo, haja vista que incorpora percepções acerca da política institucional (GILROY, 2012; DAVIS, 2017; HALL, 2013). O hip-hop é uma manifestação político cultural ligada diretamente à experiência de jovens negros estadunidenses e latino-americanos de origens periféricas em contexto urbano nos Estados Unidos (ABREU, 2022; DONATO, 2012; FERREIRA, 2015; GILROY, 2012; MATIAS-RODRIGUES; ARAÚJO-MENEZES, 2014; OLIVEIRA, 2018; SAMICO, 2013; SANTOS, 2019).

A viagem do hip-hop para outras localidades do globo faz suscitar transformações e a criação de novos gêneros e performances musicais e estéticas. O movimento se transforma através das mídias sociais, emergindo de contextos diversos, atravessado de suas particularidades. Nesse cenário, surgem ritmos musicais diversos oriundos da cultura hip-hop, entre eles o grime. O ritmo nascido em East London, teve como percursos também jovens negros e periféricos britânicos nos anos 2000, em um gênero antropofágico² tendo como elementos centrais a mistura do rap, UK garage, drill e música eletrônica em 140bpm³ (BARRON, 2013; COLLINS; BILGE, 2021).

SUMÁRIO

- 2 Dado que o ritmo grime é formado por outros gêneros musicais diversos, bem como mantém diálogo com outros gêneros do hip-hop.
- 3 Batidas por minuto.

DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO, MUITO LONGE DE EAST LONDON: 140 BPM NO BRASIL

No contexto ladino-amefricano (GONZALEZ, 1988:2018) e mais especialmente o Brasil, marcado pela diáspora negra e o último país do globo a abolir a escravização em 1888, é marcado por dinâmicas culturais negras, sobretudo na música, como é o caso do samba e o funk. A cultura hip-hop brasileira é bem consolidada, tendo o gênero musical rap como uma das suas principais facetas.

Os aspectos da música periférica brasileira são contundentes, surgindo de diversos estados brasileiros e compreendendo-se enquanto gêneros propriamente negros. E é nesse contexto de música periférica que o grime é mobilizado no Brasil. O grime aparece apropriado da capital da Inglaterra, Londres, enquanto um ritmo eletrônico periférico⁴, aparecendo enquanto um ritmo urbano e sendo desenvolvido principalmente em capitais brasileiras, como Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Embora anteriormente presente no Brasil [no início dos anos 2000 o ritmo já aparecia nos trabalhos de artistas como MV Bill]⁵, o grime se nomeia no país, principalmente a partir de 2019, com o trabalho do artista Febem⁶. A presença do grime em Belo Horizonte

SUMÁRIO

- 4 Grimmers brasileiras chamam o ritmo de música eletrônica periférica.
- 5 O documentário "Como você" [2022] de Jesse Bernard apresenta um pouco dessas dimensões e facetas do ritmo.
- 6 O álbum "RUNNING" (2019) do grimmer e rapper Febem, apresenta músicas de grime que se nomeiam como inseridas no gênero.

(MG) tem se concretizado através de grimmers, MC's⁷, DJ's⁸ e produtores que atuam mobilizando o ritmo em suas apresentações artísticas e inserindo o ritmo musical em espaços das culturas das juventudes belo-horizontina, entre eles a festa BEAgrime. Emergindo das margens e longe do centro da produção musical, sendo construída das periferias e explorando a sonoridade nacional aplicada à estética do ritmo britânico, com experimentações entre o funk e o grime e drill. Dentro desse universo, com bases na música eletrônica⁹ que constitui uma forma de expressão a vozes marginalizadas, com a mistura de ritmos, gravações e sonoplastias bem articuladas ao ritmo característico.

Enquanto uma expoente do hip-hop, o grime se difere de ritmos como rap e trap, entre outros, não obstante também atua na mobilização política através da manifestação da cultura negra e periférica enquanto um lugar de enunciação onde as inquietudes são expressadas e a arte é utilizada enquanto movimentação política (DAVIS, 2017). Marcado pelo gênero funk, o futebol e a estética periférica, tal ritmo musical encontra espaço para se desenvolver no Brasil contemporâneo.

Dentro das festas de grime que já presenciamos, há sempre a conexão entre o grime e seus antecessores como o *drum'n'bass* e o *garage* valorando a própria cultura e reverenciando a quem veio antes, além de conexões com a brasilidade através de nossas artistas. O grime se torna brasileiro, a existir dentro da criatividade de seus agentes em um movimento antropofágico, em que o 140 bpm é incorporado à nossa forma de criar e existir, abrangendo a música, a moda e as festas. A presença de instrumentos diversos também é evidente no cerne do ritmo, tambores, atabaques, berimbaus entre

SUMÁRIO

- 7 Mestre de Cerimônia, anfitrião. Artista que se apresenta, fazendo manutenção da movimentação de um determinado evento cultural.
- 8 Significando Disc Jockey, DJ's são artistas que mobilizam músicas produzidas para a criação de novos sons e arranjos musicais.
- 9 A música eletrônica é propriamente oriunda de comunidades negras, apesar de seu trânsito e desvio do ponto de partida inicial.

outros, se misturam na constituição do ritmo musical, criando uma sonoridade base diferenciada muitas vezes de outros gêneros musicais da cultura hip-hop. O grime é um ritmo do barulho, da mistura.¹⁰

Nascido em 2019 no Rio de Janeiro, mobiliza o *grime* e o *drill* convidando MC's para cantar e rimar em cima da estética que cresce e se modifica no contexto brasileiro e se consolida em caráter original¹¹, o Brasil Grime Show composto pelos artistas Diego Padilha, Lucas Sá, diniBoy, ANTCONSTANTINO, Yvie e Renan Guerra.

Especificamente em Belo Horizonte, o grimmer Well aborda em seus trabalhos o ritmo britânico desde 2017, quando lançou a faixa "Muito bem feito" com a participação do rapper Djonga. A apropriação do ritmo na capital mineira seguiu tomando novas formas, em especial com o grupo Ruadois criado em 2021, formado pelos artistas Mirral ONE, Well, georgeluças e DJ AKILA e vem difundindo o *grime* no cenário através de suas produções musicais.

Ademais, enquanto um fenômeno recente não dispõe de estudos que se dediquem a compreendê-lo no campo nacional. Os trabalhos como de Baroon (2013) e Fatsis (2019) estão situados no contexto britânico do nascimento do ritmo. A lacuna bibliográfica acerca da manifestação musical deve ser contemplada pela potencialidade política dessa expressão artística. E sob vista que as construções de enunciações de gênero são diferentes entres os gêneros musicais, devido às suas especificidades, mesmo que alicerçadas no cerne do hip-hop.

SUMÁRIO

10 Em 2022 o grimmer Puterrier lançou sua música "Atabagrime" que destaca diretamente este aspecto e o uso de atabaques nas composições.

11 Ver: grime, Drill, Funk y Futebol. Portal RND. Disponível em: <<https://portalrnd.com.br/grime-drill-funk-y-futebol/>>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BARRAS INTERSECCIONAIS: O GRIME E A MÚSICA ELETRÔNICA PERIFÉRICA COMO RITMO INTERSECCIONAL

O grime enquanto um subgênero oriundo da cultura hip-hop é formado majoritariamente por pessoas negras, mobilizando aspectos de sua experiência e vida cotidiana. O próprio ritmo é formado por múltiplas categorias, multi-instrumentos e origens. O grime é por sua vez um ritmo da encruzilhada, da intersecção, do encontro e da multi-localidade, proeminente resultado da diáspora negra. Não estranhamente, o racismo, classismo, sexismo são tratados, bem como a dimensão do esporte, sobretudo o futebol, e da moda, quando incorporam em suas letras aspectos que tangenciam as temáticas. O gênero musical no contexto brasileiro, também traz em suas letras a disputa por reconhecimento¹² dentro do hip-hop e se reivindica também enquanto música eletrônica periférica¹³.

Em diálogo com a perspectiva da experiência, Barron (2013) dispõe sobre como o ritmo é, em sua natureza, etnográfico. Uma vez que apresenta a observação participante em seu sentido mais imediato e vívido. Tendo em vista que às produções musicais do grime em particular e do hip-hop de modo geral, são mobilizadas em um processo de tornar-se sujeito: assumindo a própria voz e assim, tornando-se sujeito do próprio discurso. Visto que a experiência subjetiva é narrada em uma perspectiva que abrange a coletividade (GONZALEZ, 2020 [1985]).

Assim, a dimensão da experiência é o ponto de partida dos ritmos que se originam a partir do hip-hop, a experiência se compre-

12 Não discuto neste trecho o conceito de reconhecimento, mas sua integridade enquanto palavra no que diz respeito a querer ser reconhecido efetivamente.

13 Ver EP (Extended Play): Proibido Estacionar. Vol. 1 - Ruadois (2021).

ende enquanto uma categoria ampla. Sendo atribuída a ela, diversos aspectos da subjetividade, podendo ser entendida enquanto um campo de produção do conhecimento, que envolve o que buscamos explicar, consoante a Scott (1998). É uma dimensão subjetiva mas também coletiva, que abarca as especificidades de um grupo mas também preserva as particularidades dos sujeitos em suas vidas cotidianas. Portanto, uma categoria e conceito complexificado, como abordam Brah (2006) e Scott (1998).

Objetivando versar sobre as aparições de diversificação de gênero no ritmo grime, Barron (2013) aponta sobre como no contexto britânico, artistas como Lady Sovereign, No Lay, Baby Blue, Shystie, Lioness entre outras, são representações de figuras femininas no grime, abordando questões que tangenciam uma perspectiva urbana em diálogo com a perspectiva de gênero. E se apresentam enquanto notórias questões interseccionais, uma vez que adentram o cerne das encruzilhadas entre raça, gênero, classe e sexualidade (COLLINS; BILGE, 2021).

Deslocando a discussão para o contexto brasileiro, é possível observar um movimento semelhante onde a presença de corpos não masculinos pode ser visualizada em agentes do movimento (ORTNER, 2007). As produções de artistas como Irmãs de Pau, Natalhão, Afronta MC, Sodomita, Inza Princess, Iza Sabino, N.I.N.A, Barona, Sé da Rua, MC Naninha, Dj Akila, BADSISTA entre tantas outras estão inseridas na cultura do grime e subvertem os modos de fazer no hip-hop através de suas performances, pautando gênero, sexualidade, raça, classe e afetividades.

Isto posto, performatividades de gênero variadas podem ser observadas no ritmo musical grime. Nesse sentido, com o objetivo de demarcar o conceito de gênero, mobiliza-se as contribuições de Butler (2011; 2018b). Com isso, a autora aborda sobre como o gênero é constituído por atos corporais específicos, fazendo com que o conceito passe por transformações culturais através de tais atos. O

gênero é compreendido enquanto performativo, tendo em vista que não é determinado pela biologia, mas é construído e materializado através da própria prática, sendo uma representação que permeia as relações de poder (OAKLEY, 1972; SCOTT, 1995; HARAWAY, 1990). Interpelando assim características que permeiam a humanização e punição de indivíduos, a depender de como estes correspondem, incorporam e performam questões de gênero:

Os gêneros, então, não podem ser verdadeiros nem falsos, reais ou aparentes. Além disso, somos forçados a viver em um mundo no qual os gêneros constituem significantes unívocos, no qual o gênero é estabilizado, polarizado, diferenciado e intratável. Assim, o gênero é feito em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que não só contradiz a sua própria fluidez performativa, mas serve a uma política social de regulação e controle do gênero. Performar o gênero de modo inadequado desencadeia uma série de punições ao mesmo tempo óbvias e indiretas, e performá-lo bem proporciona uma sensação de garantia de que existe, afinal de contas, um essencialismo na identidade de gênero. Que um sentimento de angústia tome facilmente o lugar dessa garantia, e que a cultura castigue ou marginalize prontamente quem não consegue representar a ilusão de um gênero essencialista, deveria bastar como sinal de que, em algum nível, existe o conhecimento social de que a verdade ou a falsidade de gênero são apenas socialmente impostas, e de modo nenhum ontologicamente necessárias (BUTLER, 2011, p. 13-14).

Emergindo da conjuntura que incorpora o gênero musical em questão, perpassado por categorias sociais que se entrecruzam e não podem ser compreendidas de modo isolado, mobiliza-se nesta direção o paradigma da interseccionalidade, com o intuito de localizar o cenário em que performances de gênero é aplicado. A interseccionalidade, por sua vez, versa sobre a presença de grupos que se imbricam por categorias ou marcadores como gênero, raça, classe e sexualidade (CRENSHAW, 2002; 2004). Procurando lançar luz sobre

dinâmicas de opressão que se apresentam na matriz de dominação. Onde, segundo Collins (2019) a matriz de dominação se caracteriza como a organização social geral na qual opressões interseccionais estão, se originam e se desenvolvem, sendo perpetuadas por instituições como escola, políticas governamentais entre outros (COLLINS, 2019; COLLINS; BILGE, 2021).

Nesta direção ao tratarem sobre suas vivências grimmers estão produzindo epistemes a partir das narrativas de suas músicas, da sonoridade e do espaços que frequentam, uma vez que incorporam sobre si epistemologia contra-hegemônica, no qual, usarei nestes casos a epistemologia feminista negra e a epistemologia transfeminista negra a qual me dedico na próxima seção (COLLINS, 2019; NASCIMENTO, 2022).

EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA & EPISTEMOLOGIA TRANSFEMINISTA NEGRA

Em primeiro plano, cabe destacar que quando estou utilizando a categoria mulher estou abarcando-a em sua multidimensionalidade não binária, não trans-excludente e por sua vez, não mono. Estou considerando a categoria em suas multifacetas e sua reivindicação de uso a partir disso. Acredito que cabe ainda um apontamento, a categoria mulher tem sido colocada em tensão e acredito que essa tensão seja extremamente válida. A tensão do conceito mulher deve ser colocada em curso, com o intuito de abarcar a multidiversidade do que somos, bem como seu uso deve ser questionado. É preciso antes de tudo compreender o conceito de mulher enquanto dinâmico e não apenas num ideal estático e enrijecido que desconsidera subjetividades e corporificações. É importante consolidar novos horizontes da produção do conhecimento e tensionar

categorias que foram inseridas como passíveis de questionamento. Letícia Nascimento (2019) chega a enfatizar a mobilização do conceito de mulheridades com o objetivo de demarcar os diferentes modos pelos quais é possível produzir experiências sociais.

A epistemologia¹⁴ feminista negra é parte do projeto político de justiça social, produto do pensamento feminista negro, para Collins (2019). É onde nós, mulheres negras, não somos objeto da produção do conhecimento, mas sujeitos. Somos também centrais. Agentes insubmissas da produção do conhecimento. Mobilizando desobediência epistêmica, desorganizando para organizar, a partir de nossas próprias postulações de validação. A experiência não é um problema, mas um ponto central para a consolidação dessa epistemologia. Ela inverte o prisma falacioso da epistemologia do colonizador e nos demarca como fonte de saberes em movimento.

Ainda à luz das contribuições de Collins (2019), a socióloga explora essa epistemologia, trazendo quatro pilares fundamentais que sustentam a epistemologia feminista negra: (1) A experiência como critério de significado; (2) O uso do diálogo na avaliação de reivindicação de conhecimento; (3) A ética do cuidar: presença das emoções nos diálogos e (4) A ética da responsabilidade pessoal. Irei me dedicar a trazer apontamentos sobre cada um desses fundamentos.

O primeiro fundamento versa sobre a experiência como central para mulheres negras. Enquanto temos nossas experiências marcadas por opressões interseccionais, somos moldadas de uma maneira específica, tendo esta experiência enquanto caráter de manutenção de nossa própria sobrevivência estando em sociedades racistas e sexistas para Collins. A sabedoria é um ponto fundamental para nossa sobrevivência e o conhecimento emerge da experiên-

SUMÁRIO

14

Epistemologia é uma teoria abrangente do conhecimento que valida o que acreditamos enquanto conhecimento legítimo (COLLINS, 2019).

cia. Dessa maneira, a experiência é um critério de credibilidade para mulheres negras (COLLINS, 2019).

Mulheres negras, enquanto centrais em suas comunidades, compartilham suas experiências para auxiliar demais pessoas em sua teia de relações e consolidar redes de apoio. Este ponto, nos leva ao segundo pilar dessa epistemologia, que é o uso do diálogo na avaliação e na reivindicação de conhecimentos. As reivindicações que elaboramos não são isoladas de outros indivíduos, mas tecidas pela troca em comunidade segundo Collins. Na medida que estamos com os nossos, estando em conexão conseguimos criar pontes para reivindicar saberes.¹⁵

Outrossim, a terceira base da epistemologia feminista negra é a ética do cuidar, que incorpora as emoções, a empatia e a expressividade pessoal como parte do processo de validação do conhecimento. A nossa subjetividades, nossos sentimentos são mobilizados para esta validação. Os três elementos que compõem este terceiro pilar são: a ênfase dada à singularidade individual; a presença de emoções nos diálogos e, por fim, a capacidade de empatia. Coloca em xeque o embate de que o intelecto não agregaria pontos de confluência com o sentir:

No conhecimento baseado na separação, tenta-se isolar as ideias da personalidade do indivíduo, porque se considera que a personalidade enviesa as ideias. Em contraste, no conhecimento baseado na conexão, a personalidade contribui para as ideias do indivíduo, e a personalidade de cada membro do grupo enriquece o entendimento do grupo como um todo. O significado da singularidade individual, da expressividade pessoal e da empatia nas comunidades afro-americanas se assemelha à importância que algumas análises feministas atribuem à “voz interior” das mulheres (COLLINS, 2019, p. 422).

15

Collins (2019) salienta ainda que o uso do diálogo não deve ser confundido com debate de ideias contrárias e que dispõe de raízes profundas nas tradições orais de matriz africana e na cultura negra nas américas (COLLINS, 2019, p. 416-417).

As trocas e compartilhamentos consolidam a presença do que somos, trazendo consigo a responsabilidade pessoal, ao iniciarmos processos de reivindicação do conhecimento, nos tornamos responsáveis também por sua validação e autoridade a partir de uma ética que permeia a proposição dessas reivindicações (COLLINS, 2019).

O quarto e último pilar da epistemologia feminista é a ética da responsabilidade pessoal, que se apresenta não apenas nas reivindicações do conhecimento a partir de diálogos, mas também pela mobilização de mostrar como somos responsáveis frente a nossas reivindicações de saberes. O nosso contexto, as nossas experiências são cruciais, centrais e inseparáveis de nossas reivindicações de conhecimento. Paira também esse pilar um campo ético, que está envolto no respeito da comunidade frente às questões morais e éticas de um indivíduo para a validação de seu discurso. Pessoas respeitadas comunitariamente terão suas ideias potencialmente mais respeitadas e abraçadas (COLLINS, 2019).

Adentrando uma demarcação que se faz necessária mediante à multiplicidade de corpos que compõem a categoria “mulher”, a epistemologia transfeminista tem como ponto de partida a categoria de gênero. Letícia Nascimento (2019) demarca mulheres transexuais e travestis, como produtoras de epistemologias. O transfeminismo é uma luta política que emerge da justiça social, sendo compreendido enquanto um movimento epistêmico e político. Nesta mesma direção, Silvana Nascimento (2022) corrobora com a perspectiva do pensamento transfeminista negro que se imbuiria do tensionamento de temas que perpassam o feminismo de um modo geral, posicionando processos de autodefinição e autoafirmação de identidades raciais e gênero como centrais.

O conceito de autodefinição é mobilizado por Collins (2019), por sua vez, é um conceito proveniente do trabalho de Collins (2019). A identidade é o ponto de partida do processo de autodefinição e esse processo aborda a forma de as mulheres negras compreen-

derem as suas vidas enquanto moldadas por opressões interseccionais. A autodefinição é um movimento de assumir nossa própria voz e nos atravessa como um mecanismo de resistência a tantas forças que querem nos reprimir. Na autodefinição passamos a nos compreender como indivíduos e a ressignificar processos de dor que nos impuseram. É um caminho continuado de rompimento com a desumanização e de nossa objetificação enquanto outro. É uma alternativa para nossa auto afirmação e logo uma via de enfrentamento às opressões interseccionais (COLLINS, 2019).

Traçando paralelo, a tomada de narrativa de mulheres trans negras constrói processos de autodeterminação, posicionando-as como protagonistas de suas próprias experiências narrativas para Silvana Nascimento (2022), tensionando os modos do colonizador de enxergar corpos trans e processos de patologização.

Os espaços de construção de autodefinição e autodefinição (COLLINS, 2019) também são presentes para mulheres trans e travestis e são perpetuados primordialmente através do contato em comunidade. Essa solidariedade que é construída entre mulheres trans e travestis negras é elucidada por epistemes produzidas através do pajubá (ou bajubá), que é uma linguagem criada nas ruas por travestis através de atributos de línguas africanas presentes em religiões de matriz africana de tradição iorubá e nagô. O pajubá desorganiza sistemas hegemônicos de linguagem e da produção do conhecimento (NASCIMENTO, 2022). É resultado da epistemologia transfeminista negra no cotidiano. Nas ruas, nos becos, nas esquinas de favela. E aparece continuamente nas epistemologias da navalha na vida de mulheres negras trans e travestis (FAVERO, 2022 apud NASCIMENTO, 2022).

Ademais, os pilares das epistemologias feministas negras adentram os multilugares situados de onde mulheres negras produzem conhecimento. Angela Figueiredo (2020) ao nos propor uma

epistemologia insubmissa feminista negra e decolonial, apresenta o que esta significa:

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Essa proposta está em perfeita consonância com outras levadas a cabo pela perspectiva teórica decolonial e epistemologias outras. Quero dizer que é em diálogo com essas teorias que a produção de mulheres negras tem se articulando e formulado algo em direção ao que definimos como uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial (FIGUEIREDO, 2020, p. 20).

Somos nós e outros grupos subalternizados quem postulamos os modos de validação e adotamos operações decoloniais nos modos de fazer epistemológico, dos construtos epistêmicos e da narrativa de existência e sobrevivência de nossos corpos marcados por trejeitos e traços interseccionais não passíveis de serem escondidos. Estamos deslocando o modo mono de produzir o conhecimento e apresentando nosso conhecimento cotidiano como fonte de produção, sem pedir muita licença. Desorganizando a sala da casa grande, escrevendo histórias sob nosso ângulo e contando tantas outras para a construção de memórias através da oralidade enquanto face de resistência. Enquanto poetisas, contadoras de histórias, vivendo em comunidade e também através da musicalidade, questão que nos traz aqui hoje (SANTOS, 2022).

INTERSECÇÃO, CONHECIMENTO E SONORIDADE

Aciono a dimensão de encruzilhada que versa Leda Maria Martins (1997) para apontar as culturas negras diaspóricas, enquanto expressões da encruzilhada. A encruzilhada que entrecruza os caminhos dos corpos racializados, genderizados, junto aos sons de diversos instrumentos que marcam a música negra expressa o conhecimento formado a partir da intersecção. Algo que ainda não cabe neste formato escrito: Há algo que pulsa o coração enquanto tranquiliza a mente - os batiques dos berimbau em um ritmo eletrônico periférico traçado e perpetrado por corpos que neste fazer se tornam sujeitos epistêmicos. Sob luz da arte, da mistura que cativa enriquece e nos torna de volta. É um processo de voltar para si, para o que somos em algo que apresenta uma permanência da ancestralidade no mesmo quadrante em que se atualiza, como novos rumos e possibilidades de (re)memórias. O balanço dos corpos, a mistura dos instrumentos, a rapidez das rimas e a tradução das vivências em uma construção epistemológica revolucionária que alicerça pontes de sobrevivência em frente às experiências de corpos negros genderizados na América Latina (GONZALEZ, 1988).

Ser acompanhada diariamente enquanto construo-me epistemicamente, enuncia onde nos tornamos sujeitas do conhecimento, autoras de nossa própria história. Onde os silêncios são rompidos e as violências podem ser agenciadas. Eu, jovem, negra periférica, mulher cis, bissexual e antropóloga me construo a partir disso. Por fim, muitas das coisas que nos atravessam está interpelado por um caráter latente de sobrevivência, mas esta segue sendo a nossa última saída, na maior parte do tempo a única.

Construir epistemologias contra-coloniais a partir da música eletrônica periférica, marcada por nossos corpos têm nos levado a

isso. No mais, a epistemologia do movimento e do barulho é construída através de artistas que sobrevivem pelo grime e por tantos outros ritmos - e talvez em um ato de egoísmo - através de mim que escuto e sobrevivo do lado de cá.

São construtos diversos e diversificados de estar corporificado no mundo enquanto corpo negro marcado por encruzilhadas. Em movimento, ao som do barulho, o mundo se refaz nas mãos de tantas artistas criando possibilidades de existências a partir da cosmologia de outros lugares onde nós existamos. Subversivo e assertivo, criam-se modos de existir a partir do barulho mas não somente - reinventam epistemes a partir do barulho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana Sales de. **"Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes"**: teoria e música em Beyoncé e Emicida. Departamento de Ciências Política, Universidade Federal de Minas Gerais, (Dissertação), 2022.

BARRON, Lee. The sound of street corner society: UK grime music as ethnography. **European Journal of Cultural Studies**, 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), jan. jun. 2006: p.329-376.

BUTLER, Judith. Atos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia / Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, 2018.

SUMÁRIO

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. A arte na linha de frente: mandato para uma cultura do povo. *In*: **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DONATO, Cássia. **Hip Hop e feminismo negro nos processos de participação de jovens negras**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

FATSIS, Lambros. Policing the beats: The criminalisation of UK drill and grime music by the London Metropolitan Police. **The sociological Review**, v. 67, n. 6, p. 1300-1316, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34 Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Debate: A cidadania e a questão étnica (1985). *In*: **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG. Humanitas, 2013.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246.

HOOKS, Bell. A margem como um espaço de abertura radical. *In*: **Anseios**: Raça, gênero e políticas culturais. Editora Elefante. São Paulo: 2019.

SUMÁRIO

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo, Perspectiva. Belo Horizonte, Mazza Edições, 1997.

MATIAS-RODRIGUES, M. N. & DE ARAÚJO-MENEZES, J. (2014). Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 12 (2), pp. 703-715.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 35, p. 548-573, 2022.

OLIVEIRA, Amanda Antunes Reis Santos de. **Mulheres do rap**: uma antropologia compartilhada sobre agências, performances e identidades nas periferias Brasília, Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência. **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas, p. 45, 2007.

SAMICO, Shirley de Lima. **Lideranças femininas e feministas**: um estudo sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip hop. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

SANTOS, Sandra Mara Pereira dos. Interseccionalidade de gênero, classe e cor/raça: conjugalidades inter-raciais e entre homens e mulheres negras no rap brasileiro. *In: I Congresso de Estudos de Interseccionalidade em Ciências Sociais*, 2019, São Paulo. I Congresso de Estudos de Interseccionalidade em Ciências Sociais, 2019. v. 1. p. 1-20.

SANTOS, Steffane Pereira. Epistemologia feminista negra: mulheres negras como agentes insubmissas de (re) existência. **Revista Discente Planície Científica**, v. 2, n. 4, p. 209-217, 2022.

SCOTT, Joan. **A invisibilidade da experiência**. **Projeto História**, n. 16, fev. 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20(2). 71-99. jul. dez. 1995.



17

Yasmim Karolina da Silva Nantes

ELITES POLÍTICAS EM MATO GROSSO DO SUL:

UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS
PREFEITOS ELEITOS DAS MAIORES
CIDADES DO ESTADO (2012-2020)

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto uma elite política de um Estado ainda pouco pesquisado pela Ciência Política, o Mato Grosso do Sul. Vale observar que, também no caso brasileiro, os estudos sobre sua política ainda estão em desenvolvimento e consolidação e, de certo modo, não é errôneo dizer que indicam fragilidades em relação às análises quantitativas e qualitativas de pesquisas, mostrando a necessidade de se ampliar os trabalhos relacionados ao tema, contribuindo para uma melhor compreensão das elites políticas brasileiras, tanto em termos organizacionais e de relevância para o sistema político nacional quanto em sua participação e seu desempenho nos pleitos eleitorais (nacionais, estaduais e municipais). Muitas são as razões e as justificativas que podemos tentar elencar para as diversas lacunas ainda existentes a respeito do tema, o que não cabe aqui discutir. Ademais, as estratégias partidárias relacionadas às elites políticas utilizadas pelos partidos políticos visando alcançar melhores desempenhos são imprescindíveis instrumentos para se analisar como se dão as dinâmicas nos pleitos eleitorais.

A pesquisa que embasa este artigo é uma tentativa de desvendar as características do perfil dos prefeitos eleitos nas dez maiores cidades do estado: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí, Nova Andradina, Maracaju e Aquidauana¹. Os achados da investigação precisam ser aprofundados, e outros aspectos, como o parentesco político e a carreira política, podem ser acrescentados à análise posteriormente.

Em vista disso, nos pleitos eleitorais municipais em Mato Grosso do Sul, assim como no cenário nacional, nas últimas três

SUMÁRIO

1 População de Mato Grosso do Sul cresce 1,06% em 2021 e chega a 2.839.188 habitantes, estima IBGE. G1 MS, 27/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/27/populacao-de-ms-cresce-106percent-em-2021-e-chega-a-2839188-habitantes-estima-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

décadas, têm-se evidenciado que os partidos políticos vêm investindo em candidaturas para cargos em nomes com representações expressivas com a finalidade de alçar melhor desempenho. Ademais, essa característica tem sido critério importante de escolha do eleitor. No entanto, para fins desta pesquisa, é crucial compreender o perfil da elite política do estado. Isso inclui analisar o processo pelo qual os partidos constroem o perfil de seus candidatos, desde a sua estruturação até a escolha final do candidato para representação. Essa estratégia pode afetar o desempenho das candidaturas, o fortalecimento do partido e pode ser um fator importante na formação das elites políticas e de poder (MILLS, 1981).

No caso de Mato Grosso do Sul, vale observar que tal temática ainda pode ser aprofundada, pois mesmo tendo emergido, nos últimos anos, alguns estudos importantes sobre a política local (BITTAR, 2009; BARBOSA e SILVA, 2012), há um conjunto amplo de elementos e aspectos sobre a relação entre elites políticas e elites do poder, eleições e partidos, bem como a definição dos candidatos e a opção dos eleitores, temas que podem ser explorados. Logo, objetiva-se, através deste trabalho, construir uma ferramenta tanto de impulsionamento quanto de complementação de estudos que possam explorar esta temática tão fundamental ligada aos resultados dos pleitos eleitorais no âmbito municipal, no perfil dos que alçaram melhores resultados sendo eleitos para prefeitos municipais e na tentativa de se entender sua correlação com a política nacional e regional em suas dinâmicas, suas tendências, seus cenários, suas construções, seus arranjos e seus rearranjos.

Em relação ao estudo estatístico, buscou-se, num primeiro momento, determinar se atributos sociais e profissionais favorecem o sucesso nas eleições, com base em cruzamentos das variáveis independentes (gênero, faixa etária, raça/cor, grau de instrução e ocupação) em relação à variável dependente (resultado na eleição: eleito/não eleito).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DE ELITES POLÍTICAS NO BRASIL

Na análise política, o estudo das elites é um dos mais importantes a serem considerados. Ele diz respeito ao fato de que, em qualquer sociedade, o poder se distribui de tal forma que há sempre uma minoria que comanda e uma maioria comandada (DULCI, 2015, p. 225).

Conforme Dulci (2015), o termo alude, ao mesmo tempo, à distribuição desigual do poder entre membros de uma sociedade. E, nesse sentido, estamos diante de questões mais profundas referentes à composição das elites e às bases de seu domínio. Em termos gerais, explica o autor, elites políticas seriam pequenos grupos de indivíduos que se destacam entre seus pares e possuem características que os habilitam a exercer autoridade e influência na vida política de suas comunidades. Essas elites se formam a partir de várias fontes, como conhecimento, riqueza, prestígio, poder militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e mérito. Elas desempenham um papel importante ao determinar os rumos políticos de uma nação ao longo do tempo.

Pode-se considerar, também, que elite é um conceito utilizado para designar categorias de indivíduos que se encontram em posição superior aos demais em qualquer área de atividade humana. Essas categorias reúnem as pessoas influentes em suas respectivas atuações. Elas comandam seus campos de ação porque têm atributos especialmente valorizados para exercerem essa liderança. Nessa perspectiva, para Mills (1981), a Elite do Poder é composta de homens cujas posições lhes permitem transcenderem o ambiente comum dos homens comuns e tomar decisões de consequências significativas. Ou seja, as elites políticas são grupos de pessoas cujas posições políticas e ideológicas influenciam grandemente as decisões e as

políticas na sociedade. Estas elites podem ser classificadas como grupos de interesse, como partidos políticos, grupos de pressão, organizações não governamentais etc. Grandes pensadores desde Sócrates a Platão acreditavam que as elites políticas deveriam governar a sociedade e, com isso, preservar o equilíbrio social.

Ante o exposto, ainda em Dulci (2015) é trazida a noção de “classe política”, concebida por Mosca (1939), para se referir ao grupo dirigente que comanda cada sociedade por meio de determinada “fórmula política”, ou seja, de uma “fórmula” de dominação. Nesse sentido, o domínio das elites se explica, antes de tudo, porque elas são uma minoria organizada, ao passo que as “massas” (o restante da sociedade) são desorganizadas, embora seja a maioria. Tal abordagem parte da constatação de que, em toda sociedade, há uma distribuição desigual do poder político, pois este é sempre dominado por uma minoria (os políticos ou governantes), enquanto a maioria da população é comandada e, em geral, convocada a escolher a elite política que irá governar. Além disso, esse debate é permeado por inúmeras dimensões importantes, relacionadas à composição, às bases de manutenção ou renovação destas elites e a seus laços sociais e econômicos em que emergem.

Ademais, sobre a parte histórica do “ser político e se fazer política”, Poulantzas recorre a Marx, Engels e Lênin para demonstrar que o problema do político e da política está ligado ao problema da História. Ele explica que a posição marxista a este respeito decorre das duas proposições fundamentais de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado originalmente em 1848, segundo as quais: a) toda a luta de classes é uma luta política; e b) a luta de classes é o motor da História (2010). Assim, tem-se que:

“Ficariam então compreendidos no domínio do político não um nível estrutural particular e uma prática específica, mas em geral o aspecto “dinâmico/diacrônico” de todo o elemento pertencente a qualquer nível de estruturas ou práticas de uma formação social. Sendo o marxismo,

para o historicismo, uma ciência "genética" do devir em geral, sendo a política o motor da história, aquele ficaria sendo em última análise uma ciência da política, ou seja, uma "ciência da revolução" identificada com este devir unilinear simples, do que decorrem várias consequências: a) uma identificação da política e da história; b) o que se pode designar como a sobrepolitização dos diversos níveis das estruturas e das práticas sociais, cuja especificidade, autonomia relativa e eficácia própria seriam reduzidas ao seu aspecto dinâmico-histórico-político. O político constituiria aqui o centro, ou o denominador comum e simples, tanto da sua unidade (totalidade) como do seu desenvolvimento: exemplo particularmente manifesto deste resultado, a famosa sobrepolitização do nível teórico que conduz ao esquema "ciência burguesa - ciência proletária"; c) uma abolição da própria especificidade do político, a sua decomposição em todo o elemento indistinto que viesse romper o equilíbrio da relação de forças de uma formação. Estas consequências têm como resultado tornar supérfluo o estudo teórico das estruturas do político e da prática política, o que conduz à invariante ideológica voluntarismo-economicismo, às diversas formas de revisionismo, de reformismo, de espontaneísmo etc." (POULANTZAS, 1977, p. 37).

Outrossim, a prática política, como entendida pelo marxismo de Lênin, tem como objetivo aprimorar a unidade da estrutura de relações que existem entre as diversas contradições. Alcançar esse objetivo significa decifrar a unidade da estrutura, conhecendo os diferentes níveis sociais e a relação entre eles. O objeto da prática política tem como base os diversos níveis sociais e inclui o econômico, o ideológico, o teórico e o político em sentido estrito, uma vez que essas esferas estão inter-relacionadas na formação de uma conjuntura. A prática política visa decifrar essa unidade de estrutura e promover sua transformação.

Decorre disso uma segunda consequência no que diz respeito à política nas suas relações com a História. A prática política é o "motor da história", já que é ela que promove a transformação da

unidade de uma formação social. Assim, a prática política trabalha para condensar as contradições entre diferentes níveis de historicidades e desenvolvimento desigual, criando um ponto nodal de convergência. Em outras palavras, a prática política é a força responsável por produzir mudanças na História e na sociedade. Além disso, é possível dizer que os indivíduos e as elites fazem parte da prática política como autores, sendo a luta de classes, ou seja, a luta do povo/indivíduo (proletariado) *versus* elite (os detentores dos meios de produção) nada mais é do que uma prática política.

Estas análises são importantes para situar o conceito do político na problemática original do marxismo. No entanto, é preciso complementá-las com uma concepção intelectual apropriada da superestrutura política. Ao definir o político apenas como uma prática com um objeto e um produto específico, corre-se o risco de apagar sua especificidade, pois pode-se identificar como político tudo o que “transforma” uma unidade determinada. Ao mesmo tempo, não se deve negligenciar o exame teórico das estruturas políticas para entender o momento atual da conjuntura, pois isso ajudará a focalizar o problema. É assim que, ao superar definitivamente o historicismo na concepção do político, deve-se entender o lugar e a função específicos do nível das estruturas políticas para permitir a sobre-determinação pelo político nas suas relações com a história diferencial.

Já o conceito de poder tem sua origem nas relações de classe. É desta forma que Marx e Engels o referem, assim como também os conceitos que se relacionam ao poder, como dominação. Para Lênin, o campo de ação das forças sociais, das relações de força ou de poder é circunscrito à luta de classes. Portanto, o poder deriva dos conflitos de classes, o que mostra que o poder é dinâmico e variável, pois sofre influências das relações sociais e da luta entre classes (POULANTZAS, 1977).

Ou seja, o poder é uma relação social complexa que reflete a hierarquia de poder entre classes sociais, uma elite detentora do poder e a classe trabalhadora. Poderes econômicos mais altos são

expressos através dos poderes políticos e ideológicos que ajudam a manter essa hierarquia. O Estado, enquanto entidade política, é visto como representante dos interesses de uma determinada classe. O poder e as relações entre as classes sociais são estreitamente relacionados. O conceito de poder, neste sentido, busca captar os efeitos da estrutura social sobre as relações entre as classes sociais em luta. Em outras palavras, o poder não é inerente à estrutura, mas sim um efeito do conjunto de seus níveis hierárquicos. Estas relações conflituosas entre diferentes classes refletem a homogeneidade do campo social, em que a noção de classe é tão importante quanto a noção de poder. É necessário compreender que ambos os conceitos têm um lugar de constituição comum nas relações sociais. Por isso, podemos concluir que as relações de classe e de poder são inseparáveis.

Tendo em vista que em alguns momentos do século XX, como durante 1889/1977, a Democracia teve dificuldades para se consolidar logo, os pequenos grupos tiveram maior facilidade de atuação, pois a população estava separada da participação política. No entanto, a atuação das elites não ocorreu da mesma forma durante todas as mudanças institucionais, estas entendidas aqui como mudanças nas regras, nas normas, na Constituição, alterações de regime e afins ao longo do tempo (BARBOSA, 2018).

O recrutamento político enquanto processo de seleção de elites políticas possui várias fases e “filtros” que afetam o processo de escolha da elite política (NORRIS, 1997; CZUDNOWSKY, 1975). As etapas que constituem o recrutamento, bem como os fatores que, combinados, afetam o perfil e as chances dos candidatos entrarem na elite política, são analisados em trabalhos como os de Perissinotto e Miríade (2009), Bolognesi e Perissinotto (2010), e Codato, Cervi e Perissinotto (2013), por exemplo. Contudo, o presente estudo se aproxima das pesquisas relativas ao perfil dos eleitos, ou seja, os que “chegaram lá”.

Outrossim, a democracia brasileira passou por grandes transformações ao longo dos últimos anos. Antes do golpe militar de 1964, a elite política tinha um domínio absoluto do poder, sendo praticamente impossível que outros grupos de pessoas pudessem entrar na esfera política. No entanto, após esse período nefasto da história do Brasil, o quadro político brasileiro começou a se transformar. O sistema capitalista se expandiu e se espalhou pela política, o que resultou na coexistência de diferentes tipos de organização político-eleitoral. Transições democráticas marcaram este processo de renovação, no qual os diferentes grupos sociais e políticos passaram a ter um papel fundamental na tomada de decisões. Assim, é possível dizer que, a partir de 1964, o sistema político brasileiro se aproximou cada vez mais de um modelo pluralista.

No Brasil, a modernização conservadora² tem se manifestado na emergência de lideranças de segmentos econômicos nos grandes centros, enquanto modelos de chefias e máquinas oligárquicas ainda se mantêm nos locais menos desenvolvidos. Um dos exemplos desta dualidade política é o Mato Grosso do Sul, onde a presença de lideranças de origem empresarial cria uma simbiose entre o passado e o presente. Esta simbiose entre o velho e o novo, entre os modelos tradicionais e os novos, representa o próprio modelo brasileiro de modernização conservadora.

Além disso, para Mills (1981), devemos restringir a ideia da elite como formada de tipos superiores, pois os homens escolhidos para e modelados pelas posições mais importantes têm muitos porta-vozes e conselheiros, escritores fantasmas e contatos que lhes modificam os conceitos e criam deles imagens públicas,

2 O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975, p. 139 apud PIREZ e RAMOS, 2009, p. 412) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

bem como influenciam muitas de suas decisões. Há, certamente, consideráveis diferenças dentro da própria elite sob esse aspecto, mas, como regra geral na América de hoje, seria ingenuidade interpretar qualquer grupo de elite principal apenas em termos de seu pessoal ostensivo. Bem como, a forma e o sentido da elite do poder só podem ser compreendidos hoje quando são vistas as “coincidências” dos interesses entre os que controlam os meios de produção (capitalismo – empresa privada), os que controlam os novos meios de violências (comando militar) e a ausência de um serviço público autêntico baseado na capacidade e integridade, independente dos interesses criados.

Ainda, evidentemente, quando são políticos eleitos, supõe-se que representam seus eleitores, e quando nomeados, que representam, indiretamente, os eleitores dos seus nomeados. Mas é sabido que isso não passa de uma abstração, de uma fórmula retórica pela qual todos os homens do poder e quase todos os sistemas de governo justificam seu poder de decisão atualmente. Ademais, o fato de que os membros da elite do poder venham de perto da cúpula dos níveis de classe e *status* social do país não significa que sejam necessariamente representantes apenas das altas camadas. Se fossem, como tipos sociais, representantes de todas as camadas da população, isso não significaria que uma democracia de interesses e poder equilibrados se tornaria automaticamente predominante. Portanto, assim como não podemos basear a noção da elite do poder exclusivamente na mecânica institucional que levou à sua formação, também não podemos baseá-la apenas na origem e na carreira dos que a compõem (MILLS, 1981).

Com a Constituição de 1988, os municípios foram reconhecidos como entes federais, ampliando sua autonomia política. No entanto, isso também veio com desafios para os eleitos prefeitos e vereadores, que precisam lidar com a vida pública nos municípios. O nível municipal se tornou a principal via de acesso aos cargos políticos eletivos, pois é o local onde se difunde a identidade e ocorrem a composição das bases eleitorais e a afirmação intrapartidária.

Considerando a dinâmica que permeia a política, o cenário político brasileiro evoluiu de um esquema elitista bastante fechado para um arranjo mais próximo do pluralismo. A antiga hegemonia da elite tradicional no poder foi enfraquecida pela expansão de uma estrutura capitalista que se estende cada vez mais para o campo político, resultando na coexistência de várias modalidades de organização político-eleitoral. Embora existam, ainda, chefias e máquinas oligárquicas em áreas menos desenvolvidas, têm surgido lideranças empresariais nos centros maiores, dando à política uma aparência de representação de segmentos econômicos. Nesse sentido, Dulci (2015) aponta: “No interior, observam-se quadros políticos que combinam os dois perfis, numa simbiose entre o velho e o novo que exprime bem o modelo brasileiro de modernização conservadora”.

No Brasil, os estudos sobre elites políticas têm recortes tanto de elites políticas em nível nacional como em Codato, Lorencetti e Prata (2021), Raposo (2019), Dufloth *et al.* (2019) quanto em nível regional Ramos (2020), Perissinotto, Costa e Tribess (2009), Barbosa (2018) e Silva (2019), dentre outros.

Em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, Victor Nunes Leal (1997) aponta o fenômeno do coronelismo como a resultante de uma tríplice condição: a superposição do sistema representativo sobre uma realidade econômica e social inadequada, a dependência estrutural do município aos estados e a União, e o isolamento e a baixa comunicação do sistema local com o resto do país. Assim sendo, tem-se que:

“Tradicionalmente considerada desarticulada e desorganizada, a sociedade brasileira vem experimentando crescentes níveis de participação política no âmbito local. organizações e associações de toda natureza e com objetivos os mais diversos vêm sendo criadas por toda parte. Mas isso não quer dizer que a tendência ao governismo tenha sido riscada do mapa político do país. Muitas pequenas localidades, apesar da descentralização das receitas tributárias, ainda dependem dos favores dos estados e da União para

sobreviver, por meio de transferências voluntárias. Para tanto, elegem os deputados que pareçam mais capazes de granjear os recursos necessários para seu território. Por outro lado, o baixo desenvolvimento institucional do poder legislativo municipal impede que boa parte das câmaras desempenhe com independência sua função de controlar o executivo. De fato, o prefeito continua sendo o ator mais poderoso na política local, a falta de accountability horizontal nos municípios continua sendo, portanto, um problema endêmico que precisa ser enfrentado. (LEAL, 1997, p. 171)."

Conforme apontado por Rodrigues (2002), os partidos políticos apresentam diferenças no perfil de recrutamento de seus membros para as bancadas parlamentares, que, embora não sejam totalmente homogêneas, podem ser observadas por meio da profissão exercida pelos integrantes antes destes entrarem na política. Os partidos de direita, por exemplo, tendem a ter maiores taxas de empresários e indivíduos com alta renda. Já os de esquerda comportam membros das classes médias e populares, como professores, bancários e trabalhadores em geral. Por sua vez, o centro tem menores taxas de empresários e trabalhadores, recrutando principalmente indivíduos de classes intermediárias com renda maior que os da esquerda, mas menor que os da direita.

A despeito das categorias utilizadas na pesquisa, os dados confirmaram o que os estudos sobre elite política indicam acerca das profissões propícias à entrada na elite política. Segundo Dogan (1999, p. 174), certas ocupações possuem afinidades com as habilidades necessárias na política, como é o caso dos advogados, professores e jornalistas. De maneira semelhante, Norris e Lovenduski (1997, p. 165) explicam que as *brokerage occupations* têm maior representatividade no parlamento devido a fatores específicos, como horários flexíveis de trabalho, *status* social, contatos políticos e habilidades para a vida política, além de férias generosas, que facilitariam o ingresso no mundo político. Os dados trazidos pelos autores corroboram esses estudos, visto que empresários e profissionais liberais representam 60% da classe política do Estado.

A principal tendência nos dados é de queda na quantidade de profissionais liberais entre os eleitos. Mesmo saindo de 52% de eleitos, em 1978, para 27%, em 2014, eles foram e continuam sendo os principais responsáveis pelo abastecimento da classe política.

Ademais, possuir um diploma universitário é atributo fundamental para ingressar no universo da elite. Estudos anteriores realizados no Brasil, como os de Carvalho (2003), Barman e Barbam (1976), Neiva e Izumi (2012) e Costa e Codato (2013), têm apontado que o diploma superior é uma característica comum no perfil das elites políticas. Os resultados da pesquisa constataam que a taxa de profissionais com nível superior completo é de 65% em todos os cargos e blocos ideológicos.

Os achados sobre a variável relativa à faixa etária dos parlamentares têm se concentrado na categoria “mais de 45 a 59 anos de idade” (BEST, 2007, p.103). Ao longo do tempo, a idade dos parlamentares tem aumentado. O acréscimo na quantidade de políticos com mais de 40 anos pode estar ligado a possíveis taxas de reeleição dos parlamentares. Ocorre igualmente um aumento nas idades médias de entrada nos cargos por eleição. O ano de 1978 tinha, como média, 40,92 anos de idade, e a mediana ficava em 40 anos. Na última eleição, depois de 36 anos de competição eleitoral, o perfil dos legisladores eleitos envelheceu 12 anos, sendo a média localizada em 52,82, e a mediana, em 52 anos. Os dados apontam para um inegável envelhecimento no perfil dos eleitos.

Finalmente, vale destacar o estudo de Dufloth *et al.* (2019) que traz uma análise do perfil dos prefeitos eleitos em âmbito nacional no período compreendido entre 2000 e 2016, organizada por características segundo: a) idade e escolaridade; e b) ocupação e sexo.

Ao buscar fundamentos teóricos que permitam melhor compreensão dos fatores que influenciam o sucesso eleitoral, depara-se com a presença do conceito de capital político e seus desdobramentos.

Nessa perspectiva orientada por conceitos forjados pelo sociólogo Pierre Bourdieu, percebem-se as peculiaridades e o processo de construção do campo político, que se apresentam em diferentes formas de capital convertidas para a construção de um capital simbólico suficiente para obter êxito no campo político.

Este estudo teve como objetivo observar como a carreira de um candidato está relacionada com suas chances de sucesso eleitoral, assim como a influência de características pessoais, como sexo, idade e escolaridade, em suas chances de êxito nas eleições. Nesse sentido, este artigo apresenta reflexões sobre o perfil evolutivo de prefeitos eleitos em relação a sexo, idade, escolaridade e ocupação com o intuito de buscar relações entre variáveis que possam indicar os fatores que influenciam o perfil vitorioso nos últimos cinco pleitos.

No trabalho apresentado pelos autores nas últimas eleições municipais de 2000 a 2016, verificou-se um padrão etário característico para os prefeitos eleitos, com maior concentração nos grupos etários de 40 a 54 anos, que, juntos, constituíam mais da metade dos prefeitos eleitos até 2012, e aproximadamente metade deles em 2016. No entanto, ao longo das últimas eleições, houve uma redução no peso desses três grupos etários. Além disso, o percentual de prefeitos eleitos acima de 55 anos foi levemente superior ao dos mais jovens, de 20 a 39 anos. Na eleição de 2016, quase 50% dos prefeitos eleitos estavam na faixa etária de 40 a 54 anos, 21% eram de 20 a 39 anos, e os 29,2% restantes tinham 55 anos ou mais. As mudanças verificadas na estrutura etária dos prefeitos eleitos ao longo das eleições indicam que a idade média dos prefeitos no país vem aumentando sistematicamente, passando de 48 anos na eleição de 2000 para 48,8 anos em 2016. Esses resultados da análise da variável idade indicam que o capital político necessário para se vencer uma eleição majoritária municipal é normalmente adquirido a partir de uma longa maturação, visto que prefeitos eleitos antes dos 40 anos são menos frequentes. O que revela um envelhecimento da classe política possivelmente relacionado com um maior sucesso eleitoral

dos chamados “políticos profissionais”, que também podem estar relacionados a uma “carreira política” consolidada. Pode-se dizer que o mais importante nesta questão seria uma maior confiabilidade do eleitor em figuras já conhecidas associada a um maior capital político de que estes tendem a gozar.

No quesito escolaridade, as últimas eleições municipais de 2000 até 2016 apontaram aumento gradativo na escolaridade dos prefeitos eleitos. De acordo com a análise dos autores, prefeitos com nível superior completo representavam 38,7% dos eleitos em 2000, passando para 52,5% em 2016. Isto demonstra que aqueles com baixa escolaridade têm menores chances de serem eleitos. Ainda, houve queda significativa no percentual de prefeitos sem o primeiro grau completo, de 15,5% para 7% entre 2000 e 2016. Por outro lado, o nível de prefeitos com o segundo grau completo aumentou de 23,6% para 25,7% no mesmo período. Estes resultados sugerem que o aumento da escolaridade é um dos fatores decisivos para a eleição dos prefeitos, já que aqueles com maior nível de educação têm melhores chances de serem eleitos. Ademais, os dados dos últimos pleitos municipais ilustram a sub-representação das mulheres no cenário brasileiro, pois, apesar do aumento do número de prefeitas eleitas entre 2000 e 2012, o percentual ainda é inferior ao da população brasileira. Na eleição de 2000, apenas 5,7% dos prefeitos eleitos eram mulheres, enquanto, em 2012, esse número chegou a 11,8%. Apesar deste aumento, o percentual ainda está em patamar reduzido e caiu levemente para 11,6% na eleição seguinte (DUFLOTH *et al.*, 2019).

Além disso, os resultados do estudo evidenciam que, desde 2008, a principal ocupação dos prefeitos eleitos mudou de “profissionais das ciências e artes” para “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes”. A relevância deste fato se deve ao significativo aumento do percentual de prefeitos pertencentes a este último grupo ocupacional entre 2000 e 2016. Enquanto em 2000 eram apenas 22%, em 2016, mais da metade dos prefeitos (67,7%) pertencia a este grupo.

A maioria destes era “membros superiores e dirigentes do poder público”, cujo percentual de participação cresceu de 5,9%, em 2000, para 21%, em 2012. Similarmente, também os “dirigentes de empresas e organizações” tiveram aumento significativo, passando de 2,3%, em 2000, para 15%, em 2016 (DUFLOTH *et al.*, 2019).

Logo, esses resultados demonstram a importância da carreira profissional como fonte de capital político para agentes do campo político local. Ocupar postos estratégicos em instituições ou órgãos públicos tem se mostrado, desde 2008, a mais frequente atividade entre os prefeitos eleitos, o que sugere uma maior burocratização do campo político brasileiro. Isso significa que, diferentemente do passado, as instituições públicas passaram a ter maior capacidade para acumular grandes quantidades de capital político, tornando-se mais relevantes do que os capitais pessoais e convertidos na hora de escolher quem seriam as candidaturas mais fortes. Não obstante, os dados apontam para uma estabilidade no campo político brasileiro, refletida na alta probabilidade de vitória dos candidatos com experiência política. Isso também evidencia as desigualdades na obtenção de capital político, uma vez que novos atores não conseguem ingressar no campo sem passar por uma série de barreiras.

No mais, em relação à sub-representação da população preta/parda e/ou indígena na característica raça/cor, temos o trabalho de Ciocari e Mottinha (2021) que analisa “Qual é o perfil de cor/raça e gênero dos candidatos e dos eleitos?” nas eleições municipais de 2020 no Brasil, com abordagem sobre comparação do perfil de gênero e cor/raça dos registros das candidaturas e o perfil de gênero e cor/raça dos eleitos. Segundo as autoras, nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado diversas crises, incluindo morais, econômicas e políticas. Além disso, a violência contra mulheres e o racismo continuam sendo problemas recorrentes na sociedade brasileira.

As eleições são uma ferramenta importante para permitir que os cidadãos promovam mudanças na representação política.

No entanto, a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira são pouco representadas no poder Legislativo, no qual o perfil é, predominante, formado por homens brancos. A desigualdade de gênero e racial envolve tanto elementos materiais quanto simbólicos, o que limita a capacidade de ação política das mulheres e da população negra e indígena. O racismo contribui para a privação material desses grupos, prejudicando sua competitividade econômica e perpetuando a imagem de inferioridade.

Outrossim, ao analisar a competição eleitoral no Brasil, é possível perceber que negros participam do processo como candidatos, assim como indígenas também tem emergido. Nas eleições de 2016, 49% dos candidatos eram pretos e pardos. No entanto, essa representação não se reflete no resultado das eleições, já que homens brancos são eleitos em proporções muito maiores do que qualquer outra categoria social, ocupando cerca de 40% das cadeiras em todo o país. Isso se deve a processos estruturais e históricos de discriminação racial que moldam as possibilidades de acesso de grupos sub-representados. A maioria dos pretos e pardos, e muito provavelmente mais ainda indígenas, no país tem experiência de vida marcada pela pobreza, refletindo a desigualdade histórica e estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Diante do exposto, os números indicam que o campo político brasileiro apresenta certo nível de sedimentação e estabilidade, o que é comprovado pela alta probabilidade de vitória dos candidatos que já acumulam uma carreira política e que, além disso, atendem, majoritariamente, às características homem branco maior de 40 anos e com ensino superior completo.

Por fim, pode-se apontar que o estudo das elites políticas é relevante, dado que através dessa investigação é possível compreender o perfil dos seus componentes, o perfil de identificação do seu eleitorado, a conformação e as transformações do sistema partidário, a organização e o funcionamento dos governos e o desenvolvimento

de políticas públicas, entre outros aspectos. Dessa forma, faz com que o processo democrático das eleições não só contribua para a escolha de governantes e a sua legitimação, mas também possibilite a compreensão de todo o sistema político de um país, sua dinâmica política e seu contexto histórico e cultural.

ELITES POLÍTICAS NO MATO GROSSO DO SUL: TRADIÇÃO, CONTINUIDADE E MUDANÇAS

Embora seja incipiente e, de certa forma, limitada, a pesquisa e a bibliografia sobre elites políticas o sistema partidário como um todo em Mato Grosso do Sul, pode-se apontar que, nos últimos anos, começaram a se desenvolver trabalhos procurando superar tal lacuna, como indicam as análises de Bittar (2009), Barbosa (2018), Miranda, Silva e Miranda (2019), entre outros. Por ser objetivo deste trabalho apresentar uma análise sobre as elites políticas no Mato Grosso do Sul, destacam-se aqui alguns fatos que auxiliam na compreensão das primeiras décadas de disputa eleitoral no Estado.

Antes de tudo, é preciso saber que o Mato Grosso do Sul é caracterizado pela influência significativa de figuras históricas do antigo Mato Grosso³. Nesse sentido, dois grupos são fundamentais

3 Desde a Colonização até ao século XX, a formação territorial brasileira passou por várias modificações. Inicialmente, toda a faixa Oeste do país pertencia à Coroa Espanhola, e o estado de Mato Grosso foi incorporado quando bandeirantes paulistas encontraram ouro perto de Cuiabá, em 1719. A grande porção de terra abrangia os estados atuais de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Inúmeras divergências territoriais existiram, as fronteiras dos países platinos foram demarcadas na região somente após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Internamente, as delimitações entre estados também foram motivo de litígio. Além disso, o governo federal instituiu modificações em Mato Grosso em 1943, sendo criados os territórios federais do Guaporé, ao Noroeste, e de Ponta Porã, ao Sul. Em 1981, o Território Federal do Guaporé foi transformado no estado de Rondônia. Outra mudança ocorreu em 11 de outubro de 1977, quando o estado de Mato Grosso foi dividido, criando-se o estado de Mato Grosso do Sul (ARRUDA, 2018, p. 29).

para a dinâmica eleitoral e para a produção do Estado. O primeiro deles é a elite rural, que não apenas contribuiu para a formação da unidade federativa, mas também exerceu uma forte influência nas eleições, disputando cargos públicos e ocupando posições importantes nos governos estaduais durante as primeiras décadas do século XIX. Sobre o papel político desempenhado pelas elites agrárias, Bittar (2009) informa a sua origem: "A classe dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses originou-se do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, a partir, basicamente, das três primeiras décadas do século XIX".

Percebe-se, com a análise da autora, que o poder econômico proveniente da grande propriedade rural é um dos traços característicos do estado e que "foi da classe dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso que se originou uma elite política que, mais tarde, dirigiria o novo estado de Mato Grosso do Sul". Constatou-se que os grandes proprietários rurais são figuras marcantes na vida política do Estado, ocupando vários cargos, como o de governador e a representação no Congresso Nacional, além da administração de cidades importantes, como é o caso da prefeitura de Campo Grande.

Por conseguinte, o papel das famílias de grandes produtores rurais na vida política do estado fica evidente. Isto sugere uma tendência ao personalismo na política, semelhante à retratada na literatura clássica, como em Leal (1997). O autor aponta que o personalismo era um dos traços das políticas dos coronéis. No caso específico do Mato Grosso do Sul, esse traço é um dos elementos constituintes da formação do Estado e das primeiras eleições, conforme indicado por Corrêa (1995) e Neves (1988).

Finalmente, vale mencionar o estudo *Radiografia da classe política de Mato Grosso do Sul (1978-2014)*, no qual Barbosa (2018) organiza por características como gênero, escolaridade, classe social, idade e ocupação. Esta pesquisa revelou elementos que aproximam o perfil encontrado aos achados dos estudos de elites.

Dos 328 mandatos parlamentares, observou-se que apenas 19 (5,7%) foram conquistados por mulheres, aproximando o recrutamento do Estado ao que estudos de gênero têm mostrado. As taxas de escolarização dos parlamentares sempre superiores a 65% revelam que a educação é um elemento fundamental para o acesso à elite em todos os espectros ideológicos. As profissões que dominaram são as mesmas que a literatura indica como as mais destacadas na política pelas suas afinidades e habilidades que podem ser utilizadas, como profissionais liberais (médico, advogado e engenheiro), empresários e funcionários públicos (de todos os níveis).

Um resultado comum nos estudos sobre elites políticas é a sub-representação feminina. As razões para isso podem ser explicadas por variáveis institucionais ou sociais, como apontado por Costa, Bolognesi e Codato (2015). Diversos fatores interferem no sucesso das mulheres nas eleições, incluindo o tipo de sistema eleitoral, proporcional ou majoritário, a ideologia dos partidos e as condições sociais das mulheres, como o processo de socialização e a divisão do trabalho, conforme destacado por Norris e Lovenduski (1997).

Esses dados indicam que o espaço político no Mato Grosso do Sul é predominantemente dominado por homens, mas que os partidos de direita e centro têm obtido sucesso na inserção feminina na classe política. O perfil das eleitas, todavia, indica que se trata de mulheres com parentesco na política, o que sugere que elas consigam superar os entraves e as dificuldades da condição de gênero com outro recurso.

Diante do exposto, foi feita a coleta dos dados declarados dos prefeitos eleitos dos 10 maiores municípios do Estado (2012-2020), sendo eles: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí, Nova Andradina, Maracaju e Aquidauana⁴.

4 População de Mato Grosso do Sul cresce 1,06% em 2021 e chega a 2.839.188 habitantes, estima IBGE. G1 MS, 27/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/27/populacao-de-ms-cresce-106percent-em-2021-e-chega-a-2839188-habitantes-estima-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Então, foi realizada uma prosopografia inspirada nos estudos de elite política, levantando, assim, as seguintes variáveis: 1) gênero; 2) faixa etária; 3) raça/cor; 4) grau de instrução; e 5) ocupação. Nesse sentido, temos os quadros a seguir:

Quadro 1: Gênero dos prefeitos eleitos (2012-2020)⁵

Ano	Feminino	Masculino
2012	10%	90%
2016	10%	90%
2020	20%	80%

Fonte: TSE (Elaboração da autora)

Os dados analisados confirmam estudos anteriores sobre a desigualdade de gênero na sociedade brasileira, que acredita em igualdade de gênero, mas na prática impõe limitações às mulheres em cargos de liderança. Embora haja aumento na participação feminina na política, com salto de 10% em 2012 para 20% em 2020, é necessário adotar ações para ampliar ainda mais a representatividade feminina. Por exemplo, é fundamental fiscalizar ativamente as cotas de gênero exigidas pela legislação eleitoral, que determina o mínimo de 30% de candidaturas para ambos os sexos, a fim de evitar que sejam usadas como manobras para manipular o sistema eleitoral. Portanto, a lenta inclusão feminina no campo político demonstra o baixo reconhecimento da mulher como agente político, bem como as barreiras invisíveis mencionadas anteriormente. As razões para tanto podem ser explicadas por variáveis institucionais ou sociais, como apontado por Costa, Bolognesi e Codato (2015). Diversos fatores influenciam o sucesso das mulheres nas eleições, incluindo o tipo de sistema eleitoral, proporcional ou majoritário, a ideologia dos partidos e as condições sociais, como o processo de socialização e a divisão do trabalho, conforme destacado por Norris e Lovenduski (1997).

5

Este e demais quadros foram elaborados a partir dos dados extraídos do TSE disponíveis em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/resultado-da-eleico%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2012&session=7844654302896. Acesso em: 28 dez. 2022.

Já acerca da característica faixa etária dos prefeitos eleitos tem-se o quadro abaixo:

Quadro 2: Faixa Etária dos prefeitos eleitos (2012-2020)

Ano	20 a 30	30 a 40	40 a 50	50 a 60	60 a 70	70 a 80	80 a 90
2012	0	0	20%	30%	30%	20%	0
2016	0	0	10%	40%	40%	10%	0
2020	0	20%	10%	50%	20%	0	0

Fonte: TSE (Elaboração da autora)

Como se observa, a análise da variável faixa etária mostra que há uma estabilidade na distribuição dos eleitos. Em 2012, a maioria dos eleitos estava na faixa etária de 50 a 60 anos, com 30% na faixa de 50 a 60 anos e 30% na faixa de 60 a 70 anos. Já em 2016, com 40% entre os 50 a 60 anos, e com a metade dos eleitos (50%) na faixa etária de 50 a 60 anos em 2020. Ou seja, pode-se considerar que candidatos com idade entre 50 e 60 anos têm maior chance de sucesso comparativamente aos mais jovens (20 a 39 anos) e aos mais velhos (65 anos ou mais). Esses resultados convergem para trabalhos como o de Barbosa (2018), no qual os achados sobre a faixa etária dos parlamentares trouxeram um significativo aumento da idade média dos eleitos, o que pode estar relacionado com a possibilidade de reeleição. Além disso, a idade média dos eleitos tem aumentado ao longo do tempo. Por exemplo, em 1978, a média de idade era de 40,92 anos, e a mediana, de 40 anos. No entanto, na última eleição, após 36 anos, a média de idade dos legisladores eleitos aumentou em 12 anos, chegando a 52,82 anos, com a mediana sendo de 52 anos. Esses dados indicam uma clara tendência de envelhecimento no perfil dos eleitos.

Outrossim, com relação à raça/cor dos prefeitos eleitos, têm-se os achados abaixo:

Quadro 3: Raça/Cor dos prefeitos eleitos (2012-2020)

Ano	Branco	Pardo	Negro	Indígena	Não declarou
2012	0	0	0	0	100%
2016	60%	40%	0	0	0
2020	100%	0	0	0	0

Fonte: TSE (Elaboração da autora)

A observação dos dados tocante à variável raça/cor nos apresenta um grande déficit no que tange essa representatividade, pois, em 2012, nenhum candidato se autodeclarou identificado com alguma raça/cor. Já em 2016, houve apenas brancos e pardos, e os autodeclarados brancos predominam. E em 2020, o cenário se modifica totalmente, tendo todos os candidatos se autodeclarando brancos. Tais dados corroboram o trabalho de Cioccarri e Mottinha (2021) ao evidenciar que a maioria dos pretos, pardos e indígenas no país tem uma experiência de vida marcada pela pobreza, refletindo a desigualdade histórica e estrutural que permeia a sociedade brasileira. Além disso, traz uma questão mais complexa no caso do estado do Mato Grosso do Sul, no qual as populações negra e indígena nem se encontram entre os candidatos.

No que concerne à característica grau de instrução dos prefeitos eleitos, tem-se a seguir:

Quadro 4: Grau de Instrução dos prefeitos eleitos (2012-2020)

Ano	Lê e escreve	Ensino Fund. completo	Ensino Médio completo	Superior completo
2012	0	0	10%	90%
2016	0	10%	10%	80%
2020	0	10%	20%	70%

Fonte: TSE (Elaboração da autora)

No que se refere ao grau de instrução, os dados mostram o quanto o diploma de ensino superior é valorizado no Brasil, tendo esses dados se mantido acima de 50% ao longo do período analisado. Isso pode estar associado a um reconhecimento que a educação superior confere às pessoas, representando um símbolo de colocação social elevada. Ademais, a educação superior pode ter relação também com o capital econômico dos candidatos, cidadãos que puderam se dedicar aos estudos e à expansão de seus círculos de relacionamentos profissionais, enquanto muitos outros precisam se dedicar exclusivamente ao trabalho a partir da maioria, ratificando as análises já trazidas, como as de Dufloth *et al.* (2019). Já a respeito da característica ocupação dos prefeitos eleitos, conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Ocupação dos prefeitos eleitos (2012-2020)

Ocupação	2012	2016	2020
Administrador	0	10%	0
Advogado	10%	10%	20%
Arquiteto	0	10%	0
Comerciante	0	0	10%
Engenheiro	10%	0	0
Médico	10%	20%	0
Odontólogo	0	0	10%
Produtor agropecuário	10%	10%	10%
Prefeito	30%	0	40%
Servidor público	10%	10%	0
Vereador/Deputado	20%	30%	10%

Fonte: TSE (Elaboração da autora)

Por fim, a análise das ocupações declaradas pelos prefeitos eleitos nos pleitos de 2012 a 2020 evidencia a estabilidade de um subgrupo que pode ser denominado “membros superiores e dirigentes do poder público”. Quase todos declararam, como ocupação, prefeito ou vereador/deputado e podem ser classificados como pertencentes a uma “carreira política” ou “reeleitos politicamente”.

Logo, isso converge para os achados de Barbosa (2018), que revelam que a classe política foi, desde sempre, abastecida por profissionais liberais e que o número de empresários e produtores rurais tem decaído com o tempo. Seus dados confirmam o que os estudos sobre elites políticas afirmam, pois empresários e profissionais liberais representaram 60% da classe política do Estado. A principal tendência nos dados é a queda na quantidade de profissionais liberais entre os eleitos. Embora eles tenham representado 52% de eleitos em 1978, esse número caiu para 27% em 2014. Mas eles ainda são os principais responsáveis pelo abastecimento da classe política do Mato Grosso do Sul. É possível também afirmar que, por possuírem um maior capital financeiro, tendem a investir mais em suas candidaturas e que, como a maioria possui ensino superior como grau de instrução, têm melhores chances de serem eleitos, como já foi mencionado anteriormente.

Como pode ser observado, os achados corroboram com as literaturas abordadas ao longo da pesquisa nas quais, no estado do Mato Grosso do Sul, as cadeiras para prefeito são ocupadas por uma elite política caracterizada por homens brancos com idades entre 50 e 60 anos, com ensino superior completo e, em sua maioria, com uma “carreira política” já consolidada.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar o perfil dos prefeitos eleitos, entre 2012 e 2020, nos dez maiores municípios de Mato Grosso do Sul, examinando os segmentos de gênero, faixa etária, raça/cor, grau de instrução e ocupação, e a partir disso trazer um cenário de como as elites políticas se constroem e se mantêm no Estado. Posto isto, examinou-se os três últimos pleitos eleitorais, de 2012 a 2020, das 10 maiores cidades do estados com base na coleta de dados junto às plataformas do TSE e TRE/MS, os quais o candidato se autodeclara. Por conseguinte, na primeira seção tentou-se abordar uma teorização geral sobre elites políticas no Brasil com base em bibliografias já existentes. Já na segunda sessão tentou-se desenvolver uma teorização do tema no Mato Grosso do Sul e em seguida expôs-se os dados coletados.

Pode-se constatar que através da pesquisa demonstrou-se que o perfil da elite política e/ou do poder do estado, dentre as suas principais características destacam-se o fato de que se constitui num grupo formado majoritariamente por homens, em que as mulheres estão sub-representadas (em todo o período analisado, foram eleitas apenas entre 10% e 20% de mulheres do total de indivíduos analisados), que possuem alta escolaridade (grau de instrução – ensino superior), composto por profissionais em que se destacam os que já se encontram no “ramo político” (sendo vereadores e deputados os mais frequentes). Ademais, possui um percentual majoritário de eleitos entre 50 e 60 anos, indicando um envelhecimento da classe política estadual, o que tem sido predominante, como abordado anteriormente, no Estado antes mesmo do período analisado. Além disso, que os resultados expostos convergem com trabalhos anteriores tanto nacionais como locais.

Ao longo do tempo, os resultados indicaram alterações importantes no perfil dos eleitos que podem significar mudanças na própria sociedade sul-mato-grossense: o envelhecimento da classe

política, a queda na quantidade de empresários e produtores rurais e o grau de instrução dos eleitos. Pesquisas futuras poderão também avaliar se as mudanças no perfil da elite ocasionaram alterações nas decisões políticas do Estado e vice-versa.

Outrossim, sugere-se que a análise do parentesco político e da carreira política podem complementar este retrato da elite política estadual que, em certa medida, se assemelha ao panorama nacional, além da imagem projetada por tal elite e a percepção do eleitor, tanto destas como das instituições em que atuam. Ou seja, procuramos demonstrar como o padrão histórico, já apontado por outros autores, se confirma no período analisado, no qual essa elite é predominantemente masculina, branca, altamente instruída e associada a determinadas profissões e envelhecida. Afetando, desta forma, historicamente a representatividade e diversidade da elite política sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS

DE ANDRADE, Luis Aureliano Gama; SANTOS, Manoel Leonardo. **O município na política brasileira**: revisitando Coronelismo, enxada e voto. *Periferia*, n. 1, p. 61, 1974.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 71-96, 2010.

ARRUDA, L. R V. A dinâmica das elites políticas: um panorama da competição no Mato Grosso Uno (1889-1977). *In*: MIRANDA, D. E. R. de; SILVA, M. A. da; MIRANDA, V. G. (Org.). **Os (des)caminhos da política no Mato Grosso do Sul**: tradição, continuidade e mudanças. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2018, p. 29-57.

BARBOSA, Tiago AL; SILVA, Marcos A. da. Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul. **Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 1, p. 79-102, 2012.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. **Radiografia da classe política de Mato Grosso do Sul (1978-2014)**. Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e mudanças. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

BARMAN, R.; BARMAN, J. The Role of the Law Graduate *In*: The Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 18, n. 4, p. 423-450, 1976.

SUMÁRIO

BEST, H. New Challenges, New Elites? Changes *In: The Recruitment and Career Patterns of European Representative Elites. Comparative Sociology*, vol. 6. n. 1-2, p. 85-113, 2007.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul**, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. *In: MATEUCCI, N.; PAQUINO, G. (Org.). Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 2008.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, 193-216, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVI, Emerson Urizzi et al. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 189-205, 2015.

CIOCCARI, Deysi; MOTTINHA, Romer. Eleições 2020: qual é o perfil de cor/raça e gênero dos candidatos e dos eleitos?. **Revista Alterjor**, v. 24, n. 2, p. 56-78, 2021.

CODATO, Adriano; LORENCETTI, Mariana; PRATA, Bruna. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 95, 2021.

CORRÊA. V. B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso. Campo Grande: UFMS, 1995.

CODATO, Adriano. A profissionalização ou popularização da classe política: um perfil dos senadores da república. **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, p. 1-21, 2013.

COSTA, Luiz D.; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. O recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. **Retratos da classe política brasileira**: estudos de ciência política. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, p. 170-192, 2015.

CZUDNOWSKI, Moshe. M.—Political Recruitment ". *Micropolitical Theory. Handbook of Political Science*. **Fl Greenstein e NW Polsby** (eds.), vol. 2, Massachusetts. 1975.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. *In: OFFERLÉ, M. (Org.). La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin. p. 171-199, 1999.

DUFLOTH, S. C. *et al.* **Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2019.

SUMÁRIO

DULCI, O. S. As elites políticas. *In*: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 225-235.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. (Elementi di Scienza Politico). New York/London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Os "doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 20, n. 41, p. 171-192, fev. 2012.

DE NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha. **Elites políticas**: competição e dinâmica partidário-eleitoral: caso de Mato Grosso. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

NORRIS, Pippa (Ed.). Passages to power: Legislative recruitment *In*: **Advanced democracies**. Cambridge University Press, 1997.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**, p. 280-313, 2009.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. Electoral success and political institutionalization *In*: the federal deputy elections *In*: Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 1, p. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, p. 301-333, 2009.

POULANTZAS, Nicos; SILVA, Francisco. **Poder político e classes sociais**. 1977.

DE VASCONCELOS RAPOSO, Eduardo. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 53, 2019.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. 2009. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, M. A. da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018)**: eleições, partidos e governos. Curitiba: CRV, 2019.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Realizou estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (Netsib-UFES). Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional de História (ANPUH). Áreas de interesse: Pensamento Social Brasileiro, Teoria Social e Sociologia Histórica.

Igor Suzano Machado

Possui bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (2004), bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2007) e Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012), com estágio de doutorado no exterior, financiado pela CAPES, no departamento de Governo da Universidade de Essex, Reino Unido. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, democracia, judicialização da política e das relações sociais, teoria sociológica, teoria política e pensamento social e político brasileiro.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriana Rachel Soares de Souza

É Mestranda em Sociologia Política pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política PPGSP-IUPERJ, Universidade Candido Mendes. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008). Graduação incompleta em Pedagogia pela Faculdade Uninter. Pós-graduada em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Geografia e História pela Faculdade ISEIB. Concursada na rede pública do Estado de Minas Gerais (MG). Vivência de 15 anos de experiência na área da educação básica estadual. Experiência em gerência escolar como vice-diretora. Trabalhou como professora em Unidade Prisional vinculada a escola pública de MG. Atuação comunitária voluntária no Centro Juvenil Salesiano em atividade didático-social beneficente como professora de História.

André Luis Silva Eiras

É doutor em Ciência Política pela UFSCar (2023), mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília (2013) e especialista em Política e Estratégia pelo NAIPPE/USP (2005). Licenciado em História pela USC (2000) e Bacharel em Relações Internacionais pela UNINTER (2020). Tem interesse nas áreas de Política Externa Brasileira, Relações Internacionais, Pensamento Político Brasileiro, História Intelectual e História do Brasil Contemporâneo.
E-mail: andre.eiras@gmail.com

André Ricardo Valle Vasco Pereira

É doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (2004). Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: andre.r.pereira@ufes.br

Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt

É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Atua junto ao Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (NECAD). Tem experiências na área cultural, como educadora social e pesquisadora.
E-mail: ariasaratt@gmail.com

Carla Rosane Bressan

É doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e em Sciences Économiques pela Université Pierre Mendès France de Grenoble (2006) (cotutela). É coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (NECAD) e docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Educação e Serviço Social, com ênfase nos temas: direitos sociais, serviço social e educação básica, políticas sociais, direitos da infância e adolescência.

E-mail: bressan.carla@ufsc.br

Carlos Eduardo da Silva Colins

É licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão, mestre em Ciências Sociais (UFES). Professor da educação básica.

E-mail: ecolinsabu@gmail.com

Caroline Bianca Graeff

É advogada, mestre e doutora em Ciência Política pela UFPel. Professora Substituta no Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas, UFPel, RS. Autora dos livros "Perspectivas sobre o governo judicial no Brasil: a construção institucional do CNJ" e "O TSE e a política na formulação das regras eleitorais: o caso das contas de campanha eleitoral em 2012", ambos pela Editora Lumen Juris.

E-mail: carolinegraeff@gmail.com

Daniel Barboza Nascimento

Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008), na área de Política Educacional. Atualmente é professor estatutário da Prefeitura Municipal de Vitória (professor PBII); Participa do Grupo De Estudos E Pesquisas Em Educação Comparada - UFES.

Elbson Araujo do Carmo

É graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, e em Administração pela Universidade do Estado da Bahia UNEB, Pós-graduado em Direito Imobiliário pela Faculdade Paulista de Direito e MBA Executivo em Negócios Imobiliários pela Universidade Unyleya. Mestre e doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília - UNB.

E-mail: elbson@gmail.com



SUMÁRIO

Frederico Salmi

É pesquisador no PPG em Sociologia (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisas Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS, UFRGS) e da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE).

E-mail: salmi.frederico@gmail.com

Gabriel Franco Borba

Possui graduação em bacharelado (2021) e licenciatura (2022) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Cursa Mestrado em Sociologia Política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestrando no curso de Sociologia Política do IUPERJ/UCAM.

E-mail: gafborba@gmail.com

Juca Ribeiro

É mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisa Sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania PPGPS e doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: prodialogical@gmail.com

Larissa Agostinho Tebinka

É graduada em Direito pela Faculdade Maringá. Pós-graduada em Direito Tributário. Experiência em Direito Securitário e Responsabilidade Civil. Pós-graduada em Responsabilidade Civil e Penal no Direito Médico e Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

Larissa Nuvens Guimarães

É aluna do curso de graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora de Iniciação Científica.

E-mail: larissanuvenst4@gmail.com

Lázaro Cezar Dias

Mestre em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: lzc.cezard@gmail.com



SUMÁRIO

Leonardo Quintão Fernandes

É advogado, Analista Processual da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela UERJ. Pós-Graduado em Direito da Diversidade e Inclusão. Mestrando em Política Social pelo PPGPS- UFF.

E-mail: lqfernandes@gmail.com

Lorena Cândido Fleury

Professora e pesquisadora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH, UFRGS), Coordenadora do PPG em Sociologia (UFRGS), PPG em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e do Grupo de Pesquisas Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS, UFRGS). Associada à ESOCITE e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

E-mail: lorenafleury@gmail.com

Maria Luísa Melo Welerson

É aluna do curso de graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora de Iniciação Científica.

E-mail: maluwelerson16@gmail.com

Rita Inês Paetzhold Pauli

É professora no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: rita.pauli@gmail.com

Ricardo e Silva Martins

É pesquisador pela PUCRS e atualmente desenvolve pesquisas relacionadas à Comunicação política com principal interesse em redes sociais em vídeo, algoritmo e inteligência artificial.

E-mail: ricardoesilvamartins@gmail.com

Sibele Vasconcelos de Oliveira

É professora no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: sibe_oliveira@yahoo.com.br

Steffane Pereira Santos

É mestranda em Antropologia Social (PPGAn-UFMG). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Grupo de Pesquisa Gênero e Sexualidades (GESEX/UFMG). Constrói o Coletivo Retomadas Epistemológicas, coletivo anti epistemicídio que se articula objetivando a retomada de saberes contra hegemônicos. Possui interesse em estudos de gênero, raça, feminismo negro, hip-hop, interseccionalidade, produção epistêmica e patrimônio cultural.

E-mail: steffanespereira@gmail.com

Yasmim Karolina da Silva Nantes

É mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFPR na linha de pesquisa em "Elites políticas". Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD).

ÍNDICE REMISSIVO

A

adolescente 8, 68, 69, 77, 81, 86, 90, 91, 351, 352
agentes 9, 36, 99, 178, 179, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 201, 203, 204, 276, 306, 309, 320, 336
anistia 9, 113, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 128
autonomia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 45, 47, 217, 280, 326, 330
autonomista 8, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34

B

Bolsonaro 8, 10, 13, 14, 22, 23, 50, 108, 110, 132, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 242, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 257, 285, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Brasil 8, 9, 10, 12, 14, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 66, 67, 71, 77, 78, 79, 90, 91, 105, 107, 112, 114, 116, 117, 122, 129, 130, 134, 138, 144, 147, 154, 155, 157, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 197, 198, 199, 201, 207, 208, 213, 214, 215, 217, 220, 227, 228, 235, 237, 257, 258, 259, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 281, 283, 284, 289, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 306, 307, 324, 329, 331, 333, 336, 337, 344, 346, 348, 349, 350, 351, 352
brasileiro 12, 19, 20, 27, 29, 30, 33, 40, 41, 42, 44, 51, 65, 66, 71, 84, 100, 107, 108, 129, 168, 174, 175, 177, 184, 188, 196, 203, 204, 205, 212, 230, 236, 238, 266, 271, 274, 295, 303, 306, 307, 308, 309, 320, 322, 329, 331, 335, 336, 337, 348, 350

C

capitalismo 14, 16, 17, 27, 83, 153, 159, 166, 167, 175, 184, 264, 269, 281, 282, 330
capitalista 16, 17, 27, 39, 42, 77, 133, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 177, 212, 219, 269, 270, 278, 329, 331
carente 21, 265

cidadania 70, 71, 86, 89, 94, 107, 108, 109, 112, 128, 130, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 227, 276, 319
cidades 11, 14, 15, 16, 136, 157, 158, 159, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 177, 321, 322, 339, 346
ciências 38, 129, 179, 182, 191, 228, 240, 282, 299, 318, 319, 320, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355
classes sociais 80, 159, 162, 166, 168, 212, 327, 328, 349
coalizão 8, 20, 48, 49, 50, 51, 62, 65, 66, 186
colaboração 38, 70, 276, 299
comunidade 49, 82, 83, 134, 136, 141, 144, 145, 164, 203, 313, 314, 315, 316
Constitucional 71, 122, 130, 261, 267, 268, 270
Constituição 60, 70, 90, 108, 114, 115, 122, 123, 124, 126, 129, 193, 263, 265, 268, 273, 280, 328, 330
construção 14, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 84, 90, 93, 96, 97, 102, 103, 106, 107, 112, 168, 170, 171, 215, 258, 275, 279, 286, 297, 298, 304, 315, 316, 317, 334, 348, 352
contemporâneo 132, 211, 267, 286, 306
controle 25, 28, 49, 50, 51, 52, 61, 65, 66, 79, 98, 103, 133, 153, 160, 165, 175, 185, 187, 211, 214, 217, 258, 286, 288, 310
cotas 9, 58, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 279, 341
crianças 70, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 106, 153, 267, 273
crítica 42, 44, 70, 71, 86, 101, 102, 115, 154, 180, 181, 182, 188, 191, 211, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 286, 318
culturais 28, 70, 71, 72, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 91, 102, 136, 231, 270, 305, 309, 319

D

Darwin 132, 133
defensoria pública 10, 260, 282
democracia 10, 12, 49, 65, 69, 89, 154, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 200, 201, 205, 207, 230, 232, 237, 238, 239, 258, 274, 277, 286, 298, 299, 300, 329, 330, 350
democráticas 8, 46, 48, 49, 108, 152, 204, 206, 207, 329

SUMÁRIO

- deputados 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 299, 332, 346
- descumprimento 9, 113, 116, 120
- desenvolvimento 14, 20, 25, 27, 29, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 103, 107, 115, 128, 158, 257, 259, 322, 324, 326, 327, 329, 332, 337
- desigualdade 24, 28, 87, 114, 152, 153, 171, 176, 188, 213, 223, 224, 274, 337, 341, 343
- Dilma 8, 13, 14, 19, 20, 42, 50, 111, 194, 198, 207
- dinâmicas 175, 181, 196, 305, 311, 322, 323
- direitos 42, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 99, 103, 115, 120, 126, 149, 152, 153, 164, 166, 168, 184, 193, 205, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 276, 278, 279, 280, 352
- direitos humanos 32, 88, 112, 209, 271, 280, 353
- discurso 14, 15, 16, 21, 23, 24, 36, 37, 93, 94, 98, 103, 110, 132, 133, 145, 171, 193, 194, 196, 198, 201, 205, 206, 207, 208, 293, 299, 308, 314
- E**
- ECA 8, 68, 69, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 88, 90
- econômico 19, 20, 32, 35, 37, 39, 40, 44, 45, 64, 71, 72, 144, 158, 163, 164, 165, 197, 220, 232, 234, 257, 263, 292, 326, 339, 344
- educação 9, 20, 69, 79, 86, 90, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 145, 151, 153, 154, 157, 164, 232, 258, 262, 264, 273, 335, 340, 344, 351, 352
- education 242, 245, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256
- eleições 59, 60, 114, 115, 116, 117, 121, 123, 125, 127, 129, 130, 195, 198, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 235, 297, 323, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 347, 349
- Elites 11, 239, 321, 338, 348, 349, 355
- escolas 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 152, 155, 257, 262, 272, 277
- estado 11, 25, 37, 54, 55, 60, 65, 101, 115, 126, 128, 134, 142, 144, 147, 154, 186, 209, 263, 277, 278, 291, 292, 321, 322, 323, 338, 339, 343, 345, 346, 348
- Estatuto da Criança e Adolescente 8, 68, 69, 77, 81
- estudos 19, 28, 29, 66, 72, 74, 186, 203, 204, 231, 239, 275, 283, 287, 298, 307, 322, 323, 331, 332, 339, 340, 341, 344, 345, 348, 355
- experiência 61, 72, 73, 84, 100, 147, 213, 216, 222, 231, 259, 268, 286, 288, 289, 296, 304, 308, 312, 313, 320, 336, 337, 343, 350, 351, 352
- F**
- federal 24, 42, 43, 55, 57, 69, 70, 90, 109, 111, 115, 116, 118, 120, 126, 171, 193, 205, 209, 252, 256, 263, 265, 266, 279, 280, 282, 293, 298, 318, 319, 320, 338, 350, 351, 352, 353, 354, 355
- fragilidades 8, 48, 82, 173, 322
- G**
- gênero 9, 79, 80, 96, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 193, 197, 212, 215, 218, 224, 226, 228, 267, 268, 269, 270, 271, 278, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 314, 318, 319, 320, 323, 336, 337, 339, 340, 341, 346, 348, 355
- government 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256
- governo 10, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 33, 34, 36, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 54, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 93, 98, 104, 106, 108, 111, 132, 144, 151, 192, 193, 194, 195, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 230, 232, 234, 235, 239, 291, 297, 330, 338, 352
- guidelines 10, 241, 242, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257
- H**
- história 14, 33, 67, 74, 76, 78, 91, 93, 94, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 116, 125, 193, 194, 195, 198, 202, 207, 212, 214, 226, 233, 261, 269, 275, 279, 303, 317, 326, 327, 329
- I**
- identidade 30, 33, 46, 82, 83, 96, 102, 103, 104, 112, 200, 218, 219, 220, 226, 233, 267, 286, 310, 314, 318, 330
- inclusão 19, 104, 105, 108, 263, 266, 267, 341
- indígenas 82, 83, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 267, 337, 343
- indivíduos 29, 69, 76, 77, 83, 84, 86, 87, 89, 102, 216, 237, 238, 264, 266, 268, 274, 276, 286, 288, 303, 310, 313, 315, 324, 327, 332, 346

SUMÁRIO

instituições 8, 39, 48, 49, 80, 84, 85, 99, 194, 196, 200, 201, 204, 206, 207, 215, 231, 239, 265, 274, 293, 311, 336, 347
internacional 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 78, 200
interseccionalidade 10, 210, 211, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 269, 310, 319, 355

J

Jovem Pan 10, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209
justiça 37, 93, 95, 105, 202, 204, 214, 216, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 278, 280, 312, 314
Justiça Eleitoral 115, 125, 130, 146

L

legislação 80, 91, 114, 115, 116, 117, 120, 124, 128, 187, 205, 261, 273, 275, 341
lutar 100, 169, 182

M

Manifesto do Partido Comunista 325, 349
mobilização 38, 285, 304, 306, 312, 314
modelo 32, 39, 42, 44, 50, 52, 65, 66, 79, 133, 152, 161, 173, 174, 182, 212, 213, 220, 222, 224, 225, 226, 263, 264, 287, 292, 310, 329, 331
moradia 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 58, 160, 161, 167, 171, 177
mulheres 106, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 222, 224, 236, 267, 269, 270, 275, 303, 312, 313, 314, 315, 316, 320, 335, 336, 337, 340, 341, 346
mulheres negras 222, 270, 275, 303, 312, 313, 314, 315, 316, 320

N

nacional 9, 19, 23, 47, 50, 66, 70, 79, 80, 86, 92, 93, 100, 109, 111, 112, 114, 116, 122, 135, 138, 187, 197, 203, 259, 266, 339, 350
nacionalidade 107, 269
neoliberais 175, 219

P

país 12, 22, 27, 28, 32, 33, 35, 38, 42, 45, 49, 51, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175, 193, 197, 198, 201, 207, 214, 232, 271, 272, 279, 294, 305, 330, 331, 334, 337, 338, 343
participação 30, 32, 36, 58, 71, 85, 107, 108, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 138, 145, 195, 204, 207, 220, 228, 267, 285, 286, 287, 289, 296, 307, 319, 320, 322, 328, 331, 336, 341
partidos 20, 49, 51, 54, 62, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 201, 235, 236, 322, 323, 325, 332, 340, 341, 349
poder 20, 27, 29, 32, 33, 41, 44, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 65, 82, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 107, 111, 116, 128, 164, 165, 168, 171, 172, 179, 183, 185, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 214, 215, 217, 218, 223, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 262, 269, 271, 274, 275, 278, 279, 280, 285, 286, 293, 310, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 339, 345, 346, 348, 349
política 9, 10, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 54, 57, 71, 90, 94, 95, 97, 104, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 120, 124, 125, 126, 127, 132, 134, 139, 140, 141, 145, 149, 151, 154, 158, 162, 167, 168, 169, 172, 176, 182, 184, 189, 193, 194, 198, 208, 212, 214, 219, 222, 226, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 259, 260, 261, 262, 270, 274, 275, 280, 283, 285, 286, 289, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 307, 310, 314, 318, 319, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 345, 346, 347, 348, 350, 352, 354
políticos 27, 49, 51, 52, 54, 64, 88, 95, 103, 105, 106, 108, 114, 115, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 151, 163, 174, 184, 188, 198, 201, 203, 205, 207, 213, 218, 230, 231, 232, 234, 235, 239, 240, 285, 297, 300, 322, 323, 324, 325, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 348
população 14, 16, 21, 23, 79, 81, 87, 88, 89, 107, 108, 111, 138, 141, 167, 171, 172, 202, 232, 234, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 294, 295, 325, 328, 330, 335, 336, 337
população negra 261, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 337

SUMÁRIO

- popular 8, 13, 22, 25, 65, 78, 160, 194, 205
- povos 94, 95, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 222, 223
- prática 24, 71, 87, 88, 98, 164, 165, 168, 185, 207, 216, 218, 222, 223, 224, 227, 272, 275, 286, 291, 293, 310, 325, 326, 327, 341
- precária 9, 92, 95, 109
- prefeitos 11, 59, 293, 321, 322, 323, 330, 333, 334, 335, 336, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348
- presidencialismo 8, 48, 49, 50, 51, 66
- presidente 20, 22, 23, 36, 42, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 193, 194, 196, 198, 203, 204, 206, 207, 285, 288, 289, 293, 294, 296, 297, 298
- privação 106, 211, 216, 217, 218, 267, 337
- Programa Minha Casa Minha Vida 19, 25
- R**
- raça 79, 123, 125, 128, 158, 170, 215, 218, 223, 226, 268, 269, 270, 276, 279, 303, 309, 310, 319, 320, 323, 336, 341, 342, 343, 346, 348, 355
- racismo 10, 80, 83, 211, 212, 224, 260, 261, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 308, 336, 337
- reconhecimento 10, 31, 37, 99, 144, 157, 166, 175, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 276, 279, 308, 341, 344
- recursos 20, 32, 50, 51, 52, 55, 57, 60, 61, 64, 65, 66, 71, 82, 84, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 135, 163, 220, 232, 233, 235, 265, 268, 332
- redes 134, 135, 165, 180, 184, 187, 188, 191, 203, 205, 285, 286, 287, 288, 291, 297, 300, 313, 354
- respeito 30, 33, 41, 76, 82, 83, 84, 85, 93, 97, 118, 119, 193, 196, 207, 217, 220, 223, 261, 276, 289, 290, 296, 308, 314, 322, 324, 325, 326, 344
- S**
- Sarney 30, 47
- segregação 9, 156, 166
- Segregação urbana 9, 156, 166
- social 12, 17, 19, 20, 24, 25, 32, 35, 37, 43, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 93, 97, 98, 100, 103, 111, 112, 114, 128, 133, 136, 140, 144, 145, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 177, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 203, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 236, 243, 245, 246, 250, 253, 257, 259, 262, 264, 265, 274, 275, 276, 279, 280, 286, 288, 301, 304, 310, 311, 312, 314, 325, 327, 328, 330, 331, 332, 337, 339, 344, 349, 350, 351, 352
- sociedade 24, 31, 42, 62, 69, 73, 75, 79, 83, 85, 96, 97, 108, 128, 132, 152, 154, 158, 159, 160, 162, 165, 174, 185, 189, 199, 200, 208, 212, 213, 215, 219, 221, 224, 225, 226, 232, 233, 234, 238, 239, 262, 267, 271, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 286, 324, 325, 327, 331, 336, 337, 341, 343, 346
- sociologia 14, 38, 157, 158, 174, 180, 189, 191
- Sustentabilidade 184
- T**
- teoria 12, 51, 112, 228, 239, 240, 348, 350
- trabalhadores 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 145, 146, 166, 332
- trabalho 12, 17, 18, 23, 27, 33, 36, 37, 39, 50, 95, 101, 114, 135, 138, 145, 150, 153, 157, 160, 164, 167, 173, 174, 179, 194, 195, 196, 230, 261, 264, 273, 283, 285, 286, 303, 305, 314, 323, 332, 334, 336, 338, 340, 341, 343, 344, 346
- tradição 8, 29, 48, 107, 212, 213, 215, 266, 315, 338, 347
- transfeminista 303, 311, 314, 315
- transformação 18, 42, 89, 153, 194, 223, 267, 269, 277, 326
- U**
- Universidade 34, 42, 43, 110, 111, 177, 190, 208, 283, 298, 318, 319, 320, 350, 351, 352, 353, 354, 355
- urbanização 162, 165, 167, 169, 173, 175, 177
- V**
- verdade 9, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 134, 138, 198, 214, 227, 275, 310
- vida pública 114, 330

1

www.PIMENTACULTURAL.com

POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**